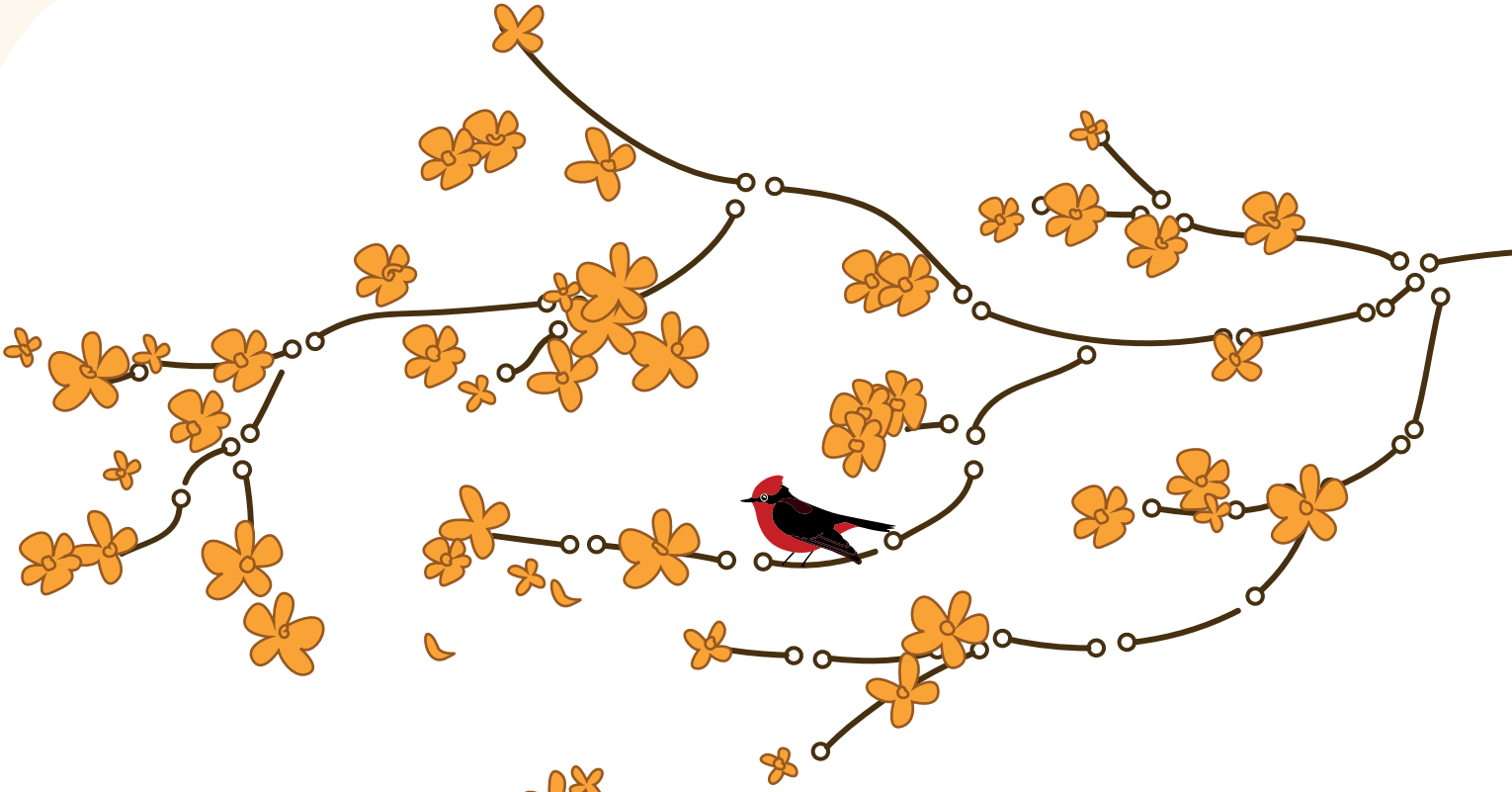
Universidad Pontificia Bolivariana
Acreditación Institucional
ALTA CALIDAD • MULTICAMPUS
Res. MEN No. 17228 del 24 de octubre de 2018 • 6 años

ALAIC
Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.
Associação LatinoAmericana de Investigadores da Comunicação.



ALAIC 2020

Medellín-virtual • 9 - 13 de noviembre

DESAFÍOS Y PARADOJAS

DE LA COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA: las ciudadanías y el poder

Memorias

ISSN 2179-7617

GT12. Comunicación para el Cambio Social
GT12. Comunicação para Mudança Social

Facultad de Comunicación Social – Periodismo
Universidad Pontificia Bolivariana
2020

MEMORIAS (V.9/05/21)

GT12. Comunicación para el Cambio Social

GT12. Comunicação para Mudança Social

Coordinación de GT

Amparo Cadavid Bringe (Colombia). amparo.cadavid@consultingecho.com

Vicecoordinación:

Liliana Raigoso Contreras (Colombia) lraigoso@uniminuto.edu

Comité Directivo ALAIC 2018-2020

Presidencia: Gustavo Cimadevilla (Argentina)

Vicepresidencia: Gabriel Kaplún (Uruguay)

Dirección Científica: Tanius Karam Cárdenas (México)

Dirección Administrativa: Daniela Inés Monje (Argentina)

Dirección de Comunicaciones: Sandra Osses Rivera (Colombia)

ISSN: 2179-7617

Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – ALAIC

Universidad Pontificia Bolivariana – UPB

2020

Nota: La publicación de las ponencias se hace con autorización de las y los autores de acuerdo con las condiciones publicadas en la convocatoria para la recepción de ponencias del XV Congreso ALAIC 2020. El contenido de los textos es responsabilidad única de quienes firman como autores.

Tabla de contenido

Mulheres Negras, presente! outros olhares sobre a questão da identidade de raça e gênero no Instagram.
Luizete Vicente da Silva, Márcia Vidal Nunes. ---------- 5

Audiovisual Acessível experimentações no Curta Documental Mulheres de Visão.
Milena Andrade da Rocha, Ana Regina Rego.----------16

La resignificación de las mujeres en la experiencia de inicio a la maternidad.
Alma Xiomara Sarabia Miranda ---------- 36

Participación ciudadana municipal y gobernanza para la construcción de políticas públicas: una experiencia de comunicación para el cambio social en México.
Víctor Olid Trejo Vivanco , Rosa María González Victoria ---------- 48

A dimensão político-pedagógica do Voz das Comunidades na cobertura da pandemia da Covid-19 - Brasil.
Juliana Freire Bezerra ---------- 59

Medios de comunicación católicos y cambio social: una larga historia.
María Isabel Gatti---------- 69

Los derechos humanos y los medios en tiempos de noticias falsas. La calle, territorio de luchas y sentidos.
Néstor David Manchini---------- 84

Prácticas comunicativas y cambio social en colectivos de comunicación de Armenia, Quindío.
Lucero giraldo marín---------- 95

Pensar la comunicación en el territorio: más allá de las tentaciones y fascinación de los medios y las producciones comunicativas.
Jair Vega-Casanova, César Tapias, Camilo Pérez ---------- 109

Voces y rastros de la memoria histórica. La crónica de radio como recurso dinamizador en la recuperación de la memoria histórica de Soacha.
Miguel Ángel Castiblanco, Ángela Vega Gómez ---------- 122

La radiodifusión de niñas y niños yucatecos en el marco de las políticas indigenistas del Estado mexicano.
Carmen Castillo Rocha, Roxana Quiroz Carranza ---------- 146

Decálogo imperfecto para una televisión local participativa en Cuba.
Dagmar Herrera Barreda. ---------- 158

A pandemia e as desigualdades entre jovens no Brasil: Um olhar para a aprendizagem informal e o lugar das competências infocomunicacionais.
Daniela de Assis Silva, Jussara Borges.---------- 166

Formulación de un proyecto de intervención socio comunicativa para fortalecer los procesos de integración educativa de niños y niñas migrantes en Ecuador.
Miriam Sofía Rengifo Hidal. ---------- 182

Construyendo relaciones de confianza y compromiso.
Guadalupe Peres-Cajías. ---------- 194

Incubadora Social como integradora de saberes.
Geisa Müller de Campos Ribeiro, Suely Henrique Gomes ---------- 210

Luto e luta em retratos de barro: Fotografando o Luto Ambiental.
Caio Dayrell Santos ---------- 220

La participación y organización comunitaria como detonantes de conductas proambientales, el manejo de residuos domésticos en Ensenada, Baja California.
Jorge Luis Licon Zavala.---------- 235

Redes sociales: una trinchera digital feminista para el cambio social.
Laura Parajeles Jiménez ---------- 249

Mujeres negras, presente! Otras miradas sobre la cuestión de la identidad de raza y género en Instagram

Black women, here! Other perspectives to the question of race and gender identity on Instagram

Luizete Vicente da Silva[1]

Márcia Vidal Nunes[2]

Resumo: O presente artigo tem o intuito de oferecer reflexões sobre a pesquisa, em andamento, sobre a representação e a identidade da população negra, e, em especial, das mulheres negras, da página "Profissionais Negros do Ceará no *Instagram"*. O projeto buscar compreender como as interlocutoras se percebem ou não representadas, por meio da mídia social, e perceber se ocorre a afirmação de uma identidade nas redes onde elas (re) criam uma relação de pertencimento com a pauta de gênero e raça. Nesta pesquisa qualitativa, temos por inspiração metodológica a técnica de pesquisa denominada etnografia virtual para observar como ocorre a construção deste mosaico digital de identidades e suas representações.

Palavras-chave: mulheres negras, rede social, identidade.

[1] *Luizete Vicente da Silva, Universidade Federal do Ceará (UFC), jornalista e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasil, luizetevicentesilva@gmail.com.*

[2] *Márcia Vidal Nunes, Universidade Federal do Ceará (UFC), professora doutorada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasil, marciavn@hotmail.com.*

A questão da identidade das mulheres negras

Como iniciar uma reflexão que tem tamanha densidade sobre a questão da identidade na raça e no gênero? Quais linhas de pensamento devem ser utilizadas para exemplificar sobre o cruzamento de raça e gênero na formação da identidade? Que impacto tem as relações de raça e gênero no processo de identificação das mulheres negras pesquisadas? Assim, iniciamos com alguns questionamentos sobre a questão da identidade, para entender a sua relação com a raça e o gênero nesta pesquisa.

Aqui, tentaremos refletir sobre o significado de identidade, entrelaçando as conceituações desses pesquisadores, com a caminhada das mulheres que fazem parte da pesquisa e que cederam suas falas, vivências, de forma generosa e afetiva, sobre esse processo de se afirmar pessoa negra. Assim é a fala da entrevistada G.S., 24 anos e escritora, sobre o que é ser mulher negra e como esse mosaico de referências trazem sentimentos sobre quem são, possibilidades de criar e (re)criar sua história e um olhar sobre o passado, a ancestralidade, como lugar onde é preciso voltar para compreender sobre quem se é e caminhar.

Eu acho que é uma superação, você sobreviver porque é um país difícil, viu?! E assim ser mulher negra eu acho que é carregar toda uma ancestralidade, e, principalmente, ser existência, sabe?! Eu costumo dizer que eu resisto para que mais mulheres existam, mulheres negras. (G.S.[3], 24 anos)

É um processo que começa quando elas se percebem negras, pois mesmo que cor venha desde o seu nascimento, essa mesma cor aparece no decorrer de sua vida como uma "marca" que dá início aos seus referenciais de raça que a acompanham em sua trajetória. Essa vivência que une a raça ao gênero na formação de uma identidade, ou identidades, que tecem o espaço-tempo da mulher negra no mundo. Sendo assim, esse primeiro momento pede certa atenção sobre a questão da identidade que atravessa o lugar do campo, as redes sociais, onde essas pessoas negras são vistas por todos que acessam a página do *Instagram* e esses "olhares" classificam esses sujeitos sociais. Tentamos explicar como esses olhares que, mesmo com as

[3] *Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2020.*

transformações advindas da pós-modernidade e a representação desse grupo, nos espaços de coletividade como as redes sociais, ainda estão impregnados de (pre)conceitos que acarretam a continuidade de um discurso hegemônico que dita quais olhares são vigentes na sociedade atual, e, consequentemente, quais olhares são aceitáveis, para ter mais destaques nos aplicativos da *web*.

Com as mudanças ocorridas na sociedade, temos visto que a concepção de identidade tem talhado formas de pensar sua concepção na história. A identidade como local que tem muitos atravessamentos, desde sua criação, e que continua sendo um tema tão atual tanto quanto foi no seu primeiro conceito. Aqui, a identidade é pensada como um processo contínuo de transformação do sujeito com diferentes fragmentos que perpassam a vida das mulheres negras pesquisadas. Para Stuart Hall "a identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam [...]" (HALL, 2014, p. 11).

Se hoje uma pessoa resolver ser um ambientalista que luta contra o desmatamento e as queimadas na Amazônia, amanhã pode acrescentar e/ou substituir por um defensor dos direitos LGBTQI+ que promove o debate da diversidade sexual e o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Com isso, esses indivíduos passam a acrescentar, retirar e/ou substituir uma identificação conforme as suas práticas sociais e o sistema social que os rodeiam. Assim "o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente" (HALL, 2014, p. 12). Essas identificações podem fazer parte desse sujeito que hoje assume certa identidade e amanhã pode mudar conforme as referências do local onde vive, de acordo com as pessoas que fazem parte de seu convívio, o grupo social que escolhem fazer parte ou mesmo as redes sociais que acessam.

O surgimento das redes sociais proporcionou os espaços de extensão da sua convivência por meio da participação em comunidades virtuais, grupos online, ou aplicativos, na web, que criam lugares de relacionamento e reconhecimento de temas em comum. Contudo, mesmo que a identidade na atualidade transforme os indivíduos em polvos com diversos "tentáculos identitários" que experimentam diversas "identidades", não deixemos de lado a reflexão de que algumas identidades acabam por ser

impostas, mesmo que esses sujeitos não a escolham: essa identidade o atravessa desde o seu nascimento. Também é preciso falar sobre o perigo dessas identidades tomarem apenas a forma de um discurso político tornando-as um "identitarismo", muito utilizado pela ideologia neoliberal[4] vigente, como explica o professor Silvio Almeida (2019), quando escreve sobre as suas reflexões no prefacio do livro do pesquisador Asad Haider. O escritor Asad Haider (2019) explica sobre os perigos do reconhecimento das identidades pessoais na atualidade e enfatiza a necessidade de se compreender que não existe a superioridade entre classe, raça e gênero.

"Esbarrando" no discurso da identidade

A imposição de algumas normas e regras estabelece uma forma de identidade que é constantemente aplicada às mulheres negras. Identificações que vêm internalizadas no espaço-tempo pela sociedade, quando se fala do conceito de ser uma "mulher negra". Para compreender isso, faz-se necessário trazer o pensamento de Mbembe que fala sobre a máxima da soberania em seu livro sobre a Necropolítica. Ele diz que "a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer", ou seja, "[...] matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais". (MBEMBE, 2018, p. 5). Por isso, a constituição desses discursos diz, e dirá muito, sobre os percalços no caminho de descobrimento dessas mulheres negras que, por muitas vezes, foi apresentado em suas falas, e quase confissões. Durante as conversas, elas ressaltam o quanto foi doloroso a afirmação de suas identidades. Digo confissões, pois algumas até baixavam a voz, para tocar em temas que achavam mais delicados sobre como é ser mulher negra, como se perceberam, que são essas identidades.

Acredito que o verbo transitivo "esbarrar" seria a palavra mais apropriada para se falar sobre essa afirmação da identidade "mulher negra", isso porque algumas, e nos atrevemos a afirmar que uma grande maioria das mulheres que participaram da pesquisa

[4] O filósofo político Norberto Bobbio indaga que "A acusação que o neoliberalismo faz ao estado do bem-estar não é apenas a de ter violado o princípio do estado mínimo, mas também a de ter dado vida a um estado que não consegue mais cumprir a própria função, que é a de governar (o estado fraco). O ideal do neoliberalismo torna-se então o do estado simultaneamente mínimo e forte." (BOBBIO, 1997, p..126

ressaltam as dores que foi, e ainda são, de afirmar essas identidades. Muitas delas dizem que as questões sobre "ser mulher negra" tropeçaram na sua trajetória de vida. Essas dores tão recorrentes na caminhada da mulher negra, como explica a filósofa Vilma Piedade, quando conceitualiza a palavra Dororidade (PIEDADE, 2017) e afirma que faz parte da vida desses sujeitos. Ela traz a etimologia da palavra dor em sua obra, para tentar externar o significado onde "o caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio." (PIEDADE, 2017, p.16). E acrescenta "Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta." (PIEDADE, 2017, p.16).

O filósofo Mbembe fala de um lugar e tempo distinto de Piedade (2017), mas também traz um olhar importante sobre os tormentos que a questão da raça acarreta a essas e as sequelas que provocam na formação da sua identidade. Ele diz que "se aprofundarmos a questão, a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas, sobretudo de infinitos sofrimentos [...]" (MBEMBE, 2014, p. 25). Isso explica como as dores e os medos cruzam os corpos e deixam marcas na identidade desses indivíduos que "tropeçam na cor", nessa "pedra-cor", fazendo com que se choquem fisicamente, psicologicamente e socialmente na questão e, aqui, não estamos falando da pedra que havia no meio do caminho da poesia de Carlos Drummond Andrade, pois que por mais que se tente desviar, mudar de calçada ou mesmo jogá-la fora, essa "pedra-cor" sempre retorna, seja por vontade ou não.

Assim, são diversos os problemas que se estabelecem, quando se constitui uma identidade de raça e gênero, como acontece com as entrevistadas. Conflitos que acontecem entre essas categorias que são carregadas de significados e que não podem ser separadas, pois, como afirma a entrevistada, quando perguntada sobre o que é ser mulher, no questionário, responde rapidamente e com certa firmeza: "Só mulher? Ou o que é ser mulher negra? Eu acho, é porque "Ave-Maria" (risos) para essa pergunta eu acho, que para as mulheres negras, essa pergunta, precisa vir uma coisa com a outra." (A.R.[5], grifo nosso). e ainda acrescenta "Porque é tão diferente eu falar enquanto mulher, e falar enquanto mulher

[5] *Entrevista concedida à autora em 08 de setembro de 2020.*

negra, eu acho que não conseguiria falar. Enquanto mulher sem perpassar a questão da raça, né?!" (A.R.[6], 31 anos). A. R.[7] trouxe uma dúvida, ou muitas, na verdade, pois outras também falam sobre isso. Isso fez com que nós mudássemos as perguntas do questionário aplicado, pois, no início, as perguntas eram: o que é ser mulher? E o que é ser negra? Mudamos para apenas uma pergunta: "O que é ser mulher negra?". Isso parece ser mais honesto com o objetivo da pesquisa.

Sabemos que a questão do gênero é um marcador de múltiplos significados e que carrega um modelo de representação nas instituições de poder, como assim explica Butler (2019), quando fala sobre uma forma de identidade de gênero "coerente" e "contínuo" para a manutenção das normas e leis estabelecidas pelo sistema social. Não queremos deixar de considerar a densidade que as relações de gênero têm na formação dessas mulheres negras, mesmo que pareça, em alguns momentos, que a questão da raça toma forma mais evidente, isso não é real e é visto, na entrevista de uma das participantes, num discurso que nos fez refletir sobre como se dá a imposição das práticas aceitáveis do gênero, ao descrever sobre o "que é ser mulher?". A narrativa de L.G[8], de 28 anos e psicóloga provocou sensações, pois mesmo não vendo a entrevistada, porque grande parte das entrevistas aconteceram através do aplicativo *Zoom*[9] e utilizando apenas o áudio, que foi opção de algumas delas em decorrência da pandemia do Covid-19, percebemos sua voz meio que arranhada com o peso de cada palavra. Isso se deu, principalmente, quando falou do "distanciamento de si".

Primeiro, parte da compreensão, da minha construção enquanto pessoa. Primeiro, enquanto pessoa mulher, isso ocorreu e não foi quando eu era criança, adolescente. Isso já veio no inicio da vida adulta. O que é ser mulher? E aí, é me desconstruir e me reconstruir novamente. E nessa desconstrução e reconstrução eu vim ter a noção do que é ser mulher e negra, ao mesmo

[6] *Idem.*
[7] *Ibidem.*
[8] *Entrevista concedida à autora em 09 de setembro de 2020.*
[9] *O Zoom, plataforma criada em 2011 por Eric Yuan, é um serviço de videoconferência baseado em nuvem que você pode usar para se encontrar virtualmente com outras pessoas - por vídeo ou somente áudio ou ambos, durante a realização de bate-papos ao vivo - e permite gravar e[9]ssas sessões para visualização posterior. Mais da metade das empresas listadas na Fortune 500 usaram o Zoom em 2019 e durante 2020 atingiram índices ainda maiores, reivindicando recentemente 300 milhões de participantes diários da reunião do Zoom. Fonte do site Pocket-lint . Disponível em: https://www.pocket-lint.com/pt-br/aplicativos/noticias/151426-o-que-e-zoom-e-como-funciona-alem-de-dicas-e-truques. Acesso em 25 de setembro de 2020.*

tempo. São coisas diferentes, eu não sou como você, por exemplo, quando você se diz mulher negra, (falando sobre a pesquisadora). Então não é, assim. Eu não nasci, eu me tornei. Tem muito essa compreensão também e isso veio com tempo. Assim eu fui muito distanciada de mim, era ditado e, assim, tinha muitas formas de opressões que eu vivi. Tem que ser isso, tem que ser aquilo, isso tá feio. (L.G[10]., 2020, grifo nosso)

Com isso, percebemos que, mesmo que não queiram, essas mulheres são lembradas de sua cor e de seu sexo, com essas questões que marcam seus corpos, como a marcação do ferro a brasa utilizado em animais, onde a "identificação" leva a carga do racismo, patriarcado[11] e o machismo[12] no cotidiano desses sujeitos sociais, que se vêm em um emaranhando de nós que se cruzam para formar a sua identidade.

Entre o "agora eu sou prostituta, porque tenho esse tom de pele?" e o "não quero ser uma afrobarbie!": as nuances da política de identidade

A política de identidade ou "identitarismo", palavra bastante utilizada no Brasil, acaba causando problemas no debate sobre raça e gênero, que, por vezes, são ditos como problemas particulares, vitimismo, ou o tão conhecido "mimimi", construindo, assim, tensões perigosas na sociedade e desqualificando a luta por direitos sociais, equidade de direitos e igualdade racial. Existe, por assim dizer, um lugar que foi determinado para elas, assegurado pelo sistema que faz a "roda girar" na perpetuação de um modelo hegemônico de opressões que se seguem na caminhar das civilizações.

O avanço dessas crises nos faz testemunhar no mundo o aumento do fundamentalismo religioso nos continentes, a chegada de diversos governos conservadores ao poder e o fascismo[13] que corre pelos países tem em voga um modelo capitalista que aprofunda ainda mais as desigualdades, as violências e as intolerâncias tão vistas na

[10] *Entrevista concedida à autora em 09 de setembro de 2020.*

[11] *Para Marilena Chaui o significado de "patriarcal é a sociedade estruturada segundo o poder pai. Esses termos designavam a divisão social das classes em que patrícios eram os senhores da terra e dos escravos, formando o Senado Romano" (CHAUI, 2013, p. 15), sendo assim o patriarcado é a representação deste poder exercido pelo homem.*

[12] *A filósofa Marcia Tiburi (TIBURI, 2015, pg. 111) traz reflexões sobre a dominação masculina, ao explicar o significado do machismo, dizendo que "o discurso típico da dominação masculina é biopolítico de qualquer esfera, ele está presente na sociedade, configurando o machismo estrutural ao qual todos estão submetidos, uns como sujeitos oprimidos, outros como sujeitos de privilégios."*

[13] *Marcia Tiburi tem explica no mesmo livro esse outro significado "No fascismo, há uma tentativa de edificação de um Estado total, isto é, um Estado que se sobreponha ao indivíduo a ponto de anulá-lo." (TIBURI, 2015, pg.13)*

atualidade com a *Internet*. Não são poucos os casos de racismo e machismo que ocorrem através das redes sociais, ou sendo filmados por meios dos aparelhos celulares, em tempo real, com atos da mais pura crueldade. Estes extremismos tornam-se mais evidentes aos "olhares virtuais", mais cotidianos e até naturalizados, pois são altos os episódios que se podem passar para outra apenas com um clique na tela do celular. Vemos os perfis de mulheres, negros, população, LGBTQI+, lideranças políticas e ativistas, sendo bombardeados por notícias falsas, as conhecidas Fake News[14], que tomam conta dos compartilhamentos nos aplicativos.

A reflexão de Haider (2019) é certeira quando explica sobre as armadilhas que termos identidades determinadas pela sociedade. Ele relembra a infância para explicar sobre como essas determinações se aplicam constantemente, pois mesmo tendo nascido e vivido, até hoje nos Estados Unidos, é um homem de origem paquistanesa. Seus pais nasceram no Paquistão e foram morar na Pensilvânia, onde construíram suas histórias, mas sempre cultivando os costumes e práticas de sua cultura natal. Com isso, sempre sentiu o conflito dessa dupla identificação, quando "em meio aos garotos brancos na Pensilvânia que perguntavam de onde eu era (não podia ser da Pensilvânia) e os parentes paquistaneses que apontavam o meu sotaque americano [...]" (Haider, 2019, p. 23). Um exemplo prático que ocorre, constantemente, com as mulheres negras. As entrevistadas, em sua maioria, destacam como é serem intitulada de "negra" e "mulher" pelos "outros", sejam esse parentes, namorados, amigos, desconhecidos. Assim mostra a entrevistada M. H.[15], 40 anos e empreendedora social, quando lembra que não queria ser identificada como negra e, por vezes, dizia que não o era. No entanto, essa identidade lhe era definida.

> No caso, eu falo por mim, que até ter esse entendimento, eu não queria ser negra porque desde pequena, na família e fora da família, eu sofria essa questão. "Essa nega", "essa eu não sei o quê" então tudo de ruim é voltado por ser negra. E aí eu não queria. (M. H.[16], 40 anos)

[14] *Fake news são escritas e publicadas com a intenção de enganar, tendo como objetivo prejudicar uma organização, entidade ou pessoa, e/ou obter ganhos financeiros ou políticos, frequentemente utilizando manchetes sensacionalistas, desonestas ou absolutamente fabricadas para aumentar a quantidade de visualizações e de compartilhamentos online, além de ganhos gerados por cliques na internet. Fonte: site Observatório da Imprensa http://www.observatoriodaimprensa.com.br/edicao-brasileira-da-columbia-journalism-review/fake-news-a-novidade-de-dizer-mentiras/. Acesso em 25 de setembro de 2020.*

[15] *Entrevista concedida à autora em 24 de setembro de 2020.*

[16] *Entrevista concedida à autora em 24 de setembro de 2020.*

E não vamos longe ao acreditar que é possível afirmar, ou, pelo menos, "fazer pensar" que a fala de M.H.[17] tem um pouco de familiaridade com a história de vida do pesquisador Haider (2019), e que eles têm uma conexão com a experiência vivida pelo psiquiatra Frantz Fanon (2008), que na vida adulta foi morar na França onde desenvolveu diversas pesquisas sobre os impactos do racismo individual e institucional na psique do negro, testemunhou um mesmo episódio de imposição da sua raça onde uma criança branca com sua mãe, em um metrô na França, o aponta como "um preto", um ser estranho no meio daquelas pessoas, uma não-pessoa, um não-sujeito; enfim, qualquer outra coisa menos um homem.

"Olhe, um preto!" Era um *stimulus* externo, me futucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso. "Olhe, um preto!" É verdade, eu me divertia. "Olhe, um preto!" O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente. "Mamãe, olhe o preto, estou com medo!" Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível. (FANON, 2008, p.105)

Uma vivência dolorosa para cada indivíduo, uma experiência não solicitada, um sofrimento não desejado por essas pessoas que mesmo em lugares diferentes, tempos diferentes e situações diferentes testemunham a obrigação de certos marcadores da identidade, atravessando sua jornada. Assim, vemos que os corpos destas mulheres negras serão ditados por esse modelo eugenista da atualidade que induz, por exemplo, o seu corpo ao simbolismo sexual como relata M. H.[18]

> De a mulher negra ser olhada como um símbolo sexual. É uma das coisas que eu ficava assim... (interrompeu esse pensamento) que eu também não sirvo só para isso, pra ser vista só como isso, essa coisa exótica. Uma vez a mulher me disse assim "Você com sua morenice?" e eu disse "oi, morenice?!". E depois disse "se você for na beira-mar vai conseguir vários "gringos"". Eu disse assim "agora eu sou prostituta porque eu tenho esse tom de pele?!". "eu não sou prostituta". E ai eu comecei e me perceber mulher negra através disso. (M.H[19]., 40 anos, grifo nosso)

[17] *Idem.*
[18] *Entrevista concedida à autora em 24 de setembro de 2020.*
[19] *Idem.*

Ou mesmo o relato da participante da pesquisa A.R[20]. que fala da imposição de um modelo de identidade para a "mulher negra" na atualidade onde ela deve valorizar sua cor, sua raça, afirmar-se e quebrar as amarras, mas, que parece, esbarra outra vez em práticas de opressão que tenta definir qual a forma correta de identificação deste corpo.

> Porque eu acho que eu não me identifico mais com aquela militância clássica, mas também não quero ser uma afrobarbie (risos), mas as outras coisas apareceram para mim, outros anseios, né?! Que às vezes quando você tá em coletivo não entende muito. (A.R[21]., 31 anos, grifo nosso)

A fala de ambas, mesmo em espaços, vivências e pensamentos diferentes, mostra-nos que se alinha num ponto em comum, o objetivo de determinar suas escolhas. E mesmo que pareça ser boa a ideia de conceituar como deve ser a mulher negra e a forma como se deve comportar, ainda é uma forma de tentar guiar como esses sujeitos sociais devem viver, ou seja, queremos dizer com isso que as mulheres negras podem e devem elaborar suas identidades, partindo dos espaços que compõem, dos lugares que transitam e dos seus relatos de experiências.

Considerações finais

Tentamos, através destas linhas, compreender como é sentido e formulado o conceito da identidade na vida das mulheres negras entrevistadas e quais caminham as mesmas têm trilhado na "maturação" desta identidade que segue em movimento. E como se perceber mulheres negras no mundo é uma (re)construção e (des)construção diária onde alguns discursos são retirados e outros são incluídos no bojo da sua história.

Por fim, precisamos considerar que a questão da identidade tem que ser pensada como uma ferramenta estratégica para transformações sociais, onde não está em jogo a superioridade ou relevância política de cada diferença, mas, sim, o reconhecimento de tais questões para a produção de táticas conjuntas. Além de compreender que a questão da identidade ainda tem muito que ser discutido e produzido diante da incorporação de outros agentes sociais, da (re)invenção de práticas sociais e do acesso às novas tecnologias.

[20] *Entrevista concedida à autora em 08 de setembro de 2020.*
[21] *Idem.*

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Prefácio. In: HAIDER, Asad. Armadilha da identidade. Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo. 6ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Coleção História do Povo Brasileiro, 2000.

FANON. Frantz. Peles negras, mascaras brancas. Salvador: EDUFBA,2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

HAIDER, Asad. Armadilha da identidade. Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Edições Lamparina, 2014.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Portugal: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.

TIBURI, Márcia, Como conversar com um fascista. Rio de Janeiro, Record, 2015, p. 191.

Audiovisual Acessível experimentações no Curta Documental Mulheres de Visão

Accessible Communication Experiments in Short Documentary Women of Vision.

Milena Andrade da Rocha [22]

Ana Regina Rego[23]

Resumo: O “Mulheres de Visão “ é um experimento de audiovisual acessível, um documentário contribuir com as discussões sobre acessibilidade, gênero e tecnologias assistivas nos processos criativos de comunicação a partir do audiovisual. O curta metragem é um recorte da história de três mulheres com deficiência visual, apresentam ao público nuances, desafios e vivências do ser mulher com alguma deficiência visual.

Palavras Chaves : Comunicação Acessível, Audiovisual, Experimentação

Resumen: El curto metragem “Mujeres de Vision “ es un experimento audiovisual accesible, un documental que contribuir a los debates a cerca de la accesibilidad, género y tecnologías de apoyo en los procesos de comunicación creativa basados en el audiovisual. El cortometraje es un extracto de la historia de tres mujeres con discapacidad visual, que presenta al público los matices, desafíos y experiencias de ser una mujer con alguna discapacidad visual.

Palabras Clave: Comunicación Accesible, Audiovisual ,Experimentación .

[22]*Milena Andrade da Rocha, Universidade Federal do Piauí, Graduada em Comunicação Social, Brasil, mandapramilena@ufpi.edu.br*

[23] *Ana Regina Leal Rego, Universidade Federal do Piauí, Professora e Orientadora do Curso de Comunicação Social, Brasil , anareginarego@gmail.com .*

O presente trabalho apresenta o processo de produção e fundamentação do documentário “Mulheres de Visão”. Um experimento de audiovisual acessível realizado no ano de 2018, como Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Comunicação Social, na Universidade Federal do Piauí-UFPI, dirigido por Milena Rocha sob orientação de Ana Regina Rêgo, autoras do presente trabalho que trouxe a tona temáticas, como a acessibilidade, gênero e uso de tecnologias assistivas nos processos criativos de comunicação em paralelo à recorte representativo de quatro mulheres com deficiência visual, sua relação com a cidade, o mundo do trabalho e a família. O curta metragem tem duração de aproximadamente 23 minutos, as gravações se dividem em locações externas como casa, trabalho, faculdade, centro, ônibus e entrevistas em estúdio.

Segundo dados do World Report on Disability 2010 e do Vision 2020, a cada 5 segundos, 1 pessoa se torna cega no mundo. Além disso, do total de casos de cegueira, 90% ocorrem nos países emergentes e subdesenvolvidos. Estima-se que ainda nesse ano, de 2020, o número de pessoas com deficiência visual deverá dobrar no mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS), porém, aponta que, se houvesse um número de ações efetivas de prevenção e/ou tratamento, 80% dos casos de cegueira poderiam ser evitados. Ainda segundo a OMS, cerca de 40 a 45 milhões de pessoas no mundo são cegas e outras 135 milhões sofrem limitações severas de visão.

Considerando o grau de severidade da deficiência visual, constatou-se que há, no Brasil, aproximadamente 528.624 pessoas cegas e 6.056.684 pessoas que enxergam com grande dificuldade. O total de pessoas com deficiência mental ou intelectual é de cerca de 2.617.025, o que representa 1,37% do total da população brasileira. De acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o Piauí possui cerca de 27,59% da população possui algum tipo de deficiência, o que representa mais de 860 mil pessoas. Esses números deixam o Piauí em 4º lugar na lista dos estados brasileiros com maiores índices de pessoas com deficiência. A maioria sobrevive na pobreza, com dupla vulnerabilidade, refém de discriminação, exclusão e da falta de oportunidades. São humanos empurrados para fora do desenvolvimento sustentável e inclusivo, que segundo o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon "não

será alcançado sem a participação das pessoas com deficiência". O Piauí contribui para a movimentação do cenário de mulheres cegas e com baixa visão, quando em 2014 mulheres de Teresina, capital do estado se reuniram em um grupo de whatsapp que se espalhou e hoje corresponde ao Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão.

O principal grupo de interesse do trabalho são pessoas com deficiência visual, auditiva, mulheres e/ou idosos além de ser utilizado para debater processos de criação e comunicação acessível, rodas de conversas sobre gênero e autonomia de mulheres, por estudantes de comunicação social para estimular a produção de audiovisual acessível. Com a identidade dentro da equipe de produção, a imersão acontece de dentro para fora, nas famílias e os ambientes sociais próximos de mulheres cegas e com baixa visão, oportunidade para conhecer um pouco mais das suas realidades e vivências.

O "Mulheres de Visão" foi produzido por um coletivo de experimentação audiovisual composto por ex alunos da referida universidade, de como uma provocação para dialogar sobre cegueira em um mundo cada vez mais imagético, sobre tentativa de levantar discussões sobre direito a mobilidade nas cidades, sobre relações de gênero, sobre ser mulher. Durante o processo de produção depois de finalizado o primeiro corte, partimos para inserir as tecnologias assistivas. Enviamos para o intérprete de Libras, que depois de uma semana de ensaio nos reunimos para gravar em um estúdio com Chroma Key. Depois de gravar, recortamos e ajustamos no programa de edição de vídeo Première, do pacote Adobe. As audiodescritores e consultoras também receberam o primeiro corte para trabalharem no roteiro de AD, que depois foi enviado à jornalista que fez a locução. Além de AD e libras, encaminhamos para a tradução de inglês e o Closed Caption (CC), também conhecido como legendagem oculta. Durante o processo de finalização foi feito a mixagem de áudio e a colorização, além do videografismo e identidade visual. O vídeo final possui Audiodescrição, Libras, Closed Caption e Legenda em Inglês, assim considerado um dos primeiros experimentos de audiovisual acessível da Universidade Federal do Piauí/ Curso de Comunicação Social.

Figura 1 - frame do filme (disponível em : https://vimeo.com/351291595)

Comunicação Acessível

A comunicação é essencial para interpretar símbolos, para nos relacionarmos enquanto sujeitos e ter acesso ao mundo, provocar, inquietar, questionar, informar. Os comunicadores, jornalistas, publicitários, realizadores audiovisuais e tantos outros profissionais da área da comunicação trabalham mediando relações entre pessoas, instituições e organizações. Todo dia lemos jornais, assistimos TV, escutamos rádio, vemos algo nas redes sociais, interagimos, compartilhamos e curtimos.

E assim, vivemos em algumas bolhas, imaginando que todos no mundo se comunicam. Afastados ou por vezes próximas dessas bolhas estão pessoas que por alguma deficiência ou por falta de um dos sentidos como a visão ou a audição necessitam de algo mais ou simplesmente de recursos que lhes proporcionam autonomia para atividades simples como assistir TV ou acompanhar um filme no cinema.

Fala-se em acessibilidade e logo nos recordamos de rampas e corrimãos, ou seja, da acessibilidade arquitetônica. Porém, além de um piso tátil, pessoas com deficiência visual necessitam, por exemplo, de audiodescrição (AD) em uma sala de cinema ou na própria TV ou até nos conteúdos divulgados na internet. Com o passar dos anos e fruto de muitas lutas, as pessoas com deficiência conquistaram leis que obrigam o

uso de Tecnologias Assistivas (TA). Tecnologias essas que, ao serem empregadas, proporcionam autonomia para que, assim como um vidente, uma pessoa cega possa visitar a um museu e acessar o conhecimento que as obras lá expostas tem a oferecer.

Neste cenário, diversas leis e decretos foram criadas com a intenção de assegurar o acesso a esses direitos fundamentais. Para além de leis, Sassaki (1997) recorda que

> Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, culturais, lugares, informações, escolas, e bem necessário ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Documentários e reportagens não são reflexos, mas construções da realidade social. (SASSAKI, 1997,p.45)

Na legislação brasileira a acessibilidade é descrita como a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos, sistemas de transportes e meios de comunicação, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Sassaki categoriza seis tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, instrumental, metodológica, pragmática e comunicacional, neste trabalho nos atemos somente a última.

No Brasil cerca de 45 milhões de pessoas, isso corresponde a 23,3% da população, declaram possuir alguma deficiência. Uma das mais comuns é a deficiência visual, atingindo 3,6% da população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 13 de outubro é o dia Mundial da Visão e foi em um desses dias que me perguntei porque essa data não é debatida pelo mundo da cultura e do entretenimento como ela é discutida pelos médicos. É um dia em que a saúde no mundo logo afirma lutar para erradicar a cegueira no mundo. Já reparou que quando você vai ao cinema dependendo do estado do país que você reside não vai encontrar pessoas cegas, surdas ou que necessitem de um aparato tecnológico para que sua autonomia seja respeitada e ela assim tenho independência e acesso como todas as outras pessoas?

Normatização e o mundo dos padrões nos faz deixar de lado todos os que por algum motivo estão fora do convencional em muitos aspectos da sociedade inclusive isso nos processos criativos de comunicação, quando pensamos em um documentário, uma

reportagem, um livro reportagem pensamos em tradução para outros idiomas, mas dificilmente pensamos nos que mesmo falando o nosso idioma não vão ter acesso a esse conteúdo por utilizarem de maneiras distintas sentidos, como visão, audição, tato e etc.

A AD segue uma normatização em discussão mundial, por mais que cada país estabeleça seu cenário e suas regras. Segundo Machado (2011), as primeiras formalidades de que se tem registros sobre audiodescrição vêm dos Estados Unidos, quando em Washington, Margaret Rockwell, deficiente visual, possuía um projeto de leituras para cegos em uma rádio e foi convidada para trabalhar em um projeto de acessibilidade com o objetivo de atender a demandas de pessoas com deficiência visual com audiodescrição de peças teatrais. A utilização das tecnologias como AD, Libras, legendagem são recursos que colocam as pessoas com deficiência mais próximas do acesso com autonomia ao que é ofertado no mundo das artes, cultura, educação saúde e demais áreas do conhecimento. Aqui nos referimos a tecnologias assistivas a partir das definições de Galvão (2013), que explica que essas tecnologias são utilizadas como instrumento de mediação e como ferramenta para o empoderamento, para a equiparação de oportunidades e para a atividade autônoma da pessoa com deficiência.

> A Tecnologia Assistiva, como um tipo de mediação instrumental está relacionada com os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às funções motoras, funções visuais, funções auditivas e/ou funções comunicativas (GALVÃO FILHO, 2013, p. 8-9).

Um dos recursos que tivemos mais cautela ao empregar foi a audiodescrição por pouco conhecimento sobre a área. As primeiras sistematizações sobre normas e diretrizes da AD vieram dos Estados Unidos, em 1970. Realidade há muito tempo em parte da Europa e nos EUA, no Brasil chega em 1999 e só em 2003 tem início em Festivais como o Assim Vivemos.

Os estudos e análises referentes aos processos de pesquisa e desenvolvimento na área da Tecnologia Assistiva no Brasil ainda são bastante escassos. Raros mesmo. A escassez desses estudos acarreta, como uma de suas consequências mais importantes, grandes dificuldades para a definição e formatação de políticas públicas nessa área e

para a configuração adequada de iniciativas de apoio e fomento a projetos com esse foco (GARCIA; GALVÃO FILHO, 2012, p. 8.)

A AD possui modalidade ao vivo ou gravada. No caso da utilizada no documentário Mulheres de Visão foi gravada, em que audiodescritores e consultores têm acesso ao roteiro e ao filme finalizado e a partir deles constroem o roteiro de audiodescrição que, depois da consultoria de pessoas cegas capacitadas em AD, envia para a locução que treina para encaixar a descrição no tempo certo com o objetivo de não sobrepor a fala da descrição aos diálogos e trilhas sonoras.

As tecnologias inseridas foram a Legenda Oculta ou CC. No documentário Mulheres de Visão foi feita no programa de edição de vídeo do pacote Adobe, Première, segundo as Associação Brasileira de Normas técnicas em seu guia para comunicação acessível define:

A Legenda Oculta ou Closed Caption ou CC é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão. Essas legendas são reproduzidas por um televisor que possua o decodificador de Closed Caption e ficam ocultas até o momento em que o usuário aciona a função. Se o programa ou comercial tiver o referido recurso, o usuário poderá ler as referidas legendas. (ABNT: Normas Acessibilidade em Comunicação na Televisão)

As libras, que retiramos literalmente da caixa, colocamos no canto esquerdo da tela, recortamos no programa de edição as gravações em chroma key e colocamos a intérprete fora da janela. A Língua brasileira de Sinais foi estabelecida, na Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2012a), como língua oficial das pessoas surdas.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, Lei nº 10.436)

Audiodescrição (AD): o conceito dessa tecnologia assistiva ainda está em construção. A AD auxilia pessoas com deficiência visual a acompanharem espetáculos teatrais, museus e a assistirem produtos audiovisuais, com descrição clara e objetiva das cenas que só podem ser percebidas pela visão, para Mota (2010), ela é além de descrição:

É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo

possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar (MOTA, 2010).

O Documentário

Entender que, ao pensarmos uma proposta de documentário desde o argumento aos processos de escolha de personagens passando pelos que se resolve enquadrar em detrimento do que deixa de estar no quadro, em cena, chegando a montagem, é lembrar que estamos o tempo todo construindo valores que vão refletir e provocar algo em que vai ter acesso a esse conteúdo.

Documentários e reportagens não são reflexos, mas construções da realidade social. Ou seja, no documentário ou na reportagem não estamos diante de uma mera documentação, mas de um processo ativo de fabricação de valores, significados e conceitos, pois, qualquer relato é sempre resultado de um trabalho de síntese, que envolve a seleção e ordenação de informações, e tal síntese pode variar dependendo da posição ideológica, social, cultural do sujeito que enuncia. (MELO, 2002, p. 6-7)

O documentário Mulheres de Visão, mescla elementos dos gêneros observativo, participativo, poético e performático. O experimento audiovisual acessível utiliza os recursos de acessibilidade dentro da linguagem documental, além de recursos como audiodescrição, libras e legendas. A ambientação sonora se baseia em um desenho de som que guia os ouvidos humanos a uma imersão no ambiente em que as cenas acontecem, tornando se assim um recurso que facilita a interpretação por aqueles que necessitam explorar os outros sentidos além da visão, como pessoas com deficiência visual.

A ideia de conviver com a câmera, como explica Coutinho (2013), algumas cenas até parecem produzidas e ensaiadas, mas foram conseguidas no ato de ligar a câmera e esperar as coisas acontecerem, assim nos aproximamos da "performance da representatividade".

Eu, quando dirijo, esqueço que tem uma câmera - então, depois de um tempo a pessoa acaba ignorando também a presença da câmera, como também filmando em situações absolutamente esdrúxulas, que não são situações típicas de entrevista (COUTINHO, 2013 *in* OHATA, p.24, 2013).

A criação artística e a liberdade de produção, a espera para captar o instante

exato, o acostumar-se com as câmeras foram essenciais para concretizarmos em um documentário histórias, crenças, costumes, atos, rotinas, que tanto expressam e representam o contexto social, de classe de gênero vivenciados por mulheres cegas e com baixa visão.

O processo

A pré-produção do documentário começou oficialmente no segundo semestre de 2017, quando me reaproximei das mulheres que iniciaram o movimento de mulheres cegas e com baixa visão. Em conversas informais de final de tarde na porta da casa de Janne Kelly, a primeira presidenta do movimento, que elaboramos roteiro de perguntas, planejamos as entrevistas e pensamos as primeiras personagens.

As conversas com elas eram sempre muito enriquecedoras porque falávamos principalmente de como utilizar esse produto audiovisual para dialogar sobre tabus, preconceitos a forma como a sociedade reconhece as mulheres cegas. A partir dessas conversas definimos a equipe de Produção composta por pessoas que se dispuseram a colaborar com a execução do idealizado.

Em reuniões sobre estética e linguagem pensamos muito na ideia da câmera subjetiva, uma câmera que interpretasse como elas enxergam, como os outros sentidos agem na falta da visão em suas ações cotidianas. A ideia era externar isso na fotografia e no desenho de som, por exemplo, com uma meia calça na frente da lente deixando apenas o meio da lente, simbolizando a visão central de uma das personagens. Até aqui, imaginávamos preto, breu para nos remeter a cegueira total, então em nossas conversar com as personagens ao descreverem como enxergava nos contavam o que viam se aproximavam bem mais do clarão, do branco que do preto. E até indagavam: o que é breu? Desconstruiu-se, assim, a ideia de escuridão que a cegueira remete. O branco é luz, é claro. O branco foi utilizado durante todo o filme das cartelas iniciais, transições e créditos finais.

Planejamos gravações em estúdio com a intenção de conhecer mais profundamente cada uma das personagens e, a partir da decupagem das entrevistas, gravaríamos as imagens de rotinas, trabalho, relações que mantém com o mundo que as cerca.

Produção Depois de conversas e nivelamento do que era o *Mulheres de Visão,* começamos as gravações no primeiro dia do semestre de 2018.1, no Laboratório de telejornalismo do curso de Jornalismo. Montamos um fundo branco, utilizamos luz

para conseguir uma tonalidade de destaque só para o rosto da personagem. Metade do experimento deu certo e a outra metade ficou sem luz, pois os equipamentos não eram suficientes para o experimento de luz que esperávamos.

Durante a produção, quando estávamos gravando a segunda entrevista em A Parada de Cinema Contemporâneo Brasileiro, abriu um edital para coprodução de filmes roteirizados ou dirigido por mulheres, o Mostra Empodera. O projeto foi inscrito com pré-roteiro, orçamento, cronograma baseado no projeto de Tcc, apresentado na disciplina de Projetos Experimentais cursada no oitavo período da graduação.

E logo saiu o resultado de que seríamos contemplados com a coprodução, o que, na prática, significava que teríamos recursos para auxiliar no financiamento dos processos e empréstimos de alguns equipamentos como lentes, leads e tripés. Porém, em contrapartida, o documentário teria que estar pronto no início do mês de maio. Com as gravações em estúdio prontas, partimos para as externas.

Em reunião com a equipe, reorganizamos o calendário de gravações e, em um mês intenso de trabalho, dividimos as gravações externas com locações no centro de Teresina, na Universidade Federal do Piauí, no bairro São João, no Bairro Piçarreira e na Associação dos Cegos. Em uma intensa semana finalizamos as gravações e, na semana seguinte, partimos para a decupagem, roteiro e montagem. Um processo feito coletivamente, montar é construir um discurso, a partir de recursos de áudio, e ainda lembrar que tudo aquilo necessitava se encaixar com os recursos acessíveis.

Partimos para uma montagem interpretativa, mostrando muitas das percepções das personagens em momentos gravados. Nos depoimentos, uma das personagens falava bastante em obstáculos nas ruas, não necessariamente precisaria aparecer sua voz, e sim os elementos citados nas entrevistas e conversas informais.

O documentário inicia com planos detalhes de pupilas de olhos que se movem na tela, e logo vem a voz off da primeira personagem “Denise Santos “ que exclama, a falta de visão é só um detalhe na nossa vida, assim como a cor da pele a orientação sexual.

Denise Santos, Bairro Piçarreira

Na parte inicial, após a abertura, a estudante surge em um plano aberto aparece Denise sentada utilizando o computador, na cozinha de sua casa a história dessa

Figura 2- Frame do Filme - Denise ,jovem com cegueira total. Dilma Andrade , Jóquei

personagem, a mais jovem do filme, é construída com planos de observação desde a sua relação com casa onde vive, ao ato de caminhar até a parada de ônibus, o percurso até a faculdade e a relação com os colegas de classe.

O primeiro plano para entrarmos no mundo de Dilma, a segunda personagem é a porta de entrada da sua sala de trabalho, onde ela atende alunos da universidade que necessitem algum auxílio nos cursos, durante o capítulo dedicado a pedagoga acompanhamos sua rotina durante todo o dia com locações durante seu trabalho, sua locomoção até sua casa.

Figura 3 - Frame do Filme - Dilma , mulher adulta com baixa visão. Teresinha, São João

Do céu branco com nuvens carregadas surge a casa de Teresinha, e logo nos adentramos, com planos abertos emoldurados feches de luz que entram por portas, a casa de Teresinha é onde tudo acontece, é lá que ela cuida do filho, leva pra escola, faz comida, prepara a casa, faz limpeza, assiste TV e ao final balança em uma cadeira enquanto conta histórias de Santa Luzia, padroeira dos cegos.

Figura 4- Frame do Filme- Teresinha , mãe do Levi , cegueira total.

Final | Creuza , Centro

Figura 5 - Frame do Filme- Creusa, mulher idosa, cegueira total.

Nomes de Ruas do centro de Teresina, todos homens, calçadas esburacadas, imagens que retratam a dificuldade de locomoção no centro, intenso tráfego de pessoas e em off vem uma voz que logo diz " Se não fosse a falta de visão eu era Mulher pra tudo" Essa voz é de Creuza, mulher que trabalha na calçada de uma das Lojas do Armazém Paraíba, Creuza aparece sentada por muitas pessoas transitam, Creuza encerra o Doc com a seguinte fala " Eu não enxergo aqui na Terra mas nos meus sonhos eu Enxergo, Deus me colocou aqui na Terra para que eu resista o bom e o ruim, E eu resisto e sou satisfeita"

Do branco surge no centro da tela " Dedicado a Auriana Cabral" , logo em Seguida os nomes das personagens e na sequência em braile pontos que formam o Nome do Filme " Mulheres de Visão. Da tela branca os créditos começam a finalizar o documentário. Assim, chegamos a algumas etapas e momentos do documentário. Com uma lente capaz de gravar as pupilas, o movimento bem de perto dos olhos, foi assim que gravamos os diversos olhos, pupilas. Imagina como são olhos de pessoas com alguma deficiência visual? Além de representar os diversos tipos de deficiência e as diversas mulheres que não conseguiríamos abordar todas em um curta metragem.

Um detalhe é como elas são apresentadas no meio da cena: um corte brusco traz uma cartela com o nome da personagem em braile. É proposital o corte brusco com a intenção de surpreender quem assiste.

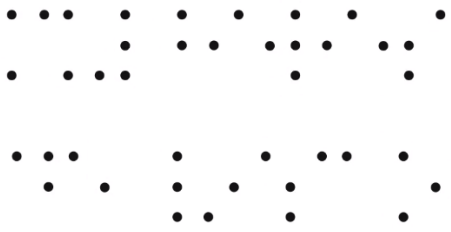


Figura 6- Frame do Filme- Cartela com nome do filme, em Braile

Figura 7- Frame do Filme- Centro da Cidade- frame 20'08''

As entrevistas em estúdio onde tudo remete ao branco, com planos bem próximos dos rostos, causam um ar de intimidade, e é intercalado com os planos abertos das atividades cotidianas de cada uma. Cada uma delas conta com afeto relações de memória, seja com a infância, com o filho, ou com as viagens que guarda boas lembranças. Para trazer o presente no filme, mostramos arquivos pessoais de fotos que remetem a esse afeto que remetem a emoções fortes vividas. As relações de experiências pelas personagens dividem o documentário.

Ela e a Cidade: Denise e Creusa são personagens que se relacionam com a cidade, com o centro, com a mobilidade humana. Percorrem a cidade de ônibus, trazem ao documentário falas que levam a reflexões necessárias sobre direito a cidade, sobre ser mulher e ser cega, uma jovem e a outra idosa, uma abre e a outra fecha o filme.

Ela e o Trabalho: Dilma é a única personagem do filme que ainda enxerga. Por conta de sua formação de pedagoga, sempre enveredou por trabalhos com pessoas com deficiência. Em 2014, descobriu que pode perder a visão total. Observada enquanto trabalha, no percurso até seu apartamento e durante a entrevista em estúdio, ela fala de tabus, da pena como a sociedade trata as

pessoas que, assim como ela, possuem alguma deficiência.

Ela e a Família: Teresinha é mãe do Levi, de 6 anos de idade. Ficou cega depois de adulta e mostra na prática como uma mãe cega cuida de seus filhos, da casa e de tudo mais que for preciso. Ela fala de autonomía, liberdade e afetos.

Pós-produção

Depois de finalizado o primeiro corte, partimos para inserir as tecnologias assistivas. Enviamos para o intérprete de Libras, que depois de uma semana de ensaio nos reunimos para gravar em um estúdio com Chroma Key. Depois de gravar, recortamos e ajustamos no programa de edição de vídeo Première, do pacote Adobe. As audiodescritores e consultoras também receberam o primeiro corte para trabalharem no roteiro de AD, que depois foi enviado à jornalista que fez a locução. Além de AD e libras, encaminhamos para a tradução de inglês e o Closed Caption (CC), também conhecido como legendagem oculta.

Durante o processo de finalização foi feito a mixagem de áudio e a colorização, além do videografismo e identidade visual. O vídeo final possui audiodescrição, Libras, Closed Caption e Legenda em Inglês.

ROTEIRO DE AUDIODESCRIÇÃO

00:01- 00:04 APOIO: MINISTÉRIO DA CULTURA, SECRETARIA DO AUDIOVISUAL E GOVERNO FEDERAL.
00:07-00:10 MOSTRA EMPODERA - PARADA DE CINEMA 2018
00:13- 00:16- UMA PRODUÇÃO LAB CINE E UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
00:18- 00:20 COOPRODUÇÃO PARADA DE CINEMA
00:22- 00:24 TELA BRANCA
00:34-00:40 SURGE A PUPILA DE UM OLHO EM TELA INTEIRA, SEQUÊNCIA DE PUPILAS QUE OLHAM EM NOSSA DIREÇÃO.
01:17- 01:22 EM FUNDO BRANCO , ESCRITO EM BRAILE: MULHERES DE VISÃO.
01:25- 01:33 A ESQUERDA UM QUADRO E A DIREITA O ROSTO DE UMA GAROTA DE PERFIL, TEM PELE MORENA, CABELOS ENCARACOLADOS NA ALTURA DO OMBRO. COLOCA FONES DE OUVIDO.
01:35-01:37 EM FUNDO BRANCO ESCRITO EM BRAILE, DEISE.
01:38-01:44 A ESQUERDA UM ESPELHO REFLETINDO A IMAGEM DE DENISE, QUE ESTA A DIREITA EM FRENTE AO COMPUTADOR.
01:53-01:57 EM UMA COZINHA, DENISE ENXUGA UM PAPEIRO.
02:05-02:07 NA PIA LAVA UMA TAMPA, 02:15-02:23 SACODE, E COLOCA NO ESCORREDOR, VAI EM DIREÇÃO AO PANO QUE ESTÁ NA PORTA DA GELADEIRA E ENXUGA AS MÃOS.
02:27-02:30 VÁRIOS PORTA RETRATO.

02:39-02:46 EM UM QUARTO COM JANELA SEMI ABERTA, DENISE MEXE EM UM GUARDA ROUPA.
02:40-02:42 TIRA UMA UMA PEÇA DE E JOGA NA BELICHE.
03:13-03:17 NA COZINHA COM UMA TOALHA NO OMBRO, DENISE VAI EM DIREÇÃO AO BANHEIRO.
03:26-03:32 CASA COM PAREDE CINZA, DENISE SURGE NA PORTA, SAI, FECHA A GRANDE.
03:55- 03:58 TELA BRANCA. A PARTIR DOS OLHOS SURGE O ROSTO DE DENISE.
05:09-05:13 DENTRO DO ÔNIBUS, O ROSTO DE DENISE PRÓXIMO A JANELA.
05:26-05:28 TELA BRANCA.
05:34- 05:41 SECUENCIA DE FOTOS DE DENISE EM DIFERENTES IDADES.
07:33- 07:35 TELA BRANCA.
07:39- 07:42 PAREDE DE TIJOLOS VERMELHOS E PORTA COM DETALHE EM VIDRO.
07:50-07:53 EM FUNDO BRANCO ESCRITO EM BRAILE. DILMA.
08:09-08:16 MULHER BRANCA, CABELOS LISOS NA ALTURA DO OMBRO, USA ÓCULOS E BLUSA VERMELHA.
09:26-09:33 DILMA RETIRA PAPÉIS DA IMPRESSORA E RETORNA A SUA MESA.
09:56- 10:00 ROSTO DE DILMA INCLINADO, ACOMPANHA MOVIMENTO DA DIGITAÇÃO.
10:15-10:21 ÁREA ARBORIZADA, PESSOAS CIRCULANDO, DILMA VAI EM DIREÇÃO AO CARRO.
10:45-TELA BRANCA. A PARTIR DOS OLHOS SURGE O ROSTO DE DILMA.
(CACRESCENTAR 10 SEGUNDOS)
12:05-12:10 DE DENTRO DO CARRO, ROSTO DE DILMA DE PERFIL
12:21-12:25 DO INTERIOR DO CARRO VER-SE FARÓIS TRAZEIROS DESFOCADOS.
13:22-13:28 SURGE NA TELA DESFOCADA, EM PRETO E BRANCO HOMEM COM BARBA CANTANDO AO MICROFONE.
13:54-14:00 DILMA SENTADA NA SALA EM FRENTE A TV, AO FUNDO, VISÃO NOTURNA VISTA DA VARANDA.
14:27-14:29 TETO COM LUMINÁRIAS.
14:31-14:36 DILMA OLHA A CIDADE NOTURNA ATRAVÉS DE UMA TELA.
14:43-14:47 VISTA NOTURNA DA CIDADE COM LUZES E EDIFÍCIOS.
14:53-15:02 NA SALA DE JANTAR, DILMA SEGURA UMA BOLSA, COLOCA NO DEDO O PAPAGAIO QUE ESTÁ NO ENCOSTO DA CADEIRA E SEGUE EM UM CORREDOR.
15:07- 15:11 VOLTA COM O PAPAGAIO NO DEDO SEM A BOLSA, E VAI EM DIREÇÃO A UMA PORTA.
15:13-13:14 TELA BRANCA.
15:56-15:58 SEQUENCIA DE FOTOS COM DILMA EM VIAGENS.
16:40-16:41 TELA BRANCA
16:43-16:16:48 SURGE LENTAMENTE CASA COM GRANDE PORTÃO.
16:52-16:55 NA PAREDE, DOIS QUADRO DE SANTA.
16:56- 17:01 AMBIENTE A MEIA LUZ, PAREDE CINZA E UMA CADEIRA A ESQUERDA.
17:04 -17:13 NA PENUMBRA INTERNA DA CASA, VER-SE A SILHUETA DE MULHER, VARRENDO EM FRENTE A PORTA POR

ONDE A LUZ ENTRA
FUNDO BRANCO ESCRITO EM BRAILE.
TERESINA.
17:21-17:24 PARTE DE PAREDE DE TIJOLOS E PANELA COM ÁGUA NO CHÃO.
17:25-17:27 ATRAVÉS DE GRADE , GATO AMARELO.
17:32-17:34 NA SALA DE JANTAR, PESSOAS TOMAM CAFÉ.
18:06-18:07 TELA BRANCA.
-TELA BRANCA. A PARTIR DOS OLHOS SURGE O ROSTO DE TEREZINHA.
(CACRESCENTAR 10 SEGUNDOS)
19:04-19:06 TELA BRANCA.
19:07-19:09 SURGE PAPAGAIO EM UM POLEIRO.
19:10-19:17 NA PENUNMBA INTERNA DA CASA, ENTRA POR UMA PORTA LUZ EXTERNA, VER-SE A SILUETA DE TERESINHA NA PIA LAVANDO LOUÇA.
19:21-19:34 EM FRENTE A UMA MESA, TERESINHA CORTA VERDURAS EM UMA BACIA AZUL.TEM A PELE NEGRA, CEBELOS LISOS E PRESOS, USA VESTIDO PRETO COM BOLINHAS BRANCAS.
19:38-19:45 EM UM CORREDOR, TERESINHA CAMINHA COM UM PANO NA MÃO, PEGA UM RÓDO, COLOCA O PANO E LIMPA O PISO.
21:15-21:30 NA SALA DE JANTAR TERESINHA SENTADA TOMA CAFÉ COM LEITE E PÃO, SOBRE A MESA, GARRAFA TÉRMICA DE COR AZUL, COPO DE VIDRO E SACO DE PÃO, A ESQUERDA, GELADEIRA DE COR BEGE.
21:37-21:51 TERESINHA SAI DE UM CORREDOR, EM DIREÇÃO AO RAQUE ONDE FICA TV E SOM QUE ESTA NA SALA, A ESQUERDA DUAS CADEIRA DE ESPAGUETE, NAS PAREDES QUADROS.
22:00-22:05 TERESINA BALANÇA-SE EM UMA CADEIRA, OUVE A TV.
22:18-22:20 TELA BRANCA.
22:27-22:31 SECUENCIA DE FOTOS DE TERESINNHA COM SEU FILHO.
24:13-24:16 TELA BRANCA.
24:19-24:22 FIOS DE ALTA TENÇÃO, PARTE DE TETOS, CÉU AZUL COM NUVENS.
24:23-24:33 RUA COM PESSOAS NAS CALÇADAS E CARROS ESTACIONADOS, TERESINHA SAI DE CASA, ATRAVESSA A RUA E VAI EM DIREÇÃO A ESCOLA.
24:49-24:54 EM UM QUARTO TERESINA TIRA O UNIFORME DO FILHO, A ESQUERDA TV LIGADA.
25:02-25-06 DA PENUMBRA INTERNA DA CASA, VER-SE ATRAVÉS DA PORTA CHUVA.
25:14-25:20 ATRAVÉS DE UMA PORTA, DENTRO DO QUARTO MENINO SENTADO EM FRENTE A PEQUENA MESA, ASSISTE TV.
25:23-25:28 TERESINHA ENTRA COM UM PRATO DE COMIDA E COLOCA NA MESA.
25:46-25:51 MENINO EMPURRA COM O TORAX O BARBANTE QUE ESTA AMARRADO EM UMA GRADE E UMA CADEIRA.
25:58-26:01 BANDEIJA COM OLHOS DE SANTA LUZIA.
26:03-26:07 ROSTO DE TERESINHA, ENQUANTO SE BALANÇA NA CADEIRA.
26:13-26:16 TELA BRANCA.

26:19-26:25 LATERAL DE UM ÔNIBUS QUE PASSA, SEQUÊNCIA DE PLACAS COM NOMES DE RUAS.
26:33- 26:35 PLACA E ORELHÃO
26:36-26:38 CALÇADA ESBURACADA.
26:40-26:41 MOTO SOBRE PISO TATIO
27:28-27:29 EM FUNDO BRANCO ESCRITO EM BRAILE. CREUSA.
27:34-27:45 CREUSA SENTADA EM UM BATENTE TEM PELE BRANCA, CABELOS GRISALHOS PRESOS E UMA BOLSA PENDURADA NO PESCOÇO. PESSOAS TRANSITAM PELA CALÇADA.
27:51-28:00 FUNDO BRANCO, PALAVRAS EM BRAILE, OS PONTOS SÃO LIGADOS POR TRAÇOS QUE FORMAM A FRASE: MULHERES DE VISÃO.

Reflexões

A graduação em comunicação é uma formação regada a muita experimentação, que permite sair do que estabelecem como padrões, seja de formatos ou estéticas, fazer um produto audiovisual que trabalha além da temática feminina, estabelecendo um recorte para mulheres com alguma deficiência visual e suas relações com família, trabalho e cidade. Foi um espaço de aprender, reunindo uma equipe formada por quase vinte pessoas, desde pré-produção, a finalização e sistematização do vivenciado durante os quatro meses de produção.

Um dos maiores aprendizados foi sobre vida coletiva, relação com coprodução, inscrição em edital, cumprir prazos, dirigir equipe, cobrar demandas e tarefas para uma equipe formada por amigos. A vivência de aprender na prática o que é lugar de fala, pois na equipe também tinham pessoas com deficiência visual, que nos direcionaram, fosse na pergunta a ser feita, ou na construção de sentido que determinadas imagens transmitiriam. Com o avanço tecnológico, a maioria das produtoras ou realizadoras que fazem acessibilidades dos filmes ou quaisquer produtos audiovisuais possuem equipamentos que permitem que cada tecnologia seja acessada por quem dela necessita, isto é, quem necessita da AD vai escutar individualmente e pessoas como videntes, por exemplo, vão assistir ao filme sem relação alguma com esse recurso. No nosso caso, por não possuir o aparato tecnológico, precisamos pensar estrategicamente como empregar esses recursos para uma sala com públicos distintos. Ou seja, o filme é exibido para videntes, pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual.

O documentário Mulheres de Visão conseguiu cumprir os mínimos anseios que rodeavam a equipe, uma coprodução, uma

equipe que seguiu até o final do produto e aprendeu junto. Além disso, abriu uma janela para a discussão, seja dentro ou fora da universidade, do um fazer audiovisual acessível. Exibido em mais de 10 estados brasileiros ganhou prêmio de Melhor Direção no Festival de Cinema Universitário da Bahia e melhor documentário no Festival de Audiovisual Universitário Toró.Para o Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão- MBMC é um produto importante para conectar mulheres cegas e com baixa visão espalhadas pelo mundo.

Referências

ABNT Acessibilidade em Comunicação (2018) <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_17.pdf > Acesso em : 10.jun.2018

BRASIL.(2018) Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 08 jun.

BRASIL, (2004) Decreto nº 5.296.

BRASIL. IBGE. (2018) Censo Demográfico, 2000. Disponível em <ibge.gov.be> Acesso em 11.jun

COUTINHO, Eduardo.(2013) Fé na lucidez. In: OHATA, Milton (org.). Eduardo Coutinho. São Paulo: Cosac Naify p. 236-250.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves.(2018) A construção do Conceito de Tecnologia Assistiva: Alguns novos interrogantes e desafios. 2013. Disponível em: < http://www.galvaofilho.net/TA_desafios .htm >. Acesso em: 10 jun. 2018. 17. GARCIA, Jesus Carlos D. GALVÃO FIL

_____. Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MACHADO, Flávia Oliveira.(2011) Acessibilidade na televisão digital: estudo para uma politica de audiodescrição na televisão brasileira. 2011 180f. Dissertação (mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento) – FAAC- UNESP, Bauru.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de.(2002) O documentário como Gênero Audiovisual. In: Intercom XXV, Bahia.

MOTA, Lívia Maria de Melo; Filho. Paulo Romeu.(2010) Audiodescrição:

Transformando imagens em palavras. São Paulo

NICHOLS, Bill. (2005) Introdução ao Documentário. São Paulo: Papirus.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2006) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nova York: ONU, 13/12/06.

ROCHA, Milena Andrade.(2018) Relatório Descritivo do Documentário Mulheres de Visão.Teresina : UFP

SASSAKI, Romeu Kazumi.(1997) Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos.3. Ed. Rio de Janeiro:WVA Editora.

La resignificación de las mujeres en la experiencia de inicio a la maternidad

A ressignificação da mulher na experiência do início à maternidade

The resignification of women in the experience from beginning to maternity

Alma Xiomara Sarabia Miranda

Resumen: Lo que analizo en el presente trabajo de investigación es el proceso de transición de las mujeres en contexto poblano actual al devenirse madres, pues me resulta trascendente mirar a la luz de la teoría feminista dicho proceso desde un análisis del cuerpo politizado y la subjetividad; ambas en resignificación.

Las mujeres en dicho proceso experimentan una serie de pérdidas y renuncias que son las mismas a las que resisten en su cotidianidad, de ahí que emergen nuevas formas y prácticas de maternidad rebelde, llamadas así porque muestran desobediencia frente a las prácticas de maternidad socialmente establecidas y configuradas desde el patriarcado. Esto es imposible se mantenga estático una vez que las mujeres se han cuestionado las asignaciones sociales hacia ellas, incluidas sus propias maternidades.

Sin embargo, esto ha significado un trabajo complejo en el que afirman sentirse solas, inseguras y culpables. De ahí que surge la propuesta de crear espacios entre mujeres-madres para tener escucha y sostén a fin de propiciar un cambio social que dote de fuerza y convicción las nuevas prácticas de maternidad rebelde, a través del discurso en colectividad.

Palabras Clave: Mujeres, resignificación, maternidades.

Abstract: What I analyze in this research work is the process of transition of women in the current poblano context when they become mothers, since it is transcendent to look at the light of feminist theory of this process from an analysis of the politicized body and subjectivity; both in resignification.

Women in this process experience a series of losses and resignations that are the same as those they resist in their daily lives, hence new forms and practices of rebellious motherhood emerge, called this way because they show disobedience in the face of socially established maternity practices and configured from patriarchy. This is impossible to remain static once women have questioned social assignments towards them, including their own maternity.

However, this has meant a complex job in which they claim to feel lonely, insecure and guilty. Hence the proposal to create spaces between women-mothers to listen and support in order to bring about a social change that gives strength and conviction to the new practices of rebel motherhood, through collective discourse.

Key words: Women, resignification, maternities.

Antecedentes

Para el 2014 el Estado de Puebla, se ubicó a nivel nacional como el segundo en el país con la mayor tasa de natalidad. En la entidad se registran 20.9 nacimientos por cada mil habitantes, dos puntos arriba del parámetro nacional que es de 18.7 (INEGI, 2015). Por más de 20 años, el Estado de Puebla se había posicionado arriba de la media nacional de la tasa de natalidad, estas cifras pueden leerse a la luz de situaciones particulares para esta entidad, como son las condiciones estructurales de su contexto, comprendiendo que dichas cifras con un reflejo social de tasas representativas porcentuales importantes que confluyen cotidianamente, generando interacciones colectivas.

En los últimos seis años de mi vida profesional y personal he estado inmersa vivenciando y acompañando procesos de muchas mujeres que, como yo, hemos puesto énfasis en la mirada y deseo por tener mayor explicación de qué sucede una vez que devenimos madres. Lo que he encontrado de manera opuesta a ello, desde mi experiencia encarnada y la de otras mujeres-madres, es que en realidad lo que se vive no empata con los discursos comunes donde que aseguran

que el acto de ser madre te da la satisfacción más amplia en tu vida. A partir de ese choque , entre el discurso romantizado de la maternidad y lo que se experimenta desde la subjetivación , es que me comienzo a hacer una serie de preguntas: ¿qué ocurre conmigo y con muchas otras mujeres-madres, pacientes y amigas?, ¿es acaso que se trata de un grupo reducido de mujeres que la pasan mal una vez que son madres?, ¿somos algunas las que nos atrevemos a hablar de esos malestares, incomodidades e incomprensiones al devenir madres?, ¿será que únicamente lo hablamos con otras mujeres, porque es una cuestión de empatía por identidad de género?, ¿qué sucede a nivel social, familiar respecto al tema de las maternidades y su relación con las mujeres que devienen madres? Estás y otras interrogantes me planteaba cuando miraba las cantidades sorprendentes de mujeres atravesando una problemática similar. Algunas identificando claramente que se trataban de rupturas y tensiones que surgieron a partir de ser madres, y otras sin comprender desde cuándo sucedía, ni atribuirlo al ejercicio de maternidad, pero teniendo claro que se encontraban en un mal momento de sus vidas, por no decir el peor. Así que elegí tomar este problema de afectación personal y social con mucha seriedad y llevarlo al plano de la academia para su análisis, dado que me parece que desde las ciencias sociales se tiene un pendiente histórico respecto al análisis de las maternidades y las resignificaciones de las mujeres desde su subjetividad. También es una forma de romper con un paradigma hegemónico donde la maternidad y la crianza se naturalizan en las mujeres sin plantear mayores cuestionamientos, lo que nos lleva a una reflexión ontológica de género, y las aportaciones a la investigación feminista en este sentido pueden ser interesantes. Otra razón que tiene que ver más con mi conocimiento empírico es la reincidencia en historias similares con mujeres que asisten al consultorio, mujeres que son mis socias de crianza, y mujeres con quienes apenas coincido y sale a relucir este problema que pareciera un problema personal, pero la realidad es que todas estas mujeres somos un cúmulo de historias creando un contexto que da cuenta de las desigualdades, inequidades y contradicciones en los distintos aspectos de sus vidas, me estoy refiriendo en el aspecto familiar, y laboral, de pareja, económico y de autopercepción. La constante y tímida, apenas perceptible aparición en el discurso respecto a lo mal, lo solas, lo culpables y lo

desdibujadas que viven la maternidad; lo enjuiciadas, calificadas, exigidas y vigiladas que constantemente se sienten; así como. Y el resultado de ese enfado, cansancio, desinformación e invisibilización de este tema es lo que me propuse mostrar, debatir, escudriñar y hacer visible como una forma de materializar eso que está en el discurso de las mujeres madres, pero que es poco comprendido e identificado incluso por ellas/nosotras mismas, y también que es poco permitido verbalizarlo como un problema, nuevamente por ellas/nosotras mismas.

Con todo lo que tuve que documentarme comprendí que mi proyecto de investigación no era tan simple como yo planteaba al principio, pues pretendía analizar el proceso de cambio en la vida de las mujeres al devenir madres, pero comprendí que es más que un proceso de cambio; se trata de una resignificación de las mujeres al devenir madres, de ahí que el título de la tesis lleva esta categoría (social), haciendo referencia al hecho de darle una nueva significación a un acontecimiento o a una conducta. Es decir que la resignificación supone otorgar un valor o un sentido diferente a algo que históricamente ha sido visto de cierta manera, en este caso las mujeres al tener una lectura respecto a cómo son las mujeres, ¿acaso tienen un significado distinto el ser mujeres una vez que devienen madres?

Planteamiento del problema

Por otro lado, la maternidad no se visibiliza como un problema o afectación social. Esto debido a que se sigue remitiendo el tema de la maternidad a las mujeres, a lo privado, como un tema que se resuelve al interior de los hogares, pero no es así, basta de creer que el tema de la maternidad es un tema que atañe y concierne exclusivamente a las mujeres de forma individual, es necesario mirar el impacto social y político que tienen las mujeres en la construcción social como sujetos capaces de construir la identidad de una cultura, y con un impacto político dada la capacidad de incidencia y participación activa en el mundo, generando acciones en la praxis que van de lo personal a lo colectivo . Seguir remitiendo el tema de la maternidad a las mujeres o minimizando su importancia es una forma de dar continuidad a lo establecido, generando violencia simbólica hacia las propias mujeres principalmente; por ende la manera en cómo vivimos las mujeres el proceso es de devenir madres es algo que socialmente no importa o se desconoce. Al respecto Carmona (2015) admite que "...las madres están solas para conciliar profesión y

crianza, solas para gestionar emocionalmente a sus hijos y a ellas mismas en un universo que resta importancia a la crianza y que da por sentado que una de sus funciones como mujeres es procrear para lo que no necesitan apoyos" (p.5).

La maternidad se nos vende como un asunto privado, pero es realmente un tema muy, muy público. No se mira la maternidad como una afectación social, por ende la manera en cómo viven las mujeres este proceso es algo que socialmente no importa o se desconoce.

Por otro lado, dentro de la construcción social, la maternidad es una práctica objetivante hacia las mujeres. Justo la necesidad urgente es que hagamos lo contrario, que comencemos a ver a las mujeres como sujetos activos, capaces de cuestionarse si desean o no asumir el ejercicio de la maternidad, de tener una elección libre respecto a la elección de dicha maternidad, y de elegirlo, que sean capaces de poder ejercer el tipo de maternidad que deseen.

Finalmente, si dentro de los procesos de comunicación no se mira la maternidad como antinatural, no se reconoce la maternidad como una afectación social, y no se mira el proceso de las mujeres de convertirse en madres como un proceso colectivo (que construimos simbólicamente todos como sociedad) entonces nos encontramos frente a diversos problemas que nos atañen como sociedad y ni siquiera los estamos reconociendo como tal.

Objetivos

El objetivo general es: Analizar cómo viven las mujeres la resignificación de sí mismas tras la experiencia de devenir madres y la experiencia relacional dentro de su contexto.

Los objetivos específicos son:

Analizar las experiencias recabadas desde los discursos de las mujeres participantes de esta investigación.

Describir y analizar las pérdidas y renuncias expresadas y vividas por las mujeres en el ejercicio de su maternidad.

Comprender de qué manera la experiencia de ser madre visibiliza el mandato social sobre lo que es la maternidad.

Discusión teórica

Es importante señalar que la maternidad se entiende aquí desde lo propuesto por Palomar (2007), quien la considera como una práctica cultural multideterminada y creada por las normas y necesidades de un determinado grupo social en una época de su

historia, "se afirma que, en esa medida, la maternidad es un revelador del orden social de género" p. 67.

En cuanto a la resignificación, es aquí abordada desde lo que propone Butler (1990), quien es un referente respecto a la resignificación desde la perspectiva de género. Ella define la condición de posibilidad para dicho concepto gracias a la existencia de un espacio entre la enunciación y la acción. Dicho de otra manera, la resignificación es posible en tanto que la relación de discurso y acción permita la inclusión de enunciaciones alternativas, lo cual es llamado por Butler una brecha de libertad. "Se trata de la posibilidad de romper un circulo interpretativo, repetido y sedimentado que se ha naturalizado, así como una acción y su respectiva justificación" p. 50. En este sentido el fenómeno de la resignificación es sinónimo de una trasformación que pone en duda versiones del mundo, dominaciones imperantes y posiblemente naturalizadas, dogmatizadas. Bornstein-Gómez (2010) señala que la resignificación consiste en una disrupción de poder que opera para definir otra representación simbólica, su propia forma de relacionarse y poner en relación a actores sociales. Como lo son las propias mujeres, mis socias de maternaje, dado que al momento de devenir madres y en pleno ejercicio del mismo, existe una interesante contradicción, es una pérdida de autonomía, pero al mismo tiempo una sujeción y forma de poder que se reconoce a través de exigencias y regulaciones. La resignificación no fue un concepto propuesto desde el inicio de mi investigación, al contrario, emergió luego de analizar que las mujeres participantes en realidad no hablaban simplemente de un cambio en sus vidas tras la experiencia de la maternidad, sino que era algo mucho más profundo como el hecho de resignificarse a sí mismas mirando esto como un acto posible que transforma la realidad y su definición, y por consiguiente la acción está en función de aquello que es comprendido por un sujeto. Aquí retomo a Foucault (1984), quien reconoce la subjetividad como "una forma histórica, sujeta a los discursos y prácticas que una sociedad establece" (p. 20). Así, la subjetividad se construiría en la relación entre sujetos en un momento histórico. Complementario a esto, Butler (1997) señala que en este proceso de construcción de subjetividad ocurre el fenómeno de sujeción, considerado como un "proceso de devenir subordinado al poder, así como el proceso de devenir del sujeto" (p. 12). A partir de esto se comprende la subjetividad como un proceso

de construcción continua que se da en una relación de sumisión y agencia respecto de los discursos imperantes en un determinado momento histórico, creando sujetas/os funcionales a esa una sociedad particular y enmarcadas/os dentro de los sistemas de saber-poder. Es así que las mujeres madres vivimos esa ambivalencia de saber que estamos con necesidad de ser sostenidas y cuidadas por nuestro entorno, aunque difícilmente eso no sucede; sin embargo, al mismo tiempo que somos nosotras quienes sostenemos y cuidamos a nuestras/os hijas/os. Ante ello Patricia Merino (2018) afirma: "Si el reconocimiento social de los cuidados excluye la maternidad, no habremos avanzado nada" (p. 72).

Sin embargo, en este proceso existe la posibilidad de cambiar los sistemas simbólicos creando un nuevo discurso, concepto nombrado como capacidad de agencia (Butler, 1990). Una de las categorías estrechamente relacionadas al concepto de subjetividad, en cuanto construcción social y ordenamiento sociocultural diverso (De Barbieri, 1997) y cambiante a lo largo del tiempo, es el de género. Según señala Butler, el núcleo de la subjetividad, así como de la identidad del sujeto, se encuentra atravesada por el género, ya que da pautas de coherencia y continuidad definitorias a la categoría de sujeto

Así pues, hablando desde la subjetividad, considero importante también aclarar desde dónde proviene el concepto de cuerpo del que constantemente hacen referencia las mujeres participantes para hablar de experiencias acuerpadas. Foucault estudió al cuerpo como un eje principal en sus reflexiones. Para él, el cuerpo es un texto donde se escribe la realidad social. Foucault (1998) delimita que "existe un saber del cuerpo que no es exactamente la sabiduría de su funcionamiento, y un dominio de sus fuerzas que es más que la capacidad de vencerlas" (p. 107), este saber y este dominio constituyen lo que constantemente refieren las mujeres-madres sobre sus historias personales que las han enmarcado en una política del cuerpo.

Retomo la maternidad planteada como una institución, tomando como referencia a Adrienne Rich (1986), quien establece que "la institución de maternidad es la maternidad bajo el patriarcado, el conjunto de suposiciones y normas, de reglamentos y controles que secuestra la experiencia, la ordena de acuerdo a un poder ajeno a la mujer madre y doméstica" p. 58. La autora propone salir de los contextos blancos, occidentales, de clase media, para enfocarnos en la noción

de maternidad de manera transversal, para darnos cuenta, asegura Rich que

> "pocas experiencias humanas están más reglamentadas en leyes no escritas que la maternidad; la transmisión de esas leyes —así como la vigilancia de su cumplimiento— es trabajo de toda la sociedad, incluyendo a las propias mujeres; quien se convierte en madre es objeto de vigilancia y, a pesar de las sucesivas olas feministas, la maternidad no es del propio sujeto madre, le pertenece a otros, y está controlada por la institución de la maternidad" p. 201.

Metodología propuesta

La presente investigación responde a una investigación cualitativa, con un anclaje desde la metodología feminista, siendo este sostenido por diversas autoras como Sandra Harding, Norma Blázquez y Martha Patricia Castañeda.

Una de las herramientas fundamentales para la colección de información, de experiencias y discursos fueron los talleres, mismo que, comprendidos en el marco de esta investigación fueron realizados entre el 30 de julio y el 3 de septiembre de 2019. Donde participaron seis mujeres viviendo en Puebla; poseen grados escolarizados muy variados, una de ellas no concluyó la preparatoria, dos con licenciatura, dos con posgrado y una con licenciatura trunca. Los empleos que realizaban antes de ser mamás estaban en su mayoría enfocados a sus profesiones, una de ellas dedicada a estudiar y otra a prestar servicio en su iglesia.

Los talleres tuvieron sus fundamentos a partir de la propia experiencia que he tenido acompañando como doula procesos grupales de contención, así, que lo primero que hice fue trazar los temas centrales a explorar, y luego ponerme muy creativa con el desarrollo de crear dinámicas que permitieran abordar dicha temática, de modo que fuera absolutamente vivencial, experimental y que atravesara por el sentí-pensar y el cuerpo, esto debido a que no elegí emplear entrevistas individuales, ni siquiera estando en grupo tener una dinámica de preguntas y respuestas, sino la riqueza de que la construcción de participación en colectivo de manera orgánica fuera de una manera muy genuina y espontánea, al calor del recuerdo por lo vivido o de la sinceridad por expresar lo que actualmente, cada una con sus post partos estaba viviendo.

Los talleres son ese momento de alquimia que dan pie a una reflexión completamente política, hablar de la potencia del encuentro, el diálogo y la escucha. Debido a mi profesión como doula las atenciones profesionales que

he brindado desde hace cinco años se han convertido en un valioso recurso para que a partir de ello pudiera generar los instrumentos para los talleres, con base en a notas y observaciones respecto a las mujeres en etapa de transición de no ser madres a serlo. Las seis mujeres participantes dieron vida a un grupo que permitió generar el trabajo de campo, para el cual fue necesaria su conformación haciendo. La conformación del grupo fue a través de invitaciones a través de los distintos espacios virtuales a los que pertenezco, como la comunidad de mamás de la escuela de mi hijo, algunos grupos de mamás en Facebook, y a mujeres que había acompañado como doula post parto, y que actualmente ya no asistían a la consulta.

Diseñé los talleres en función de temas preliminares que eran la intersubjetividad, el cuerpo, y los afectos. Sin embargo, fue imposible hablar de uno sin que emergiera el otro, pues aunque los talleres tenían organización y una semiestructura, las mujeres participantes compartían de manera indistinta historias y experiencias que saltaban de un tema a otro.

A lo largo de los talleres se emplearon instrumentos como la línea del tiempo y la cartografía del cuerpo humano, como elementos estratégico a través de dinámicas para compartir experiencias sobre sus cuerpos.

La razón principal de por qué elegí colectar la información de las mujeres-madres a través de talleres es porque un taller permite la fluidez de poder hablar acerca de la diversidad de experiencias que cada participante pueda aportar, con un tema en común.

Como bien señala (Barreto y Puyana, 2011):

> Está encaminada a generar versiones alternativas de la historia social, a partir de la reconstrucción de las experiencias personales. Se constituye en un recurso de primer orden para el estudio de los hechos humanos, porque facilita el conocimiento acerca de la relación de la subjetividad con las instituciones sociales, sus imaginarios y representaciones simbólicas. (p. 57)

Así mismo fue importante la observación dentro de los talleres debido al trabajo corporal que estuvimos llevando a cabo en cada encuentro, algunas veces los silencios eran tan poderosos como las participaciones mismas, el encuentro de miradas y las sonrisas, las respiraciones y suspiros profundos, el afecto que se mostraron desde el primer taller y la relación que tenían en el trabajo individual recordando, escribiendo y

moviendo con todo el cuerpo sus propias historias. Cuando yo percibía que estaba ocurriendo algo interesante en esos procesos del trabajo corporal me sentía responsable de preguntar en vez de asumir o interpretar, las respuestas son valiosas y se verán reflejadas muchas de ellas en el siguiente capítulo.

Finalmente la sistematización a modo de poder pasar al análisis, ya que, una vez trascritos los tres talles (13 horas de grabación en total), realicé una lectura línea por línea para poder generar la codificación que más tarde daría como resultado los códigos familias, es decir, la creación espontanea de conectores entre categorías y subcategorías.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones

Las mujeres-madres están resistiendo a la cotidianidad y lo difícil que es enfrentarse a una estructura social donde permea el imaginario de lo que se espera de "una buena madre", se trata de una cotidianidad individual y colectiva. Lo que hace más complejo el caso, es que poco o nada de habla de ello, pues los discursos románticos de la maternidad es algo que se acepta y espera de las mujeres-madres, no lo contrario, hablar de su cansancio, insatisfacción, de todas las inseguridades que las acompaña su nueva etapa de vida (ser madres) e incluso hablar de la pérdida de sí mismas es algo que ellas mismas no terminan de tener claro, menos para poder mostrarlo y discursarlo con más personas. Es así que este gran número de mujeres resistiendo desde su historia individual, sin que lo sepan pertenecen a algo que yo llamo una organización no organizada.

Lo que ha sido muy enriquecedor de los talleres fue la creación de un espacio de escucha, apoyo y contención, dado que ahí comprendimos que la manera de poder seguir resistiendo a formas reguladoras que socialmente se tienen hacia las mujeres (y que se exacerba al convertirnos en madres); es justamente a través de la red de apoyo entre nosotras, por la empatía y los puntos en común que todas están/estamos viviendo.

Es así que quiero hacer algunas reflexiones en torno al cambio social. Bajo las conclusiones de este grupo de seis mujeres los resultados habla de una gran posibilidad de generar dicho cambio social bajo ciertas condiciones a tomar en cuenta como por ejemplo la creación de grupos como red de apoyo entre mujeres, dado que encontré que el sostén más fuerte y empático que reciben es de otras mujeres que están pasando por historias similares (de post parto), otra

necesidad urgente es la de mantener una sociedad informada respecto a si somos capaces de reconocer que es necesario a medida que la sociedad estemos involucradas/os en temas trascendentes como las maternidades, y dejemos de tener un "comportamiento heredado" me refiero a los discursos y las acciones que reproducimos para la convivencia frente a una mujer en ejercicio de su maternidad. Esto incluye la relación más amplia en sentido personal, familiar, laboral, hasta la creación de políticas públicas necesarias para generar condiciones de mayor beneficio en materia de autonomía y sujeción de y para las mujeres.

Otro destacado hallazgo se encuentra situado en la violencia por género, dado que recae en ellas la mayor mirada de juicio, vigilancia y regulación social, respecto a la crianza, no así para ellos, los papás de sus hijas/os (estén o no en pareja). Y eso da cuenta del contexto social patriarcal que prevalece en la ciudad de Puebla. Es desde ahí que emergen lo que llamo maternidades disidentes o maternidades rebeldes, que son mujeres que se han atrevido a cuestionar lo establecido frente a cómo ser madre, y han tenido esa capacidad de agencia de la que nos habla Butler, de resolver y continuar en ejercicio de su maternidad bajo estructuras sociales adversas. Por tanto habrá que decirlo, no hay un modelo único, no hay que dar continuidad a la abnegación y la renuncia de nosotras mismas por dar paso a priorizar quehaceres que demanda la maternidad, por el hecho de creer que nos toca a nosotras exclusivamente y solo por el hecho de ser mujeres, es decir, habrá que seguir en la búsqueda, en la construcción y en la procuración a través del ejercicio de una maternidad libre, autónoma y feminista.

> "Necesitamos imaginar un mundo en el cual cada mujer sea el genio que presida su propio cuerpo. En un mundo semejante, las mujeres crearán de verdad la nueva vida, dando a luz no sólo niñas/os (según nuestra elección), sino visiones y pensamientos imprescindibles para apoyar, consolar y transformar la existencia humana: en suma, una nueva relación con el universo. La sexualidad, la política, la inteligencia, el poder, el trabajo, la comunidad y la intimidad cobrarán significados nuevos, y el pensamiento mismo se transformará. Por aquí debemos comenzar". (Rich, 1986).

Referencias

Butler, J. (1990). Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos de sexo. Buenos Aires: Paidós.

Butler, J. (2001). El género en disputa. El feminismo y la subversión de identidad. México: Paidós. PUEG-UNAM.

Castañeda P. (2014). Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. UNAM. México. Universidad Nacional Autónoma de México

Carmona, J. (2015). Revista feminista. Antes de Eva: 7-9.

Foucault, Michel (1998), Vigilar y Castigar. Nacimiento de la prisión. Editorial Siglo Veintiuno, México.

Guattari, F. (1986). De la producción de la subjetividad. Revue Chimeres, p.119.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía consultado en: https://www.inegi.org.mx/

Instituto Poblano de las Mujeres, consultado en: http://datos.puebla.gob.mx/grupo/instituto-poblano-de-las-mujeres.

Palomar Verea, C. (2005). Maternidad: historia y cultura. Revista de estudios de género. La ventana: 31-67.

Rich, A. (2019). Nacemos de mujer: la maternidad como experiencia e institución. Traficante de sueños. Edición reciente. España.

Sautu, R.; Boniolo, P.; Dalle, P.; Elbert, R. (2005) "La construcción del marco teórico en la investigación social", en Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires, Argentina: CLACSO. ISBN: 987-1183-32-1

Walby, S. (1997). Theorizing Patriarchy, Inglaterra: Blackwell. Oxford UK and Cambridge USA.

Participación ciudadana municipal y gobernanza para la construcción de políticas públicas: una experiencia de comunicación para el cambio social en México.

Participação do cidadão municipal e governança na construção de políticas públicas: uma experiência de comunicação para mudanças sociais no México

Municipal citizen participation and governance for the construction of public policies: a communication experience for social change in Mexico

Víctor Olid Trejo Vivanco [24]
Rosa María González Victoria[25]

Resumen: Abordaremos el debate reciente sobre democracia participativa y la toma de decisiones públicas que se traduce en la gobernanza y en procesos de comunicación para el desarrollo, en la construcción e implementación de políticas públicas.

Palabras Clave: Comunicación, Participación Ciudadana, Políticas públicas

Abstract: We will address the recent debate on participatory democracy and public decision-making that translates into governance and communication processes for development, in the construction and implementation of public policies.

Key words: Key words: Communication, Citizen Participation, Public Policies

[24] *Doctorante en Políticas Públicas en la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo. Maestría en Gobierno y Gestión Local. México. victorolidtrejo@gmail.com*

[25] *Profesora-investigadora de la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo. Doctorado en Ciencias Sociales (Especialidad en Comunicación y Política). México. rgonzalez@uaeh.edu.mx*

Introducción

Los gobiernos para ser socialmente aceptados y representar al pueblo en el ejercicio de la soberanía y el poder requieren de dos condiciones mínimas, la legalidad y la legitimidad, que se traducen de la siguiente forma: la primera condición se refiere a que los procesos en los que son electos los gobernantes sean legalmente reconocidos; es decir, no cuestionados en su organización y sus resultados. La legitimidad, por su parte, se refiere al reconocimiento social de los ganadores por parte de sus adversarios políticos y la sociedad a la que gobiernan como resultado de un proceso sin anomalías y con mayorías consolidadas.

Así, la participación ciudadana relacionada con la transformación y el cambio de un sistema político caracterizado por el control de un solo partido, durante 70 años ininterrumpidos y 90 años en varios estados del país, resulta un asunto relevante no sólo para el escenario político sino para impactar las causas estructurales del subdesarrollo, como son la carencia de libertades colectivas y la injusticia social. La evolución de la democracia en México ha dado la posibilidad de apertura al involucramiento ciudadano en el espacio público, más allá del voto, a través de mecanismos de participación ciudadana como el plebiscito, la iniciativa popular, la consulta popular y el presupuesto participativo, por citar algunos. Esto no es un paso menor, pero la tendencia de las democracias occidentales se orienta hacia la gobernanza; que implica además procesos de comunicación horizontal e involucramiento social en el espacio estatal para propiciar la apropiación de las resoluciones colectivas.

Este recorrido, descrito de manera sintética, es mucho más complejo ya que involucra el proceso de consolidación de la democracia representativa, la aceptación del derecho de participación electoral y de representación de las minorías, el reconocimiento del voto como instrumento primario de participación ciudadana, la celebración periódica de elecciones en un clima de paz social, dotados de certeza, imparcialidad, objetividad y máxima publicidad; donde se reconozcan y acepten los resultados.

Éstas fueron las bases para la alternancia política que se vivió como oleada en las últimas dos decadas del siglo XX y la primera decada del siglo XXI en los países latinoamericanos, y que acrecentó las demandas hacia la democracia participativa y la exigencia de intervención en los asuntos colectivos, que trajo consigo nuevas formas

de comunicación gobierno-sociedad y el fortalecinto de la participación ciudadana en el diseño, implementación y evalución de las políticas públicas.

Esta nueva forma de relación gobierno-gobernados se vive en los distintos ámbitos de gobierno; sin embargo, las experiencias más consolidadas se han dado en los gobiernos locales, derivado de que son los responsables de atender las problemáticas primarias y son, al mismo tiempo, la autoridad de primer contacto con el ciudadano. Esta condición permite un mecanismo de diálogo más estrecho y la exigencia de resolución de demandas más pronta.

Estas decisiones, respecto de los problemas públicos y su construcción colectiva, implican dos cosas: la utilización de mecanismos participativos en el proceso de toma de alternativas y un a estrecha comunicación entre los actores sociales en el que las demandas se conviertan en soluciones que beneficien al colectivo.

Objetivo

El objetivo de este trabajo es presentar resultados preliminares de una investigación de acción participativa (IAP) que se lleva a cabo en Mineral de la Reforma, uno de los 84 municipios del estado Hidalgo (México), respecto al diseño reglamentario de participación ciudadana, rumbo a la implementación de un modelo de gobernaza que propicie nuevas formas de comunicación con los ciudadanos y gobierno horizontal, ya que si bien otras instituciones políticas han logrado ganar algunas jurisdicciones municipales la mayoría sigue en manos de un nonagenario partido. Este municipio ocupa el tercer lugar en densidad poblacional en el estado, con 150,176 habitantes, colinda con la capital y forma parte de la zona metropolitana de la entidad.

Discusión teórica

La participación ciudadana está, de origen, vinculada con la democracia por lo que su estudio debe partir de un análisis de la teoría de la democracia moderna. Iniciemos acercándonos al concepto de democracia, tipo de régimen de gobierno en el que mejor se desarrolla la participación ciudadana. Bobbio sostiene que la "democracia directa se entiende estrictamente como la participación de todos los ciudadanos en todas las decisiones que le atañen" (1984: 33). Sin embargo, esta participación sin estructuras y sin regulación se vuelve materialmente imposible, por lo que la evolución de la

democracia pura encontró cauce en la democracia representativa que, según el mismo autor, "en términos generales quiere decir que las deliberaciones colectivas, es decir, las deliberaciones que involucran a toda la colectividad, no son tomadas directamente por quienes forman parte de ella, sino por personas elegidas para este fin" (1984:34).

Sin embargo, la crisis de legalidad de las elecciones y en consecuencia de legitimidad de los gobernantes impulsó con fuerza la idea de la democracia participativa.

En términos generales, la participación ciudadana "es el involucramiento de los individuos en el espacio público estatal y no estatal desde su identidad de ciudadanos, es decir, de integrantes de una comunidad política; esta participación está vinculada a los modelos de democracia y al tipo de relación gobierno-sociedad que se quiere construir" (Villareal, 2010: 32).

Para que la participación ciudadana impacte en lo resultados del gobierno, se requiere que, en democracia, exista un marco institucional que tenga como base un sólido sistema electoral que garantice: certeza, imparcialidad y objetividad en sus resultados. Con ello se consigue que exista una relación positiva entre el gobierno y la ciudadanía, y permita plantear alternativas a los problemas públicos. Esta relación gobierno–ciudadanos implica estudiar tres elementos clave: la democracia, la ciudadanía y la gobernanza. El primero lo podemos definir como: "un mecanismo mediante el cual las personas se organizan libremente para distribuir la autoridad, limitando los abusos del gobierno y los excesos de otros agentes del poder económico, cultural o religioso" (Morales, 2011:76).

El segundo elemento, la ciudadanía, se puede conceptualizar como: "el estatus legal que concede un Estado: abarca derechos y obligaciones cívico-políticas, se vincula a una edad y a criterios de arraigo e identidad (Cruz, 2012: 62).

La gobernanza. por su parte, estudia el complejo proceso de toma de decisiones a partir de la pluralidad de los actores sociales (Peters, 2010), para lograr la formulación, promoción, ejecución y evaluación de políticas públicas, basadas en el intercambio de ideas, conocimientos, recursos y normas, que permita el involucramiento en los asuntos públicos de los ciudadanos a través de un proceso de comunicación horizontal que propicie de manera eficiente y eficaz el cogobierno a partir del diseño e implementación de políticas públicas. Cabe aclarar que las políticas públicas son "vistas

como el proceso mediante el cual los gobiernos toman sus decisiones directivas, y su objeto consiste en mejorar la calidad y eficiencia de las decisiones de los gobiernos basándose en el conocimiento" (Franco, 2012: 17). De esta forma se convierten en el instrumento mediante el cual se interpreta la realidad social, el entorno, los problemas, sus causas y alternativas de solución. El final de este camino es optar por alguna resolución consensada que derive de la participación ciudadana, como lo sostiene Manuel Canto: "La participación ciudadana es un elemento transversal de las políticas públicas en tres vertientes: durante cada una de las fases del ciclo de estas, así como en la integración de la agenda gubernamental y la evaluación de los rendimientos de las políticas públicas" (2012:29). Todos estos procesos implican comunicación e intervención social permanente.

Metodología

La investigación de acción participativa (IAP) involucra la interacción social entre el investigador y los informantes en escenario social, ambiente o contexto, durante la cual se recogen datos de modo sistémico y no intrusivo. Implica la selección de un escenario social y el acceso a este escenario, normalmente una organización o institución, e interacción con los responsables y los informantes y la recolección de información directa (Taylor & Bogdan, 1984). En esta investigación se hizo una revisión de los mecanismos de participación existentes en el municipio y se recogieron elementos para el diseño del Reglamento de Participación Ciudadana de Mineral de la Reforma. Esta intervención permitió observar elementos, esquemas y comportamientos ciudadanos en asuntos públicos.

Esta investigación nos permitió desentrañar el conjunto axiológico común en dicho municipio y la pertinencia en la necesidad del involucramiento ciudadano en las decisiones públicas en el ámbito de la demarcación, así como precisar el mecanismo de evaluación futura que permitiera conocer si la instrumentación de mecanismos de participación ciudadana, como política pública en el ámbito local, ha cumplido con los objetivos para los cuales fue diseñado.

Es importante aclarar que en México son escasos los ejercicios de participación ciudadana para el diseño de políticas públicas, y más aún –como se mencionó– en estados donde un solo partido se ha mantenido en el poder.

También permitirá retroalimentar, con sus efectos, el diseño y la aplicación de los

mismos en la posteridad, aunque cabe advertir aquí que es preciso mantener en constante retroalimentación el diseño de la política, su implementación y su evaluación, ya que uno de los factores en contra de la aplicación del método cualitativo, sobre todo para el diseño de la política pública, es precisamente el tiempo en el que no se puede conciliar la necesidad cortoplacista del gobierno por dar resultado y la orientación a largo plazo del método cualitativo, por lo que hace a las observaciones inferencias que realiza todos los instrumentos que aplica para saber si es preciso que debe aplicar para su desarrollo. Sin embargo, estamos convencidos que el método cualitativo nos permitió acercarnos a la realidad municipal de Mineral de la Reforma que permita obtener un diseño que cumpla con las características para propiciar la participación ordenada de la ciudadanía en los asuntos públicos, dado que fue producto de la propia ciudadanía.

Establecidos los criterios por los cuales optamos por aplicar la metodología cualitativa en la presente investigación, debemos establecer cuáles fueron las técnicas empleadas y las herramientas que auxiliaron para llegarnos de la información y poder culminar de la mejor manera este trabajo de investigación. Como método de investigación principal se seguirán los pasos de la investigación participante o investigación acción participante (IAP), la cual ha sido conceptualizada como un proceso por el cual miembros de un grupo o una comunidad recolectan y analizan información y actúan sobre sus problemas con el propósito de encontrarles soluciones y promover transformaciones políticas y sociales (C. Lerner, 1997:17, citado por Balcázar, 2003:60).

Este tipo de investigación implica el involucramiento del investigador. Por tanto, para buscar soluciones a problemas comunes, no distingue formación académica, grupo social al que se pertenece, condición económica, creencia religiosa, contexto urbano o rural, sino más bien reconoce la existencia de una problemática común a la cual se requiere una solución. Y, sobre todo, lo que es esencial para esta investigación: requiere participación comunitaria para buscar soluciones.

La investigación en políticas públicas, mediante métodos cualitativos, abarca desde el diseño o la hechura, la elección de alternativas, los determinantes de éxito o fracaso en la implementación y los efectos en la sociedad, hasta el estudio de la caja negra del estado de utilidad para conocer al sistema

político y sus actores. Un enfoque de utilidad son los análisis discursivos y la observación participante (Cejudo, 2008, citado por Hernández 2008: 11).

Resultados

La metodología utilizada para esta investigación ha permitido no sólo promover y activar la participación de los principales actores involucrados sino producir una propuesta normativa local para la participación ciudadana. Para este modelo es más importante el proceso comunicativo en sí pues considera que las propuestas surgen desde la propia comunidad; esto significa que no define –de manera anticipada– medios, mensajes ni técnicas para la acción (Gumucio-Dagron, 2011: 28), como la comunicación para el desarrollo la concibe, inclusive, unidireccional. Cabe destacar que en cada una de sus fases ha requerido un intenso proceso de diálogo y negociación, proceso que actualmente se encuentra en un 70% de avance. Para su desarrollo se optó por dividirla por fases para facilitar la intervención de los actores sociales involucrados. Adicionalmente al trabajo propio de la investigación acción participante, se realizó un exhaustivo estudio del marco teórico de las políticas públicas, la metodología cualitativa y la propia referencia académica de la acción participante.

A continuación, explicamos cada una de las fases en las que se dividió el trabajo de investigación:

Fase preliminal

Para el caso de esta investigación es preciso establecer que tiene como antecedente el trabajo instrumentos de participación ciudadana: un análisis sobre su posibilidad de implementación en el estado de Hidalgo (Trejo, 2015), lo que permitió tener un acercamiento con el tema de estudio y buscar ahora realizar un diseño de aplicación de los mecanismos de participación ciudadana en el municipio ámbito base de gobierno en el que existe una relación más intensa entre ciudadanos y autoridades, por la cercanía y el nivel de responsabilidad. Por ello, es factible considerar que a través de la investigación acción participante se puede propiciar un nivel de confianza que permita obtener un diseño eficiente y eficaz de participación ciudadana municipal que, a través de un esquema de evaluación, se retroalimente y continúe siendo operado por los gobiernos municipales y exigido como un derecho por los ciudadanos.

Para que esto suceda se tiene claro que el diseño está centrado en el ciudadano, en

conocer la forma en que, de manera práctica, realiza su organización, las características regionales que tiene, el comportamiento social, sus valores cívicos y, de manera paralela, realizar una investigación documental en la que se precise la importancia del municipio, las políticas públicas, marco teórico y estudien los mecanismos y las prácticas participativas en Hidalgo (México) para establecer bases sólidas en el diseño de un modelo de participación ciudadana municipal, soportado en un reglamento para el municipio de Mineral de la Reforma, proceso que se desasarrollará mas adelante.

Diseño del proyecto

Cuando se integra el Ayuntamiento, en septiembre del 2016, se conoce la reglamentación vigente y, durante el año siguiente, se comienza a preparar la propuesta de reglamento de participación ciudadana, para el municipio de Mineral de la Reforma, Hidalgo. Al tomar la determinación de considerarlo como tema central de esta investigación se informa al titular de la presidencia municipal, con el objeto de contar con su apoyo para la realización de acciones complementarias al proceso legislativo reglamentario y desarrollar esta investigación; para ello se realiza la invitación y se constituye el grupo técnico a través de la Unidad de Planeación y Evalución, el grupo de seguimiento conformado por los integrantes de la Comisión de Gobernación, Bandos Reglamentos y Circulares y un grupo de delegados municipales y ciudadanos convocados con el propósito de constituir el grupo de investigacion acción.

Hecho lo anterior, se hace del conocimiento de los integrantes de cada uno de los grupos del proceso a desarrollar, así como sus bases teóricas y metodológicas, para conocer su disposición y compromiso de participación y despejar dudas y establecer alcances de la misma.

Diagnóstico

Como parte de esta fase se tomó como referencia lo expresado en las audiencias públicas[26] brindadas a los ciudadanos y/o autoridades auxiliares, con referencia al nivel de participación en la solución de problemas cotidianos considerados públicos y el involucramiento del Gobierno Municipal con sus necesidades. Dicha información quedó

[26] *Las audiencias públicas son un mecanismo mediante el cual las autoridades escuchan planteamientos ciudadanos, tales como: peticiones, quejas, denuncias, sugerencias y/o propuestas.*

registrada en la bitácora de audiencias que para efectos de esta investigación será el punto de partida porque nos permite ubicar demandas generales y agrupar los medios mediante los cual es el ciudadano desea colaborar y/o intervenir en el gobierno, este proceso también nos revela las limitantes, tensiones, condiciones y alcances que pueden tener las alternativas planteadas a través de esta investigación, además, la concepción empírica que tienen los ciudadanos respecto a su intervención en los asuntos públicos del municipio, y las soluciones que plantean para ser tomados en cuenta en el proceso decisorio de la demarcación.

Recopilacion de información

Como se ha mencionado, el proceso de recopilación de información parte de las audiencias ciudadanas impulsadas a partir de 2016 donde se expresaron diversas problemáticas agrupadas en 3 grandes grupos: 1. Gestión de Servicios Municipales; 2. Gestión de Trámites municipales; y, 3. Gestión Social y/o personal.

Además, se realizó una entrevista al presidente municipal para conocer la perpectiva de la administración municipal, respecto a la participación ciudadana; se celebraron reuniones de trabajo con el grupo técnico y sesiones con el grupo de seguimiento para analizar las propuestas de modificación al planteamiento inicial; y, conversatorios con los ciudadanos que apoyaron el seguimiento para acordar la versión definitiva del reglamento.

Esta recopilación de información tiene el propósito de acompañar, simultáneamente, el diseño del reglamento para que se adapte a las necesidades de la población objetivo, siendo compatibles al devenir histórico del municipio, a su realidad social, los procesos en los que los ciudadanos tienen mayor interés de participar respecto a la vida pública. Con ello, buscamos ampliar la definición del problema público que da origen a este trabajo, para llevarlo a cumplir sus objetivos y construir un instrumento reglamentario de aplicación general que reúna las diversas visiones del problema cuya interpretación sea accesible para propiciar el involucramiento ciudadano en la esfera pública municipal, propiciando así la gobernabilidad y dando paso a la gobernanza.

Diseño reglamentario

Esta fase se realizó mediante la constitución de los grupos para llevar a cabo el proceso de estudio, buscando en todo momento el apoyo de los enfoques teóricos y

la propia metodología de diseño de las políticas públicas, que sugiere fortalecerse de inicio con referencias teóricas, fundamentos legales, realizar una definición de población objetivo y una normatividad en la cual descansará la operatividad de las acciones públicas, que tiene como propósito sentar las bases de implementación de los mecanismos de participación ciudadana en Mineral de la Reforma, susceptibles de una evaluación de impacto, en un futuro.

Conclusiones

La participación ciudadana ha cobrado importancia como tema de la agenda política y como elemento de legitimación de la democracia. Su relevancia ha sido producto de la transformación de los sistemas de gobierno, cuyos procesos de transición y democratización han favorecido cada vez más el papel protagónico de los ciudadanos. La participación ciudadana permite una intervención directa del ciudadano en el espacio público para diseñar, operar y exigir resultados en torno a los asuntos públicos y decisiones en las que el gobierno tiene una responsabilidad. Los mecanismos de participación ciudadana se han convertido en los medios de intervención y diálogo entre gobernantes y gobernados.

La participación ciudadana se convierte así en un elemento transversal de las políticas públicas, con esta ampliación de derechos en el proceso de toma de desiciones, se permite avanzar en la democracia participativa, garantizando a los ciudadanos interlocución con el gobierno fortaleciendo la legitimidad de los gobiernos locales al propiciar interacción en el ejercicio del poder entre gobernantes y gobernados, aprovechando esta cercanía para vincularse en un ejercicio de comunicación con la sociedad a la que gobierna a través de instrumentos como la audiencia pública, el presupuesto participativo, el derecho de petición, entre otros.

De este modo resultó novedoso exponer resultados de una experiencia de comunicación para el cambio social en la construcción de políticas públicas (decisiones públicas), ya que nos brinda la posibilidad de comprender más allá del análisis duro, del dato numérico, la interacción de los actores sociales que intervienen en ella y a los que pretende impactar su diseño, implementación y evaluación.

Referencias

Aguilar, L. (2000). Problemas públicos y agenda de gobierno. México: Porrúa.

Balcazar, F. (2003). Investigación acción participativa (iap): Aspectos conceptuales y dificultades de implementación. *Fundamentos en humanidades*, Vol. IV, núm. 7-8, pp. 59-77: Universidad Nacional de San Luis.

Bobbio, N. (1984). *El futuro de la democracia*. México. F.C.E

Canto. M. (2012). Participación ciudadana en las políticas públicas. México: Siglo XXI.

Cruz, M. (2012). Participación ciudadana de los jóvenes universitarios. México: Trillas.

Franco, J. (2012). *Diseño de políticas públicas*. México: IEXE.

Gamucio-Dagron, A. (2011) "Comunicación para el cambio social". *Signo y Pensamiento*, XIX, 58, enero-junio, Medellín.

Hernández, A. (2008). La metodología cualitativa y su importancia en el análisis de las políticas públicas. Acercamientos metodológicos y epistemológicos al análisis del

Estado, del Gobierno y las Políticas Públicas. *REDPOL*, núm. 8: UAM Azcapotzalco

Morales. U. (2011). *Manual del poder ciudadano*. México: Océano.

Peters, B.G. (2010). Governance, Meta-governance, en Zurbriggen y Maríñez (coords.), *Cambio de política en gestión de redes institucionales, ¿un nuevo modelo de gestión?* México, EGAP/Porrúa.

Taylor, S. & Bogdan, R. (1984). *Introducción a los métodos cualitativos*. México: Paidós.

Trejo, V. (2015). Instrumentos de participación ciudadana: un análisis sobre su posibilidad de implementación en el estado de Hidalgo. México [Tesis: Maestría].

Villarreal, M. (2010). Participación ciudadana y políticas públicas. *Memorias del décimo certamen de ensayo político,* pp. 31-46. Monterrey.

A dimensão político-pedagógica do *Voz das Comunidades* na cobertura da pandemia da Covid-19 - Brasil

La dimensión político-pedagógica del Voz das Comunidades en la cobertura de la pandemia Covid-19 - Brasil

The political-pedagogical dimension of Voz das Comunidades in covering the Covid-19 pandemic- Brazil

Juliana Freire Bezerra[27]

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre a dimensão político-pedagógica do jornal comunitário Voz das Comunidades, situado no Rio de Janeiro, no Brasil, na cobertura da pandemia da Covid-19. A reflexão foi feita com base na perspectiva pedagógica de Paulo Freire e do entendimento do Jornalismo enquanto forma de conhecimento.

Palavras-chave: Jornalismo Comunitário, Cidadania, Direito à Comunicação.

Resumen: Este artículo tiene como objetico reflexionar sobre la dimensión político-pedagógica del periodismo comunitario Voz das Comunidades, ubicado en Río de Janeiro, Brasil, en la cobertura de la pandemia Covid-19. La reflexión se basó en la perspectiva pedagógica de Paulo Freire y la comprensión del Periodismo como forma de conocimiento.

Palabras Clave: Periodismo comunitario, Ciudadanía, Derecho a la comunicación.

Abstract: This article aims to reflect on the political-pedagogical dimension of the community journal Voz das Comunidades, based in Rio de Janeiro, Brasil, in the coverage of the Covid-19 pandemic.

Key-words: Community Journalism, Citizenship, Right to Communication.

[27] [27]*Juliana Freire Bezerra: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista Capes, Brasil. E-mail: freire.juliana.bez@gmail.com*

Introdução

Menos de dois meses foi o tempo suficiente para que a pandemia global da Covid-19 iniciada na cidade de Wuhan, na China, se alastrasse para diversos países, chegando à cidade de São Paulo, no Brasil, onde os primeiros casos foram confirmados em meados de fevereiro de 2020. No contexto brasileiro - assim como ocorreu no resto do mundo -, a velocidade de contágio e a letalidade humana ocasionadas pela doença acendeu um estado de alerta e apreensão incomum na população, causando desorientação social e alteração de rotinas individual e coletiva para a proteção da vida.

É na esteira de acontecimentos de alto poder de afetação pública e teor catastrófico como este que o jornalismo potencializa a sua dimensão pedagógica. Enquanto um dos atores sociais empenhados em produzir e socializar conhecimentos sobre a vida cotidiana (GENRO FILHO, 1987, MEDITSCH, 1997), seu papel principal é tornar o que a princípio se configura como não-familiar em algo compreensível para que as pessoas possam agir no mundo de forma consciente.

Por conta disso, o acesso à informação foi concebido como uma das principais frentes de combate à Covid-19. Ao socializar conhecimentos confiáveis, obtidos sobretudo junto às autoridades mundiais e nacionais de saúde, o jornalismo brasileiro em certa medida contribuiu para a conscientização social sobre a gravidade da doença e as formas de prevenção, visando a desaceleração do contágio[28].

No entanto, em muitos contextos populares, medidas básicas de autocuidado podem sequer ser realizadas. A falta de acesso à água e ao esgotamento sanitário, a precariedade de moradias, as dificuldades financeiras para o sustento diário são alguns dos fatores que dificultam práticas de higiene e de isolamento social (FIOCRUZ, 2020). Em razão disso, o jornalismo feito *para*, *sobre* e a *partir das* periferias brasileiras se viu diante de um grande desafio: como abastecer o seu público de informação de pertinência pública no atual cenário?

Neste artigo, mapeamos alguns caminhos que este jornalismo tem percorrido para cobrir a pandemia. O objetivo foi refletir sobre o seu duplo papel político-pedagógico, que se apresenta tanto nos conteúdos produzidos, como na articulação empenhada para elaboração de uma práxis comunicativa

[28] *Além disso, recorreu a outros saberes, como o do campo da história, com o intuito de revisitar o passado para gerar conhecimento capaz da colaborar com a compreensão do acontecimento atual.*

coletiva e de pertinência popular no atual cenário. O objeto empírico escolhido para ilustrar este estudo é composto pelo jornal comunitário de cunho profissional, Voz das Comunidades, situado no Rio de Janeiro[29]. O recorte escolhido decorre da práxis inventiva desta iniciativa no atual cenário, bem como do fato de se situar no sudeste do Brasil, região considerada o epicentro inicial da pandemia da Covid-19 a nível nacional.

2. Da orientação à transformação: o caráter político-pedagógico do jornalismo

Em estudo denominado *O segredo da pirâmide* (1987), o brasileiro Adelmo Genro Filho argumenta que o jornalismo é uma forma de conhecimento. Para o autor, essa diferencia-se de outras formas de conhecimento, como a arte e a ciência, por ancorar o seu movimento de significação da realidade a partir da cristalização do singular, e não do que é típico ou genérico. Por isso, é na cobertura de acontecimentos que rompem a normalidade em vigor e possuem alto poder de afetação pública, como a pandemia da Covid-19, que eleva sua dimensão pedagógica, preocupando-se sensivelmente com o que Vizeu e Cerqueira (2019, p. 2) denominam de "processos/operações didáticas".

No âmbito desta discussão, Robert Park, já na década de 1940, enxergou os produtos jornalísticos como um tipo de conhecimento que exercia a função de informar e orientar "o público, dando a todos a notícia do que está acontecendo" (PARK, 1940, p. 60). A partir de uma mirada dialética, Genro Filho (1987), argumenta, no entanto, que o jornalismo tem a potencialidade de ultrapassar esta função, gerando no corpo social mais do que a mera adaptação à normalidade em vigor. Tendo a realidade concreta como mediadora da reflexão profissional, sua dimensão transformadora é tornada potencial, capaz de gerar um conhecimento contrário à manutenção do *status quo* e incitador das bases de sua mudança. Ao tomarmos como temática de estudo a dimensão pedagógica do jornalismo produzido pelas e para as camadas populares este papel transformador parece se configurar como ainda mais potente.

O entendimento deste jornalismo como um dos vetores da mudança social foi influenciado em grande mediada na década de 1970 pelos fundamentos da Educação Popular de Paulo Freire. Embora este autor

[29] *Embora o Jornalismo Comunitário exista há décadas no Brasil, é recente a sua profissionalização, que decorre do tímido, mas já iniciado, processo de inclusão das classes populares ao ensino superior. Este processo de democratização da educação é viabilizado em parte pelas políticas afirmativas implantadas nos últimos anos no país.*

não tenha se debruçado sobre o campo da Comunicação especificamente, seus ensinamentos permitiram que a práxis comunicacional fosse concebida em um sentido mais amplo do que o da mera persuasão e dominação (BELTRAN, [1981], 2012). O contexto de ditadura militar na América Latina se configurou propício para o entendimento de que a comunicação se tomada por uma visada popular-alternativa e por princípios democráticos, como o do diálogo e da participação, poderia se constituir como um vetor político-educativo de cunho emancipatório, usado para o fortalecimento do tripé da conscientização acerca das injustiças do mundo, da organização para combatê-las, e da ação para a mudança social. A fusão entre o jornalismo de base e o alternativo neste período histórico evidenciou esse potencial pedagógico, uma vez que por meio dela as bases das mudanças que levaram à queda das ditaduras nesses países foram reforçadas.

No contexto contemporâneo brasileiro - marcado pelo desfalecimento do socialismo real - este jornalismo continua se constituindo como um dos vetores da Comunicação Popular organizada. Assumindo uma perspectiva local - diferente de outrora, quando estava envolvido em um grande projeto nacional pela redemocratização do país- tem preenchido lacunas de informações deixadas pelo jornalismo comercial sobre as comunidades periféricas. Seu papel é exercitar na prática o que desde a década de 1980 os intelectuais latino-americanos denominam de Direito à Comunicação (RAMOS, 2005). Isto é, o direito que os cidadãos possuem não só de serem informados, como também de produzirem conhecimentos e acessarem os meios de comunicação social para compartilhá-los, disputando na esfera política o modo como os acontecimentos relacionados às suas realidades serão significados.

Como especialistas de suas regiões, os jornalistas moradores de periferias evidenciam a complexidade e vitalidade cultural que existem dentro delas. Contribuem para a desconstrução dos estigmas que aprisionam e espoliam seus habitantes sob a ótica única da carestia ou da violência. O reforço à autoestima comunitária por meio da luz destinada às demais facetas das periferias igualmente contribui para que as populações locais se sintam parte da realidade mais ampla da cidade, do país e do mundo, e estimuladas a transformá-la.

Como nos permite refletir Paulo Freire ([1997], 2004) a partir do campo científico da

Educação, a dimensão político-pedagógica que aqui nos referimos está relacionada com a compreensão mais ampla do sentido da política, entendida como inerente a qualquer atividade humana. Como ser histórico capaz de não só adaptar-se ao meio ambiente, mas também de transformá-lo, o ser humano é presença que intervém para a construção do mundo. Isto quer dizer que suas ações, mesmo que proclamadas como neutras, objetivas e imparciais, constituem essencialmente uma tomada de posição, uma escolha frente a diferentes opções. Neste sentido, Freire afirma que, enquanto educador e cientista, nunca teve interesse em "assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos", o que, porém, não o "afastou de uma posição rigorosamente ética" (p. 15). E acrescenta que é preciso esclarecer que a ética de que fala "não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro (...)", mas a da ética universal do ser humano. Da que se "sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe" (p. 17).

É na integração entre os movimentos da prática e da reflexão sobre a realidade (a práxis), que o conhecimento jornalístico igualmente tem a potencialidade de ser construído com vistas a contribuir com a emancipação das minorias sociais potencializando a rigorosidade ética[30]. Para a formulação do conhecimento crítico gerador da ação consciente, Freire ([1997], 2004) argumenta que à práxis deve-se aliar o método dialógico, onde os seres pensantes mediados pela realidade concreta complementam seus pontos de vista para avançar juntos no entendimento do mundo. É justamente isto que o jornalismo comunitário atualmente vem fazendo para intervir enquanto sujeito político no mundo e inventar uma práxis profissional de qualidade e comprometida com as demandas populares na pandemia da Covid-19, a qual resulta em conhecimentos jornalísticos incitadores da cidadania.

3 Da práxis à informação transformadora: o Jornalismo Comunitário na pandemia

[30] Na obra de Paulo Freire é feita uma consideração sobre o que seria ativismo. No sentido que o autor emprega, esse seria a ação inconsciente, tomada sem a reflexão crítica prévia. Na outra ponta da balança, Freire aponta que o verbalismo, ou seja, reflexão abstrata sem ancoragem na realidade concreta, igualmente é incapaz de gerar a superação do saber ingênuo pelo crítico sobre o mundo para a transformação de problemas concretos. É só por meio da integração entre estes dois movimentos, teoria e prática, que a ação transformadora se desenvolve (FREIRE, [1997], 2004). É neste sentido que pensamos o potencial emancipatório do jornalismo.

Impulsionadas por questionamentos sobre como orientar o seu público-alvo a higienizar as mãos, sabendo que muitas moradias nas periferias estavam sem água, ou como indicar que trabalhadores autônomos permanecessem em casa, tendo conhecimento que lhes faltava renda familiar suficiente para o sustento diário, mais de 80 iniciativas brasileiras de jornalismo comunitário se uniram em um movimento nacional chamado #CoronaNasPeriferias. Esta rede, que foi iniciada em março de 2020, teve como intuito não só cobrar do poder público medidas direcionadas de proteção à vida em contextos vulneráveis, mas também gerar um processo de autoaprendizado coletivo para que juntas abastecessem o seu público-alvo com informação de pertinência pública popular no atual cenário. Em carta pública assinada coletivamente e em formato digital, elas diziam: "Precisamos saber informar nossas crianças, nossos jovens, nossos idosos, pais, mães e familiares. De nós para os nossos", com conhecimentos precisos e de qualidade (CORONA NAS PERIFERIAS, 2020). Disto resultou que este movimento tem gerado entre os jornalistas moradores de periferias a consciência de que a pandemia afeta a todos, mas não da mesma maneira e que, desta forma, é preciso que se unam para usarem a informação como uma das frentes de combate à crise atual. Por meio das trocas de conhecimentos e da reflexão coletiva entre as diferentes iniciativas jornalísticas, saberes inventivos sobre como informar o público vêm sendo gestados desde então. A seguir mapeamos algumas iniciativas construídas pelos portal carioca *Voz das Comunidades*.

3.1 Integrando prática e reflexão crítica para conscientização – organização - ação

Como que inspiradas pelo método educativo freiriano, estas iniciativas jornalísticas têm adotado a problematização da realidade concreta dos contextos periféricos como ponto de partida da reflexão sobre como informar seu público. Igualmente é por meio da troca de conhecimentos, realizada em grande medida em formato virtual, que estes jornalistas mediados pelas realidades que se reportam estão construindo juntos saberes inventivos. Para somar forças ao enfrentamento da crise atual em favelas cariocas, o jornal *Voz das Comunidades* juntamente com o coletivo Papo Reto e a organização social Mulheres em Ação criou o gabinete de crise do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

O intuito desta rede formada por cerca de 30 pessoas é planejar ações de combate à pandemia a partir de três frentes: a)

informação denunciativa e propositiva, b) articulação comunitária e c) ações solidárias. Neste movimento, o jornal *Voz das Comunidades* incita a cultura comunitária para o atual contexto de duas formas. Com matérias onde a onda de solidariedade é reforçada[31]. Neste movimento, o compartilhamento de água entre os vizinhos é estimulado, para que ninguém na comunidade fique desassistido com a falta deste recurso, por exemplo. E com a promoção de um movimento chamado *Pandemia com Empatia*, promovido pela Organização Não-Governamental homônima ao jornal. Por meio dele são arrecadadas doações, sobretudo água e produtos de higiene, para os moradores de favelas cariocas poderem seguir as recomendações de higienização das autoridades de saúde. Evidenciar estas orientações solidárias não implica, contudo, ocultar a responsabilidade do poder público na questão. Simultaneamente ao anúncio do protagonismo comunitário este jornalismo tem feito a cobrança por políticas públicas pensadas junto com essas realidades. É papel do jornalismo denunciar e também propor, por esse ponto de vista.

Atuando ainda no eixo da informação para ação consciente, o *Voz das Comunidades* igualmente criou o *Painel de atualização do coronavírus nas favelas do Rio de Janeiro* (figura 1). O intuito é sistematizar as informações sobre como o contágio, a recuperação e a letalidade se desenvolvem nas favelas cariocas, cruzando dados ofertados pelos governos e clínicas de saúde situadas nas periferias. Uma vez que os dados oficiais cariocas não contemplam as especificidades periféricas, por não considerá-las bairros na mensuração que realizam – mas localidades inseridas nesses bairros - esta sistematização de informações feita pelo Voz das Comunidades cumpre o papel de ofertar um conhecimento mais localizado sobre a pandemia em contextos populares. Isto não só possibilita que um planejamento de enfrentamento à doença seja feito nestas localidades, como também cobrado dos governantes.

[31] *A exemplo da intitulada #Covid19NasFavelas: Solidariedade em tempos de pandemia. Nesta matéria escrita em março de 2020, é relatada ações solidárias que vêm sendo realizadas nos contextos periféricos cariocas, como a realizada por pessoas fora do grupo de risco que se dispõem a realizar as compras dos vizinhos idosos para que estes permaneçam protegidos da Covid-19 em suas casas.*

Fonte: Voz das Comunidades (2020)

Por meio da articulação com outras iniciativas cariocas e a nível mais amplo no movimento nacional #CoronaNasPeriferias, empreende-se que este jornal comunitário tem conseguido se reinventar para abastecer o seu público com informação de pertinência pública popular. Não se contentando a denunciar e cobrar; propõe, evidencia, organiza e articula ações cidadãs nas comunidades, gerando, desta forma, práxis (ações-reflexões) que influem no *estar sendo* da situação de pandemia nas periferias. Em suma, atua em três frentes: a) na denúncia do descaso histórico do poder público com as realidades periféricas e na cobrança de medidas políticas direcionadas para a proteção de vida nestes contextos; b) na conscientização acerca da gravidade da doença e da realização das práticas de prevenção e c) na articulação comunitária para a ação cidadã onde o poder público se faz ausente. Reafirma desta forma o seu compromisso histórico a favor da democratização social e o deontológico na defesa dos Direitos Humanos, sem recair em ativismo pelo entendimento de Paulo Freire, já que a presença no mundo deste jornalismo se constitui como ação consciente proveniente da práxis e do compromisso com a ética universal do ser humano.

Considerações Finais

Este estudo pretendeu refletir sobre a dimensão político-pedagógica do *Voz das Comunidades* na cobertura da pandemia da Covid-19 no Rio de Janeiro. É possível afirmar que os/as jornalistas desta iniciativa têm cumprindo não só seu contrato de leitura, mas também de pertencimento e engajamento junto às populações com quem compartilham de um mesmo lugar de vivência. Isso porque, têm se voltado não apenas a denunciar a situação de vulnerabilidade em que se encontram os moradores de contextos empobrecidos, mas também a elaborar saberes inventivos para que possam minimamente proteger suas vidas com os recursos que possuem no atual cenário. Acrescido a isto, o *Voz das Comunidades* participa como um dos atores sociais que fomentam a articulação social para a mudança, assumindo claramente o seu posicionamento político a favor das lutas por cidadania encampadas pelas minorias sociais.

Referências

BELTRÁN, Luis Ramiro ([1981], 2012). Adiós a Aristóteles: La Comunicación "Horizontal". Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación (Alaic), São Paulo, v. 12, n. 23, p. 136-158, 2012.

CERQUEIRA, L.; VIZEU, A. Os saberes da pedagogia do telejornalismo: Paulo Freire e a prática jornalística, Revista Famecos, 1-18, 2019. Disponível em: < https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31212/18535. Acesso em 10 de jul. de 2020.

CORONA NAS PERIFERIAS. Manifesto, 2020. Disponível em https://salvecriadores.com.br/. Acesso em 1 de agosto, às 10h.

FIOCRUZ. Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas favelas: análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por Covid-19 am favelas cariocas, n. 1, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologicos_covid_nas_favelas_1.pdf> Acessado em 29 de julho de 2020, às 8h.

FREIRE, P. ([1997], 2004). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo 1987 O Segredo da Pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Porto Alegre, Editora Tchê.

MEDITSCH, E. Jornalismo e Construção Social do Acontecimento. In: BENETTI, Marcia.; FONSECA, Virginia (orgs.) Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular/Capes, p. 19-42, 2010.

PARK, R. A Notícia como Conhecimento: Um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Trad. Bras. In STEINBERG, Charles: Meios de Comunicação de Massa: São Paulo, Cultrix, 1940.

PERUZZO, C. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

VOZ DAS COMUNIDADES. Painel de atualização do coronavírus nas favelas do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/covid19nasfavelas/favelas-do-rio-registram-11-novos-casos-e-7-mortes-de-covid-19-neste-sabado-12/>. Acesso em 10 set. 2020.

Medios de comunicación católicos y cambio social: una larga historia

Meios de comunicação católicos e mudança social: uma longa história

Catholic Media and Social Change: A Long History

María Isabel Gatti

Resumen: La presente investigación ofrece una aproximación al campo de la comunicación mediática católica desde un ángulo aún no trabajado que es el de la incidencia de las diversas apropiaciones del catolicismo y su relación con los modos en que estas conceptualizaciones se plasman en diversas prácticas culturales, en los discursos sociales, requeridos para "sostener" un medio de comunicación social, pongo entre comillas la palabra sostener para afirmar que utilizo el concepto con la mayor amplitud posible abarcando temas políticos, económicos y sociales. La propuesta ha sido evidenciar, de este modo, la trama de sentidos institucionales, discursivos e interactivos con el conjunto social, que sustentan las diversas apropiaciones realizadas por los medios de comunicación católicos, con especial énfasis en la orientación de dichos medios hacia el cambio social. La propuesta metodológica consistió en la construcción de un caso, con setenta y siete unidades de análisis, mediante la técnica de bola de nieve, con la posterior aplicación de un cuestionario a los directores de los medios y el análisis de los espacios de autodefinición institucional en los espacios de representación digital fue posible llegar la construcción de perfiles de medios con relación a los sentidos recabados en cada una de las instancias.

Palabras Clave: Comunicación , Cambio social , Mediaciones.

Abstract: The present research offers an approach to the field of Catholic media communication from an angle not yet worked that is the incidence of the various appropriations of Catholicism and its relationship with the ways in which these conceptualizations are embodied in various cultural practices, in social discourses, required to "sustain" a media of social communication, I quote the

word sustain to affirm that I use the concept as widely as possible covering political, economic and social issues. The proposal has been to demonstrate, in this way, the network of institutional, discursive and interactive meanings with the social whole, which support the diverse appropriations made by the Catholic media, with particular emphasis on the orientation of these media towards social change. The methodological proposal consisted of the construction of a case, with seventy-seven units of analysis, using the snowball technique, with the subsequent application of a questionnaire to the directors of the media and the analysis of the spaces of institutional self-definition in the spaces of digital representation it was possible to arrive at the construction of media profiles in relation to the senses collected in each one of the instances.

Key words: Communication , Social Change , Mediation.

Introducción

La investigación a presentar da cuenta de los resultados de mi tesis doctoral, que tuvo por objeto de estudio los medios católicos de América Latina y Caribe fundados con anterioridad a 1965 y vigentes para 2015. Se ha tomado esta fecha como referencia ya que ese año concluyó el Concilio Vaticano II. Este evento marcó una de las actualizaciones institucionales de mayor impacto en la institucionalidad de la iglesia católica, especialmente en lo aspectos relacionados con su acción social. Es necesario recordar, que el evento regional para bajar los nuevos lineamientos de la institución a nivel mundial, para América Latina, fue la Asamblea General de Obispos desarrollada en la ciudad de Medellín en 1968. Allí se acuñó el famoso e importante slogan, tan cercano al discurso del Papa Francisco en la actualidad: "Opción preferencial por lo pobres". Este es el marco institucional que originó, por ejemplo: centenares de radios que -con el impulso de varias experiencias en este campo- encontraban en la educación popular una propuesta para ofrecer oportunidades de desarrollo.

Los objetivos de esta investigación buscaron evidenciar el modo en que las diversas apropiaciones del catolicismo han incidido en los medios de comunicación

católicos con una trayectoria de al menos cincuenta años y vigentes a 2015 en América Latina y el Caribe. Una de las dimensiones consideradas fue el posicionamiento de estos medios/experiencias con relación al cambio social. Para logra dar cuenta de este objetivo, se recuperó el marco histórico social junto a la producción académica sobre la temática junto a la sistematización de la voz de los directores de medios con relación a la mediación que los mismos han realizado de las exigencias que la propia adscripción religiosa supone por el rol que ejercen. Luego se indagó el modo en que las diversas apropiaciones del catolicismo se han cristalizado en los discursos institucionales. Para luego elaborar perfiles de medios tomando en cuenta las dimensiones emergentes.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta.

Desde los inicios se hizo evidente que las enseñanzas de Jesús Martín Barbero, en El oficio del cartógrafo (2002), para comprender las realidades socioculturales eran claves para poder diseñar un mapa del campo a comprender. Uno de los aportes más valiosos en este sentido es la apertura teórica-metodológica que esta perspectiva ofrece. Junto a esta mirada sobre la comunicación y la cultura, se integró la perspectiva de Reneé de la Torre (2006) que invita a mirar a la iglesia católica como una institución transversalizada, en el sentido de que en su seno conviven diversos modos de ser católico. Estas dos perspectivas se integraron con los enfoques de las perspectivas de Comunicación y cambio social, por el diseño propio de estos medios que buscan de diverso modo un impacto en la comunidad con el fin de la mejora de la vida de las personas, en algunos casos desde una dimensión sólo espiritual, en otras desde una perspectiva de desarrollo integral. La propuesta, desde esta perspectiva fue comprender el modo en que estos proyectos de evangelización se orientaban con sus relecturas de los propios discursos fundacionales, desde las propias espiritualidades se orientaban hacia el cambio social entendido en los términos planteados por Gumucio Dagron y Tufte (2008, p. 24) cuando afirman que para considerar a una experiencia dentro de esta perspectiva:

Debe existir una tensión que orienta el trabajo global hacia la necesidad del cambio social. Esta finalidad supone altos índices de participación de toda la comunidad involucrada. La participación es el componente central de los procesos que se

proponen un cambio social, de igual modo, los autores afirman que: "La sostenibilidad de los cambios sociales es segura cuando las personas y comunidades afectadas se apropian del proceso de comunicación y sus contenidos"

Orientación hacia las necesidades sentidas de la comunidad.

Relación cercana entre los actores involucrados en todo el proceso de la construcción social emprendida.

Enfoque y/o metodología de abordaje

Para dar cuenta de los objetivos planteados y la escasez de estudios sobre el tema, especialmente en lengua española, se comenzó el estudio mediante entrevistas a referentes de la comunicación católica de la región, de este modo, fue posible conformar la base de datos que es uno de los mayores logros de la investigación. De este modo, se construtó un estudio de caso con 77 unidades de análisis. Es destacable que se consideraron los medios de Brasil, Hispanoamérica y el Caribe. Siendo la proporción de medios en idioma español y portugués, prácticamente semejante, el idioma inglés está representado por un medio. El estudio se continuó ofreciendo un cuestionario a los directores de estos emprendimientos comunicacionales. Estos e hizo porque -en general- las instituciones católicas valoran mucho este rol, especialmente desde la "custodia" de los propios idearios por esto, son actores particularmente relevantes en cuanto a mostrar la diversidad de apropiaciones del discurso religioso y su consecuente concretización en diversas prácticas, objetivo central de esta investigación. Se obtuvo un 70,13% de respuestas del universo total. En segunda instancia se analizaron los textos de las secciones "¿Quiénes somos?" "¿Qué hacemos?" y "Nuestra historia", presentes en las páginas web institucionales de los medios analizados. Esta decisión metodológica, buscó hacer dialogar el discurso oficial de los directores con los espacios de autodefinición institucional plasmado en la práctica comunicacional que supone el relato de sí mismos que implica el diseño de una web. No todos los medios permitieron este análisis, pero la lógica propia de los mismos, y la actual convergencia hacia lo digital hicieron posible realizarlo en un 73,42% de los casos. Mediante el sistema de codificación que ofrece la teoría fundamentada en datos, fue posible definir seis categorías: Formación, Enfoques comunicacionales, Sostenibilidad,

Anuncio, Valores y Relación con lo social; éstas fueron declinadas en subcategorías.

Finalmente, integrando la información proveniente de los cuestionarios, con el análisis de las páginas Web, fue posible distinguir perfiles de medios: 1) Brazo largo de la jerarquía, 2) Laico de la liberación, 3) Laico cívico y moral (más cívico que político), 4) Laico renovado en el espíritu y laico, 5) Laico con una espiritualidad abierta, en la calle, otros tres: 6) Cultural iluminista, 7) Tradicional y 8) de la propia espiritualidad. Estos perfiles permiten evidenciar que tipo de apropiación de la religión legítima experiencias vinculadas al cambio social.

La investigación cuantitativa efectuada, pero particularmente la cualitativa permiten identificar perfiles de medios católicos. Para explicitar este análisis, consideramos relevante dialogar con la obra de Renée De la Torre: La Eclesia Nostra (2006). Esta obra describe perfiles de laicos presentes en Guadalajara, y de este modo muestra la diversidad presente en la única institución católica. La autora llega a denominarla, por esta característica, como "institución transversalizada", concepto ya desarrollado en el marco teórico. De igual modo, define quién es "el laico", y lo hace afirmando que es un militante, pero que a su vez es un actor social, que continuamente dialoga con sus convicciones religiosas y lo secular; esta es su especificidad. Es posible afirmar que los medios católicos poseen el mismo desafío, adscriben a una forma de catolicismo que los hace "militantes" y, a su vez -por su naturaleza y modus operandi- continuamente están confrontados con la realidad social. Esta semejanza permite retomar los perfiles diseñados por De la Torre (2006) para explicitar similares características.

De los setenta y siete medios de la base de datos general, es posible clasificar en perfiles sesenta y nueve (Gráfico 30, Cuadro 22). Estos sesenta y nueve están conformados por cincuenta y cinco que -con la información que proveen sus páginas web- ofrecen definiciones en cuanto a la propia identidad que permiten hacer este análisis. A estos, se han sumado doce más, tomando en consideración la información ofrecida en las respuestas al cuestionario por parte de los referentes y/o directores de los medios. Las preguntas seleccionadas para esto fueron: motivación fundacional, propiedad, misión, valores y visión de futuro. A estos sesenta y nueve medios se sumó también a Radio Aparecida, porque si bien no se tiene información específica sobre ella, en la actualidad funciona como multimedio junto

con el periódico del Santuario, del cual sí tenemos la información necesaria para realizar la caracterización.

Los medios no incluidos dentro de este análisis por no poseer suficiente información son ocho: 1) Revista Nueva Pompeya, de Argentina; 2) Radio Fides, Bolivia; 3) Rádio Assunção de Jales, 4) Rádio Sant'Anna y 5) Radio Difusora de Jataí de Brasil; 6) Radio ABC AM 540 de República Dominicana; 7) Diario El Católico de Venezuela y 8) Radio Jesús del gran poder de Ecuador. Es interesante destacar el porcentaje de medios que denominamos Liberación, que con el denominado cívico y moral, marcan un interés institucional en tomar en cuenta de algún modo lo que ocurre fuera de los marcos institucionales. Para el análisis, se describe brevemente cada medio para poder explicitar el motivo de la clasificación, ya que este trabajo deberá completarse con estudios de caso que incluyan mayor profundidad en la caracterización.

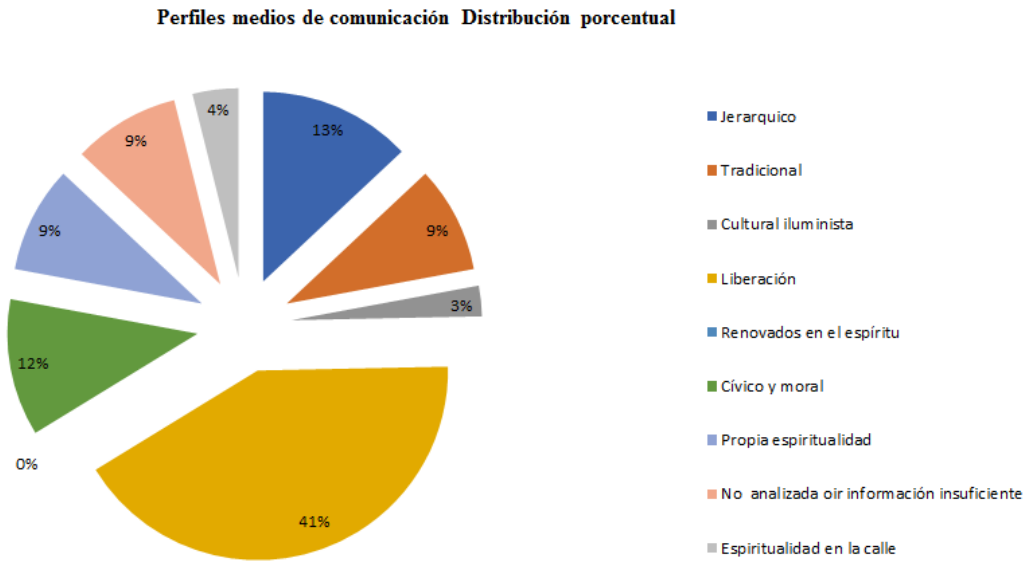


Gráfico Perfiles medios de comunicación católicos. Distribución porcentual. Fuente: Procesamiento propio en base a EMER-ALC aplicada en 2016-2017 y textos de base Anexo 3. Base: 77 medios

Conclusiones - Resultados, reflexiones y conclusiones

Desde lo histórico fue posible recuperar las tensiones propias de la "institución transversalizada", en términos de De la Torre (2006), y por esto, visibilizar las diversidades y convergencias que permiten considerar a la institución católica como única y diversa. Es desde los marcos institucionales que se habilitaron propuestas de medios orientadas al cambio social y/o la reproducción del sistema existente o a la legitimación del status quo.

El recorrido histórico institucional del fenómeno comunicacional de la iglesia católica desde la segunda mitad del siglo XX y la primera década del siglo XXI generó lineamientos internacionales y regionales para la región de Latinoamérica y del Caribe, los cuales se expresan en los pronunciamientos institucionales sobre conceptualizaciones teóricas, ópticas y perspectivas sobre la comunicación y los medios de difusión, así como desde la praxis de la gestión de tales medios de comunicación católica. Dichos lineamientos, han sido recuperados mediante aportes bibliográficos, fuentes institucionales y entrevistas a actores relevantes del período tomado en consideración. Estos aportes evidenciaron la reflexión conceptual, gerencial, sociológica e institucional significativa sobre la comunicación y los medios católicos que contribuyó a articular el poder simbólico de la institución durante el siglo XX. Se pasó de considerar a los medios de comunicación como referentes del mal, a incorporarlos en la dinámica institucional nombrándolos como "dones de Dios", en términos del Papa Paulo VI (Communio et progressio, nro. 2).i Asimismo se realizaron redefiniciones importantes con respecto a la consideración inicial de los medios como solo difusores de las ideas católicas y la tarea evangelizadora hasta llegar a concebirlos como instrumentos de cambio social para promover y enriquecer el patrimonio cultural de la región. Este proceso configuró una noción de comunicación que va más allá de los medios de difusión, como es la acción educativa con medios comunitarios, radios educativas para alfabetizar. Este cambio de perspectiva fue lo que impulsó el compromiso institucional con la comunicación comunitaria y la democratización de las comunicaciones señalando, de este modo, mayor amplitud de horizontes con relación a la comunicación y a los comunicadores.

Sin embargo, por la magnitud de la organización y como fruto también de la

dinámica de las diversas apropiaciones del catolicismo, constatamos que persisten junto a la gran apuesta por lo digital -que se visibiliza como el futuro- formas de gestión y comunicación que son eco de las conceptualizaciones conservadoras precedentes.

Dentro de los procesos de aggiornamentos institucionales de los medios católicos, se ha podido verificar que los cambios tecnológicos son más valorados que las redefiniciones conceptuales. A tal efecto varios actores evidenciaron que tienen a cargo la dirección efectiva de estos emprendimientos, afirmaron que los logros en equipamientos han sido los grandes impulsores del crecimiento global del medio, etc. No aparecen menciones sobre el aporte de comprensiones más conceptuales al impulso de los diferentes procesos de crecimiento, lo cual se presume que puede ocurrir porque este aspecto es más visible en el largo plazo y la lógica de los medios de comunicación está arraigada en el presente. Otra de las motivaciones sobre este aspecto, puede relacionarse con una cierta idea de poseer un mensaje que ha sostenido a la institución por dos milenios. La fuerza simbólica de dos mil años de historia es difícil de medir, pero en el mismo momento que "sostiene" como gran paraguas legitimador la institución, al mismo tiempo límites en la posibilidad de reconocer la magnitud de los cambios ocurridos, desde lo conceptual y en las prácticas, por ejemplo, en los últimos cincuenta años. De hecho, un solo referente de los consultados para esta investigación recuperó el tema de haber dejado de hablar en latín en las celebraciones litúrgicas como un dato de particular relevancia. Luego, al ofrecerlo como indicador en el cuestionario, se valora positivamente, con un porcentaje del 68% sumando los valores 4 (18%) y 5 (50%) de referencia, dónde 5 es muy relevante. En las entrevistas y espacios de las webs, encontramos pocas referencias al hecho de que cada medio y las organizaciones detrás él, hacen una cierta relectura de la propia experiencia religiosa. Aún en las disputas evidentes, prevalece más la necesidad de "dar la lucha" hacia adentro y no desde los márgenes de la institución o rompiendo con ella.

La investigación realizada nos permite evidenciar también que, desde los enfoques comunicacionales, predomina una lógica informacional, aún si encontramos medios que han hecho un profundo trabajo de diálogo intercultural como Radio San Gabriel de Bolivia y su compromiso con la cultura

aymara, o Radio Huayacocotlá de México y su compromiso con los campesinos de la región.

Recuperando el pensamiento de Eliseo Verón en cuanto a su propuesta de ver a la sociedad como una gran semiosis, podemos visualizar que el discurso religioso –para los gestores de los medios de comunicación- es un ante prima al compromiso que asumen al dirigir un medio. Cada uno llega con un bagaje, incluso en los casos de no creyentes que son convocados dentro de los equipos cuando se desea "universalizar los discursos". Sin embargo, esta hibridez no se queda aquí, ya que quienes asumen estas tareas son permeados también por su formación profesional y las culturas de los diversos contextos. Por esto, con este estudio no se pretende dar una mirada omnicomprensiva de todas las variables intervinientes. Ofrecemos algunas de ellas, las que los propios actores visibilizan desde el reconocimiento de su propia identidad institucional. Desde este lugar ha sido relevante el aporte de Jesús Martín Barbero, al preguntarse no tanto por los efectos de los medios de comunicación sino por lo que los destinatarios hacían con los medios, y de este modo abrió el gran campo de lo que se denomina mediatizaciones culturales. De alguna manera, la pregunta detrás de la presente investigación es semejante y parafraseándola podríamos interrogarnos diciendo que nos ha interesado saber qué hacen los militantes católicos con su religión, cuando gestionan medios de comunicación religiosos. Luego del camino de recorrido, es posible afirmar que existe una correlación cierta entre las diversas apropiaciones de la religión católica y el modo en que los diversos medios son gestionados, en cada una de las instancias recabadas: en los temas de interés, en el modo de ofrecer los propios contenidos y en el modo de autodefinirse. Esto se constata con mucha claridad en los perfiles de medios que hemos podido entrever como síntesis de la información obtenida. Por ejemplo, no es casual que la mayor cantidad de medios adscriba a lo que denominamos "Liberación". Estos medios alcanzan el 42% del universo. Esta concepción teológica, ha sido muy perseguida en América Latina y Caribe, sin embargo, hoy es valorada institucionalmente, aún si resignificada. Es importante destacar que este tipo de perfil no se corresponde conceptualmente con el modelo informacional que emerge con fuerza al mirar estos medios desde sus enfoques comunicacionales ya que lo informacional supone un fuerte rol del emisor en desmedro de la participación de los destinatarios que,

desde un modelo que promueve la liberación, no sería compatible. Es necesario profundizar con estudios cualitativos este aspecto. En una primera aproximación parecería que a nivel discursivo se han alcanzado acuerdos que no han permeado suficientemente las prácticas. Uno de los entrevistados para recuperar la historia de contexto de la presente investigación realizó una apreciación explicita en esta dirección. En este sentido, el testimonio Pedro Sánchez, dirigente de varias organizaciones católicas de comunicación, resulta particularmente significativo: "Como Iglesia, logramos construir documentos extraordinarios, pero luego no sabemos, no podemos o no queremos implementarlos. Tenemos al interior muchos conflictos de interés. La tradición y la historia muchas veces conspiran contra los cambios"

En cuanto al tema de la sostenibilidad y financiamiento, esta investigación, por una parte, parece contradecirse con Gumucio Dragón, cuando afirma que los medios comunitarios no pueden sostenerse económicamente por sí mismos, necesitan siempre el auxilio de otras organizaciones. Muchos de los medios relevados son comunitarios, sin embargo, la mayor parte de sus gestores dicen que viven de la publicidad. No obstante, se hace necesario advertir que este es uno de los argumentos donde se miente más, conociendo muchas de estas obras, se constata que los gestores no suelen ser conscientes de lo que significa, por ejemplo, tener las instalaciones donde funcionan los medios en forma gratuita o el capital social que significa la historia de la presencia de determinada institución en un territorio. Al respecto, es pertinente reseñar la sorpresa de un jesuita que explicaba en un foro internacional, los logros de un importante diagnóstico que otros planteaban en tres años y él había logrado en seis meses. Una investigadora lo consultó sobre la metodología usada para trabajar las subjetividades del grupo para lograr esos resultados. No lograba responder, hasta que otra persona le puso de relieve que él era un sacerdote jesuita en un país latinoamericano híper católico, allí "recordó" que el trabajo se había apoyado en líderes de la comunidad formados por los jesuitas con un espíritu abierto, etc. Es viable creer que se ha presentado con tanta fuerza el papel de las instituciones como disciplinadoras que esto ha invisibilizado el rol que también poseen de habilitar procesos que "sostienen" posibilidades de crecimiento y consolidación.

La iglesia católica internacional, y por reflejo, la latinoamericana, asisten en la

actualidad, a un momento de importantes cambios, de los que emerge con fuerza la figura de su referente máximo y los logros de su estilo comunicacional, que hemos podido verificar también en los resultados de la presente investigación. La incidencia que está teniendo el Papa Francisco, nos permite comprobar cuánto la dimensión "Compromiso social" está operando en el reconocimiento e identificación de ciertos sectores del catolicismo, que en las últimas décadas se sentían marginados de los marcos institucionales y hoy reencuentran un lugar que les estaba vedado. No es interés de este trabajo evaluar si estos cambios están transformando efectivamente a la institución global o no, solo se afirma tentativamente -según los datos- que, desde lo comunicacional, se valora positivamente el cambio de óptica comunicacional del Papa Francisco con el cual se siente mucha identidad desde la visión de los directores o referentes de los medios de comunicación estudiados.

De igual manera, desde la sociología, se está recuperando el valor del concepto de espiritualidad, religión vivida -podríamos decir de la subjetividad- en cuanto a la aprehensión de lo religioso. Se considera que estos conceptos poseen capacidad heurística para continuar profundizando el tema de la unidad y diversidad dentro de la misma organización. El desafío es aprehender estas categorías, desde las prácticas y el material digital es abundante. Para dar un ejemplo ya mencionado, el muro de oraciones del sitio Clicktopray: (https://clicktopray.org/es/user_prayers) muestra cómo están emergiendo nuevas comunidades religiosas, que, partiendo de la fe común, actualizan viejas prácticas como rezar, encender una vela, pedir una sanación o un milagro a través de lo digital. Creo que es posible afirmar que las prácticas religiosas en el mundo digital pueden estar abriendo una nueva reconfiguración en este campo.

Uno de los logros de la presente investigación se refiere a la sistematización de una base de datos sobre el universo relevado que no existía. Desde la institución, hasta hace poco tiempo se podía consultar un directorio de medios internacional: Intermirifica.net, que se construía con aportes wiki. Sin embargo, los criterios de clasificación –aún si eran supervisados- en muchos casos eran confusos. La actual reforma del Dicasterio de comunicación del Vaticano, dejo off-line dicho espacio. El Celam promovió hasta 2014 el portal www.mapasdecomunicacion.celam.org, en

línea hasta 2018, pero evidentemente desactualizado. Los medios tomados en consideración, si establecemos como referencia este último portal, representan 5% de los medios católicos estimados de la región; por esto, sería de sumo interés ampliar el universo de la presente investigación. Junto con esto, es necesario profundizar las diferencias por países y regiones. El desarrollo de Brasil es muy diverso a Hispanoamérica y el Caribe. Por otra parte, se considera relevante promover estudios en profundidad de casos para ahondar en los perfiles de medios de comunicación elaborados. Se considera que las herramientas diseñadas pueden ser aplicadas para la evaluación de universos de mayor alcance.

Por último, merece especial mención el hecho de que la presente investigación recoge el interés general de diversas organizaciones eclesiales. Por tanto, se considera pertinente que estas se les puedan ofrecer las siguientes recomendaciones:

La cantidad de medios existentes muestran una potencia fragmentada. Muchos de los entrevistados en las diversas instancias mostraban sorpresa al conocer la magnitud de las organizaciones y el trabajo de los medios de comunicación tomados en consideración. La diversidad de proveniencias parece levantar muros que en algunos casos se saltan para construir redes y, en varios casos, este trabajo en común se visibiliza como un aporte a la sostenibilidad. Este camino debería potenciarse si se desea fortalecer la propia incidencia.

Tratando de recuperar estudios precedentes encontramos mucho material de reflexión pastoral y pocas investigaciones de corte sociológico. Consideramos que los desafíos que las instituciones católicas en comunicación evidencian podrían estar requiriendo una mayor participación de los estudios sociales para mejorar los propios objetivos. El caso de Brasil emerge como paradigmático en este aspecto.

La fragmentación enunciada llega a los aspectos planteados con relación a la profesionalización de los propios medios y al modo en que se mediatiza el discurso religioso. Esto puede deberse a la falta de formación en estos aspectos, lo que lleva en muchos casos a repetir el modelo de comunicación propuesto por los grandes medios, sustituyendo el tipo de contenido. El problema es que en estos casos lo que se percibe es que esto ocurre porque no se tienen los elementos necesarios, desde la formación, para hacer una incorporación crítica de los

elementos que ofrecen los medios de comunicación tradicionales. Esto puede llevar a que los resultados no se ajusten con los objetivos de comunión y participación propuestos en la descripción de la mayoría de los medios en su autodescripción de identidad explicitada en los sitios web.

Referencias

Acevedo, J (2017) El suelo no está parejo: límites y posibilidades de los medios locales en un mercado altamente concentrado. Lima. Revista Conexiones.Nº 7: 78-103. Recuperado de: http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/conexion/article/view/19013/19229

Beltrán, L.R y Reyes J. (2012) Radio popular en Bolivia: La lucha de obreros y campesinospara democratizar la comunicación. Medellín. Revista Diálogos de la Comunicación, 35, sin paginación. Recuperado de: http://dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2015/35/35-revista-dialogosradio-popular-en-bolivia.pdf

Bermúdez R. Gatti, I. (2010) Experiencias y reflexiones sobre la comunicación comunitaria en Argentina y América Latina. In. Cicalesse, G. (org.). Comunicación Comunitaria: Apuntes para abordar las dimensiones de la construcción colectiva. Buenos Aires: Ed.La Crujía. 206p. p. 17-31.

Borelli, V. (2010) Midía e religião.Ed. Rio de Janeiro: E-papers.

Carranza, B. (2013) Catolicismo Midiático. Brasil: Editorial Idéias & Letras.Chaves Gómez, P.M (2015) Tres campañas alfabetizadoras latinoamericanas Cuba, Ecuador y Argentina. Ensayo de comparación transversal. Revista Digital de Ciencias Sociales UNCuyo. Vol. 2 N°2:211-224

De la Torre, R. (2006) La Ecclesia Nostra. El catolicismo desde la perspectiva de los laicos: el caso Guadalajara. México: Fondo de Cultura Económica-Ciesas.

De la Torre, R. (2016) La espiritualización de la religión contemporánea. Porto Alegre: Religión y Sociedad. v.18 n. 24 p. 10-17 Recuperado de: http://seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/view/67120/38328

Giménez Béliveau V. (2010). Católicos en Argentina: hacia una interpretación de su diversidad. Sociedad y religión vol.20 no.32-33 Recuperado en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-70812010000100005

Gumucio Dagron A. (2011) La Sostenibilidad de los medios comunitarios. Barcelona. Recuperado en:

http://www.portalcomunicacion.com/catunesco/download/gumuciodagron_articulo_sostenibilidad_medios_comunitarios.pdf [Fecha de Consulta 10/07/2017.]

Gumucio Dagron A. y Tufte A. /comps. (2008) Antología de comunicación para el cambio social: Lecturas históricas y contemporáneas. La Paz, Bolivia: Consorcio de Comunicación para el Cambio Social-Plural.

Martín-Barbero, J. (1987) De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía. México: G. Gili

Martín-Barbero (1995) Secularización, desencanto y reencantamiento massmediático. Diálogos de la Comunicación No. 41, revista de la Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social. Medellín. Recuperado en: https://rolandoperez.files.wordpress.com/2009/02/secularizacion-reencantamiento-ydesencantamiento-massmediatico-j-martin-Martín-Barbero.pdf

Martín Barbero, Jesús (1998). De la comunicación a la filosofía y viceversa: nuevos mapas, nuevos retos, en María Cristina Laverde y Rossana Reguillo, Mapas nocturnos. Diálogos con la obra de Jesús Martín Barbero, Bogotá: Siglo del Hombre/Universidad Central.

Martín-Barbero, J. (2002) Oficio de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. México: Fondo de Cultura Económica.

Martín-Barbero, J. (2004) Medios y culturas en el espacio latinoamericano. Pensar Iberoamérica. Revista de Cultura. Nro, 5 Recuperado en: http://www.oei.es/historico/pensariberoamerica/ric05a01.htm

Martín Barbero, Jesús (2008). "Autopercepción intelectual de un proceso histórico, Barcelona:Revista Anthropos, 219, 21-42.

Martín-Barbero, J. (2015) ¿Desde dónde pensamos la comunicación hoy?. Quito: Revista Chasqui Nro.128 Recuperado en: http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/2545

Miguel, Gloria. (2013) Producción mediática y religiosidad: dinámicas transnacionales de las comunicaciones evangélicas. Revista Religión y sociedad [online]. vol.33, n.2, pp.37-57. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872013000200003

Puntel, J. T. (2017) A transmissão da fé na nova arquitetura da comunicação

contemporânea. Revista Horizonte, v. 15, n. 46, p. 486-509, Belo Horizonte: Ed.PUC-Minas. Recuperado en http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2017v15n46p487/11877

Reguillo, R. (1991) En la calle otra vez: las bandas: identidad urbana y usos de la comunicación. Guadalajara: Iteso

Martino, L. M. S. (2014) A pesquisa em mídia e religião no Brasil: articulações teóricas na formação de uma área de estudos. Revista Comunicaçao & inovacao. San Pablo: Ed.Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Recuperado en: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/279).

Sbardelotto, M. (2014) La reconstrucción de lo religioso en la circulación en redes sociodigitales. Trama común. Vol.18, n.2, pp. 151-170. Recuperado en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1668-56282014000200001

Scolari C.A., ed. (2018) Teens, media and collaborative cultures: exploiting teens' transmedia skills in the classroom = Adolescentes, medios de comunicación y culturas colaborativas: aprovechando las competencias transmedia de los jóvenes en el aula. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

Suárez, A.L. (2019). La teoría fundamentada en datos.Revisando el abordaje luego de cinco décadas de su formulación. En I. Vasilachis de Gialdino (coord.) . Estrategias de Investigación Cualitativa. Volumen II, pp. 287-326. Barcelona: Gedisa.

Los derechos humanos y los medios en tiempos de noticias falsas. La calle, territorio de luchas y sentidos.

Direitos humanos e mídia em tempos de notícias falsas. A rua, território de lutas e sentidos.

Human rights and the media in times of false news. The street, territory of struggles and senses.

Néstor David Manchini[32]

Resumen: El panorama que ya en los setenta la UNESCO33 había dado cuenta sobre el creciente papel de los medios de comunicación, no cesó y está, en este momento del siglo XXI, en su mayor poderío de imposición de, fundamentalmente, aquellas enunciaciones falsas que se proponen como verdades reveladas y son asumidas para repetirlas y sostenerlas con afirmaciones cuasi fundamentalistas. En este escenario, nos preguntamos ¿por qué es necesaria una perspectiva de derechos humanos en la comunicación y en la educación?, y ofrecemos algunas respuestas posibles.

Palabras Clave: Derechos Humanos, Comunicación, Noticias Falsas, Agenda, Medios

Abstract: The panorama that UNESCO had already given account of the growing role of the media in the seventies, did not cease and is, at this time of the 21st century, at its greatest power of imposing, fundamentally, those false enunciations that are proposed as revealed truths and are assumed to be repeated and sustained with quasi-fundamentalist statements. In this scenario, we ask ourselves, why is a human rights perspective necessary in communication and education? and we offer some possible answers.

Key words: Human Rights, Communication, False News, Agenda, Media

[32]*Universidad Nacional de Quilmes, Lic. y Prof. en Comunicación Social, Buenos Aires (Argentina). Investigador. Especialista en Educación en Derechos Humanos; nestormanchini@gmail.com*

[33]*Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura.*

En tiempos complejos como el actual donde conviven la lucha social por la vigencia de los derechos humanos frente a políticas de exclusión y represión que aplican gobiernos llegados al poder por el voto o por renovadas formas de golpes de estado, las corporaciones mediáticas impulsan una agenda que combina realidades falseadas. Y la calle explota en numerosas articulaciones de actores sociales que disputan sentido junto con otras configuraciones de las subjetividades en juego.

Por ello, este trabajo se sumerge en el relevamiento y verificación de algunos cambios que operan los medios en la construcción de la subjetividad de los sujetos, dada la inclusión de noticias falsas en la agenda cotidiana que ofrecen a lectores, escuchas, televidentes y usuarios de redes sociales. Dicho relevamiento también persigue el objetivo de constatar qué presencia tiene una perspectiva de derechos humanos en la comunicación y en la educación, que apueste a un cambio significativo en la cotidianeidad de nuestras sociedades.

Este papel que los medios fueron perfeccionando en estas décadas muy de la mano del avance tecnológico y la convergencia acelerada, no da certezas de límites en su norte y pone una vez más en cuestión la tarea que despliegan los medios hegemónicos, cuestionamiento a la que no escapan aquellos medios pertenecientes a lo público, lo comunitario, los del ámbito universitario, en la formación de sujetos capaces, no solo de leer e interpretar críticamente las producciones que circulan por doquier, sino de disputar sentidos en los principales territorios físicos y de construcción de sentido que hombres, mujeres y todo colectivo, cualquiera sea su identidad de género, protagonizan permanentemente.

Los resultados obtenidos, son fruto de los relevamientos realizados con grupos de estudiantes de educación superior universitaria, formación para la docencia y grupos de adultos que participan periódicamente de talleres de comunicación participativa ofrecidos por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), respecto de por qué es necesaria una perspectiva de derechos humanos en la comunicación.

Esta época que vivimos donde ya no somos meros receptores y consumidores de información sino, a la vez, emisores y productores provoca, en este doble ejercicio, un incremento notable del flujo de

información que se produce, hasta volverla tóxica.

Dicha toxicidad, producto de una extensa invasión mercantilista, atraviesa toda otra esfera social (la de la educación, por ejemplo, o la salud, entre tantas otras). Se trata de una filosofía, en última instancia, no una transacción, la que convierte a todas las relaciones humanas e interhumanas en transacciones. ¿Qué hacer frente a tamaña filosofía?

Lo que tantos y tantas venimos haciendo: Resistir. La escritora María Teresa Andruetto nos provoca a repensarnos: "¿Hemos resistido? Sí, lo hemos hecho por años, de diversos modos y sin embargo no alcanza, y sin embargo necesitamos más que nunca seguir resistiendo. Quizás no necesitemos tanto la fuerza como el aguante, que es demás está decirlo- pura resistencia, para sostener un tejido social que haga trama y suture.

Ante formas de poder que arrasan lo público, lo duramente construido a lo largo de los años y arrasan la esperanza de lo por construir, se vuelve más necesario que nunca resistir. Donde hay poder, hay resistencia y donde se resiste, hay promesa de emancipación".

En una sociedad democrática, el derecho a la comunicación es fundamental. La pluralidad de voces y el acceso a informaciones veraces y de diferentes fuentes son aspectos claves para fortalecer los mecanismos que sustentan la democracia, como lo es la posibilidad de elegir libremente las fuentes de información. Sin pluralismo informativo, no es posible hablar de democracia. Sin derecho a la comunicación, no hay derechos humanos.

En este sentido, resulta indispensable continuar el avance, como reclama la UNESCO, hacia una cultura y una práctica de los derechos humanos que permee la vida toda de los sujetos.

Nos encontramos en esta época con prójimos que mantienen una vinculación muy aleatoria con los medios que, apenas, se detiene en titulares que les atrapan por unos segundos, compartidos por otros navegantes de las redes digitales que aplanan o desalientan una elección más directa, más personal de las fuentes con las que es necesaria y, arriesgamos a afirmar, también deseable ahondar en el conocimiento de realidades, problemáticas, ideas, con mayor profundidad. Aproximadamente, siete de cada diez consultados tienen una práctica de relación mediada por las redes digitales, antes que por los portales oficiales de los medios

(sobretodo, hegemónicos aunque también alcanza a los medios públicos, por ejemplo).

Asumen, en similar porcentaje, como procedimiento normal (nosotros sostendremos, "normalizado") el camino para llegar a "alguna noticia que les interese" donde, se cruzan aquellas que contienen una mirada pluralista respecto de otras informaciones que, pronto, se comprueban son falsas o abonan a teorías conspirativas en pos de clasificar a alguien o algún sector o grupo como enemigo, lo que produce una combinación de discriminación, odio y miedo que puebla la agenda de muchos medios.

Exclusión y odio reiterado son parte de la estrategia que, abandonando casi toda responsabilidad periodística y empresarial, día a día alimentan el plato que se publica para un consumo que coloniza la subjetividad de hombres y mujeres, de edades muy variadas. Efecto? Se instala la reiteración de un discurso discriminador, xenófobo, violento, anti derechos que, en algunas ocasiones, cuando se logra algún diálogo enriquecedor con quienes lo sostienen, evidencian poca o ninguna razón o prueba que lo sostenga.

Este discurso con las palabras que lo pueblan se distingue, en gran medida, de lo que Hanna Arendt (1997) entiende por aquello que se difunde, dado que todo lenguaje es una invitación a construir relaciones donde los sujetos, se conocen, se reconocen, puesto que al convertirse en algo público (permeado por lo político y lo plural) "se teje la trama de los asuntos humanos, donde se muestra el deseo de vivir con otros". Ese espacio hoy "está dominado y manipulado por corporaciones que, desde la afectividad y las identificaciones, construyen la opinión y dan forma a sentidos que se imponen como comunes", sostiene Nora Merlín.

Ahora bien, las corporaciones por sí solas no podrían lograr nada si no encontraran un sujeto que abandona todo ejercicio crítico en esa relación. Por ende, si bien aquellas tienen alta responsabilidad en su estrategia de inocular discursos que fragmentan la convivencia en nuestras sociedades no es menos cierto que, los sujetos también debemos revisar qué pusimos en juego para desmontar aquellas ideas falsas, discriminatorias, generadoras de odio. Por extensión, es dable revisar que desmontaje, que descolonización se concreta a lo largo de las distintas etapas de la educación que transitan.

En esta época de pandemias que asolan a buena parte del mundo que habitamos: la del COVID 19 y aquellas que, frecuentemente, buscan adeptos que no cuestionen ciertas

formulaciones tales como “el barbijo es un producto del comunismo”, “la cuarentena es una dictadura”, “las vacunas no sirven para cuidar nuestra salud”, entre muchas otras, pueblan el aire, la pantalla, la web, las redes digitales de buena porción de medios que, imponen estas u otras ideas promotoras de miradas individualistas, mercantilistas, poco respetuosas del otro. Entonces, dominan el espacio público y constituyen opinión pública, de la mano de las grandes corporaciones mediáticas, y una estrategia por parte de los numerosos medios comunitarios, contra hegemónicos, universitarios que, suele quedar atada a una agenda de responder al menú informativo trazado por aquellos, en lugar de ampliar y visibilizar otras problemáticas, otros escenarios que rara vez encuentran difusión y eco en la sociedad, la que se ve enfrentada a grupos que marcados por su excesivo fundamentalismo, antes que una responsable actitud de expresión y escucha del otro.

Evitar la monopolización de la palabra, el reduccionismo a meras afirmaciones sin comprobación alguna, el discurso único, posibilitará la circulación de la palabra con más voces, sin discriminar al que piensa distinto, asentará el derecho de cualquier ciudadano o ciudadana a información o expresarse de manera, responsable, veraz, racional.

La búsqueda colectiva de significación y construcción democrática de la verdad, la identidad, la memoria constituyen marcas de vida en comunidad, vida en sociedad, camino que se reaviva y consolida con el derecho y responsabilidad que cada uno portamos. Esto ocurre. Ningún tiempo registrado en la historia da cuenta de que haya estado ausente una disputa de sentido con otras corrientes de pensamiento en esa búsqueda colectiva de la que hablamos. Tan solo citar que, en la reconstrucción de la vida en democracia, al salir de los últimos golpes cívico-militares-eclesiásticos, la mirada en torno al respeto por todos los derechos de todas y todos atravesó fuertes debates en torno a la teoría de los dos demonios que, desde los ochenta hasta este presente, reaparece con algunos intentos en los llamados discursos negacionistas.

En este marco, cabe destacar, en este tiempo de pandemia que asola buena parte del mundo, la tarea formativa en las distintas disciplinas en una perspectiva de responsabilidad social que los actores de la institución deben asumir (tanto docentes como estudiantes, para citar algunos entre otros que conforman las instituciones de nivel

superior) y, simultáneamente, desmontadora de los discursos que atentan contra los logros que cientistas de distintas especialidades en distintas épocas y hoy nuevamente, aplican todo su saber en trabajos colectivos a favor de mejorar las condiciones de salud que el COVID 19 afectó en este tiempo.

Las organizaciones populares nacidas al calor del campo de la comunicación, atraviesa aún hoy debates por nuevos marcos legales que, amparados en extensos recorridos legitimados (radios y televisoras comunitarias; revistas, periódicos, talleres, centros de formación, entre otros tantos) a lo largo y ancho de la América Latina, el Caribe y más allá promueven el ejercicio del derecho a la comunicación, sin las ataduras ni el mecanismo que propugnan a cada minuto las grandes corporaciones mediáticas.

Otra disputa de sentido fuerte, la que ocurre entre los promotores de lo privado (y ligado a ello, lo meritocrático) como la guía excluyente para vivir en sociedad en oposición a lo público. Los noventa fueron escenario de fuertes imposiciones de la mirada "privatista" que, reapareció en este último lustro con fuerte acompañamiento de las corporaciones mediáticas más concentradas. Difícil, casi imposible, convivencia la de la democracia con el neoliberalismo.

Posverdad, noticias falsas o falseadas, y otros términos que son frecuentados en estos tiempos, conforman un entramado que apela a emociones, creencias, al tiempo que relega a un segundo plano la verdad. Ocurre por estos tiempos donde, paradójicamente, como ocurrió con Hitler, en Alemania, para citar un caso suficientemente estudiado y revisado en la historia del siglo XX que se convierten en máxima autoridad de gestión de un país, personas que promueven corrientes de ideas, en numerosas ocasiones, no solo opuestas a valores y modos de vida en democracia, sino vulnerando todo lo que encuentran a su paso. Esto, reiteradamente también lo muestra la historia, favorece poderes concentrados de la política y de las grandes corporaciones mediáticas.

Resistencias y renovadas luchas por otra comunicación posible

Si de disputar sentido seguimos hablando, en Argentina, llegar a la aprobación de una ley (26502), en 2009, implicó más de 20 años de foros, debates, seminarios, proyectos de ley donde participaron numerosos sectores y actores: no solo los poderes del estado, también, las asociaciones de medios comunitarios como AMARC, FARCO, Redes de docentes, investigadores y estudiantes

pertenecientes a carreras de comunicación, cámaras de medios privados, entre muchos otros. El derecho versus el interés público puede sernos útil para sintetizar dos corrientes que pugnaron por ganar adhesiones: aquellos que entienden que no son meros espectadores y aquellos que, en nombre de todos, afirman que comunican lo que les interesa a todos.

La llamada Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA) ha servido de referencia para otros tantos movimientos similares no solo de Latinoamérica y el Caribe. Es el resultado de narrativas en disputa desde la vuelta a la democracia, que atravesaron distintos momentos políticos, con intereses muy contrapuestos. Es decir, escenarios donde tuvieron lugar complejas y apasionadas luchas que nos permitieron llegar a leyes más democráticas para el campo de estudio, de ejercicio, de vida ciudadana que nos reúne estos días. Narrativas que progresiva e insistentemente fortalecieron la mirada de la comunicación como un derecho antes que una mercancía. Claro que la consolidación no ha sido pareja y los desafíos reaparecen frecuentemente. Y, previsiblemente, requieren nuevos protagonismos y estrategias.

Otras problemáticas disputan contra la lógica hegemónica mercantilista, patriarcal desde narrativas que focalizan la construcción de sentido y de vida en derechos que se reclaman y son creativamente visibilizados en buena parte del mundo que habitamos como son los derechos de la mujer y las diversas conquistas que, no sin grandes obstáculos, avanzan en lograr mayor equidad de género, en el mundo de la representatividad política, en el del trabajo; en la exigencia por una legislación que permita la interrupción voluntaria del embarazo; el reclamo a todos los poderes e instituciones que desempeñen una tarea permanente contra toda violencia contra la mujer o cualquier identidad asumida. La universidad, los centros comunitarios, las organizaciones no gubernamentales avanzan en estas luchas y, aunque sea a veces a codazos, siguen consolidando miradas más respetuosas de otras y otros que asientan su caminar en la perspectiva de derechos.

Memoria, Verdad y Justicia es y continúa siendo una profunda actividad ciudadana de re construcción de una idea de nación y de vida en democracia. Este triple entramado, reúne a familias, jóvenes, estudiantes, militantes, trabajadores, docentes, es decir, a múltiples actores sociales y organizaciones, cada vez que se intenta retrasar el acceso a la Verdad

y la llegada de la Justicia a todos los que fueron genocidas y cómplices de la última dictadura. Cercano en el tiempo, fue la enorme salida a las calles cuando el gobierno a cargo del, entonces, presidente Macri intentó aprobar una ley (del 2 x 1) que intentaba liberar a la mayoría de los condenados por su actuación atroz durante la dictadura de 1976 a 1983.

La memoria, en la experiencia vivida en Argentina, es base indisociable de la consolidación de la democracia, esta forma de vida que tiene como columna vertebral los derechos humanos (enunciados, promovidos, defendidos, practicados, gozados).

Las propias vidas que siguen testimoniando y luchando las reconocidas Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, confirman un sentido suficientemente instalado en la vida argentina que, en la continuidad democrática, amplió su significación. Son estas mujeres y todos los que integran las organizaciones de derechos humanos quienes estallaron el marco que parecía quedar acotado solo a la memoria, la verdad y la justicia. Hoy el sentido fue ampliado a la lucha por otros derechos como los que se agrupan en torno a lo económico, social y cultural; derechos como el buen vivir, derecho a la paz, a un ambiente cuidado, protegido, respetado, entre otros.

Lo que transcurre de este siglo XXI vuelve a provocarnos fuertemente sobre el sentido que le seguimos adjudicando a lo democrático, a la democracia. Numerosas fotografías en casi todos los países de esta región dan cuenta de un poder de persuasión de quienes llegan a los máximos cargos de dirección de una nación y quienes, en alianza con ellos rápidamente viran a caminos muy opuestos a los que indicaron y prometieron recorrerían con todos y todos hacia mejores días con mejores condiciones de vida.

Un socio muy importante, con mayor poder de persuasión y penetración en nuestras vidas, son los medios. Capaces de trastocar los sentires y haceres que grandes mayorías llevamos consigo cotidianamente sobre lo que es, debe ser, la relación Estado-Sociedad. Contra semejante Goliat, muchos medios en renovadas redes de radios, televisoras, sitios con contenidos educativos, redes digitales, disputan en algunos callejones estrechos como la construcción o instalación de liderazgos escasamente preocupados por el bienestar de una enorme mayoría de ciudadanos y que hoy, en este minuto, son motivo de largas lamentaciones por los proyectos de país que dejan a millones de

mujeres y hombres fuera de casi todo lo que una legítima democracia debe asegurar. Algunos intelectuales sostienen que es dable afirmar que estamos en un Plan Cóndor Mediático (analogía respecto del acuerdo que hicieron las conducciones militares genocidas en las últimas dictaduras para desaparecer y/o asesinar ciudadanos de cualquier país).

Un posible cierre

Llamados a profundizar el camino que venimos recorriendo, esto es, consolidar aún más el aporte que desde la comunicación hacemos hacia un horizonte social más humano, más contenedor de todas y todos, entendemos que la mirada de una educación en derechos humanos, nos desafía a seguir rompiendo barreras que el propio campo de la comunicación suele ofrecer en la imprescindible e impostergable tarea interdisciplinaria que reclaman numerosas problemáticas graves y urgentes.

Lo que vivimos y construimos en democracia, nos sigue desafiando a continuar la tarea para seguir ampliando derechos. Día a día, profundizamos la construcción del conocimiento y una cultura de derechos humanos donde la lucha por cada uno de ellos nos atraviesa con una mirada que reclama ser holística, integral corriéndose de otras vertientes que, aún con las mejores intenciones, nos colocan cerca del libre juego de la oferta y demanda para acceder a lo que nos corresponde por el solo hecho de existir. Disputa de sentido, en la vida de nuestros pueblos que, también, se corre de los discursos y prácticas ancladas en la meritocracia, propia de sectores neoliberales que niegan todo reclamo amparados en un poder que ejercen discrecionalmente a favor de grandes corporaciones.

Tenemos como viento a nuestro favor que, en América Latina y el Caribe, al menos, hemos renunciado con grandes hitos comunicacionales a dejar de ejercer nuestro derecho a la comunicación y a enunciar el reclamo por este y todos los derechos, a comunicarlos a viva voz a la sociedad toda.

Seguir apostando a construcciones de sentido que amplíen miradas, que alientan a la pluralidad de pensamiento y de voces, no nos deja lugar para descansar en el esfuerzo para seguir forjando convicciones y prácticas sólidamente ancladas en éticas intransigentes, que ponen sus conocimientos al servicio de la sociedad, su compromiso y esfuerzo para superar los atrasos y lastres que nos aquejan, es decir: la pobreza, las enfermedades, la corrupción, el crimen, la desigualdad y la usurpación –incluso- de los

conocimientos científicos que se saquean para beneficio comercial de unos cuantos.

Hacemos nuestras estas palabras de un comunicador uruguayo-argentino, colega que apreciamos por su sencillez, docencia y claridad: "La única respuesta posible es no acostumbrarse a la mediocridad y a dar por válido lo que ya se sabe y se ha experimentado que no lo es. Porque no acostumbrarse a resignar derechos es la manera de decir que se está "sabiendo lo que hay que hacer".

Y una tozuda tesis para cada día: "Nadie puede ser feliz sin participar en la felicidad pública, nadie puede ser libre sin la experiencia de la libertad pública, y nadie, finalmente, puede ser feliz o libre sin implicarse y formar parte del poder político" (Hannah Arendt, Sobre la revolución).

Referencias

Andruetto, María Teresa (2018). Lo pulido y la falta de RESISTENCIA. conferencia, originalmente pensada para presentar en La Habana (Cuba) en 2018, fue ampliada y presentada en la Universidad Nacional de Quilmes, el 3/9/2018.

Arendt, Hannah (1997) ¿Qué es la política? Editorial Paidós. Barcelona.

Boaventura de Sousa, Santos (2007). La Universidad en el siglo XXI Para una reforma democrática y emancipatoria de la universidad. cides-umsa, asdi y Plural editores. La Paz (Bolivia).

Fernández David., S. J. (2003). Los derechos humanos en las funciones sustantivas de la Universidad", en Unesco, La educación superior en derechos humanos en América Latina y el Caribe, México, Unesco/UNAM, pág.37.

Manchini, Néstor David (2009): Comunicación para la educación en Derechos Humanos en Democracia y derechos Humanos. Desafíos para la emancipación. Universidad Autónoma de México, Universidad Nacional de Quilmes y Colegio Mexiquense. Liscano Fernández, F; Ripa Alsina, L y Salud Alvarado, E (Coordinadores). Año 2009.

Merlin, Nora (2017). Colonización de la subjetividad. Los medios masivos en la época del biomercado. Letra Viva. Buenos Aires, 1ra. Edición.

Penhos, M.; Manchini, N.; Suárez, O. (2014): La educación en DH del nivel superior. Apuntes del presente. Revista de ciencias sociales, segunda época. Núm 25, otoño de 2014; pp. 163-178.

Revista Topía. El concepto de "posverdad": una nueva mentira. Agosto/2017 https://www.topia.com.ar/articulos/concepto

-posverdad-una-nueva-mentira (recuperado en Setiembre 2020)

Ripa Luisa/Brardinelli, Rodolfo Luis. Presentación (pág.121) en Revista de Ciencias Sociales UNQ Segunda época. Año 6, nro.25. Dossier Desafíos del presente: Educación en derechos humanos, universidad y ciudadanía. Bernal (Buenos Aires), Otoño 2014.

Rodino, Ana María (2003): Visión y propuestas para la región en La Educación Superior en Derechos Humanos en América Latina y el Caribe. Editado por UNESCO, México.

http://www.apdh-argentina.org.ar/sites/default/files/u6/MVJ-Herramientas-Comunicar-DDHH.pdf (recuperado en 10/12/2019)

https://josecrettaz.com/contenidos/guadalupe-nogues-la-posverdad-genera-grietas-que-son-una-amenaza-para-la-vida-democratica/ (recuperado en 25/09/2020)

Uranga, Washington: 2004. Democracia y ciudadanía: Responsabilidad de los comunicadores.

Prácticas comunicativas y cambio social en colectivos de comunicación de Armenia, Quindío

Práticas comunicativas e mudanças sociais em grupos de comunicação da Armenia, Quindio

Communicative practices and social change in communication collectives of Armenia, Quindío

.

Lucero Giraldo Marín[34]

Resumen: Se analizan prácticas sociales de colectivos de ciudadanos, en Armenia, Quindío, que, de manera espontánea o sistemática, desarrollan procesos comunicativos para defender, denunciar o proponer alternativas a problemáticas de tipo social y/o ambiental que enfrenta la región o el país.

Inicialmente, se presenta el contexto problemático en el que actúan los colectivos, se hace claridad sobre el referente conceptual que enmarca la investigación y se especifica la ruta metodológica empleada para alcanzar los objetivos.

En la discusión de resultados se describe la práctica comunicativa de cada colectivo, 4 en total, y luego se procede a su análisis e interpretación desde categorías previamente establecidas.

Se encontró que los colectivos nacieron por el interés de poner en disputa sentidos diferentes frente a la realidad y que el propósito de cambio social tiene mayor impacto cuando logran articular diferentes actores sociales.

Su principal aporte a las formas de hacer comunicación es facilitar el ejercicio del derecho a la comunicación a quienes, según su criterio, no lo tienen. Aspiran a brindar argumentos para que los ciudadanos adquirieran conciencia crítica ante las decisiones de los gobernantes y/o para entusiasmarlos con prácticas ambientalmente sostenibles o de reconocimiento y solidaridad con minorías o grupos vulnerables.

Palabras clave: colectivos, comunicación, prácticas.

[34] *Lucero Giraldo Marín, Universidad del Quindío, Colombia. lgiraldo@uniquindio.edu.co*

Abstrac: Social practices of groups of citizens, who, spontaneously or systematically, develop communication processes to defend, denounce or propose alternatives to social and / or environmental problems faced by the region or the country are analyzed in Armenia, Quindío.

Initially, the problematic context in which the groups act is presented, clarity is made about the conceptual reference that frames the research and the methodological route used to achieve the objectives is specified.

In the discussion of results, the communicative practice of each group is described, 4 in total, and then it is analyzed and interpreted from previously established categories.

It was found that the groups were born out of the interest to dispute different meanings before the reality and that the purpose of social change has a greater impact when they manage to articulate different social actors.

Its main contribution to the forms of communication is to facilitate the exercise of the right to communication to those who, according to its criteria, do not have it. They aspire to provide arguments for citizens to acquire critical awareness of the decisions of the rulers and / or to enthuse them with environmentally sustainable practices or recognition and solidarity with minorities or vulnerable groups.

Keywords: collectives, communication, practices.

El proyecto tuvo como objetivo general "Caracterizar las prácticas comunicativas de colectivos de comunicación en Armenia, Quindío" con el fin de identificar los propósitos de cambio social que los orientan.

Los colectivos de comunicación, según Burch (2008, como se citó en Polo, 2017), se presentan como "movimientos de resistencia comunicacional muy diversos, y en ellos aparecen medios alternativos, (...) y campañas para apropiarse el derecho a la comunicación" (p.337), visibilizar identidades de minorías y defender lo público.

Es decir, estos grupos, desarrollan prácticas sociales para defender, denunciar o proponer alternativas a las diferentes problemáticas de tipo social y/o ambiental que enfrenta la región o el país, prácticas que no son solamente comunicacionales pero, teniendo en cuenta,, que es lo comunicativo lo que hace posible el entramado cultural, lo que aquí se presenta, aunque no incluye el estudio de la problemática social como tal, ni la situación organizacional del colectivo, si constituye un aporte para evidenciar la acción transformadora de los sujetos en su lucha por establecer nuevos simbolismos para la construcción de un futuro compartido.

Se trató de ver la forma en que se intenta posicionar un nuevo sentido social, que no es unánime, sino polisémico, producto de rupturas y puntos de encuentro de las diferentes lógicas que intentan defender lo público, a partir de experiencias de comunicación. "A este tipo de significaciones o referentes simbólicos implícitos, en conjunción con los procesos de "hacer la comunicación" que los incorporan, es a lo que llamamos prácticas comunicativas (Pérez y Vega, 2010b, como se citó en Vega, 2015, p.225).

La investigación tuvo un enfoque cualitativo con alcance descriptivo-interpretativo Hernández, Fernández y Baptista, (2010), porque se interesó por conocer cómo expresan los sujetos su visión de mundo y cómo se vincula esa visión con las prácticas comunicativas que emprenden. (Sautu, Boniolo, Dalle y Elbert, 2005).

Como técnicas de investigación se utilizaron la entrevista semiestructurada a líderes e integrantes de cada colectivo – en total se realizaron 9 entrevistas- y la observación de los productos comunicativos. Con la información recolectada, se procedió a identificar los 4 aspectos propuestos por Vega (2015) para definir el tipo de práctica que realizan los colectivos comunicativos: 1) los supuestos de los cuales parten, incluyendo el tipo de sujeto interlocutor que conciben, 2) las prácticas que desarrollan, 3) el propósito que encarnan las prácticas, y finalmente 4) las implicaciones que estas prácticas tienen (p.222). Esta identificación permitió clasificar las prácticas comunicativas como *legitimadoras, de resistencia, o de proyecto.*

Fue relevante, también, para la caracterización de las prácticas comunicativas identificar las estrategias comunicativas que implementan, porque en ellas se manifiestan las ideas de cambio social que orientan su trabajo, lo que supone asumir que lo comunicacional está

directamente vinculado con lo político y su estudio se hace necesario para entender cómo se desarrolla esta dimensión en las localidades.

Estas estrategias se estudiaron con base en los parámetros establecidos y propuestos por Massoni (2016, p. 93), quien propone desde la teoría de la complejidad, tener en cuenta los siguientes aspectos:

Audiencias. Público en general, niños, jóvenes, etnias, comunidades específicas.

Dimensión comunicacional: Informativa, interaccional, ideológica, comunicacional.

Proceso comunicacional: Información, sensibilización, participación, encuentro sociocultural.

Modos y formas de comunicación usados: congresos, cursos, contacto interpersonal, diarios nacionales, regionales; publicaciones, revistas (medios gráficos), radio, talleres, televisión, internet, videos, etc.

La muestra para la caracterización de las estrategias, estuvo compuesta por los materiales expuestos, por cada colectivo, en las páginas web.

DISCUSION Y RESULTADOS

Colectivo marcha carnaval de Armenia y el Quindío

La práctica de Marcha Carnaval de Armenia y el Quindío, se enmarca dentro de las *Practicas Comunicativas de Resistencia*. Surge en un contexto social en el que, en el país y en el mundo, se dan importantes movilizaciones de organizaciones de la sociedad civil que luchan en contra de los megaproyectos mineros por los impactos sociales y ambientales que traen a los territorios.

Una forma de resistencia a estos proyectos fue la creación de colectivos de comunicación propios, como fue el caso de la Marcha Carnaval de Armenia y el Quindío. Estos colectivos, en Tolima, en el Quindío y en otros departamentos, ejercieron la comunicación como un derecho de resistencia al tratar de presionar decisiones políticas que respetaran la autonomía de los territorios cuyas tradiciones culturales y vocaciones productivas entraban en conflicto con las propuestas extractivistas de las riquezas ambientales.

Lo alternativo de estas formas de resistencia comunicativa fue el mensaje, que siempre estuvo en lucha con los sentidos hegemónicos de relación entre los seres humanos y de estos con el ecosistema y, muy particularmente, con los sentidos impuestos y publicitados por las grandes compañías

mineras. En últimas, lo que se puso en disputa fue la concepción de desarrollo de los pobladores locales que entra en contradicción con la que se quiere imponer a nivel nacional.

El *sujeto interlocutor* de la práctica comunicativa, aquel que se convocó a participar en las marchas, fue un ciudadano crítico que se identificó con la búsqueda de prácticas sociales que salvaguardaran el territorio para todas las formas de vida y que deseaba expresarse en contra del modelo depredador de los bienes ambientales. De igual manera, se procuró llegar a los gobernantes a través de expresiones culturales que lograran transmitir el sentido de vida que se quería defender y hacer un llamando a tener en cuenta la visión de futuro de amplios sectores de la comunidad.

Tanto la Marcha Carnaval como todas las *prácticas comunicativas* que implementa el colectivo tienen el propósito de fomentar la participación ciudadana, llaman a los ciudadanos a la creación de redes y a que se manifiesten desde sus organizaciones y desde su individualidad no solo contra la megaminería sino para poner en circulación experiencias en busca del buen vivir.

Su página de Facebook y demás estrategias comunicativas fueron utilizadas para convocar a las movilizaciones, pero también, permanentemente, socializan experiencias e historias de vida que proponen formas diferentes de acercarse a los bienes ambientales. Enfatizan, de igual manera, en las prácticas comunitarias como forma de relación social.

El *impacto* de las prácticas comunicativas de las Marchas Carnaval, tanto en el Tolima, como en el Quindío, fue evidente, por la acogida que obtuvieron sus convocatorias y por el interés y la preocupación que se ha despertado en la ciudadanía hacia la protección de los bienes ambientales y su oposición a proyectos que ponen en riesgo temas tan sensibles como la protección del agua.

El discurso que construyó el propio colectivo, así como las otras voces disidentes, dieron cuenta de la lucha de sentidos a través de procesos de reconocimiento, interpelación, reinterpretación, oposición o validación de los argumentos alrededor del tema minero y en general, ambiental.

Su *propuesta comunicativa* llegó a todo tipo de audiencias, público en general y muy especialmente a los jóvenes y a una amplia variedad de organizaciones y comunidades específicas; la *dimensión comunicacional* fue fundamentalmente interaccional, se propuso el diálogo por lazos de amistad y fraternidad

pensando en la forma de unirse, de hablar, de ponerse de acuerdo para llevar a cabo su propósito.

El *componente ideológico* se identificó con todos los movimientos que invitan a un giro epistémico hacia el rescate de legados culturales sostenibles, a descolonizar el concepto de desarrollo y de naturaleza y a superar la racionalidad moderna que ha conllevado a la dicotomía sociedad-naturaleza.

El *proceso comunicacional* incluyó la Información, sensibilización, participación, y encuentro sociocultural desde la alegría del carnaval y la expresión artística. Sus *modos y formas de comunicación* fueron variados, creativos, llamativos, no solo desde la concepción misma de la comunicación que se identificó con cosmovisiones indígenas, sino también con unos productos comunicativos que buscaban ser formativos y críticos.

Buena Gente Periódico

Al identificar los *supuestos* de los cuales parten, el tipo de *sujeto interlocutor* que conciben, el *propósito* y las *implicaciones* de sus prácticas, puede determinarse que el trabajo de Buena Gente Periódico se inscribe dentro de las *Prácticas Comunicativas de Resistencia.*

Su *propósito* es el de amplificar las buenas prácticas individuales y colectivas que hombres y mujeres realizan cotidianamente en la región del Quindío, en Colombia y en el planeta. Parten del *supuesto* de que lo que se comunica tiene un potencial transformador porque son muchos los hechos de la vida que diariamente confirman la vocación de solidaridad, paz y justicia de los seres humanos y que pueden convertirse en prácticas sociales inspiradoras para la construcción de proyectos colectivos de futuro.

De esa manera y por el sentido de su mensaje, Buena Gente Periódico, se consolida como un proyecto alternativo de comunicación. Su propuesta editorial se distancia del tradicional modelo de comunicación porque implica asumir una posición crítica al estilo dominante en los medios de comunicación, en los cuales es la noticia trágica, de corte amarillista, la violencia, la corrupción y demás males que aquejan a la sociedad las que ocupan las primeras páginas y donde las propuestas diferentes al modelo consumista y depredador de los recursos naturales no tienen la divulgación ni el espacio suficiente y necesario.

Para Buena Gente Periódico, el modelo tradicional de comunicación mediática al no hacer suficiente eco de las prácticas sociales de diferentes actores y comunidades que trabajan por la transformación del modelo de desarrollo desde lo local, proyecta una imagen distorsionada de los sujetos, sus territorios e imaginarios.

Con relación a la *caracterización de la estrategia*, se dirigen a una audiencia general, que es el sujeto interlocutor de la propuesta y en el cual reconocen su potencial crítico y participativo. Precisamente, el *proceso comunicacional* del periódico, incluye la información, la sensibilización, la participación y la promoción del encuentro sociocultural. Para el colectivo, lo realmente importante es permitir el ejercicio del derecho a la comunicación a través de sus páginas y por esta condición puede catalogarse como un medio de comunicación de carácter ciudadano. No se trata del involucramiento directo de las comunidades en la producción del periódico sino de que esté al servicio de todo lo positivo que tienen para contar.

La *dimensión comunicacional*, le apunta a generar transformaciones en las prácticas sociales y los sentidos de las audiencias gracias a que invita a compartir sentidos y acciones con otros. Además, cuando socializa eventos donde tienen la voz las víctimas y los constructores de paz, Buena Gente Periódico, pone en evidencia una clara intención política, en el sentido de que sus lectores se den cuenta que hay quienes hacen algo más de lo que se registra en los medios tradicionales por la consolidación del proceso de paz.

Por todo lo anterior y con su apuesta por la difusión de prácticas basadas en procesos culturales, *la intencionalidad* de la práctica comunicativa del colectivo se puede catalogar, igualmente, de disidente.

ondamoderna.com

La propuesta de Ondamoderna.com se inscribe dentro de las *Prácticas Comunicativas de Resistencia* y, en este caso, de manera puntual, las mujeres líderes del proceso, en las entrevistas, manifestaron su deseo de luchar comunicativamente y organizativamente con sus denuncias, estrategias comunicativas y trabajo comunitario por el cambio del *statu quo* y las condiciones de inequidad y exclusión del modelo capitalista dominante.

La propuesta comunicativa parte del *supuesto* de que los medios masivos comerciales y en especial los noticieros radiales, son funcionales al sistema, los periodistas no investigan, sino que se limitan a

informar sobre las realizaciones de los gobiernos, los hechos delictivos, la coyuntura, pero no profundizan, no analizan, ni ayudan a que la comunidad comprenda la raíz de los problemas, ni tampoco educan para generar alternativas con las que se puedan afrontar los retos sociales. Desde esa mirada, y como lo plantea, Vega (2015, p.228)," sus prácticas comunicativas están orientadas a crear sujetos críticos que sean actores participativos de transformaciones desde lo local". Es más, para las líderes del proyecto, estos medios presentan una visión estereotipada de las comunidades populares, las noticas que se generan alrededor de las mismas son generalmente sobre hechos delictivos, pero poco sobre las luchas y prácticas solidarias con las que enfrentan sus dificultades, lo que ocasiona que los demás sectores de la ciudad tengan una imagen distorsionada del convivir al interior de estos barrios y de su relación con los demás habitantes de la ciudad.

La posición y el activismo de Ondamoderna.com tiene un corte partidista y esto lo distingue del accionar comunicativo de *Resistencia* de Buena Gente Periódico. Aunque, de manera categórica, sus integrantes niegan que sea un medio al servicio de un partido político, las voces de movimientos políticos de izquierda como Colombia Humana, encuentran eco en la emisora, con ellos se comparte la visión de la realidad nacional y muchos de los integrantes del colectivo declaran su pertenencia a esa organización. Este mismo hecho ha ocasionado que, a través de redes sociales o de manera personal, sus integrantes reciban amenazas u ofensas, lo que los ha obligado a tomar medidas para proteger su integridad.

A pesar de que la práctica comunicativa de Ondamoderna.com sea de *Resistencia* y que los mensajes que transmiten en formato de videos, comunicados, promoción de eventos, etc. tengan un carácter claramente alternativo a los que se transmiten por los medios y canales comerciales, la construcción de los mensajes no es el resultado de un proceso colectivo con las comunidades involucradas. Estos mensajes son producto de un periodismo investigativo de corte personal, bien sea de los integrantes del colectivo en Armenia, de sus contactos, grupos de amigos, o de otros colectivos con los que tienen coincidencia política e ideológica.

El *sujeto interlocutor* de la propuesta comunicativa involucra tanto a aquellos que siguen la emisora como a quienes la apoyan y envían sus colaboraciones para la parrilla de

programación, sin embargo, cada uno lo hace desde su quehacer y desde una voz particular aunque crítica al sistema. Por consiguiente, es el sentido del mensaje, mas no su construcción, ni el canal que se utiliza, lo que le da el carácter alternativo a esta propuesta.

la vía online es la que les ha permitido llegar al gran público y, fundamentalmente, a los jóvenes universitarios quienes son sus principales seguidores porque se identifican tanto con el tipo de discurso, como con el canal que se utiliza, sin embargo, las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), no pueden considerarse alternativas, al contrario, dominan el panorama informativo, son el medio tradicional en el momento tecnológico y cultural actual.

Con todo lo expuesto anteriormente, la estrategia comunicativa de Ondamoderna.com puede catalogarse en su *dimensión comunicativa* como de ideológica y el proceso comunicacional como de sensibilización, dirigida a un público en general nacional e internacional, así como a comunidades específicas y especialmente a jóvenes.

Los *modos y formas de comunicación* usados responden a noticias, reportajes, fotos y vídeo de denuncia, notas e invitados especiales que analizan el contexto local, regional, nacional e internacional y el devenir histórico de las comunidades a través del canal virtual.

Lo que Calla la Calle

La práctica que, como colectivo, desarrolló Lo Que Calla La Calle se enmarcó en las *Practicas Comunicativas Proyecto* gracias a que impulsaron procesos comunicativos para facilitar que actores sociales que tenían mucho que contar tuvieran la oportunidad de hacerlo.

Si se revisa el contenido de los medios digitales, queda claro el *propósito* de difundir y apoyar prácticas sociales donde el arte fuera el principal medio de expresión de posiciones críticas ante las decisiones gubernamentales sobre asuntos de carácter ambiental y económico-sociales como la extracción minera y la defensa de grupos vulnerables, como la comunidad LGTBI. A pesar de que los integrantes del colectivo no eran los protagonistas de esas prácticas, su interés comunicativo sí estaba puesto en resaltar las mismas.

Los slogans que identificaron al grupo, como “No callamos la realidad”, “La calle tiene cosas que contar” o “Todos tienen algo que contar” dan cuenta de los *supuestos* de la

iniciativa y tienen relación directa con abrir los micrófonos a esas historias que no se cuentan, a aquello que está silenciado pero que es importante escuchar y a toda la diversidad de miradas que tiene el mundo para compartir.

Con relación a las *implicaciones* del trabajo del colectivo, es interesante anotar como, para sus integrantes, el hacer mismo de la comunicación se convirtió en un ejercicio pedagógico y formativo y en una oportunidad de transformación por las dificultades que, como grupo, debían superar para negociar contenidos, formas de trabajo y, reflexión sobre las realidades que reseñaban. Esa experiencia les ayudó a reconfigurar su mirada sobre el contexto social, su papel como comunicadores y sobre cómo darle voz a aquellos que comúnmente no la tienen en los medios comerciales.

Los jóvenes y quienes se vinculan en procesos de comunicación ciudadana, con los diversos sentidos que estos pueden tener, modifican su percepción de lo público y cambian ellos mismos como sujetos sociales al ampliar su perspectiva política y la comprensión del contexto en el que se desenvuelven.

Por lo tanto, puede deducirse que se dieron procesos de reflexión con relación a cómo hacer del ejercicio de la comunicación un proceso transformador, fundamentado en procesos de investigación periodística y en la proximidad con aquellas voces que luchan por el ejercicio de la libertad, la autonomía y la defensa de los derechos humanos. Además, al poner en circulación lógicas diferentes que cuestionaban los estereotipos sociales, se permitió a los protagonistas de esas historias ejercer la libertad de expresión, afianzar su identidad y sentir su dignidad y, al público en general, reconfigurar imaginarios diferentes a dominantes.

Sin embargo, a pesar de estas características, su práctica comunicativa no puede considerarse como de *resistencia*, como sí es el caso de Marcha Carnaval o de Buena Gente Periódico ya que, más que cuestionar el modelo de desarrollo o discursos hegemónicos, su práctica tenía la intención de empoderar los sujetos o las organizaciones para que cada quien expresara su visión de mundo, sin que ello significara un cuestionamiento profundo de la estructura social.

Sobre la *dimensión comunicacional* de la estrategia, esta tuvo un carácter interaccional, por encima del dato lo que importaba era comunicar para que se conocieran otras formas del sentir, de aquellos que no habían tenido la oportunidad

de expresarse. Esa condición comunicacional del colectivo lo relaciona con medios de corte alternativo y ciudadano.

Los *modos y formas* de comunicación fueron videos, entrevistas, crónicas y notas montados en los canales digitales y programas de radio. Con relación al *proceso comunicacional*, aunque fue notorio el liderazgo ejercido por su director, se dieron interesantes procesos de participación en la investigación periodística y en la selección de contenidos.

Por último, el caso de lo que Calla la Calle muestra la fragilidad de prácticas comunicativas ciudadanas que no cuentan con respaldos financieros y organizacionales, lo que pone en riesgo su sostenibilidad y permanencia en el tiempo. En particular, en este colectivo, la juventud e inexperiencia de sus integrantes impidió que se superaran los obstáculos de clima organizacional que afrontaron.

Conclusiones

Todos los colectivos nacieron por el interés de poner en disputa sentidos diferentes frente a la realidad social, de esa manera, quienes se orientan hacia prácticas comunicativas *proyecto*, buscan poner en la agenda pública situaciones de la vida social que les inquietan y quienes se orientan hacia prácticas comunicativas *de resistencia* ponen en circulación discursos contrarios a los hegemónicos.

Comparten el interés por brindar argumentos para que los ciudadanos tengan conciencia crítica ante las decisiones de los gobernantes y/o para que se entusiasmen con prácticas sociales ambientalmente sostenibles o de reconocimiento y solidaridad con minorías o grupos vulnerables, siendo esa la forma en que entienden el cambio social, que promueven a través de procesos de participación ciudadana en los asuntos públicos y el fortalecimiento del tejido social. Su principal aporte con relación a las formas de hacer comunicación consiste en facilitar el ejercicio del derecho a la comunicación a quienes, según su criterio, no lo tienen.

El impacto de las prácticas comunicativas es mayor cuando logran articular en un solo propósito diferentes actores sociales. Ese fue el caso del colectivo Marcha Carnaval de Armenia y el Quindío, con las grandes movilizaciones y el apoyo que alcanzaron sus convocatorias que las convirtió en un acto simbólico y político de importancia para la ciudad. Las estrategias comunicativas de este colectivo, se caracterizaron por su gran variedad, algunas segmentadas por

audiencias, y por privilegiar las manifestaciones artísticas como la forma de expresión de sus demandas ambientales y sociales.

Un *supuesto* común del que parte su accionar es el convencimiento de que los medios de comunicación comerciales no informan de manera adecuada a la comunidad y que se necesitan canales para que voces y prácticas sociales disidentes o alternativas tengan resonancia.

Los colectivos pueden considerarse nativos digitales, iniciaron su actividad en la última década donde el predominio de las redes sociales como forma de comunicación es indiscutible y las posibilidades que ofrece la Web han sido aprovechadas por organizaciones pequeñas y de bajo presupuesto para alcanzar sus objetivos. En ellas se reconoce el efecto multiplicador de los mensajes.

Las redes sociales electrónicas les permitieron darse a conocer a diferentes públicos y llegar a audiencias específicas, dependiendo de su interés comunicativo, mantener el dialogo y construir alianzas para potenciar su impacto. Todos han sabido utilizar la interactividad y las formas de comunicación virtuales, predominando Facebook, YouTube y la construcción de páginas web, sin embargo, las formas impresas como el periódico, las cartillas y el diálogo directo fueron igualmente importantes como estrategias comunicativas.

El trabajo de los colectivos con todas las dificultades de corte organizacional, de sostenibilidad económica y de permanencia que presentan, constituyen un importante esfuerzo para hacer visibles, a través de prácticas comunicativas, prácticas sociales que apuntan a la construcción de un futuro posible y deseable tanto en lo social, como en lo ambiental.

Referencias

Álvaro, D. (marzo, 2010) Los conceptos de "comunidad" y "sociedad" de Ferdinand Tönnies *Papeles del CEIC*, (52). Recuperado de http://www.identidadcolectiva.es/pdf/52.pdf

Barranquero-Carretero, A. Sáez-Baeza, Ch. (marzo de 2015). La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. *Palabra Clave* 18(1), 41-82. DOI: 10.5294/pacla.2015.18.1.3

Burch, S. (2013). El reto de articular una agenda social en Comunicación. Comunicación y Ciudadanía. Recuperado de

http://movimientos.org/es/foro_comunicacion/show_text.php3%3Fkey%3D1498

Castells, M. (1999). La Era de la Información. En: *El Poder de la Identidad*. Madrid:

Siglo XXI.

Hernández, Fernández y Baptista, (2010). Metodología de la Investigación (5ª. Edic). México D.F.: McGRAW-HILL

Huertas, R. (2015). *Organizaciones No Gubernamentales y Social Media. Análisis de las Estrategias Comunicativas.* (Tesis doctoral). Universidad de Málaga, Facultad de Ciencias de la Comunicación. Málaga, España.

Gumucio, A. (2008). Tres retos de la comunicación para el cambio social. *Contratexto Digital*. 5 (6) Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/268411572_Tres_retos_de_la_comunicacion_para_el_cambio_social

Martìn-Barbero, J. (2005). Deconstrucción de la crítica: Nuevos itinerarios de la investigación. En Maria Inmmacolata Vasallo de Lopes y Raúl Fuentes Navarro (comps). *Comunicación, campo y objeto de Estudio.* México: Iteso

Massoni, S. (2016). Avatares del comunicador complejo y fluido. Quito: Ciespal,

Polo, D. A. (julio-septiembre, 2017). Queremos seguir siendo lo que somos: Hegemonías y resistencias al proyecto extractivista La Colosa en Cajamarca. Colombia En *Question,* 1, (55), 331-351. Recuperado de https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/4305/3574

Sautu, R., Boniolo, P., Dalle, P., y Elbert, R. (2005). Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires, Argentina: CLACSO. Recuperado de http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdl/collect/clacso/index/assoc/D1532.dir/sautu2.pdf

Torres, A. (2002). Reconstruyendo el vínculo social: Movimientos sociales, organizaciones populares y constitución de sujetos colectivos. Universidad Nacional Abierta y a Distancia - UNAD, Bogotá, 2002. Capítulo 2

Uranga, W. (2007). Mirar desde la Comunicación Una manera de analizar las prácticas sociales. Recuperado de https://animacionsocioculturalunlz.files.wordpress.com/2014/09/mirar-desde-la-comunicacic3b3n-uranga.pdf

Vega, J. (2015). Prácticas comunicativas, habitus e identidades políticas en procesos de comunicación local. En L. A. Montenegro. (Ed.), *Reflexionando las disciplinas* (pp.220-231). Bogotá, Colombia: Universidad Mariana. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Recuperado de http://www.researchgate.net/publication/281523100

Pensar la comunicación en el territorio: más allá de las tentaciones y fascinación de los medios y las producciones comunicativas

Pensando a comunicação no território: para além das tentações e fascínios da mídia e das produções comunicativas

Thinking about communication in the territory: beyond the temptations and fascinations of the media and communicative productions

Jair Vega-Casanova [35]
César Tapias [36]
Camilo Pérez [37]

Resumen: Una ausencia notable en el campo de la comunicación para el cambio social es el abordaje de los territorios en los cuáles las dinámicas y los ecosistemas comunicativos están inmersos. Es recurrente que la mirada se centre en las dinámicas más visibles: 1) los medios comunitarios y ciudadanos, 2) las formas de comunicación propias de las organizaciones y los movimientos sociales y 3) las iniciativas comunitarias que se desarrollen para promover algún proceso de intervención específico. Pero, alrededor de esas dinámicas es de donde surgen las tentaciones y las fascinaciones de cambio social que se aventuran bien sea desde ONGs, Universidades, Instituciones o comunidades: hacer un documental participativo o un relato de ficción que evidencie una problemática y que pueda tener una importante circulación o incluso ser presentado en un festival seducen de manera significativa tanto a poblaciones como a investigadores. 15 experiencias de procesos de comunicación que han surgido de comunidades

[35] *Jair Vega-Casanova, Departamento de Comunicación Social, Universidad del Norte, Colombia, jvega@uninorte.edu.co.*
[36] *César Tapias, Estudiante de Doctorado en Comunicación de la Universidad del Norte, Colombia, ctapiasa@uninorte.edu.co.*
[37] *Camilo Pérez, Departamento de Comunicación Social, Universidad del Norte, Colombia, ecquintero@uninorte.edu.co*

étnicas y campesinas, nos permiten una reflexión sobre la relación entre comunicación, territorio e identidades para ver cómo diferentes formas de comunicación no aparecen como ejercicios aislados, sino, ligadas a intencionalidades específicas, que se instauran como partes constitutivas de la forma como se expresan los procesos de comunicación.

Palabras Clave: comunicación, territorio, cambio social

Abstract: A notable absence in the field of communication for social change is the approach to the territories in which the dynamics and communication ecosystems are immersed. It is recurrent that the gaze focuses on the most visible dynamics: 1) community and citizen media, 2) the forms of communication typical of organizations and social movements and 3) community initiatives that are developed to promote some intervention process specific. But, it is around these dynamics that the temptations and fascinations of social change arise that are ventured either from NGOs, Universities, Institutions or communities: making a participatory documentary or a fictional story that evidences a problem and that may have a significant circulation or even being presented at a festival significantly seduce both populations and researchers. 15 experiences of communication processes that have arisen from ethnic and peasant communities, allow us to reflect on the relationship between communication, territory and identities to see how different forms of communication do not appear as isolated exercises, but, linked to specific intentions, that are they establish as constitutive parts of the way communication processes are expressed.

Key words: communication, territory, social change

Pensar la Comunicación y Territorio

La beca de Comunicación y Territorio es el mayor estímulo económico de entre las 14 convocatorias que adjudica la Dirección de Comunicaciones del Ministerio de Cultura de la república de Colombia. Sólo para su segunda convocatoria en el año 2019, entregó 297 millones de pesos, con lo que deja en evidencia el interés del Ministerio por fortalecer los procesos comunicativos que adelantan en sus territorios, organizaciones indígenas, afrodescendientes y campesinas.

La idea de crear esta beca surgió del trabajo que la Dirección ha venido haciendo desde el año 2014, acompañando escuelas autónomas de formación en comunicación en distintas regiones del país. Esta experiencia permitió identificar procesos como las escuelas indígenas del Norte del Cauca, la Red de Comunicación Wayuu, el Colectivo de Comunicaciones Línea 21 de Montes de María y el proceso de la Escuela Audiovisual Infantil de Belén de los Andaquíes en Caquetá, entre muchos otros, a los que no podía dar apoyo directo por problemas técnicos, de presupuesto, y el limitado acompañamiento que se podía ofrecer en los territorios del país profundo. A partir de esa situación, se creó la Beca para dar oportunidad de desarrollo a las propuestas lideradas por las mismas organizaciones con apoyo institucional, lo que, en efecto, le ha permitido a la Dirección, llegar a más lugares, potenciar el sostenimiento de otros procesos formativos de largo aliento y, avanzar en el fortalecimiento de procesos autónomos en las regiones. Así, Los objetivos principales de las organizaciones que presentaron propuestas en 2018 y 2019 estuvieron enfocados principalmente en generar espacios de formación, reflexión y producción de sus propios contenidos, motivar a las comunidades étnicas a la apropiación de sus saberes y dinámicas culturales, y formar y complementar conocimientos en comunicación y en las capacidades de las agrupaciones para contar sus historias con un enfoque étnico.

Pero una de las ausencias recurrentes en el campo de la comunicación para el cambio social es el abordaje de los territorios desde las dinámicas y los ecosistemas comunicativos en que se encuentran inmersos. A pesar de que, desde esta perspectiva, en muchas oportunidades, la mirada se centra en los procesos de comunicación que se producen de manera autónoma por las propias comunidades que hacen parte de los territorios, son análisis que se centran en dinámicas fuertemente valoradas y mucho más visibles al interior de los territorios, como son:

los medios comunitarios y ciudadanos.

las formas de comunicación propias de las organizaciones y los movimientos sociales.

las iniciativas comunitarias que se desarrollen para promover algún proceso de intervención específico en alguna de las temáticas relacionadas con el denominado “desarrollo”.

Precisamente, alrededor de estas dinámicas es de donde surgen la mayoría de las tentaciones y fascinaciones de los procesos de cambio social que se aventuran bien sea desde ONGs, Universidades, Instituciones de desarrollo y organizaciones sociales, donde hacer un documental participativo o un relato de ficción que evidencie una problemática y que pueda tener una importante circulación o incluso ser presentado en un festival o foro, seducen de manera significativa tanto a poblaciones locales como a investigadores comprometidos. Sin embargo, la introducción de una tecnología innovadora para abordar un tema de "desarrollo", como por ejemplo el video, o como la de una radio o algunas formas de hacer teatro, entre otras, podrían seguir encausándose bajo los preceptos de teorías con bastantes revisiones, como por ejemplo la teoría de difusión de innovaciones de Rogers.

Objetivos

Esta sistematización se desarrolló como un ejercicio crítico de producción de conocimiento que buscó,

Identificar los aprendizajes y las metodologías de formación/producción que desde sus propios territorios han implementado las organizaciones y colectivos participantes de la beca.

Describir la percepción de quienes han participado en las distintas experiencias sobre los efectos que esta beca ha tenido tanto en ellos/ellas como en las organizaciones y los movimientos sociales de los cuales hacen parte.

Generar información no sólo para la Dirección de Comunicación, en tanto le permitirá desarrollar reflexiones y ajustes a la beca para próximas convocatorias, sino que también y principalmente para las organizaciones, en la gestión de conocimiento sobre sus propios procesos.

Discusión teórica propuesta

La crítica al difusionismo nos permite pensar la comunicación como un proyecto social y cultural (Navarro díaz, 2017), por lo que la difusión de Tecnologías implica la innovación económica y la círculación de información como componentes del desarrollo local. En "Experiencias de comunicación y medio ambiente" Herrera y Vega (2014) parten por identificar el modelo de progreso y el modelo de comunicación reconocido como modelo difusionista, centrado en acciones mediáticas y el marketing social, para pensar luego una

perspectiva histórico teórica en donde se ubican las propuestas alternativas de comunicación y desarrollo como la comunicación local, popular y comunitaria que hoy día ya no se preocupa por la propiedad de medios, sino que emerge como un modelo de comunicación participativa que cada vez se consolida más desde la perspectiva de cambio social, y luego identifican la perspectiva teórica de la comunicación donde ésta se comprende como un producto de sentido y significaciones que se materializa en estrategias de incidencia individual y colectiva, que pueden proyectarse la estructura macro social a través de políticas públicas .

Pero en esta ocasión estamos detrás de acciones participativas y de empoderamiento en diferentes niveles e intensidades (Herrera y Vega, 2014). Es importante ver las interacciones entre los procesos de comunicación,el capital social y el proceso desarrollo local en el que se comprometen diversos actores comunitario, para comprender después el ecosistema multimedial en el que las comunidades pueden generar acciones políticas y sociales. Recordamos a Castells (2006) y su idea de comunicación masiva individual a traves de internet y sus buscadores, o los teléfonos celulares , tabletas y videojuegos que establecen interacciones a través de interfaces que aunque presionadas por medios comerciales pueden convertirse en lugar de debate y en donde los roles de consumidor/productor son intercambiables.

Otras propuestas teóricas a propósito de la comunicación y el territorio nos permiten identificar cómo la comunicación territorial funciona a partir de procesos de comunicación humana de interacción no sólo con lo ciudadano; lo territorial implica además de lo espacial delimitado, su relación eco sistémica y simbólicia con un espacio bioecosociocultural y político que es la base de un sistema de comunicación (Vela, 2011)

Estas prácticas, procesos y sujetos deslocalizados de los medios y de las organizaciones, generan procesos de comunicación popular para ejercer el Derecho la comunicación a través de unas prácticas que desde la investigación podemos identificar como aportes muy significativos que cada territorio le hace campo comunicacional , al dejar ver la cultura local como un lugar de enunciación y no sólo de recepción. Agüero & Müller (2018). Williamson (2009) propone ver la Comunicación social comunitaria en los territorios desde el desarrollo endógeno al

local asociando comunicación, educación, cultura popular, interculturalidad y desarrollo desde las dinámica sociales ,educativas y comunicacionales de que disponen las comunidades marginadas del desarrollo centralista.

Como sea, se trata de ver procesos de comunicación ligados a dinámicas de producción cultural consecuentes con dimensiones políticas muy significativas donde juega la lucha ideológica de mentalidades y de posturas culturales en las que se expresa el discurso local, la lucha política e incluso las relaciones con el estado y el mercado. Esta Comunicación (y territorio) desde la perspectiva de individuos inmersos en estas dinámicas comunicativas nos deja ver los procesos de desarrollo y cambio social insertos en procesos que desde la comunicación tendrán siempre relación no sólo con el mundo de la vida del sujeto, los procesos de participación en la esfera cultural, el desarrollo de la democracia o esfera pública y la formación de la ciudadanía o esfera política, sino y más importante, su convivencia con la naturaleza como esfera ecosistémica de lo humanno y lo no humano. Y es que "caminar el territorio" le permite a los participantes, que en su mayoría son jóvenes, conocer el espacio territorial que cubre la organización y establecer lo que el pensador colombiano Arturo Escobar (2014) define como la (re)localización y la (re)comunalización, de expresiones heterotópicas que defienden la vida, la singularidad sociocultural, el territorio, los saberes y cosmovisiones, con lo que contribuyen a visibilizar otras expresiones lugarizadas pero conectadas y en-red-adas con dinámicas glocales. Un ejemplo de esto, fue el de los participantes de la propuesta implementada en Puente Sogamoso (Santander). Allí, la itinerancia por el rio les permitió conocer las diversas prácticas de pesca y alimentación que tienen los pobladores de la cuenca, además, en sus recorridos fluviales pudieron apreciar los sonidos que hacen diferentes peces en sus chapoteos por el agua y las piedras, descubriendo "un verdadero pluriverso de mundos socio-naturales" (Escobar, 2011). Una dinámica de comunicación entre lo humano y lo no humano de mucha vitalidad, porque en la medida en que escuchemos a la naturaleza, entendemos mejor porque hay que cuidarla. La itinerancia como exigencia para acceder a la Beca, ha dejado ver que la formación en comunicación no es sólo para producir contenidos mediáticos, sino que la producción que se requiere debe tener un

sentido que se ajuste a las condiciones de los territorios.

Enfoque y/o metodología de abordaje

Desarrollamos un ejercicio de investigación en diferentes territorios de la Colombia profunda, que ha incluido 15 experiencias de procesos de comunicación surgidos de comunidades étnicas (indígenas y afrocolombianas) y campesinas, que fueron potencializados por la política de estímulos del Ministerio de Cultura, a través de las becas de comunicación y territorio en los años 2018 y 2019 con las que se hace una reflexión sobre la relación entre comunicación, territorio e identidades. Para ello se hicieron entrevistas con líderes y lideresas de los colectivos que desarrollaron los procesos, asesores y facilitadores de los procesos de formación, así como con representantes de la Dirección de Comunicaciones del Ministerio de Cultura. Se desarrollaron talleres de memoria con mapas mentales y relatos de cambios más significativos con los participantes en las experiencias y se hizo un análisis general de productos y procesos comunicativos. Sin embargo, uno de los ejercicios más potenciales para el análisis fue la reconstrucción histórica de los contextos territoriales y las dinámicas cultures y comunicacionales a través de las cuales se proponen y circulan los sentidos que los procesos de comunicación estudiados apuntan a transformar territorios y realidades. Así, logramos conversaciones y reflexiones, que como técnicas heredadas del sociólogo Orlando Fals Borda (1925-2008) permitieron que la investigación misma potenciara los procesos de transformación. Una perspectiva epistémica y política porque el propósito no es la información que arroja para el proceso sino los aprendizajes y reflexiones que le quedan a los participantes sobre los ejercicios evaluados.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones

Dentro de los principales hallazgos se encuentra que en los territorios hay ecosistemas comunicativos, en los cuales, a través de múltiples dinámicas comunicativas que posibilitan la circulación de diversos sentidos y significaciones, unos con más fuerza y potencia que otros, pero que en su conjunto materializan el sentido que se le da a la vida o a la muerte en el territorio, a la salud, a la productividad, al agua, al medio ambiente, a los derechos, entre muchos otros aspectos. Alrededor de todas estas temáticas o, en gran

medida, los sentidos que circulan en relación con ellas terminan definiendo las distintas identidades que se configuran en los territorios. Las experiencias de Nuquí, María la baja y Puente Sogamoso son ejemplos.

En Nuquí, pacífico norte colombiano, se generó una comunicación para promover el cuidado del medio ambiente pero también para fortalecer la resistencia a la construcción de un Puerto de aguas profundas; en María la baja, zona caribe, el colectivo de comunicación rural no sólo decidió concentrarse en la labor de las mujeres para visibilizarlas sino también poner en la agenda pública el tema del agua. Los pescadores de Puente Sogamoso, Santander, presentaron un proyecto con el que intentan recuperar el río, las especies y los conocimientos de las comunidades que lo habitan, lo que también constituye una labor de resistencia en particular después del compuertazo, un accidente de la hidroeléctrica Sogamoso, que ocasionó la desaparición del río por apenas cuatro horas, dejando una mortandad tan grande que murió la larva y murió la semilla, el río perdió su hidráulica y hasta el bagre se desorientó.

Es así como, la comunicación aparece de formas múltiples, la mayoría de las veces no convencionales, muchas veces como parte integral de distintas prácticas sociales relacionadas con la productividad, con la recreación o el disfrute del tiempo libre, entre muchas otras, y las mismas, a su vez, se legitiman las diferentes relaciones de poder que se dan en los territorios. Es el caso de los procesos de comunidades indígenas, cuyos principales intereses son el territorio y por supuesto su defensa ante el extractivismo que contamina y deteriora el medio ambiente. En dinámicas similares están inmersas comunidades negras como el Consejo Territorial de Barbacoas, Nariño, sur de Colombia.

Como la comunicación genera reconocimiento y poder, la gente participa de estos procesos intentando hacer parte de la transformación de sus territorios y comunidades, a punto de colapsar por las violencias. Por eso, el tema de los jóvenes también es de su interés, es el caso de la escuela de comunicación Efrén Pascal, en el Cauca, donde abordan la comunicación de una manera intercultural, combinando la comunicación propia con las herramientas de la comunicación masiva para lograr unos contenidos que se fusionen, pero dándole un enfoque awá. De esta manera, las diferentes formas de comunicación no aparecen como ejercicios aislados, sino, ligadas a intencionalidades específicas, las cuales a su

vez se instauran como partes constitutivas de la forma como se expresan los procesos de comunicación. Prácticas comunicativas que son a su vez forma y proceso, que no se pueden ver al margen de la intencionalidad y los contenidos con los cuales surgen.

Es así como por ejemplo muchas formas de comunicación solo existen en la medida en que configuran bien autoafirmación como sujetos, bien ejercicio de resistencia, e inclusive como posibilidad de conexión entre lo humano y lo no humano. Estas dinámicas pueden expresar bien sea la legitimación y consolidación de los imaginarios, ideologías o poderes de grupos minoritarios que asumen el territorio para su propio beneficio, desde una perspectiva extractivista, o, por el contrario, pueden expresar movimientos de resistencia y de autonomía que propenden por romper la colonialidad expresa en las dinámicas específicas. De esta manera, las diferentes formas de comunicación en el territorio son a la vez medio, proceso, intención y contenido, que solo se comprenden cuando se interpreta la configuración que las mismas toman en las distintas prácticas.

Un punto clave al respecto, es la prioridad que algunas de las organizaciones ganadoras de la Beca en sus dos convocatorias, vienen dando de manera diferenciada, a temas de género en cuanto a niveles de interacción, participación y poder de las mujeres en sus hogares, en los colectivos, en instancias directivas, y también la de sus esposos, y de sus hijas. Así ocurre en los procesos liderados por el CRIHU, Kucha Suto, Asafronelman y "En puja" donde las mujeres ocupan cargos de poder en las estructuras sociales tanto de los procesos de comunicación como en las organizaciones que respaldan los procesos. Y en las organizaciones ASOM y la Corporación de Desarrollo Solidario, donde las mujeres son fuentes de información, testigos de procesos, y dan testimonios de empoderamiento y transformación de ellas mismas. En particular, entre las comunidades afro que participaron, la figura de las mujeres ha cobrado una relevancia significativa: En Nuquí y María la Baja, lo primero es que las participantes se han liberado de prácticas machistas y patriarcales que les impedían desarrollar prácticas distintas a las de la economía del cuidado, y que, además, eran infravaloradas en comparación con el trabajo desarrollado por los hombres. Estos a su vez, han comenzado no sólo a reconocer el valor de la mujeres como responsables del cuidado de sus hijos, sino el valor de su participación en actividades dinamizadoras de la economía familiar, y de la organización política de sus

comunidades. El comité de comunicación rural de María la Baja, por ejemplo, logró visibilizar el papel de las mujeres en esos espacios, pero también su preocupación por el tema del agua y los alimentos, y con ello, el reconocimiento de los esposos, y el avance de una transformación en las dinámicas participativas con perspectiva de género.

De manera similar, la experiencia de Asom con el género se da, creando narrativas para visualizar los trabajos de la mujer, de esta manera, en un cortometraje coproducido con Señal Polifónica pudieron resaltan cuatro (4) roles de mujeres, como son: las partera; las mujeres que hacen minería; las que trabajan la agricultura y las lideresas sociales y ambientales. No está de más decir que ASOM reúne principalmente mujeres cabeza de hogar y que el colectivo con el que se asociaron para desarrollar la Beca, también es de mujeres. Y en Palenque de San Basilio y Santa Marta, el empoderamiento político de las mujeres a nivel organizacional ha sido determinante, con unas mujeres que resisten al lugar histórico no sólo de ellas en tanto subordinadas al poder y la cultura de los hombres sino también de sus comunidades, resistiendo a la invisibilización de sus luchas, en las luchas sociales e históricas del país, con lo que se ha fortalecido su autonomía como sujetos políticos y económicos, y su autorreconocimiento como sujetos históricos y culturales. Se destaca en este ámbito del autorreconocimiento, además de la propuesta de Santa Marta; la de Puente Sogamoso. En la primera, el proceso de formación vinculó jóvenes que no se reconocían como afrodescendientes; y en la segunda, los chicos participantes, eran hijos de los pescadores que casi se avergonzaban del oficio de sus padres. Ambas propuestas permitieron que eso cambiara, y para lograrlo, llevaron a cabo estrategias metodológicas que facilitaron diálogos intergeneracionales e interregionales, que les han permitido valorar y redimensionar el valor de sus culturas e historias.

Abordar entonces la comprensión de la comunicación en el territorio implica entonces "romper" de alguna manera las tentaciones y fascinaciones heredadas de esa tradición centrada en los medios y en las producciones comunicativas, así se le pongan nuevas etiquetas como comunitarias, participativas o ciudadanas, entre muchas otras, y abrir la mente para comprender las diferentes formas a través de los cuales se configuran y circulan los diferentes sentidos y que hacen que los asuntos del "desarrollo" que se quieren abordar bien sea se legitimen, se interpelen o

se transformen en la misma configuración del territorio. En esta línea, tal vez los logros más importantes de las organizaciones participantes son el reconocimiento y aceptación por sus propias comunidades, y la visibilización de las mismas en los ámbitos regionales y nacionales.

Asofronelman por ejemplo, que hizo parte de construcción de políticas públicas, tanto a nivel departamental como distrital en el Magdalena y Santa Marta, además ha alcanzado espacios de representación nacional para la comunidad afro del caribe, como lo es la autoridad Nacional afrocolombiana y la Cumbre étnica campesina y popular.

Para la UNIPA, el principal logro fue crear su propia escuela, que es la reivindicación de un espacio propio de formación; después que las autoridades entendieron la necesidad de que la escuela existiera; luego que el trabajo que se ha desarrollado con los jóvenes tenga validez y sea apropiado; y finalmente ver cómo ellos han construido liderazgos en las diferentes consejerías en que se estructuran como organización, también, hay que decirlo, hay gobernadores que salieron de la escuela de comunicación que tiene una programación propia, de contenidos propios, como hacer una radio tenga espacios para la salud, para la defensa del territorio, incluso espacios para el bilingüismo, con lo han generado un mapa sonoro, con piezas recolectadas desde 2018.

Para el caso de CRIHU los logros más importantes en cuanto al territorio, son el reconocimiento y el respeto que los indígenas han conseguido en el concierto nacional: "antes se decía que los indígenas no existíamos, pero mediante las marchas, y las mingas, nos han visto. Ya hay un respeto y un reconocimiento incluso, por parte de las autoridades del cabildo, porque hemos hecho el trabajo con la gente, de comunicar nuestras apuestas."

Kucha suto ha logrado ser el colectivo cultural más visible de la comunidad palenquera, promoviendo la transmisión y el diálogo de saberes con encuentros entre sabedores locales, líderes de la comunidad y alumnos y profesores escuela de comunicación, además no sólo han pensado la tradición cultural, también les interesa saber qué pasa con la nueva ola, en asuntos como la sexualidad, uso de drogas, embarazo adolescente, y violencia.

Los comuneros de Corinto han entendido el sentido de la comunicación, y lo distinguen de las tecnologías, que son sólo herramientas. Lo más importante ha sido entender la comunicación misma como una herramienta

política para posicionar la agenda organizativa del resguardo y, para hablar desde los indígenas, porque los medios externos sólo les han puesto etiquetas, los señalan, los descalifican, los desconocen pero hoy día, los indígenas del Cauca y otras zonas del país, hablan por sí mismos, esto es, crean sus canales de difusión, sus propias narrativas.

Para la experiencia de Yosokwi La visibilización de los problemas de la Sierra Nevada de Santa Marta y del pensamiento tradicional de los indígenas, y el de los mamos especialmente, ha sido clave porque ha puesto en la agenda pública los problemas del territorio, esto a través de campañas alrededor de la minería y de los proyectos extractivos y de infraestructura, como una forma de defenderlo, incluso de resistir el embate del turismo, de los puertos, del "desarrollo".

En este sentido la relación entre comunicación y territorio que proponemos en este análisis, va mas allá de la apropiación social de los medios y de la dicotomía producto/proceso, en tanto el eje central de esta relación no se configura necesariamente a través de los productos mediáticos producidos, sino desde la emergencia de practicas y espacios de participación y comunicación propia anclados en las lógicas territoriales, que permiten la inclusión de nuevos actores y por ende la creación de nuevos espacios de dialogo y la emergencia de otros lugares de enunciación desde el territorio.

En conclusión, estos colectivos desarrollan una apuesta comunicativa para la emergencia del territorio. Es decir, estos colectivos encarnan lo que podríamos denominar el carácter performativo de la comunicación en tanto no se limitan a acciones informativas, persuasivas o empoderadoras, sino que desencadenan nuevas formas de observar/escuchar/sentir/contar el territorio, activando la agencia política de sus participantes y sus comunidades para propiciar acciones y cambios desde lo local.

Referencias

Agüero, M. y Müller, A. (2018). Comunicación y territorio: Resistencias en el noreste argentino. MEDIACIONES, 13 (19), 32-47. https://doi.org/10.26620/uniminuto.mediaciones.13.19.2017.32-47

Barranquero, A. (2005). Latinoamérica en la ruptura del paradigma de la comunicación para el desarrollo. El recorrido de los pioneros en la búsqueda de alternativas democráticas. Revista Punto Cero, 10(11), 7-22.

Borda, O. F. (2009). La investigación acción en convergencias disciplinarias. Revista paca, (1), 7-21.

Escobar, A. (2012). Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. Revista de antropología social, 21, 23-62.

Herrera, E; J. Vega (2014) Experiencias de comunicación y medio ambiente Emergencia del territorio y comunicación social: Experiencias de comu nicación y desarrollo sobre medio ambiente en Colombia Huérfano, E. H., Gélvez, M. V. R., Carreño, A. S., & Casanova, J. V. (Eds.). Universidad del Norte

Huérfano, E. H., Gélvez, M. V. R., Carreño, A. S. y Casanova, J. V. (Eds.). (2014). Surgimiento del territorio y comunicación social: experiencias de comunicación y desarrollo sobre el medio ambiente en Colombia. Universidad del Norte.

Navarro Díaz, L. R. (2017). Palenque: comunicación, territorio y resistencia. Universidad del Norte.

Obregón, R. (2011). Comunicación, desarrollo y cambio social. Barcelona: Portal de la comunicación, 3.

Rappaport, J. (2018). Visualidad y escritura como acción: Investigación Acción Participativa en la Costa Caribe colombiana. Revista Colombiana de Sociología, 41(1), 133-156.

Rivera, B. M., & Vega-Casanova, J. (2014). Relatos jóvenes: Procesos y acciones de comunicación, desarrollo y medio ambiente en el caribe colombiano. Emergencia del territorio y comunicación local, 200.

Vela, J. D. S. E. (2011). Comunicación y territorio. Obtenido de http: // www. portal de comunicación. com / uploads / pdf / 36_esp. pdf.

Williamson, G. y de Campinas, E. (2009). Territorio local, comunicación y educación comunitaria. Razón y palabra, 14 (67), 1-21.

Voces y rastros de la memoria histórica. La crónica de radio como recurso dinamizador en la recuperación de la memoria histórica de Soacha

Voices and traces of historical memory. The radio chronicle as a dynamic resource in the recovery of the historical memory of Soacha

Miguel Ángel Castiblanco[38]
Ángela Vega Gómez[39]

Resumen: Soacha, municipio colindante a Bogotá-Colombia se ha convertido en un lugar receptor de migrantes de diferentes lugares del país, la llegada de esa nueva población ha cambiado las configuraciones de lo que significa este territorio incrementando así la indiferencia de sus habitantes foráneos, el desarraigo de sus oriundos pobladores y el abandono de sus gobernantes. Partiendo de esto, reconstruir su memoria histórica a partir de las narrativas propias de sus pobladores, se convierte en una oportunidad latente por explorar a partir de las posibilidades que brinda la crónica como formato radiofónico para visibilizar y potenciar la voz de aquellos silenciados por los medios masivos de comunicación, de la misma manera esta investigación pretende exponer la crónica como un recurso comunicativo, idóneo para mitigar las problemáticas emergentes que actualmente afronta el municipio entre las que se destacan el desplazamiento, la inequidad social y el desarraigo, fenómenos que redundan en el evidente olvido de la memoria histórica de este lugar, que hoy por hoy está dando pasos en la construcción de una ciudad emergente e importante para el desarrollo del país. La investigación se realizó bajo el enfoque cualitativo teniendo en cuenta los lineamientos

[38] *Castiblanco, Miguel Ángel. Docente Uniminuto, Magíster Educación, estudios de doctorado. Colombia, miguel.castiblanco.a@uniminuto.edu*
[39] *Vega Gómez, Ángela. Egresada-Comunicadora Social-periodista. Colombia. angev.g@gmail.com*

propuestos por la I.A.P Investigación Acción-Participante, la cual, a partir de la implementación de recursos comunicativos sustentados en procesos de creación colectiva, brindó visibilidad a la voz de aquellos que guardan experiencias, hechos y situaciones significativas en el legado de este territorio, convirtiendo así la crónica de radio en un recurso que vigoroso posibilita la construcción de memoria histórica que a su vez fomentando el diálogo a través del encuentro, la discusión mediante el vínculo y el reconocimiento desde los límites de lo individual y las posibilidades de lo comunitario.

Palabras Clave: Crónica, radio, Soacha, memoria histórica

Abstract: Soacha, a municipality adjacent to Bogotá-Colombia has become a receiving place for migrants from different parts of the country, the arrival of this new population has changed the configuration of what this territory means, thus increasing the indifference of its foreign inhabitants, uprooting of its native settlers and the abandonment of their rulers. Starting from this, reconstructing its historical memory from the narratives of its inhabitants, becomes a latent opportunity to explore from the possibilities offered by the chronicle as a radio format to make visible and enhance the voice of those silenced by the media. Massive communication, in the same way this research aims to expose the chronicle as a communicative resource, suitable to mitigate the emerging problems currently faced by the municipality among which displacement, social inequality and uprooting stand out, phenomena that result in the Obvious forgetfulness of the historical memory of this place, which today is taking steps in the construction of an emerging and important city for the development of the country. The research was carried out under the qualitative approach, taking into account the guidelines proposed by the IAP Action-Participating Research, which, based on the implementation of communication resources based on collective creation processes, provided visibility to the voice of those who keep experiences , significant events and situations in the legacy of this territory, thus turning the radio chronicle into a resource that vigorously enables the construction of historical memory that in turn fostering dialogue through the encounter, discussion through the link and recognition from the limits of the individual and the possibilities of the community.

Key words: Chronicle, radio, Soacha, historical memory

El municipio de Soacha ha sido testigo silencioso de la historia de Colombia, a excepción de la imagen de violencia e inseguridad que fortalecen cada día los medios masivos de comunicación, Soacha como territorio en las últimas décadas parece estar condenada a la indiferencia de sus habitantes foráneos, al desarraigo de sus oriundos pobladores y al abandono de sus gobernantes, en este sentido, rescatar la memoria histórica y propender por la recuperación de este territorio socialmente vulnerable, más que una necesidad se convierte en una posibilidad para explorar las potencialidades que brindan los formatos radiofónicos, específicamente los que puede ofrecer la crónica radial como recurso comunicativo dinamizador de un proceso tan complejo como enriquecedor, lo cual sin duda reivindicaría a su vez el verdadero alcance de los medios.

Ahora bien, retomando el contexto de la investigación, según el último censo oficial del DANE realizado en el 2005, la población de Soacha sumaba 488.995 habitantes (DANE, 2010) mientras que Gaceta de Cundinamarca, como órgano oficial del departametno (2016), afirma que: "según estimaciones de la Secretaría de Planeación de Soacha para el Plan de Ordenamiento Territorial en 2015, la población actual se calcula en más de 980 mil habitantes, si se tiene en cuenta que se han entregado más de 128 mil nuevas viviendas"

Presentando según este mismo informe, como dato relevante que Soacha mantiene "el horizonte poblacional promedio de crecimiento más alto de América latina".

Aceptado lo anterior, y partiendo de la alta densidad territorial del municipio, así como a las ya conocidas problemáticas que enfrenta relacionadas especialmente con la educación, seguridad, salud y medio ambiente, se añade ahora la falta de identidad por el territorio reflejada en sus habitantes; de ahí la necesidad de integrar lo que representa histórica y simbólicamente el municipio de Soacha para sus habitantes, individuos que en su mayoría llegan buscando refugio como ciudad dormitorio, pero que inevitablemente permean todos los contextos del municipio y quienes en su afán por ajustarse al ritmo que imponen las grandes ciudades olvidan que ese lugar en el que hoy residen, guarda una historia, un origen ancestral y una memoria que se resiste a desaparecer.

De otro lado, según el informe de Proyecciones de la Población (2010), en

Bogotá la inmigración registró índices de reducción, debido a que los municipios colindantes de la sábana y la periferia como Soacha, tuvieron un efecto amortiguador al convertirse en receptores de la población desplazada por la violencia. Aunado a las altas tasas habitacionales del departamento y la poca cobertura que tienen en cuanto a servicios básicos, el Plan de Desarrollo (PD) "Soacha, Bienestar para Todos" (2012) afirma que: "Hay una percepción ciudadana, de abandono y consecuentemente, desinterés generalizado por ser partícipe de iniciativas por lo general fallidas e insuficientes".

De este modo, se evidencia la necesidad imperiosa de replantear los procesos de participación ciudadana promovidos por las políticas públicas del municipio, en tanto el desinterés y la indiferencia se presenta como una constante que sin duda impacta en el desarrollo y crecimiento del mismo, de esta manera más allá de direccionar y gestionar recursos de lo público lo cual es necesario, es igualmente inaplazable promover espacios donde se custodie la riqueza intangible que guarda la apropiación del territorio y la memoria histórica, tal como se viene señalando desde las últimas décadas, explícitamente desde el Acuerdo No. 46 de Diciembre 27 de 2000, del Plan de Ordenamiento Territorial (POT), en el cual se estipuló claramente que deben existir "procesos de participación ciudadana en medio de la creación de una identidad municipal que permita el desarrollo de las expresiones de intercambio social y manifestaciones artísticas", esfuerzo que hoy por hoy demanda mayor atención dado el contexto ampliamente expuesto de Soacha como territorio, y donde por supuesto, la comunidad académica a través del desarrollo y formulación de proyectos formativos es la llamada a realizar intervenciones que susciten la reflexión a través del encuentro y donde dicho sea de paso la comunicación entendida como bisagra para los vínculos (Vásquez, 2018) posibilite la interacción y el intercambio a través de la reconstrucción de relatos donde se visibilicen voces y rastros del pasado que configuren la memoria histórica de Soacha como territorio.

Retomando el ya mencionado Acuerdo del POT, uno de sus objetivos radica en la "Valoración de la cultura como soporte del desarrollo" lo cual evidencia la importancia de estructurar procesos de:

> "autoestima ciudadana y territorial que fomenten el orgullo soachuno, basado en el

> respeto mutuo (...) la construcción de un ambiente social y paisajes gratos urbanos y rurales que merezcan el reconocimiento de quienes establezcan vínculos temporales o definitivos con el municipio".

Por lo tanto, toma sentido hablar de la crónica radial como un recurso comunicativo para promover la apropiación y recuperación de la memoria histórica de un territorio local, convirtiéndola en una posibilidad latente para visibilizar y potenciar desde este formato radiofónico, dinámicas emergentes que actualmente afronta el municipio entre las que se destacan la migración, desplazamiento, desarraigo, y pobreza, situaciones que inciden en el evidente olvido de la memoria histórica de este lugar, que hoy por hoy está dando pasos agigantados en la construcción de una ciudad emergente e importante para el desarrollo del país.

Ahora bien, es importante entender la memoria histórica como el campo "cuyo estudio ilumina la forma en la que los seres humanos conviven con el pasado y le otorgan significado, pues es la memoria la que crea sentido manteniendo vivo el pasado, mientras lo hace parte de la orientación cultural del tiempo presente" (Nora, 2008). Lo que representa el hecho de darle fuerza a la mente humana sobre la relación que existe en ella con su experiencia a través del tiempo.

Precisamente es esa experiencia la que se pretende perpetuar por medio de las crónicas en radio como género periodístico, pues de acuerdo a lo mencionado por el catedrático y periodista Martín Vivaldi se convierten en "información interpretativa y valorativa de hechos noticiosos (...) vale como relato y como juicio del cronista". A su vez, Javier Darío Restrepo afirma que "la crónica busca el significado de la vida. La crónica es un pequeño tratado de la vida. Siempre hay un otro en la crónica". Por consiguiente, como recurso comunicativo la crónica en la radio permitirá la construcción de estructuras narrativas que aunadas a la memoria tendrán como resultado un precedente por medio del cual las historias del municipio de Soacha permanecerán vigentes a lo largo del tiempo.

En este mismo sentido, la crónica como formato radiofónico permite ser partícipe de un proceso dentro del cual se contribuye a la construcción de memoria histórica evidenciando lo que significa el ser un puente de acción en medio de quienes tienen la historia para ser contada y quienes tienen el medio para difundirla, dicho en otras palabras,

la crónica posibilita la representación social de un recurso transformador que busca el compromiso de la población con su identidad e historia. A partir de los argumentos expuestos, la pregunta orientadora que guía esta investigación es ¿De qué manera mediante la crónica como género periodístico, implementada en la radio se puede fomentar la recuperación de la memoria histórica en el municipio de Soacha?

Objetivo general

Implementar el uso de la crónica de radio como recurso comunicativo dinamizador en la reconstrucción de la memoria histórica e identidad del municipio de Soacha

Objetivos específicos

Caracterizar hechos y acontecimientos significativos en la historia del municipio de Soacha a partir del relato de vida de sus pobladores como insumo para la identificación de aspectos susceptibles de ser abordados a través del recurso comunicativo.

Generar espacios de encuentro desde la academia con pobladores del municipio Soacha para establecer a través del diálogo las potencialidades de la crónica como recurso comunicativo para el fortalecimiento de la memoria histórica en el territorio.

Fundamentación Teórica

La investigación demanda entender desde lo teórico, categorías conceptuales que a manera de andamiaje argumenten las posturas que abarca la propuesta de implementar la crónica de radio como recurso dinamizador, en este sentido, comprender la construcción y evolución del concepto de memoria histórica, así como el acercamiento conceptual a la crónica como género periodístico, se hace imprescindible, a continuación, se desarrollan las categorías que fundamentan la investigación.

Memoria Histórica, Una mirada a través del tiempo para la construcción de su concepto

Memoria, es definida por el historiador Pierre Nora como: “la vida, que siempre llevada por grupos vivientes, está en evolución permanente, abierta a la dialéctica del recuerdo y de la amnesia inconsciente de sus deformaciones sucesivas, vulnerable a todas las utilizaciones y manipulaciones, susceptible a largas latencias y repentinas revitalizaciones”, es asumida como un fenómeno que sigue representaciones culturales creadas según contextos y

civilizaciones, un fenómeno que responde además a las siempre vivas etapas y características del cambio en el tiempo; ahora bien, el mismo autor define Historia, como: "La reconstrucción, siempre problemática e incompleta, de lo que ya no es, una representación, del pasado", que aunado a lo anterior se empieza a vislumbrar dentro del cómo la memoria hace parte de un carácter que aunque sea colectivo llega a ser limitado mientras que la historia es justo la herramienta que la hace posible, por ello, asegura el autor en cuestión que la memoria histórica que ha surgido a través de tiempo no puede definirse como algo que va de la mano porque según él, "la historia reúne; la memoria divide".

Sin embargo, el doctor en ciencias políticas y sociología Pedro García Bilbao sí hace un acercamiento a la definición de la memoria histórica afirmando que "es un recuerdo colectivo, una evocación volcada hacia el presente del valor simbólico de las acciones colectivas vividas por un pueblo en el pasado (...) una acción que preserva la identidad y la continuidad de un pueblo". (García, 2002). Quien además hace énfasis en que la memoria histórica es para los pueblos el bastión que les da una guía, una herramienta para que las comunidades se identifiquen con su pasado, su cultura, su ser.

Es por ello que son los trabajos desarrollados alrededor de la construcción y la definición de memoria histórica los que empiezan a darle más sentido a lo que su concepto significa porque "las memorias hacen parte de los procesos de construcción de los marcos interpretativos desde los cuales mujeres y hombres, e identidades colectivas, primero se construyen como actores que comparten un pasado y, por eso mismo, un presente y un futuro, y desde allí actúan sobre la realidad y se movilizan" (Sánchez, 2011) interpretaciones que nacen desde la necesidad de un pueblo por conocer su historia más allá de los formalismos propios de la lógica social y no como experiencia individual.

Retomando a Gonzalo Sánchez (2011)

> "las memorias también son fuentes que nos permiten comprender el curso que toman procesos sociales, en la medida que es desde ellas que los actores describen los eventos y también les otorgan una causalidad (...) al rememorar buscamos relevar ciertos eventos y otorgarles un sentido y una razón de ser"

por lo anterior es indispensable evitar caer en los juicios morales sobre los testimonios

que sean recogidos por medio de lo que se pretende como memoria histórica, viciar esos recuerdos e interpretar según un solo punto de vista tergiversa la acción que ejerce su concepto mismo dentro del método que aplican los actores involucrados en procesos en los que su contexto y su historia es el núcleo de todo.

Perspectivas conceptuales desde su definición

La memoria histórica a nivel mundial se teje alrededor de los grandes conflictos bélicos que ha sufrido el mundo, con la Primera Guerra Mundial la memoria cobra importancia debido a la fuerza de comunicación que ejerce el periodismo, en especial, la prensa. Según Pierre Nora los sucesos de la Segunda Guerra Mundial, más específicamente lo que tuvo lugar en Auschwitz dio origen a la expresión "deber de memoria".

Así, teniendo en cuenta que para entonces se empiezan a usar los testimonios como herramienta que enriquece la historia Eric J. Hobsbawn (1989), asegura que "cuando se estudia un período sobre el que quedan testigos supervivientes, memoria e historia se enfrentan y, en el mejor de los casos, se complementan dos conceptos diferentes de la historia: el erudito y el existencial, los archivos y la memoria personal", que aunque difieren aportan un significado que va más allá del registrar hechos que fueron noticia, es el aporte a lo que significó haber sido testigo o protagonista de los hechos, no siempre negativos, no siempre positivos.

A lo anterior se hace necesario traer a colación lo que postula la profesora de Ciencia Política Paloma Aguilar, para quien la transmisión de la interpretación y construcción colectiva del pasado a quienes no lo experimentaron personalmente convierte la memoria colectiva en memoria histórica. Conceptualizar su definición significa además entender cómo se trabaja la memoria para enfrentar el presente y con ello el trabajo que se debe realizar en un proceso que pretende reconstruirla, "pensar la memoria es pensar la historia, es remitirse a un pasado del cual aún están vivas sus huellas (...) nos recuerdan que algo ha sucedido, en una historia, en la nuestra, que no merece olvidarse, que hay que mantener vigente, bien por efecto de la palabra, bien porque si se maneja el axioma de que cada vez que se recuerda es como si se despertara" (Nieto, 2006).

Alejar los recuerdos del olvido, y converger por una capacidad en la que sea posible vivir

el pasado es una de las premisas bajo las cuales debe entenderse el trabajo de lo que memoria histórica más que definirse se convierte en la acción misma de valerse de las herramientas que como sociedad pueden darse.

Ello no implica solamente traer recuerdos del pasado al presente, es un acercamiento en el que "conceder y actualizar el sentido de los sucesos sobre los cuales ya ha transcurrido un tiempo, es el deseo de deshacerse del olvido; volver a mirar atrás, es, si se prefiere, conceder y también reelaborar los significados de acontecimientos y sociedades, recordados como de otras épocas" (Nieto, 2006). Vivir la memoria histórica como un hecho en el que se concede la voz a las personas que muchas veces guardan celosamente sus recuerdos y sus anécdotas, llegar a convertir su memoria en historia, una que viva para las generaciones que no la conocieron, para las que quieren conocerla y para quienes no quieren olvidarla.

Comunicación, periodismo y memoria histórica

El rol del comunicador y el periodista que busca reconstruir la memoria histórica debe tener como base el reconocimiento de lo incuestionable que resulta el hecho de concebir los testimonios orales como fuentes legítimas para la construcción de narraciones y sucesos que se niegan a morir.

Ahora bien, Jesús Martín Barbero deja ver al periodismo en nuestro país como el instrumento que permitió el acceso a la información de la vida social cuando antes era de pocos y de muy limitado alcance, que luego empezó a ser generador de denuncias sociales e investigaciones de todo tipo, así como aquí compete se encuentra también un registro del periodismo cultural que según Tomás Eloy Martínez, "es una forma que cuida: el lenguaje y su ética, que no responde a otro interés que el de la verdad. El periodista está obligado a pensar todo el tiempo en su lector. En el periodista hay una alianza de fidelidades: a la propia conciencia, al lector y a la verdad. El periodista cultural es también un productor de pensamiento". Pensamiento del cual es objeto esta investigación con la población soachuna que en medio de unas narrativas hechas desde sus voces se va a reconocer como lo que es, con su identidad, con su memoria, su historia.

Volviendo a Barbero, se asegura que el papel del comunicador y del periodista debe darse desde la configuración de emociones y sentido "una historia de los procesos culturales en cuanto articuladores de las

prácticas comunicativas con los movimientos sociales, que es, como lo popular se inscribe constitutivamente en el análisis de los procesos históricos" (Martín Barbero, 1984). Articulando como se expuso anteriormente las narrativas en torno a la cultura soachuna y sus raíces. Permear en la reconstrucción de cultura e historia soachuna es también incidir en los procesos de raíz social que son base del presente y futuro de un pueblo como lo expone Rosa María Alfaro (2000)

> "la organización de relatos simbólicos recuperando la vida e historia cotidiana y los conflictos del ser ciudadano hoy; discusiones y producciones que alimenten las decisiones ciudadanas a tomar y abran otros espacios de participación (...) una comunicación que cree y recree lo público en relación con sus públicos ciudadanos"

Como razón que concibe el poder para construir y transformar la historia desde la concepción misma de ciudadano como forma en la que se unen el periodismo y la comunicación para empoderar a quien debe y puede hacerlo.

Por ello esta investigación se da entendiendo la comunicación como una herramienta que contribuye al cambio de una sociedad mediante lo que implica ser mediador entre las formas que existen y se plantean para tal fin, se coindice entonces con los planeamientos de Alfonso Gumucio al entender que:

> "La Comunicación para el Cambio Social nace como respuesta a la indiferencia y al olvido, rescatando lo más valioso del pensamiento humanista que enriquece la teoría de la comunicación: la propuesta dialógica, la suma de experiencias participativas y la voluntad de incidir en todos los niveles de la sociedad, son algunos elementos que hacen de esta propuesta un desafío" (2004)

Un desafío que se entiende desde la recuperación de la memoria histórica como un cambio positivo para la sociedad que mientras crece en población crece en indiferencia por sus raíces, pero llegar a ella es llegar desde la mente de las personas que activamente deciden ser parte del cambio y de la transformación como agentes que modifican las dinámicas sociales para entender lo que significa vivir en comunidad y entender lo que suma un pensamiento colectivo dentro de la misma.

La crónica como género periodístico

La crónica a través del tiempo se ha ido considerando como un género híbrido caracterizado por la mezcla de uno o más

estilos periodísticos, pero, lo que aquí se trae a consideración es su concepto sin pertenecer a nada ni nadie más, como un género que logra condensar todo el carácter para ser uno de los que más cerca se encuentra a la escritura de tipo literario.

Para Martín Vivaldi, la crónica es "una información interpretativa y valorativa de hechos noticiosos (...) vale como relato y como juicio del cronista" un juicio que a su vez Javier Darío Restrepo pone a consideración afirmando que "la crónica busca el significado de la vida. La crónica es un pequeño tratado de la vida. Siempre hay un otro en la crónica" acercándose al objeto que tiene la misma y que mediante este trabajo se desarrolla mediante el testimonio del otro, de su vida, de la construcción de su relato.

Relatos que compaginan con la narrativa cultural que aquí se quiere rescatar y que como manifiesta Juan Poblete (2007): "El género crónica (...) es cada vez más usado para describir productos textuales y de hecho se enfrenta hoy a su institucionalización cultural" construyendo un discurso que por sí mismo se acerca a la memoria de quienes sostienen el relato.

Por su parte, Martín Caparrós (2007), expone que la crónica es "una mezcla, en proporciones tornadizas, de mirada y escritura (...) mirar es la búsqueda, la actitud consciente y voluntaria de tratar de aprehender lo que hay alrededor (y de aprender)" abarcando la situación en la que el narrador consciente del relato da a quien escribe la crónica, sus matices, y su construcción literaria para que como él mismo afirma sea posible crear conceptos e historia, como lo hicieron las primeras crónicas en América al hablar de indias y viajes.

Crónica radial, recurso periodístico para la construcción de memoria y potenciar la voz

Se habla de un escenario en el que la memoria y la voz de quienes no la tienen se crea a partir de las crónicas al ser ellas mismas las herramientas más cercanas a la exactitud del relato, confinado a su vez por las diversas formas literarias que sin cambiar el objeto por el cual se realizan son capaces de inmortalizar los acontecimientos más profundos, desde las voces que sin ella, se perderían.

En dicho escenario se expone dentro de su construcción lo que sería un marco de referencia para darle forma a esa voz que no quiere desaparecer y es que como asegura Caparrós la crónica "es el periodismo que sí dice yo. Existo, estoy, yo no te engaño (...) La

primera persona de una crónica no tiene siquiera que ser gramatical: es sobre todo, la situación de una mirada" una mirada que a título del cronista debe saber cómo se expone para que no sea solo un relato, al contrario, para que sea una crónica, un texto capaz de generar visibilidad desde y para cualquier ámbito de la no ficción en donde precisamente es el cómo se escribe lo que va a repercutir en su difusión. Porque como ya lo afirmaba Gabriel García Márquez: "Una crónica es un cuento que es verdad".

Este recurso de la comunicación y del periodismo requiere de la inmersión y la sabiduría de quien se atreve a entregarse a ellas, para López Vigil (2005) "La estructura de la crónica, a diferencia de las otras notas, sigue un orden cronológico (de menos a más) y no jerárquico (de más a menos)" lo que para quien se sumerge en la investigación y construcción de la misma significa entregarla de acuerdo al objetivo de la misma teniendo en cuenta el tiempo establecido, su organización, construcción desde el lenguaje literario y el público al que va dirigida.

Se hace necesario abordar su construcción que según Vigil (2005) se da teniendo en cuenta que:

> "Lo específico, sin embargo, no está en la duración del relato, sino en su construcción interna, en la secuencia temporal de los hechos, contados de principio a fin (...) algo del ritmo dramático: hay crescendo de interés, hay desenlace, quizás hasta sorpresa. También podemos comenzar la crónica por el final y retroceder al inicio de la acción"

Hacer énfasis en un ritmo dramático para esta investigación no se explica precisamente por el drama o el significado que ello tiene, en este caso, el enfoque se da desde las realidades de los testimonios de quienes vivieron y fueron testigos de los hechos y acontecimientos más relevantes de su historia.

Ahora bien, las crónicas como relato desde sus voces y desde el cómo el periodista articula el tiempo, el lugar, el espacio y la narración, retomando a López Vigil (2005) se dan con premisas del lenguaje radiofónico en el cual "Las palabras que usamos cuando hablamos por radio tienen que ser sencillas (...) el lenguaje sencillo resulta ser el más culto, es decir, el más adecuado para sintonizar con el gran público al que nos dirigimos" , en este caso un público que debe conocer su historia y ser parte activa de su reconstrucción, es a la vez un ejercicio de

poder, de darle a la ciudadanía un recurso para hacerlo.

Un recurso que se vale de la mediación del comunicador para ejecutarse y que tiene en cuenta, por ejemplo, el uso de las entrevistas como una forma de llegar a las ideas e historias que no habían sido contadas "Sin entrevistas, perderíamos la espontaneidad de la conversación, la fuerza del testimonio vivo, nos cortarían las raíces mismas del conocimiento" coincidía López (2005).

Difusión de la crónica en medios de comunicación

Así como se ha puesto en consideración a la crónica como un género híbrido, se ha ido cediendo el espacio de la misma a un sin número de contenidos que en medio de su afán por generar más y mejores cifras ha olvidado la calidad de lo que se produce y ha optado por la ligereza de lo que llega a través de cualquier medio, de lo que es fácil reproducir y vender dejando de lado la importancia de ser visibles desde las crónicas a un público masivo y evidenciando con más fuerza las transformaciones económicas y sociales de las se ha vuelto inmerso el periodismo y la comunicación de calidad.

Para efectos de lo anterior, Leila Guerrero (2008), reconocida cronista y ganadora del Premio Nuevo Periodismo CEMEX+FNPI Novena Convocatoria, asegura que "no hay un interés de los medios de difusión masiva por publicar crónicas ni por invertir en ellas y sin embargo, sin medios donde publicarla, sin medios dispuestos a pagarla y sin editores dispuestos a darles a los periodistas el tiempo necesario para escribirla, se habla hoy de un auge arrasador de la crónica latinoamericana (...) Después del misterio de la Santísima Trinidad, éste debe ser el segundo más difícil de resolver".

Sin embargo, la difusión no solo de las crónicas sino de la radio en general ha ido evolucionando y así mismo sus dinámicas y cómo se ha de llegar al público, Juan Carlos Pérez (2014) asegura que "la radio on-line ha venido ganando en audiencia, mientras la radio convencional ha visto perder miles de oyentes" es decir que hay un impacto por la forma en la que los contenidos están llegando a las audiencias aunque Pérez reconoce "así tenga la limitante de la recepción, problema que se ha ido superando poco a poco, no sólo en la medida en que se ha venido expandiendo la utilización de los portátiles, sino por cuanto ya existen receptores para sintonizar audio real en vivo" es ideal considerar tal efecto para llegar de otra forma a quienes es requerido, no deben existir limitaciones por la

radio tradicional y el formato online, porque es uno de los que ha permeado eficientemente en todo tipo de contextos.

Hablar de radio como herramienta para crear un recurso que construya la historia que se ha perdido y que luego la difunda, requiere además de la mediación del periodista unos ciudadanos dispuestos a entregarse a lo que implica este trabajo, "el ejercicio pleno de la comunicación sólo es posible en la medida en que los actores sociales se apropien de ella como un instrumento de desarrollo" (Pérez, 2014).

La sociedad como sujeto activo de esa transformación y así mismo como otro medio para difundirla contribuye teniendo en cuenta que es ella, al entender que es una voz que se conoce y una historia que se es cercana la que se va a escuchar habrá mucha más repercusión, crítica e interés por lo que se hace, identifica su experiencia individual con la voz a través de la radio. Estar en el mismo eje de la sociedad lo expone Iñaki Gabilondo (2014) como "el gran reto del periodista (y de nuestros medios) no es solo mostrar, sino aprender a relatar la realidad". El reto es llegar a la sociedad entendiéndola como núcleo de las historias y las dinámicas que se quieren contar.

Soacha, lugar del dios Varón

Si de hablar del dios Varón se trata, aún más se debe hablar de la diferencia fonética y gramatical de Soacha y Suacha, que aunque no nos compete específicamente en este tratado, es justo desde esas raíces desde donde se construye la memoria histórica, Ángel Humberto Tarquino (2016) asegura que "Suacha era una expresión que se asumía como una palabra aindiada, en unos contextos e incluso al interior de la misma Soacha existía la diferenciación: 'Suacha dicen los indios'. Quienes tenían abolengo, más estrato y origen noble, decían: 'Es Soacha, no Suacha'. Mi papá ya casi cumple cien años, él me contaba que cuando la gente iba a Bogotá y decía que vivía en Suacha, todos lo veían como recordando que él venía de un pueblo de indios, como si uno fuera un indio" y es que precisamente partiendo del estigma que tiene la palabra "indio" con una connotación fuerte y que pretende menospreciar al otro, es que se ha ido perdiendo la importancia de contar desde allí la memoria de quienes sienten a Suacha como la identidad que no debe dejar de ser y cómo el sentido de pertenencia que hoy parece estar desapareciendo.

La llegada de urbanizaciones y centros educativos al municipio de Soacha ha sido un factor determinante en los trabajos que se

han construido desde dichos lugares y alrededor de lo que significa el territorio, es por ello que aún se teje la historia y que se habla de ello como un proceso en construcción, al que se le debe mucho pero por el que se trabaja poco.

La memoria histórica debe verse como el conjunto de razones que le dan importancia a uno u otro evento y que como afirma Maurice Halbwachs (1968) "nuestros recuerdos siguen siendo colectivos, y son los demás quienes nos los recuerdan. Esto se debe a que en realidad nunca estamos solos" y que es precisamente esa colectividad la que debe ser testigo directo por medio de los testimonios en la construcción de las crónicas quienes le den importancia a los vestigios de su pasado.

Porque siguiendo con Halbwachs (1968)

> "el grupo, en el momento en que aborda su pasado, siente que sigue siendo el mismo y toma conciencia de su identidad a través del tiempo (...) el grupo que vive primero y sobre todo para sí mismo, desea perpetuar los sentimientos, las imágenes que forman la sustancia del pasado"

Un pasado que a través de la memoria histórica se hace presente y quiere ser constructor de identidad y de reconocimiento de su territorio, por medio de las crónicas radiales como testimonio de lo que Soacha alguna vez fue.

Metodología

La investigación se realizó con un enfoque cualitativo teniendo en cuenta los parámetros propuestos por la I.A.P Investigación-Acción Participante para lograr la implementación de la crónica como recurso comunicativo dinamizador de la memoria histórica del municipio de Soacha, la cual otorgó visibilidad a la voz de aquellos que guardan momentos, hechos y situaciones significativas de la historia de un territorio como Soacha, un territorio que está en permanente transformación y cambio.

Por lo anterior, fue necesario vincular a los pobladores quienes, como gestores de sus propios relatos, permitieron brindar rigurosidad a los alcances del proyecto. Herramientas de investigación como cuestionarios, grupos focales y entrevistas en profundidad fueron determinantes dada la inmersión que se requería para identificar los temas susceptibles a ser contados, narrados y recuperados. Ahora bien, los pobladores (líderes representativos) para efectos de esta investigación, fueron entendidos desde el inicio, como coinvestigadores y gestores de sus propios relatos, mientras el grupo investigador fue concebido como el mediador

que canalizó dichos esfuerzos y les brindó rigurosidad a los alcances del proyecto. De esta manera la metodología aplicada fusiona dos ejes fundamentales como lo son la inmersión de campo y la co-creación, dos aspectos de este proyecto que no son separables, sino que por el contrario dialogan, se complementan, y retroalimentan en cada una de las fases comprendidas.

En este mismo sentido, se hace pertinente señalar que el proyecto estuvo dividido en cuatro fases; (1) Caracterización, (2) Inmersión y diálogo, (3) Producción de recursos comunicativo *(Formatos radiofónicos*) (4) Postproducción y difusión; a su vez dichas fases fueron enmarcadas bajo el proceso de ciclos que propone la investigación acción participante desde el modelo de Carr y Kemis (1986) autores que la definen como "una espiral sucesiva de ciclos constituido por varios pasos o momentos" definidos como planificación, acción, observación, reflexión.

En concordancia con lo señalado cada una de las fases definidas permitieron garantizar el alcance y propósito que persigue la Investigación acción participante, pues tal como lo afirma Bernal (2010) "la meta en la IAP es lograr que el sujeto de la investigación sea autogestor del proceso de autoconocimiento y transformación de sí mismo, así como de la realidad estudiada, teniendo un control operativo, lógico y crítico". Aspectos reflejados en la investigación en la forma práctica desde la cual se conocieron los intereses comunicativos de la comunidad, pero a su vez con la manera en la que se determinaron los hechos, situaciones y lugares susceptibles a tener en cuenta como insumo en los proceso de recuperación de su memoria histórica; Dicho en otras palabras la subjetividad en esta investigación se convierte en una constante a lo largo de la elaboración y posterior producción de los recursos comunicativos; subjetividad convertida en acierto al no limitarse a simples generalidades sino al ser dada según el carácter social e individual que representa para las personas específicas los episodios históricos particulares de Soacha, y que al no haber sido nunca cercanos a la comunidad no se habían abordado con la relevancia que demandan.

Fase 1. Caracterización.

En esta fase el grupo investigador enfocó sus esfuerzos en realizar una inmersión inicial en el campo de estudio que permitiera identificar percepciones e imaginarios frente a hechos históricos que consideraran relevantes e imprescindibles para ser

contados y recuperados a través de este proceso; para este fin se determinó hacer uso de dos instrumentos, inicialmente se implementó una recopilación documental, la cual aportó como insumo para la investigación una serie de documentos en diferentes formatos que brindaron guiños sobre los distintos acontecimientos y hechos evidenciados en este territorio; el segundo instrumento de investigación aplicado fue la cartografía social, esta herramienta más allá de permitir a las comunidades convocadas la elaboración de un mapa social, posibilitó la creación de una producción colectiva que a través de la discusión y el consenso de los participantes (*Líderes sociales),* se vislumbraron los primeros hallazgos que orientaron el rumbo de la investigación.

Fase 2. Inmersión y Diálogo.

Para la segunda fase de la investigación, el grupo investigador desarrolló encuentros presenciales con los líderes sociales participantes del proyecto que demostraron interés genuino por aportar desde sus experiencias, a la construcción en el proceso planteado, para este propósito se implementaron al igual que en la fase inicial dos instrumentos de investigación, en un primer momento se desarrolló a manera de grupo focal un encuentro donde bajo la figura de un moderador que orientó la discusión y paralelamente un observador que registró detalladamente las dinámicas generadas en este espacio, se evidenciaron puntos de convergencia que con mayor claridad mostraron el alcance que tendrían los aspectos abordados en los formatos radiofónicos, el segundo instrumento aplicado fueron entrevistas en profundidad, las cuales permitieron establecer a través del diálogo las potencialidades de la crónica como recurso comunicativo para tal fin fueron consultados como fuente de información inicialmente expertos académicos en cuanto a formato radiofónicos se refiere, los cuales a través de su experticia ofrecieron importantes hallazgos sobre las posibilidades de la crónica como un género periodístico dotado de una riqueza narrativa que le permite ser un recurso válido para fomentar procesos de recuperación de memoria histórica.

Fase 3. Producción recurso comunicativo.

En esta fase se definieron de los lineamientos que orientarían la producción de las crónicas de radio, tanto en términos de conceptualización como en técnica radiofónica. De esta manera se construyeron la estructura que tendría cada una de las

crónicas definidas, se recopiló el material que apoyaría la elaboración éstas como recursos radiofónicos, se planeó de manera mancomunada con los participantes el tono comunicativo y narrativo que se exploraría y se procedió a grabar en cabina,

Fase 4. Postproducción, difusión

En esta fase se implementó un espacio de difusión (radio) que permitió visibilizar como experiencia académica los alcances posibilidades y limitaciones de la crónica como recurso comunicativo dinamizador en la reconstrucción de la memoria histórica en el municipio de Soacha. Así mismo se trazó una estrategia de divulgación y difusión de la experiencia investigativa en diferentes escenarios comunicativos y periodísticos locales del municipio de Soacha.

Resultados y conclusiones

Por medio de la presente investigación fue posible establecer que a raíz de la falta de memoria histórica a nivel cultural en el municipio, hay un sentimiento generalizado de abandono y falta de presencia estatal que aunque está representada por medio de una Alcaldía para los soachunos no es suficiente dada la poca importancia que se le da a la cultura en el municipio, no solo desde la administración sino desde lo que manifestaron como alcaldes raizales que dejaron pasar su periodo electoral sin hacer algo significativo por la historia de Soacha.

Teniendo en cuenta la afirmación que hace Pedro García Bilbao sobre memoria histórica al La investigación arrojó como resultado una recuperación de la memoria histórica desde quienes tenían la historia y decidieron contarla, las personas que decidieron colaborar en la realización de las crónicas desde los tres temas y acontecimientos más importantes (El Salto del Tequendama, el Parque Principal y el asesinato de Luis Carlos Galán) para los habitantes del municipio, las relataron desde las vivencias y experiencias personales pero también se constató y se halló que dentro de los soachunos persiste la tradición y transmisión oral que llega desde los relatos de sus padres y abuelos. Evocar estos hechos permitió constatar que además de las anécdotas que hay en sus mentes también se transmitieron los sentimientos de arraigo y amor por su territorio.

Convertir a la memoria en una fuente desde la cual se comparte un pasado, un presente y un futuro para actuar sobre la realidad existente (Sánchez, 2011) fue el bastión que permitió construir las crónicas dada la importancia para cada persona como

individuo en una sociedad pero, quien a la vez entendía el significado de ser un actor social que estaba ejerciendo un cambio positivo para el contexto estudiado. Esta investigación logró converger la memoria colectiva en memoria histórica en un ejercicio en el que hubo intervención para empoderar a los ciudadanos sobre la necesidad latente de construir la memoria histórica, un proceso que se explica como "una comunicación que cree y recree lo publico en relación a sus ciudadanos" (Alfaro, 2000).

Los lineamientos desde los cuales fue posible crear las crónicas radiales se dan teniendo en cuenta la definición misma de "crónica" como el relato que humaniza la historia, y el cómo la forma en la que se construyen hacen de ellas el recurso comunicativo más cercano a la memoria histórica al permitirse encontrar al otro reflejado en la narrativa de cada una de ellas. El lenguaje sencillo, las entrevistas que lograron construir los testimonios y el interés por retratar las vivencias y acontecimientos de un pasado que hoy para muchos se desvanece requiere de un recuerdo que como la crónica se entregue a ellos viéndolos no como una herramienta más, sino como el eje fundamental de su construcción.

Producir las crónicas radiales teniendo en cuenta la entrega que hubo en cada testimonio es hablar del reto que como comunicadores y periodistas es imprescindible tener para entender que la investigación por medio de la cual se construye la memoria histórica por medio de ellos, requiere de empezar a legitimar un pasado por medio de las historias y sus diferentes interpretaciones como voces de quienes fueron testigos de la historia. Asegurar que es un recuerdo colectivo en el que se representan acciones del pasado de un pueblo, fue posible identificar y caracterizar los fenómenos sociales más importantes para ser rescatados por medio de lo que denominamos instrumentos de investigación.

El proceso investigativo además, demuestra que con la metodología IAP procesos como el actualmente expuesto son susceptibles a ser replicados. Un proceso que exige entender la dinámica de un trabajo de campo en diferentes contextos y comunidades, sostenido bajo la premisa de la identificación y lectura de sus particularidades para ser aplicado exitosamente; conservando y guiándose bajo los lineamientos y diferentes herramientas de investigación que fueron propuestas y aplicadas.

A manera de síntesis en los hallazgos se pueden señalar:

Se identificaron hechos, lugares y acontecimientos significativos para la historia del municipio de Soacha, tales como el Salto del Tequendama, el Parque Principal y la muerte de Luis Carlos Galán.

El diálogo permanente con los residentes del municipio propició los espacios para generar dinámicas en torno a la importancia de reconstruir su memoria histórica.

Herramientas como cuestionarios y grupos focales fueron esenciales para conocer e identificar las necesidades del contexto que se estudió.

Los habitantes de Soacha consideran que los jóvenes deben trabajar más por recuperar la historia del municipio, en los adultos es evidente el interés por mantener un legado que ellos han vivido y no quieren que muera en el olvido.

Con la crónica como recurso para construir los relatos se logró llegar a pobladores desde sus voces y percepciones históricas con aspectos que para muchos habían sido olvidados.

Reconstruir la memoria histórica de un pueblo requiere desde el ámbito académico un trabajo mancomunado con las personas habitantes de un territorio, personas que por su conocimiento, su historia y su vida, entienden la importancia de tejer su memoria; de darle voz a lo que se ha perdido y de ser ejemplo para las generaciones venideras sobre el significado que tiene el suelo que ahora pisan. El trabajo realizado en el municipio de Soacha, teniendo en cuenta las herramientas metodológicas ya planteadas es apenas el comienzo de un trabajo de investigación que propende por la cultura de un pueblo oculto en la urbanización de sus calles y el desdén de sus habitantes. Reconstruir su memoria fue posible dadas las herramientas que el pueblo y la academia brindaron para ello, y teniendo en cuenta que no es el único pueblo que requiere preservar la memoria, esta exploración pretende hacer eco en diferentes contextos, pueblos y dialectos para que se interesen por contribuir a la construcción de su historia.

Referencias

Acuerdo No 46 Diciembre 27 de 2000 “Por medio del cual se adopta el Plan de Ordenamiento Territorial del Municipio de Soacha”. Recuperado de: http://soacha-cundinamarca.gov.co/apc-aa-files/32353537643938303864306130306333/POT.pdf

Aguilar Fernández, P. (2008), Políticas de la memoria y memorias de la política. Madrid. Alianza Editorial. Pág. 63.

Alfaro, R. (2000), Culturas populares y comunicación participativa: en la ruta de las rededinciones. Revista Razón y Palabra. Recuperado de: http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n18/18ralfaro.html

Aveiro, V. (2010). Mujeres al cien: En un mundo para hombres, las mujeres cuentan otra historia. (Tesis de pregrado). Colegio Mayor Nuestra Señora del Rosario. Bogotá Recuperado de: http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/2172/1015395919.pdf?sequence=2&isAllowed=y

Balseiro Cataño, Carmen Lucia. Jörn Rüsen y la conciencia histórica. (2011) Pág. 227. Tomado de: http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/viewFile/28146/28380

Bernal, C. (2010). Metodología de la investigación. Tercera edición.

Caparrós, Martín. (2007). Por la crónica. En actas del IV Congreso de la Lengua Española. Cartagena. Marzo. Tomado de: http://congresosdelalengua.es/cartagena/ponencias/seccion_1/13/caparros_martin.htm

Casasbuenas, P. (2010).Crónicas de la sordera. (Tesis de pregrado). Colegio Mayor Nuestra Señora del Rosario. Bogotá. Recuperado de: http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/2186/1010171525-2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Cuminao, C. (2006). Memoria e identidad de las vendedoras kichwa y mestizas del mercado de San Roque en la ciudad de Quito, (Maestría). FLASCO. Sede Ecuador. Recuperado de: http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/852/14/TFLACSO-01-2006CCR.pdf

Gabilondo, I. (2014) Intervención en la VIII lección inaugural de la Maestría en periodismo. Bogotá: Universidad del Rosario.

Gaceta de Cundinamarca. Organo Oficial del Territorio. (2016) Recuperado de: http://www.siipe.co/wp-content/uploads/2014/08/Plan_Cundinamarca.pdf

García-Bilbao, Pedro A., (2002) Sobre el concepto de memoria histórica, una breve reflexión, en Sociología crítica. Recuperado de: http://wp.me/pF2pW-3X

Guerrero, R. (2015). Memoria histórica, una experiencia desde Andalucía. (Tesis de doctorado). Universidad de Sevilla. Sevilla,

Andalucía (España). Recuperado de: https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/34715

Guerriero, Leila. (2008) El rastro en los huesos. Revista Gatopardo. N° 88

Gumucio Dagron, A. (2004). El cuatro mosquetero: la comunicación para el cambio social. Recuperado de: http://www.redalyc.org/html/268/26800101/

Halbwachs, M. (1968). La memoria colectiva (2004 ed.). Zaragoza.

Hernández, A. (2009). Acercamiento a la reconstrucción de memoria histórica de un medio: caso RCN radio. (Tesis de pregrado). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Recuperado de: http://www.javeriana.edu.co/biblos/tesis/comunicacion/tesis227.pdf

Hobsbawn, E. J. (1989), La era del Imperio. (1875-1914). Barcelona. Labor. Págs. 2-4.

López Vigil, J. I. (2005). Manual urgente para radialistas apasionados. Quito, Ecuador.

Leguizamón, A. (2013). 'Punto de Encuentro', un espacio en la radio con historias de colombianos en el exterior. (Tesis de pregrado). Colegio Mayor Nuestra Señora del Rosario. Bogotá. Recuperado de: http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/4905/1014201282-2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Martín-Barbero, J. (1984), "De la comunicación a la cultura. Perder el 'objeto' para ganar el proceso" en Revista Signo y Pensamiento Vol. III, N. 5. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Pág. 82

Martínez, N. (2009). "LA LUNA DE LA MEMORIA" Desaparición forzada y construcción de la memoria histórica. (Tesis de pregrado). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Recuperado de: https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/5235/tesis186.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Mcquail, D. Y Windahl, S. (1997). Modelos para el estudio de la comunicación colectiva. Ed. Eunsa. Pamplona.

Morales, L. (2014). Memoria e imágenes de la violencia: relatos que marcaron a niños y jóvenes en la segunda mitad de los años ochenta en Colombia. (Tesis de maestría). Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. Recuperado de: http://www.bdigital.unal.edu.co/46323/1/489582.2014.pdf

Murillo, J. (2014). Recreación del Divino Niño a través de relatos. (Tesis de pregrado). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Recuperado de: https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/

handle/10554/14686/MurilloGutierrezJohanaAndrea2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Ortiz, J. (2012). Reconstrucción de memoria del barrio Pardo Rubio de Bogotá mediante un producto radial hecho por adultos mayores. (Tesis de pregrado). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Recuperado de: https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/5812/OrtizPerezJuanSebastian2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Páramo, P. (2008). La investigación en ciencias sociales: técnicas de recolección de información. P. 149.

Paredes, G. (2010). La construcción de la memoria histórica de jóvenes, sobre la última dictadura en Uruguay. (Tesis de maestría). Universidad Autónoma de Madrid. Sede Argentina. Recuperado de: http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/5119/2/TFLACSO-2010GPP.pdf

Perdigón, I. (2014). Relatos periodísticos sobre el conflicto palestino-israelí basados en las narrativas de palestinos inmigrantes refugiados en Bogotá. (Tesis de pregrado). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. Recuperado de: https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/14783/PerdigonBeltranIngridNatalia2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Pérez Bernal, J. C. (2014). Cómo escribir para radio. Bogotá, Colombia.

Philip,R. (1998), La teoría del actuar comunicativo de Jürgen Habermas: un marco para el análisis de las condiciones socializadoras en las sociedades modernas, 1998. p. 104.

Plan de Ordenamiento Territorial, Diciembre 27 de 2000. Pág 5, 6 Recuperado de: http://www.soacha-cundinamarca.gov.co/Nuestros_planes.shtml

Poblete, Juan. (2007). Crónica y ciudadanía en tiempos de globalización Neoliberal: la escritura callejera (pp 71-88).

Proyecciones nacionales y departamentales de población 2005-2020 (2010) Pág 40. Recuperado de: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/poblacion/proyepobla06_20/7Proyecciones_poblacion.pdf

Sampieri, R., Fernández Collado, C., & Lucio, P. (2006). Metodología de la investigación. Cuarta edición.

Sánchez, G. (2011) La memoria histórica desde la perspectiva de género, conceptos y herramientas. Recuperado de: http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/metodologia-y-conceptual/conceptos-y-herramientas-de-memoria-historica-desde-la-perspectiva-de-genero

Tarquino, A. H. (3 de marzo de 2016). ¿Soacha o Suacha? (D. Gómez, Entrevistador). Configuraciones y disputas de la suachunidad. (2016).

Vásquez, Vásquez, F. (2006). Destilar la información. Un ejemplo seguido paso a paso. Bogotá. Recuperado de: https://fernandovasquezrodriguez.wordpress.com/2016/09/01/interpretar-la-informacion/

La radiodifusión de niñas y niños yucatecos en el marco de las políticas indigenistas del Estado mexicano

A transmissão de crianças yucatecas no âmbito das políticas indígenas do estado mexicano

The broadcasting of Yucatecan children in the framework of the indigenous policies of the Mexican state

Carmen Castillo Rocha[40]

Roxana Quiroz Carranza[41]

Resumen: Con mirada crítica al indigenismo y al neoindigenismo, como políticas del Estado Mexicano hacia los pueblos indígenas, y desde la perspectiva de la comunicación y el cambio social, se analiza el surgimiento, desarrollo y suspensión de un proyecto de radiodifusoras, con fines formativos, en cuatro albergues escolares para niños y niñas mayas del estado de Yucatán, México.

Palabras Clave: indigenismo y neoindigenismo, comunicación y cambio social, radiodifusoras escolares indígenas

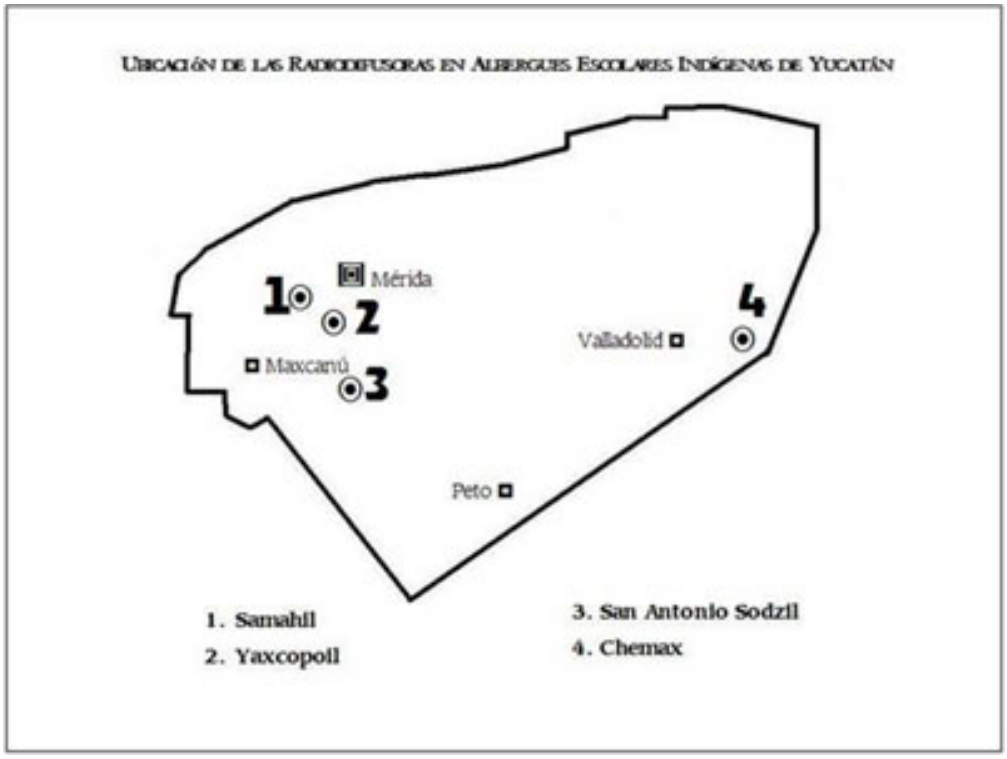
Abstract: With a critical look at indigenismo and neoindigenismo, as policies of the Mexican State towards indigenous peoples, and from the perspective of communication and social change, the emergence, development and suspension of a broadcasting project is analyzed, for training purposes, in four school shelters for Mayan boys and girls from the state of Yucatan, Mexico.

Key words: Indigenismo and neoindigenismo, communication and social change, indigenous school broadcasters

[40] *Carmen Castillo Rocha, Universidad Autónoma de Yucatán, México, ccastillo@correo.uady.mx*
[41] *Roxana Quiroz Carranza, Universidad Autónoma de Yucatán, México, rquiroz@correo.uady.mx*

Introducción y aproximación metodológica

En el año de 1995, en el marco de las políticas indigenistas del Estado mexicano, se fundaron una serie de radiodifusoras en albergues escolares para niños y niñas indígenas, que funcionaron como radios experimentales (CDI, 2006). En ellas, estos niños desarrollaban estrategias comunicativas, a la vez que establecían cierta conexión con las comunidades que se situaban en los alrededores de los albergues, a las que muchos de estos infantes pertenecían. En el estado de Yucatán se fundaron cuatro: "La voz del niño maya" ubicada en San Antonio Sodzil, "La voz de los hermanos mayas" en Samahil, "El despertar del niño maya" en Yaxcopoil y "La voz de los niños mayas" en Chemax.



Fuente: http://www.cdi.gob.mx/mayadigital/radios.html

Estos centros radiofónicos operaban a partir de un proyecto de una radio indigenista de mayor tamaño: Radio XEPET "La Voz de los Mayas", en colaboración con los directivos y profesores de los albergues escolares.

Esta ponencia tiene como objetivo describir y analizar el surgimiento, desarrollo y suspensión de cuatro radiodifusoras instaladas en albergues escolares indígenas del estado de Yucatán, entre 1995 y 2017. El proyecto radiofónico en el que participaban niños y niñas mayas constituye una oportunidad para reflexionar sobre las políticas indigenistas y neoindigenistas del Estado mexicano, aplicadas al contexto yucateco por los sucesivos organismos gubernamentales encargados de implementarlas, y que incidieron en el destino de estas radiodifusoras experimentales. También nos permite analizar desde la perspectiva teórico-práctica de la comunicación para el cambio social, la relevancia del proyecto, impulsado con el propósito de formar competencias para el manejo de las emisoras entre los becarios de los albergues escolares, particularmente entre aquellos niños y niñas con "inquietud de incursionar en el medio radiofónico" (CDI, 2006).

En esta primera fase de la investigación, la exploración se hizo con material documental del sitio web "Albergues y radiodifusoras para niños indígenas mayas" que contiene información sucinta sobre estas radios, algunos programas y cuñas radiofónicas producidas por niñas y niños, así como una videocarta dirigida a los niños de México. El contenido del sitio fue producto de un taller que se realizó en noviembre de 2005, en el que participó un grupo de becarios de los albergues de entre 10 y 16 años, integrándose también una persona de 28 años (CDI, 2006). Lo anterior se complementó con entrevistas a funcionarios del Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (INPI) y documentos de trabajo provenientes del mismo.

El indigenismo y el neoindigenismo como políticas de Estado

Para analizar la experiencia de las cuatro radiodifusoras en los albergues escolares como un fenómeno social significativo para el campo de la comunicación, que involucra a niños y niñas indígenas mayas y a medios experimentales, es necesario situarlo en el marco de una mirada crítica, reflexiva y actual sobre el indigenismo y el neoindigenismo como políticas de Estado hacia los pueblos indígenas. Coincidimos con el antropólogo

Esteban Krotz (1998, [2006]), quien señala que "El indigenismo sigue siendo vigente en México como problema, como tema de debate y como campo de la acción política" (p. 175), entre otras razones por la existencia de millones de indígenas en el país que mantienen sus culturas vivas y enfrentan cotidianamente una "discriminación étnicocultural general" (Krotz, 1998 [2006], p. 175). En Yucatán estamos hablando de poco más de 539 mil hablantes de maya y sus variantes, mayores de 5 años, lo cual representa el 30% de la población total del estado (INEGI, 2010).

Al *indigenismo* lo entendemos como una política del Estado mexicano que define su relación con los pueblos indígenas y es implementada a través de un organismo gubernamental creado *ex profeso* desde 1948. El nombre del organismo ha variado en el tiempo por la decisión de sucesivos gobiernos federales, vinculados a partidos políticos e ideologías: Instituto Nacional Indigenista (1948-2003), Comisión Nacional de Desarrollo de los Pueblos Indígenas (2003-2019) e Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (2019 a la fecha).

Estudiosos de esta política de Estado, como Gutiérrez Chong (2004), encuentran los orígenes del proyecto indigenista marcados por un discurso desarrollista y modernizador como la principal respuesta del Estado mexicano a las demandas de los pueblos indígenas. La autora precisa que este conjunto de políticas públicas "ha buscado la aculturación o mexicanización de las poblaciones indígenas" (p. 28), es decir, la implementación de un indigenismo institucional que procuró la homogenización lingüística y cultural de los pueblos indios mediante la adopción del castellano y el "estilo de vida" del mestizo (p. 29).

En tanto el *neoindigenismo* es un término operativo (Hernández, Paz y Sierra, 2004), que se construye para denominar las nuevas políticas de un régimen de alternancia, con la llegada del primer gobierno proveniente de un partido de oposición a la presidencia de la república en el año 2000, y que inicia su gestión con un discurso que "contempla a la nación ya pluricultural y pluriétnica (Gutiérrez Chong, 2004, p. 31), así como la "fabricación de una mercadotecnia indigenista" (p. 45) que ha encontrado eco en los medios de comunicación. El término, dicen Hernández, Sarela y Sierra (2004), hace referencia "a las pretensiones de renovación del discurso oficial y a las realidades de continuidad que encontramos en las nuevas instituciones creadas por el gobierno de Vicente Fox" (p. 11),

como es el caso de la Comisión Nacional de Desarrollo de los Pueblos Indígenas (CDI).

Si bien estas políticas indigenistas y neoindigenistas definieron la emergencia y destino del proyecto de radiodifusoras en los albergues de niños y niñas indígenas yucatecos a lo largo de más de 20 años, como ya lo señalamos, también es fundamental visibilizar algunos de los procesos de negociación para aceptar, rehacer, adaptar e inventar políticas indigenistas de medios, como nos sugiere Castells i Talens (2011, p. 13) en su investigación sobre Radio XEPET, pensando en aquellos que contribuyeron en dicho proyecto desde su condición de responsables, facilitadores de talleres, técnicos, productores y programadores.

Mirando el proyecto

A continuación, exponemos nuestros resultados en tres momentos que corresponden al surgimiento de estas radios, su desarrollo y la suspensión de la actividad.

Surgimiento

El programa de albergues escolares para niños indígenas en México tiene antecedentes en 1932 cuando se formaron casas de estudiantes que funcionaban como internados y permitían a los niños de comunidades apartadas recibir educación básica. Los primeros de ellos se instalaron en la Sierra Tarahumara (Lujan P., 2006). Estos albergues estuvieron a cargo del Instituto Nacional Indigenista (INI), que promovió también los proyectos de las radios de baja potencia (LPFM) que se instalaron en algunos albergues en la modalidad de radiodifusión experimental en el año 1995. Su función se consideraba, esencialmente "de educación e impartición de cultura y tienen carácter de radios experimentales, toda vez que no son un espacio manejado por profesionales dedicados a la radiodifusión" (CDI, 2017, p. 3).

En Yucatán, el proyecto se acogió con entusiasmo abrigado por la radiodifusora indigenista XEPET, "La voz de los mayas", ubicada en Peto, Yucatán. En sus instalaciones se fabricó, con componentes de uso doméstico, el primer equipo, de 1 watt de potencia destinado a los albergues que fue instalado en el año 1995 en el albergue "Alfonso Caso", ubicado en la localidad de Chemax, que se encuentra a 186 kilómetros de la capital de Yucatán. Un año después se generaron proyectos semejantes en los albergues "José Martí" ubicado en la localidad de Samahil (a 41 km de Mérida), "Cecilio Chi" en Yaxcopoil (a 37 km de la capital de Yucatán,

y en San Antonio Sodzil el albergue "Justo Sierra Mendez" (a 72 km de Mérida).

Como ya indicamos, en 1995 se fundan estas radiodifusoras y no fue sino hasta 1997 que se obtuvieron los permisos para que las cuatro emisoras de baja potencia salieran al aire con la categoría de "radiodifusoras experimentales", formando parte del Sistema de Radiodifusoras Culturales Indigenistas, y en el 2000 se dotaron con transmisores de 10 watts a cada una de ellas (CDI, 2006).

Desarrollo

Los menores eran responsables del uso y del cuidado del equipo en cabina, al que accedían en tiempos que no interfirieran con sus labores escolares, o del propio albergue. Al inicio, el proyecto no tenía un presupuesto propio para operar, así que en su realización jugaron un papel decisivo Radio XEPET y el personal de las Casas del Niño Indígena. "En algunos albergues las cabinas eran cuartitos donde cabían unos pocos niños (3-4). En la cabina solo había un transmisor pequeño, viejo, con unos 20 años de antigüedad, que se estaba reutilizando" (informante 1).

La presencia de estas radios fue tomando relevancia, de tal manera que, a una década de su fundación, ya se consideraban significativos no solo al interior de los albergues, sino para las comunidades aledañas, entonces los proyectos comenzaron a mirar no solo los aspectos pedagógicos, sino el ofrecer un servicio de calidad en apoyo a la identidad cultural de las localidades con cobertura (CDI, 2017).

Su programación era diseñada de manera participativa "de acuerdo a las posibilidades y gustos de los niños" (informante 1), y los horarios de programación se coordinaban con las actividades escolares entre lunes y jueves, pues los viernes los niños y niñas regresaban a pasar el fin de semana a sus respectivas localidades.

En cada proyecto se involucraban de catorce a veinte niños, lo cual representaba entre la mitad y la tercera parte de los escolares del albergue, pues había muchas otras funciones que realizar, como mantener en buen estado las instalaciones, cuidar a los animalitos, preparar los alimentos, realizar actividades agrícolas, entre otras. La mayoría de los niños había optado por colaborar en el proyecto, pero también había para quienes era una obligación más, como barrer el patio; éstos eran estudiantes de bachillerato que vivían también en los albergues, y para quienes la radio interfería con su tiempo de estudios (videocarta, CDI, 2006). Entre las razones que manifestaban los pequeños que

asistían gustosos al albergue se señalaba que les gustaba expresarse, ser escuchados, comunicar sus sentimientos, mandar saludos y avisos, informar a las comunidades. Se divertían, conocían a muchas personas, colaboraban con sus compañeros, desarrollaban habilidades y también disfrutaban de aprender el oficio y poder hablar en lengua maya (CDI, 2005).

A partir de que fueron instaladas las emisoras se inició con los talleres de capacitación en los temas de: producción (1998), radiodifusión para niños (1999), producción radiofónica comunitaria (2001), producción "El árbol de la radio" (2002), producción de radio interactiva para niñas y niños (2003), educación para los medios (2004), uso del internet para generación de contenidos radiofónicos (2005), identidad de la radio (2012), programación musical y locución (2012), organización y programación (2012), transmisión en vivo (2012).

En el proceso de desarrollo del proyecto radiofónico destacan dos tópicos fundamentales enunciados por el informante 1: la identidad de la radio y la lengua maya, así como la necesidad de capacitaciones. En una evaluación realizada en el año 2005 (CDI, 2005), observaron características muy diversas en los albergues en cuanto a cuestiones culturales. Mientras en la casa para el niño indígena de Chemax y en San Antonio Sodzil el 100% de los niños eran hablantes de maya, en Samahil solo el 15% de los niños hablaban maya, y en Yaxcopoil en 17% (informante 1).

Parte importante de las tareas de estos niños en la radio, era la programación musical, respecto de lo cual Radio XEPET era un referente, pero cuando se trataba de programar música, la mayor influencia en los niños eran las estaciones radiofónicas comerciales que presentan música de banda y tropical, entre otras.

Al inicio los muchachos querían programar lo mismo que la radio que conocían [la comercial]: *La Comadre*, *Candela*. Se empezaron a utilizar metodologías para que poco a poco, de forma reflexiva, se dieran cuenta que en Yucatán se hablaba en maya, que en su entorno hablaban maya. A partir de allí se configuraba la identidad de la radio, a partir de un taller que se llamaba así. Cada año escolar se daba el taller (informante 1).

Esta perspectiva limitada respecto de lo que es la radio, se fue trabajando en los talleres, y poco a poco los niños fueron transformando su programación, generando una visión más amplia en temas de cultura e identidad para, a la manera de Radio XEPET,

generar en las emisoras una identidad propia con los elementos culturales propio de las localidades donde se asientan los albergues, y de quienes participan en ello. Donde mejor funcionó el proyecto fue en la localidad más lejana a Mérida, y con mayor arraigo en la cultura maya. Los otros tres proyectos tuvieron sus altibajos (informante 1)

Samahil y Yaxcopoil están muy cerca de Mérida. En Samahil había muchos becarios de Mérida, no sé por qué. Había "maleantes" [jóvenes urbanos, con indumentaria chola, percings, tatuajes] que venían de familias fragmentadas. En cambio, los de Chemax eran más nobles, más mayas, hablaban poco español. Al principio querían transmitir en español, percibían la radio en español y pensaban que era así. Les dijimos que podían hacerlo en maya. Aquí [en Radio XEPET] vieron que se podía transmitir en maya. En Chemax, hasta 8 horas de transmisión lograban, aunque todo era de acuerdo a su tiempo. El horario era flexible. Solo transmitían de lunes a jueves, porque el viernes regresaban a sus comunidades y allí pasaban sábados y domingos (informante 1)

Suspensión

No obstante las dificultades y la falta de apoyo, las radiodifusoras de las casas del niño indígena siguieron funcionando, unas hasta el año 2015 y otras hasta el 2017. En 2018 hubo un nuevo cambio de gobierno y de fuerza política en el país, lo que implicó una nueva restructuración y enfoque en cuanto a la relación del Estado mexicano con los pueblos indígenas. De inicio la Comisión Nacional de los Pueblos Indígenas se convirtió en el Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas, y las radiodifusoras de los albergues siguen suspendidas.

En esta fase es importante considerar que en el año 2006 fue aprobada por el Senado de la República la Ley de Telecomunicaciones que todavía sigue vigente con pequeñas modificaciones. Fue llamada por los analistas críticos "Ley Televisa" haciendo alusión la enorme industria cultural privada, debido a que dicha ley favorece del todo a los intereses del capital de los grandes monopolios mediáticos mexicanos, y deja a la saga el interés público y comunitario. Según Aleida Calleja (2010), sus principales artículos son inconstitucionales; no obstante, fue aprobada en siete minutos por la Cámara de Diputados. Según Callejas, no es sino un plan de negocios que propone la concesión de frecuencias mediante subastas. En la reforma que se hiciera a dicha ley en el 2014 se omite la inclusión de las radios comunitarias o

experimentales, y solo se consideran las de interés comercial, público y social.

Todavía en el año 2012, la Ley de Telecomunicaciones separaba un espectro de radio para usos experimentales, como era el caso de las radios de los albergues, pero tal ley fue derogada en el 2014 y ese tipo de concesiones desapareció. Considerando que las concesiones se otorgaban por dos años, en 2016 las radios experimentales de los albergues dejaron de tener un soporte legal. Posterior a ello, se regían por lo convenido para las radios comerciales. Uno de esos artículos, el Art. 303 fracción XIV, señala que las concesiones se pueden revocar si se suspenden total o parcialmente los servicios de telecomunicaciones "por más de veinticuatro horas o hasta por tres días naturales tratándose de radiodifusión" (Diario Oficial de la Federación, 14 de agosto de 2014). Siendo que Las radiodifusoras de los albergues trabajaban solamente de lunes a jueves, pues incumplían con el citado artículo y comenzaron a sufrir señalamientos y advertencias al grado de que a partir del año 2015 se fueron suspendiendo las transmisiones.

El proyecto "entra en pausa" y hasta la fecha no se ha reactivado. El informante 2 refiere un asunto presupuestario a la decisión del actual Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (INPI) de mantenerlas fuera de frecuencia, en tanto el informante 1 hace referencia a la aplicación de una ley federal en la suspensión del proyecto.

Informante 1:

> "No hubo manera de continuar con el proyecto, fundamentalmente por el cambio de la Ley de Telecomunicaciones. Con esta Ley dejaron de haber radios experimentales y se impusieron las concesionadas (...) Pasar de un proyecto formativo a uno de servicio [eso exigió la Ley] no era posible. No había personal, no había esquipo, no había instalaciones adecuadas".

Informante 1:

> "Decían [los inspectores] que no se estaba transmitiendo de acuerdo con lo establecido en la Ley. Había la amenaza de la multa. Llegaba la notificación y había que inventar razones de por qué no se estaba transmitiendo 24 horas. Finalmente se optó por el cierre".

En el año 2019 todos los equipos fueron recogidos, terminando así con la posibilidad de nuevas transmisiones.

Informante 2:

> "Los equipos [de transmisión] se recogieron y están resguardados en Radio XEPET. (..) En San Antonio Sodzil la cabina quedó fuera de remodelación; en Chemax el lugar quedó para una ludoteca; en Yaxcopoil el albergue se cerró en 2018 porque no tiene demanda y el equipo está resguardado por las autoridades de la comunidad".

Conclusiones

Como primeras conclusiones en esta etapa de la investigación, señalamos que las políticas indigenistas y neoindigenistas del Estado mexicano han definido, en muchos sentidos, el destino del proyecto de las cuatro radiodifusoras fundadas en albergues escolares para niños y niñas mayas de Yucatán. Surgen en un contexto histórico donde la exigencia de los derechos de los pueblos indígenas adquiere una importante centralidad a partir del levantamiento armado del Ejército Zapatista de Liberación Nacional en Chiapas y por la fuerza que alcanzan las demandas de los pueblos originarios a nivel nacional y mundial.

Tras poco más de 20 años de existencia, las radiodifusoras fueron finalmente sometidas por los sucesivos gobiernos neoliberales a una Ley de Telecomunicaciones que favorece a los monopolios mediáticos, lo cual condujo a su suspensión por tiempo indefinido. La pérdida de su condición de radios experimentales y su transformación en radios concesionadas, nos revela que dicha legislación privilegió intereses comerciales y monopólicos sobre los comunitarios, formativos y participativos, premisas fundamentales de una comunicación para el cambio social.

Sin embargo, como lo sugiere Castells i Talens (2011), la aplicación de esas políticas indigenistas y neoindigenistas en las radiodifusoras de los albergues -fundamentalmente en la impulsora del proyecto: Radio XEPET "La Voz de los Mayas"- pasan por complejos procesos de negociación para la aplicación de las políticas indigenistas de medios. De allí que nos encontremos en la investigación documental y en las entrevistas realizadas a informantes clave, que estas radiodifusoras formaron parte de una estrategia educativa para la reafirmación de la identidad cultural de los niños y las niñas indígenas en los albergues, en donde el habla de la lengua maya en las transmisiones radiofónicas tuvo en lugar preponderante.

Otro aspecto significativo es el desarrollo de habilidades comunicativas en las niñas y niños que participaron en los programas, pero también una función vinculante, pues a través de la transmisión de los programas en estas radios de baja frecuencia se enviaban saludos

a los habitantes de las comunidades vecinas y se daban avisos importantes, se contaban cuentos y leyendas, se programaba música, se organizaban noticieros, se hablaba de los derechos de los infantes, se mantenía informadas a las personas ante contingencias meteorológicas, como la alerta de huracanes cuando fue necesario.

En los márgenes legales y sin presupuesto asignado para la permanencia del proyecto, es importante destacar que si sobrevivió a lo largo de veintidós años fue posible por la valiosa sinergia puesta en marcha por Radio XEPET, junto con la participación de las autoridades y el personal de las Casas del Niño Indígena de Chemax, San Antonio Sodzil, Samahil y Yaxcopoil, y por la entusiasta participación de niñas y niños que dieron vida a estas radios experimentales.

La información pública en torno a las radiodifusoras en los albergues escolares indígenas en Yucatán sigue siendo hoy día mínima, y aquella que dé cuenta de su historia y trascendencia es todavía menor. Por ello el interés académico por abordar este objeto para su estudio desde la mirada disciplinar de la comunicación.

Referencias

Castells I Talens, A. (2011). "Todo se puede decir sabiéndolo decir": maleabilidad en políticas de medios indigenistas. Revista Mexicana de Sociología. Vol. 73, núm. 2. Pp. 1-16.

Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (CDI) (2005). Diagnóstico de la situación de las radiodifusoras de albergues escolares en Yucatán. Documento no publicado.

Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (CDI) (2006). Albergues y Radiodifusoras de niños indígenas mayas. Consultada en http://www.cdi.gob.mx/mayadigital/radios.html

Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, CDI, (2017). Programa Anual de Trabajo 2017. Radiodifusoras Culturales Indigenistas. Estación de Radio XHCHX-FM Casa del Niño Indígena "Alfonso Caso". Yucatán: CDI.

Diario Oficial de la Federación (24 de agosto de 2014). Ley Federal de Telecomunicaciones y Radiodifusión. Presidencia de la República.

Gutiérrez Chong, Natividad (2004). Mercadotécnia en el "indigenismo" de Vicente Fox. Pp. 27-51. En Rosalva Aída Hernández,

Sarela Paz y María Teresa Sierra (2004). El Estado y los indígenas en tiempos del PAN: neoindigenismo, legalidad e identidad. México: CIESAS/ Miguel Ángel Porrúa.

Hernández, Rosalva Aída; Paz, Sarela, y Sierra, María Teresa (2004). El Estado y los indígenas en tiempos del PAN: neoindigenismo, legalidad e identidad. México: CIESAS/ Miguel Ángel Porrúa.

Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI) (2010). Censo Nacional de Población y Vivienda. México: INEGI. Consultado en http://www.cuentame.inegi.org.mx/monografias/informacion/yuc/poblacion/diversidad.aspx?tema=me&e=31

Instituto Nacional de los Pueblos Indígena (INPI) (2019). Ecos indígenas. La voz de la diversidad. Sistema de Radiodifusoras Culturales Indígenas, SRCI. Disponible en: https://www.gob.mx/inpi/acciones-y-programas/sistema-de-radiodifusoras-culturales-indigenistas

Krtoz, E. (1998 [2006]). El indigenismo en México. En Sobrevilla, David (Ed.). Filosofía de la cultura. Madrid: Trotta, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 163-178.

Lujan P., N., 2006. Programa de Albergues Escolares Indígenas (PAEI), Evaluación de Resultados. México: Universidad Metropolitana.

PAEI (2006). Evaluación de resultados 2006. Informe final. Programa de Albergues Escolares Indígenas. México: Universidad Metropolitana Iztapalapa.

Decálogo imperfecto para una televisión local participativa en Cuba

Decálogo imperfeito para a televisão local participativa em Cuba

Imperfect decalogue for participatory local television in Cuba

Dagmar Herrera Barreda [42]

Resumen: Tras varios años de estudiar a la televisión que se realiza en las localidades cubanas, la siguiente ponencia presenta, a modo de decálogo, una relación de elementos que se consideran imprescindibles para propiciar, desde ella, mecanismos de participación ciudadana que contribuyan a la generación de desarrollo humano y social en el espacio municipal, y con impacto en el sistema nacional de medios.

Para arribar a la sistematización propuesta se emplean como técnicas la investigación bibliográfica documental, la entrevista, la encuesta y la triangulación constante.

Palabras Clave: Televisión local, Participación, Desarrollo social.

Abstract: After several years of studying television in Cuban localities, the following paper presents, by way of a decalogue, a list of elements that are considered essential to promote, from it, mechanisms for citizen participation that contribute to the generation of human and social development in the municipal space, and with an impact on the national media system.

To arrive at the proposed systematization, documentary bibliographic research, interview, survey and constant triangulation are used as techniques.

Key Words: Local television, Participation, Social development.

[42] *Dagmar Herrera Barreda, Universidad de La Habana, Doctora en Ciencias de la Comunicación, Cuba, dagherrera@gmail.com*

Introducción y coordenadas metodológicas

El derecho a la comunicación, tal como defiende este ICOM, es un elemento básico del desarrollo humano. En una sociedad como la cubana, donde los medios son concebidos como "medios del pueblo y para el pueblo" y donde de forma ascendente se apuesta por impulsar el desarrollo local desde las potencialidades municipales, queremos compartir una propuesta de indicadores que consideramos imprescindibles para convertir a la televisión que se gesta desde los micro espacios cubanos en un medio local participativo que contribuya a la generación de desarrollo humano y social, al mejoramiento de la calidad de vida y crecimiento personal y colectivo de la población, teniendo a la comunicación para el desarrollo y el cambio social como referente fundamental.

Por tanto traemos este decálogo, imperfecto como se enuncia en su título pues aún está en fase de construcción, que es el resultado de más de 15 años de estudio de la televisión local en Cuba y de más de una decena de publicaciones e investigaciones de pregrado y postgrado (Herrera, 2008, 2015; Diez, 2017; Valdés, 2017; Drake, 2017), donde como técnicas fundamentales se han empleado la investigación bibliográfico-documental, la entrevista (54), la encuesta (198), la observación participante, los grupos focales (6), la triangulación constante, la Investigación Acción Participación (IAP) y la Sistematización de experiencias (Holliday, 1994) que han posibilitado recoger y ordenar los datos e informaciones generadas, así como obtener aprendizajes críticos de las experiencias.

Es por ello que la presente ponencia pretende como objetivos generales:

1- Exponer una relación de elementos que se consideran imprescindibles para que una televisión local sea participativa desde el contexto cubano actual.

2- Ofrecer a los municipios cubanos una herramienta comunicativa para su desarrollo desde la televisión local.

Principales resultados, reflexiones

A partir de los principios enunciados y sin pretender ser exclusivos o concluyentes, se considera que una verdadera apuesta para generar una televisión local participativa en el contexto cubano debería vigilar el cumplimiento de los siguientes elementos:

1- *Contar con un municipio dispuesto.* Lograr una verdadera apuesta participativa desde la televisión es posible, únicamente, en

aquellos municipios con un interés de hacer de la comunicación que se propicia desde el medio audiovisual una parte fundamental en el desarrollo local. No se hace televisión local participativa para cumplir con una normativa o disposición, ni porque sea una tarea más. Debe partirse de la necesidad y voluntariedad identificadas, sin convertirse en una carga o un problema.

2- *Contar con un grupo de gente dispuesta o Grupo Gestor*. Es importante, por tanto, partir de la sensibilización y compromiso de los fundamentales actores del desarrollo en cada espacio local y crear un grupo gestor que lidere el proceso de cambio sugerido: representantes del Gobierno, Partido, líderes formales e informales y organizaciones e instituciones de la localidad, asesoría del Centro de Desarrollo Local y Comunitario (CEDEL), el Centro de Intercambio, Referencia e Iniciativa Comunitaria (CIERIC), los Centros Universitarios Municipales (CUM), entre otras, en dependencia de las potencialidades locales. Es necesaria la estabilidad de este grupo y el compromiso de los actores con el proyecto, como garantía inicial de continuidad y éxito.

3- *Objetivos e intencionalidad del medio (Criterios rectores).* Desde la propia definición de los objetivos del medio debe contemplarse su vocación participativa y su apuesta por el cambio social, sino se tiene en cuenta desde ese momento y no se asumen como criterios que rigen el trabajo es poco probable que pueda hacerse una verdadera televisión local participativa. Debe erigirse además sobre el reconocimiento de sus potencialidades para contribuir al desarrollo local, fomentando su rol movilizador/ transformador a partir de su poder de generar opinión pública, expresión y perpetuación de las culturas locales, y entendiendo a la participación sustantiva como un elemento fundamental. Es vital que contemple al hombre y sus acciones como eje central de los procesos de desarrollo, en tanto actor con potencialidades de transformar su entorno.

4- *Realizar un diagnóstico de nuestra localidad.* A pesar de integrar el mismo país, cada ámbito local es diferente, por lo que el grupo gestor deberá realizar, como paso imprescindible, un diagnóstico de las necesidades, potencialidades locales y recursos humanos y materiales existentes, desde el estudio de los factores internos y externos que actúan e inciden sobre el ámbito municipal. Reconocer la diversidad territorial, asumir las características de la localidad y saber adaptarse a cambios en los sistemas de

referencia, va a definir la estructuración y formas específicas de actuar.

5- *Reconocer y valorizar la identidad local.* La identidad local debe comprenderse como una vía de desarrollo, afianzamiento, reforzamiento y/o creación de la identidad local-comunitaria de los colectivos sociales. La identidad local contribuye a la configuración del espacio local a partir de la cohesión, la construcción identitaria, la vertebración del territorio, la corresponsabilidad y autogestión; además a la valorización individual y colectiva, la toma de conciencia y la generación de actitudes responsables.

6- *Participación ciudadana y como su máxima expresión la Apropiación de los procesos comunicativos.* Entre mayores sean los niveles de participación que se propicien desde esta televisión será más efectiva y tendrá más impacto. La apropiación ciudadana sobre el medio es la máxima expresión del logro de una verdadera participación y se concreta en su poder de decidir los cómo, cuándo, por qué, para qué y con quiénes, de esa televisión. En correspondencia, debe transitar de un modelo vertical de comunicación a uno horizontal, donde el receptor/consumidor sea también el emisor/productor (PROSUMER) de los procesos comunicativos.

7- *Oferta comunicativa: Programación y contenidos:* La oferta comunicativa gestada desde el canal debe parecerse al territorio, sin embargo, es inoperante ofrecer fórmulas rígidas en este sentido, pues la programación adecuada en cada caso solo puede partir del pleno conocimiento de la realidad local, sus necesidades y potencialidades, y de poner los recursos disponibles en función de la creatividad y el talento local, en una combinación de formatos que permita abordar al territorio, con sus riquezas y problemas. Saber aprovechar este hecho figura como una de las claves fundamentales del medio.

- Ser flexibles en cuanto a la estructura y formato de sus propuestas,
- con la intervención del talento local y
- sin necesidad de copiar fórmulas exportadas de otros contextos.
- Priorizar y potenciar los temas locales sobre los internacionales y nacionales y municipales.
- construir la memoria audiovisual del territorio, potenciando la creación de contenidos propios que rescaten el saber acumulado, las tradiciones, ritos, mitos locales, en un proceso de comunicación que

contemple las particularidades de la cultura local y se apoye en ella para legitimarse.

8- *Condiciones técnico-productivas.* Deben reconocerse los nuevos desplazamientos de la sociedad de la información y el conocimiento y ser parte de ellos. Por lo que la televisión local participativa debería asumir las formas emergentes de producción y gestión del audiovisual, como complemento que amplía el contenido, democratiza el acceso y otorga herramientas para la producción audiovisual. Es válido recordar que la comunicación para el cambio social promueve los procesos, no los instrumentos por lo que, en la consecución de un real empoderamiento ciudadano, se hace fundamental contar con tecnologías que estén en correspondencia con las competencias, posibilidades y capacidades de apropiación de los actores que la emplearán y las necesidades comunicacionales.

9- *Convergencia, alianzas estratégicas y sistema de relaciones:* las producciones realizadas desde una televisión local para el desarrollo municipal pueden trascender el espacio "formal - tradicional" de difusión para converger en otras redes y espacios alternativos, así como dar cabida a producciones provenientes de otras fuentes que permitan el conocimiento de realidades diversas y la diferenciación, en ese encuentro, en un proceso multidireccional de interacción cultural y profesional.

Es imprescindible la comprensión y el análisis de la televisión en el espacio local con relación a los Sistemas Comunicativos y Sistemas Sociales en los cuales se insertan y del que es parte integrante. El intercambio con estos sistemas va a conferir características particulares a cada medio en constante interacción entre los ámbitos micro y macro.

Como actriz del desarrollo local, la televisión debe trabajar de conjunto y de forma cooperada con el resto de los actores sociales. Las relaciones de cooperación con instituciones gubernamentales y no gubernamentales se constituyen como alianzas estratégicas en la búsqueda por sumar y coordinar esfuerzos que conduzcan al mejoramiento de las condiciones de vida de la comunidad.

10- *Hacer que la televisión sea sostenible:* La sostenibilidad y perpetuación de una televisión local para el desarrollo va a depender

-de la efectividad de la apropiación ciudadana de los procesos y contenidos comunicacionales (empoderamiento ciudadano),

-del sentido de pertenencia local que se vaya creando sobre el medio que, indudablemente, va a responder en gran medida y en primera instancia de una real intensión y necesidad de generar procesos participativos desde la televisión. -de un grupo gestor que asuma su responsabilidad con seriedad, responsabilidad y entusiasmo,

-de la presencia de una tecnología apropiada en correspondencia con las habilidades y competencias de la comunidad local,

-del establecimiento de alianzas estratégicas y redes de convergencia y finalmente, aunque más importante,

-de una comunidad local que se vincule a los procesos de transformación y los asuma como propios.

Entre más sostenible sea el medio, más eficaz será en su gestión y en el cumplimiento de su fin y objetivos.

Hay un aspecto extra que debe tenerse en cuenta en todo momento y es la necesidad constante de evaluar y controlar nuestros pasos de forma continua, sistemática y a lo largo de todo el proceso. Nunca el final lo es realmente cuando nos enfrentamos a procesos comunicativos, incluso, por lo general, el final es el inicio, por eso, a riesgo de que este decálogo tenga más números de los anunciados, consideramos imprescindible la evaluación, comprendida como la reflexión conjunta y continua sobre el cumplimiento de los objetivos propuestos y las acciones efectuadas con el fin de analizar los aciertos, deficiencias, evaluar las soluciones implementadas y las posibilidades de generalizar experiencias. Esta debe ser el punto de partida de cada una de las fases por lo que, nuestra propuesta, es en realidad cíclica, y llegados a este punto sugerimos revisitar nuevamente los diez tópicos anteriores.

Conclusiones

En el contexto cubano actual, es posible, incluso necesario, apostar por la generación de televisiones locales participativas, fundamentalmente en aquellos municipios que cuentan con un medio audiovisual como parte del sistema nacional de televisión.

Para ello es necesario partir de la voluntad territorial, trabajar desde un grupo gestor que aúne a los principales actores locales ya sean gubernamentales o no, reconocer las potencialidades y diferencias de cada espacio a partir de la revalorización de la identidad local, incentivar la participación ciudadana, desde el pleno conocimiento de los recursos y necesidades locales, en un abordaje

endógeno, sostenible y en constante interacción con el sistema de referencia.

El decálogo presentado, si bien imperfecto y objeto de transformaciones por parte de la autora, pretende contribuir al empeño de hacer una mejor televisión desde los municipios cubanos.

Referencias

- Alfaro Moreno, R. M. (2004). Culturas populares y comunicación participativa: en la ruta de las redefiniciones. Comunicación. Estudios Venezolanos de Comunicación: Revista del Centro Gumilla. (Venezuela) no. 126: pp. 12 – 19: Segundo trimestre.
- Angulo Rincón, L. & Iñaki Zabaleta U. (2008). Cinco estrategias para un modelo de televisión comunitaria: una perspectiva desde la experiencia colombiana. Recuperado de http://www.aeic.org/alaga2010/upload/ok/183.pdf
- Beltrán Salmón, L. R. (2005). La comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: un recuento de medio siglo. III Congreso Panamericano de la Comunicación. Panel 3. Julio 12-16, 2005, Buenos Aires, Argentina.
- Diez-Miniet, J. (2017). Televisión y desarrollo. Crónicas desde un litoral. (Tesis inédita de Licenciatura en Periodismo). Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana (Cuba).
- Fuenzalida, V. (2001). Hacia la reforma de la TV pública en América Latina. Suplemento Especial Nº 8, INFODAC, Directores Argentinos Cinematográficos, Buenos Aires, enero 2001.
- Froufe, S. (1996). Los usos sociales de la televisión: hacia una televisión local en Revista Comunicar 6, pp.73 – 77.
- Herrera-Barreda, D. (2015). Televisión y Desarrollo: Articulaciones desde lo local. Propuesta de modelo de televisión local para el desarrollo de los municipios cubanos. (Tesis inédita de Doctorado). Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, Cuba.
- Herrera-Barreda, D. (2008). La Localidad en pantalla. Estudio del sistema de televisión de cobertura local en Cuba. (Tesis inédita de Maestría). Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, Cuba.
- Holliday, O. (2012). Sistematización de experiencias, investigación y evaluación: aproximaciones desde tres ángulos, en Revista internacional sobre investigación en educación global y para el desarrollo. Número uno (febrero 2012) p. 56- 70.

- López, X. (2004). Desafíos de la Comunicación Local. Guía para la práctica de la información en los ámbitos de proximidad. Colección "Periodística". Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, Sevilla.

- Valdés-Ramos, Y. (2017). San Cristóbal en pantalla propia. (Tesis inédita de Licenciatura en Periodismo). Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana (Cuba).

Viché, M. (1991). Animación, sistema de comunicación. Valencia, GrupDissabte.

A pandemia e as desigualdades entre jovens no Brasil: Um olhar para a aprendizagem informal e o lugar das competências infocomunicacionais

The pandemic and inequalities among young people in Brazil: A look at informal learning and the place of infocommunicational skills

Daniela de Assis Silva [43]

Jussara Borges [44]

Resumen: As desigualdades no Brasil ficaram ainda mais evidentes durante a pandemia da Covid-19. A necessidade de manter o distanciamento social tornou as tecnologias digitais fundamentais para a garantia de direitos básicos, como o da educação. Embora grande parte dos jovens esteja sem aula por dificuldades de acesso à internet de qualidade, eles seguem fazendo uso da rede para se comunicar. Esse contexto evidencia o lugar das competências infocomunicacionais, principalmente, para possibilitar aprendizagens não formais.

Palabras Clave: Jovens 1, Aprendizagem informal 2, Competências infocomunicacionais 3

Abstract: Inequalities in Brazil were even more evident during the Covid-19 pandemic. The need to maintain social distance has made digital technologies fundamental to guarantee basic rights, such as education. Although young people are out of class due to difficulties in accessing quality

43 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos Comunicação, Política e Redes Digitais (CP-Redes). Bolsista CNPQ, Brasil. E-mail: daniela.assis@ufba.br.

44 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Pós-doutoramento pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha. Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jussara.borges@ufrgs.br.

Internet, they continue to use the network to communicate. This context highlights the place of infocommunicational competences to enable non-formal learning.

Key words: Youth 1, Informal learning 2, Infocommunication skills 3.

Introdução

A pandemia de Covid-19 começou a se alastrar pelo Brasil em meados de março de 2020 e tem evidenciado as desigualdades que marcam o país. Este artigo destaca uma das desigualdades, a digital, e seus impactos sobre as juventudes[45]. Neste contexto, o trabalho destaca como as competências infocomunicacionais podem contribuir com o desenvolvimento dos jovens, sobretudo, a partir de aprendizagens informais.

Essas escolhas de recorte são motivadas pela pesquisa de doutorado em andamento[46], pelo contexto atual de desafios que a pandemia impõe, além da importância de refletirmos sobre temas que se tornam ainda mais relevantes no momento, como as aprendizagens ocorridas on-line, fora dos ambientes formais de educação, protagonizadas pelos jovens e intensificadas no contexto de distanciamento social.

Desde que as autoridades brasileiras instituíram a quarentena como medida para conter o avanço dos casos da Covid-19 no país, serviços e atividades presenciais consideradas não essenciais foram suspensas, incluindo as unidades escolares e instituições de ensino superior. Dispor de tecnologias digitais, então, passou a ser condição básica fundamental para a continuidade das diversas relações sociais e, sobretudo, para a garantia do direito à educação dos jovens.

[45] *O Brasil possui a maior população de jovens da história. São cerca de 47 milhões de indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, sendo que 10,9 milhões deles (23%) não estudam nem trabalham, segundo dados da pesquisa do IBGE "Síntese de indicadores sociais 2019 – uma análise das condições de vida da população brasileira".*

[46] *A tese em desenvolvimento analisa a relação entre competências infocomunicacionais e participação política de jovens de Salvador (Bahia, Brasil).*

A pesquisa "Juventudes e a pandemia do coronavírus" (CONJUVE, 2020) indica que 85% dos 33 mil jovens participantes têm buscado formas de aprendizado por conta própria. Do total de jovens ouvidos, 4 a cada 10 estão fazendo cursos on-line e consultando livros (impressos ou digitais).

Essa aprendizagem informal (SEFTON-GREEN, 2012), que ocorre fora dos ambientes formais de educação, é uma das características da alfabetização transmídia, proposta por Scolari (2016, p.8), que a define como "un conjunto de habilidades, prácticas, valores, sensibilidades y estrategias de aprendizaje e intercambio desarrolladas y aplicadas en el contexto de la nueva cultura colaborativa."

Principalmente nos últimos dez anos no Brasil, o espaço ou suporte midiático de comunicação dos jovens se deslocou para as mídias sociais. A sociabilidade conformada nesses espaços vem engendrando uma aprendizagem alinhada com a teoria do conectivismo. Para o conectivismo, a aprendizagem é essencialmente um processo de criação de redes. Na medida em que o aprendiz é capaz de atualizar de forma dinâmica sua rede de aprendizagem, estará continuamente acessando novas informações que podem combinar e gerar novos conhecimentos (SIEMENS, 2010).

Assim, embora parte significativa dos jovens esteja sem as condições adequadas para seguir com os processos educacionais formais, eles mantêm formas de comunicação on-line que lhes garantem estar em permanente exposição às informações e se comunicando na rede, mesmo que dividam o uso de um mesmo equipamento com pessoas da família, acessem a internet via wi-fi da vizinhança ou pacotes de dados com tempo limitado.

Com isso, o jovem é demandado em habilidades sociais, como interagir com a comunidade on-line para aprender em colaboração e capacidade de lidar com fontes de informação diversas (humanas e não-humanas). Para O'Brien e colegas (2017), os ambientes on-line desafiam o jovem a se adaptar continuamente às tecnologias em mudança e construir sentido a partir de vários recursos. Borges (2011) articula esse conjunto de competências como infocomunicacionais.

Para a autora (BORGES, 2011), as competências infocomunicacionais envolvem a capacidade de localizar, avaliar e aplicar a informação (competência em informação); necessidade de estabelecer relações,

negociar, argumentar (competência em comunicação) e exigem capacidade de manipular computadores e artefatos eletrônicos (competências operacionais), considerando as relações mediadas pelas tecnologias digitais.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2019, as atividades de comunicação são as principais no uso da rede. Na liderança, está o envio de mensagens instantâneas realizado por 92% dos usuários da internet, seguido pelo uso de redes sociais (76%) e chamadas por voz ou vídeo (73%). A busca por informações também é destaque entre as principais atividades realizadas on-line e 41% dos usuários dizem efetuar atividades ou pesquisas escolares na rede, dos quais 40% estudam por conta própria[47].

Nesse contexto, competências infocomunicacionais como saber lidar, criticamente, com um conteúdo on-line ganham ainda mais relevo. Parece fundamental, portanto, aprofundar as discussões relacionadas às diversas formas de aprendizagem que os jovens experimentam a partir das tecnologias digitais, refletindo sobre o papel das competências infocomunicacionais no processo de desenvolvimento integral e cidadão das juventudes.

Do ponto de vista metodológico, esta é uma discussão teórica que busca conectar conceitos norteadores no âmbito das sociabilidades contemporâneas permeadas pelas tecnologias digitais, que abarcam processos de aprendizagens formais e informais, tendo a informação e a comunicação como bases. A discussão é de ordem qualitativa sem a pretensão de abranger todas as abordagens existentes na literatura.

Em termos de estrutura deste artigo, esta introdução é seguida por uma breve contextualização da realidade da educação dos jovens em tempos de pandemia no Brasil. Na sequência, se avança para uma discussão teórica sobre os percursos conceituais a partir da ampliação do uso da Internet nas diversas sociabilidades e desenvolvimento humano, incluindo os conceitos de aprendizagem transmídia, *media literacy*, *new media literacy* e competências infocomunicacionais.

Contexto de pandemia e desigualdades no Brasil

47https://cetic.br/pt/noticia/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/. Acesso em 17 de agosto de 2020.

O acesso universal à internet ainda é um desafio no Brasil, assim como as oportunidades de ensino-aprendizagem com e sobre o uso dos recursos digitais. Pesquisa do Instituto DataSenado[48] apontou que 19,5 milhões de estudantes estavam com as aulas suspensas em função da pandemia de Covid-19.

A pesquisa foi divulgada no dia 12 de agosto e esse total representava 35% dos 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil. Entre os 58% (32,4 milhões) que estão com aulas remotas, 26% dos alunos da rede pública não possuem acesso à Internet contra 4% da rede privada.

De março a julho de 2020, 846 mil alunos de 53 das 69 universidades federais permaneceram sem aulas, mesmo on-line. Apenas 10 universidades estavam com atividades remotas e 6 com atividades parciais[49]. As atividades ficaram suspensas por dificuldades de acesso à internet pelos estudantes e inexperiência dos professores com aulas remotas, de acordo com o Ministério da Educação[50].

Nas Instituições Federais de Ensino Superior, a baixa renda dos estudantes também é um dos indicadores que isolam os graduandos das atividades educacionais on-line. Mais da metade dos alunos dessas instituições pertencem a famílias de baixa renda, cujos rendimentos por pessoa é de até 1 salário mínimo. É o que mostra a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, promovida pela Andifes em 2018.

Esse cenário de exclusão digital tende a agravar o abandono escolar, que já é elevado no Brasil. Mais de 20% dos quase 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos (ou seja, 10,1 milhões de jovens) interromperam alguma das etapas da educação básica (ensino fundamental e médio), de acordo com a pesquisa Pnad Contínua 2019/IBGE. O estudo aponta entre as principais causas a necessidade de trabalhar (39,1%), desinteresse pelas aulas (29,2%) e, entre as mulheres, gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%).

A chamada evasão escolar também tem cor conhecida: negra ou parda, um

48 Pesquisa divulgada pela Agência Senado, disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia. Acesso em 05 de setembro de 2020.

49 Portal do Ministério da Educação: http://portal.mec.gov.br/coronavirus/. Acesso em 09 de agosto de 2020.

50Apuração dos dados foi realizada pela equipe de reportagem do portal G1: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/14/so-6-das-69-universidades-federais-adotaram-ensino-a-distancia-apos-paralisacao-por-causa-da-covid-19.ghtml. Acesso em 10 de agosto de 2020.

contingente de 71,7% dos jovens. "[...] Estima-se que cada jovem com educação básica viverá quatro anos de vida a mais que um jovem que não terminou a escolaridade", aponta o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Ricardo Paes de Barros[51].

A pesquisa "Juventudes e a pandemia do coronavírus" (CONJUVE, 2020) também indica que 3 a cada 10 jovens (28%) cogitam não retornar às aulas após o fim do distanciamento social. Entre os jovens que consideram fazer o Enem[52], principal porta de entrada para o ensino superior, quase a metade (49%) confessa a possibilidade de desistência.

Apesar de todo esse cenário de desafios relacionados à educação formal, muitos jovens encontram formas de permanecer on-line, ainda que não nas condições ideais, porque a Internet é indissociável de sua sociabilidade, estando, portanto, expostos a informações e práticas comunicacionais que podem contribuir ou prejudicar seu desenvolvimento cidadão. Este artigo aponta as competências infocomunicacionais como um dos caminhos para garantir que a presença on-line dos jovens seja produtiva e saudável, algo que deveria ser ainda mais potencializado no retorno às aulas.

Discussão teórico – conceptual

O digital, as aprendizagens e as competências infocomunicacionais

O processo de aprendizagem dos jovens é amplo e se dá de várias formas, seja via processos formais de educação ou de forma autônoma e autodidata, seja em pares (jovens com outros jovens) ou em rede, só para citar algumas possibilidades. Com as tecnologias digitais, os ambientes de aprendizagem se expandiram, ampliando as opções de recursos disponíveis para a educação formal e também informal.

Sefton-Green (2012) destaca que as experiências de aprendizagem de um indivíduo costumam ser variadas e cada um faz as próprias conexões entre os tipos de aprendizagem vivenciadas em ambientes formais e não formais. Em uma era permeada por tecnologias digitais, novas oportunidades para aprendizagem estão surgindo nas plataformas de redes sociais.

Essa aprendizagem que ocorre fora dos ambientes formais de educação é apontada

[51] *https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53476057. Acesso em 10 de agosto de 2020.*

[52] *O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova realizada pelo Ministério da Educação do Brasil para avaliar a qualidade do ensino médio no país, cujas notas viabilizam ou não o acesso do estudante ao ensino superior.*

por Scolari (2018) como parte da alfabetização transmídia:

> "Si la alfabetización tradicional se centraba en los libros o, en el caso de alfabetización mediática, en la televisión, entonces el alfabetismo transmedia sitúa las redes digitales y las experiencias con los medios interactivos en el centro de su experiencia práctica y analítica" (SCOLARI, 2018, p.17).

Para entender esse conceito, é preciso reconhecer que a alfabetização é um processo de aprendizagem que dura a vida inteira e cujo alcance foi ampliado para além das competências de leitura e escrita com a difusão dos meios de comunicação, como explica Scolari. O próprio conceito de alfabetização merece reflexão, por depender de questões políticas e sociais.

> [...] es un término que siempre ha sido disputado. (...) Tenemos que prestar mucha atención a la labor que está desempeñando este concepto y a los intereses de aquellos a los que sirve. La alfabetización puede servir como medio para empoderar, pero también como tecnología de control social (BUCKINGHAM apud SCOLARI, 2018, p. 5-6).

Em um contexto de isolamento social e de não garantia da educação formal para todos, os ambientes on-line ganham ainda mais audiência, embora não substituam o papel dos espaços formais de aprendizagem. Como ressalta Scolari (2016), a ideia é reconhecer as complementariedades dos processos formativos, buscando promover intercâmbios entre as novas culturas colaborativas e as instituições educativas.

A alfabetização transmídia, portanto, é criada com esse propósito de enriquecer o conceito tradicional de alfabetismo mediático e contemplar os processos de aprendizagem emancipatórios relacionados às novas práticas de mídia fruto da convergência entre a indústria da mídia e a cultura de participação (JENKINS, 2006), embora essa participação ainda se depare com várias restrições impostas pelo capitalismo neoliberal (JENKINS, 2014).

Para os jovens brasileiros, sobretudo nos últimos dez anos, a sociabilidade nas redes sociais tem impulsionado uma aprendizagem alinhada com a teoria do conectivismo, que reconhece a inclusão de tecnologia e a identificação de conexões como atividades de aprendizagem, movendo as teorias de aprendizagem para a era digital (SIEMENS, 2004). "O conectivismo apresenta um modelo

de aprendizagem que reconhece movimentos tectônicos em uma sociedade onde a aprendizagem não é mais uma atividade interna e individual." (SIEMENS, 2004, p.9).

Para o conectivismo, aprender é o processo de moldar conexões em redes sociais e tecnológicas, considerando que o conhecimento existe distribuído e em rede (SIEMENS, 2010). Alinhada aos princípios-chave de conectivismo está a *metaliteracy*, que desloca o jovem para o centro da aprendizagem, incentivando-o a assumir funções ativas e colaborativas na aprendizagem on-line (O'BRIEN at al, 2017).

A *metaliteracy* levanta um elemento fundamental para se pensar a comunicação na atualidade em razão do destaque que dá para o aspecto metacognitivo, ou seja, a capacidade de refletir sobre o próprio pensamento; por exemplo: por que uma informação encontra acolhida ou rejeição em minha percepção a despeito de uma análise racional?

A *metaliteracy* complementa o modelo conectivista na medida em que se concentra menos no conteúdo e mais nas conexões que os jovens estão fazendo com o conteúdo, ou seja, nos processos de aprendizagem. A *metaliteracy* reconhece as diversas dimensões da aprendizagem do aluno, incluindo os domínios metacognitivos e afetivos que são típicos dos desafios e oportunidades de autorregulação apresentadas por ambientes on-line, estimulando os jovens a fazerem suas próprias conexões e a conduzirem seu próprio aprendizado.

Metaliteracy é, portanto, a capacidade de autoavaliar criticamente diferentes competências e reconhecer a necessidade de alfabetização integrada aos ambientes sociotécnicos de hoje, a partir do pensamento crítico e colaborativo (MACKEY; JACOBSON, 2014).

Essas referências são bases pedagógicas para o conceito de competências infocomunicacionais (BORGES, 2011), que englobam a competência operacional, em informacão e em comunicação. A autora explica que competência em informação refere-se a saber quando e como acessar uma informação, compreendê-la, analisá-la e sintetizá-la, bem como avaliá-la e usá-la para resolver um problema, para conectar com outras informações ou gerar conhecimento.

A competência em comunicação, por sua vez, diz respeito à capacidade de estabelecer interação, criticar, negociar e manter relações. Já a competência operacional está presente no uso de suportes tecnológicos,

como computadores conectados à Internet (BORGES, 2015).

As competências infocomunicacionais, portanto, são fundamentais para o indivíduo usufruir das oportunidades que os ambientes digitais oferecem, tanto em termos de conteúdos, aprendizados e trocas, como permitindo uma participação consciente e plena em termos sociais, políticos ou culturais. Da mesma forma, podem ser antídotos para evitar a desinformação e manipulações oriundas de notícias falsas:

> Os mais jovens parecem ser mais suscetíveis à desinformação, seja porque estão mais expostos aos conteúdos digitais – e todas suas benesses e mazelas -, seja porque o sistema educacional brasileiro, em geral, não contempla a alfabetização midiática e informacional; de sorte que cuidados como privacidade, segurança da informação e reflexão crítica acabam sendo desenvolvidos mais pela experiência da maturidade que por uma formação formal. (NEVES; BORGES, 2020, p.20).

Quando estão on-line, os jovens têm acesso a inúmeros recursos de informação e de comunicação em tempo real, mas a qualidade do uso que farão deles dependerá de conhecimentos, habilidades e atitudes. Saber selecionar a informação adequada e apurar sua veracidade, por exemplo, são pré-requisitos para tornar esse acesso produtivo e construtivo.

Da mesma forma, adequar a linguagem e o meio ao público para expressar-se requer capacidades que precisam estar alinhadas a aspectos éticos e legais do uso da informação e da comunicação na web. Em tempos de polarização política, inclusive, saber dialogar e argumentar, respeitando opiniões contrárias, dependem de competência em comunicação.

A pandemia, por sua vez, também demanda cuidados importantes como saber lidar com as informações e com os atos comunicativos, uma vez que informações falsas ou comportamentos que desprezem as orientações das autoridades de saúde podem colocar em risco a saúde de pessoas.

Portanto, os diálogos, disputas de narrativas e argumentações que são típicas do ato comunicativo exigem não apenas o domínio de recursos eletrônicos de comunicação como capacidade de interpretações críticas e intervenções responsáveis. Assim como o processo de atualização das tecnologias é contínuo e dinâmico, o percurso formativo crítico dos usuários demanda renovação e atenção permanentes em relação a conhecimentos, habilidades e atitudes, algo que pode ser

aprendido individualmente ou em rede, na educação formal ou informal.

Da mesma forma, "as competências não são estanques: sua aquisição e desenvolvimento seguem um processo permanente de desenvolvimento, transformação e aperfeiçoamento" (BORGES; MARZAL, 2017, p.3). Os jovens, portanto, dependem tanto do direito à Internet quanto da garantia de processos educativos continuados e conectados com as necessidades das sociabilidades da era digital. Informar-se e comunicar-se adequadamente são fundamentais para a participação e para a cidadania ativa.

New Media Literacy e competência em comunicação

A base conceitual da competência em comunicação, neste trabalho, são os estudos de New Media Literacy (NML). NML referem-se a habilidades sociais, formas de interagir com uma comunidade: "Devemos avançar ainda mais falando sobre como o significado emerge coletiva e colaborativamente no novo ambiente de mídia [...]." (JENKINS, 2009, p. 32).

A NML foi um passo adiante ao alfabetismo midiático (media literacy), entendido como um repertório de competências que permitem aos indivíduos um consumo crítico das mídias (UNESCO, 2003). Ao longo dos anos, inúmeras definições de alfabetismo midiático surgiram, como aponta Potter (2010), ancoradas na teoria dos efeitos potencialmente negativos da mídia e sua necessária interpretação crítica.

Segundo Bulger e Davison (2018), uma das prioridades das discussões atuais em torno da alfabetização midiática é o combate às notícias falsas e, pelo menos, cinco temas são considerados principais: participação dos jovens, capacitação de professores e recursos curriculares, apoio a familiares, iniciativas de políticas e construção de bases de evidências, tendo a avaliação das iniciativas como um dos grandes desafios, assim como a abordagem interdisciplinar para fazer frente aos conteúdos midiáticos.

Enquanto a Media Literacy destaca habilidades para minimizar os riscos de exposição à mídia de massa, a NML avança ao enfatizar os benefícios educacionais do envolvimento na cultura participativa: capacidade crítica não só perante à mídia de massa, mas a qualquer produção; bem como a responsabilidade quanto ao que o próprio internauta produz. Portanto, não se trata apenas de avaliação da informação (recebida), trata-se também da avaliação da

comunicação (emitida e transmitida) e, assim, da responsabilidade ética de cada um enquanto distribuidor, produtor e comunicador em rede (BORGES, 2018).

Do mesmo modo, em rede, se dá a aprendizagem. Ao reconhecer os padrões de redes, os indivíduos estão aptos a pensar, raciocinar e desenvolver habilidades cognitivas superiores, como a metacognição, que permite pensar sobre o pensamento, defende Siemens (2010). O mesmo princípio compartilha o conectivismo, que reconhece o aprendiz como o responsável pelo aprendizado, extraindo o que a rede lhe oferece de útil para atender suas necessidades.

Por essa razão, as competências infocomunicacionais têm no conectivismo as bases pedagógicas para sua promoção, por reconhecer a relação com o outro como fator impulsionador da aprendizagem. Essa capacidade de pensamento crítico sobre o próprio comportamento informacional e comunicacional também está presente na *metaliteracy*, no sentido de não só saber fazer, mas decidir quando e por que fazer, algo fundamental para as competências infocomunicacionais, que se baseiam nessas perspectivas metacognitivas, interativas e colaborativas (BORGES; BRANDÃO, 2017).

Em uma sociedade baseada no conhecimento, é inegável a importância das competências infocomunicacionais. Para os jovens, essa criticidade diante de conteúdos e do próprio comportamento ao se relacionar com outra pessoa ou grupos será determinante em seu processo de desenvolvimento cidadão.

Com os algoritmos e demais processos de automação em plena ascensão, lidar de forma crítica com a informação e com a comunicação se tornou ainda mais crucial porque além dos processos cognitivos de avaliação de conteúdos, serão necessários processos metacognitivos: por que esse conteúdo chama a minha atenção? Quais emoções que ele me desperta? Estou consumindo este conteúdo por minha escolha consciente ou apenas sou o alvo da comunicação? Nessa perspectiva, percebe-se que as mudanças constantes de hábitos e formas de se informar e de se comunicar, ou seja, o comportamento infocomunicacional de cada indivíduo pode e deve ser aprimorado.

A inteligência artificial pode analisar dados on-line para prever e influenciar o comportamento humano de uma forma que ilude a consciência do usuário por tal influência; e essa influência realizada em um grupo-alvo pode ser propagada pelos próprios

usuários por meio da interação com outros usuários, especialmente aquelas mensagens imbuídas de valores emocionais (LAU, BONILLA; GÁRATE, 2018).

Considerações Finais

A democratização do uso da internet segue como um dos desafios a serem vencidos para potencializar as diversas formas de aprendizagem para os jovens. O acesso universal ao direito à educação depende, mais do que nunca, da garantia do direito à conectividade. Não que o ambiente on-line substitua ou tenha uma representação superior às trocas presenciais, mas pode ser potencializador das aprendizagens, sobretudo, em contextos como o atual, de pandemia e, consequentemente, necessidade de isolamento social.

Assim, a pandemia deve ser analisada como um desafio que descortinou a necessidade de as políticas públicas de educação preverem modelos, no mínimo, híbridos de aprendizagem, valorizando sempre os encontros presenciais, quando os contextos permitirem, e agregando soluções à distância, como complementares ou até mesmo exclusivos, temporariamente, em momentos como o atual, de risco à saúde.

Considerando as características das sociabilidades contemporânea, especialmente, do público jovem, assegurar o direito à Internet para todos é um primeiro passo para garantir a construção e/ou consolidação de vínculos sociais e de aprendizagens. Mas lembrando que garantir o recurso da conectividade deve estar conjugado com estratégias para a promoção do desenvolvimento pleno dos cidadãos.

Dessa forma, incentivar a promoção de competências infocomunicacionais pode ser um dos caminhos para potencializar a geração ou consolidação de conhecimentos, habilidades e atitudes estimuladas pela conexão das oportunidades geradas pelos ambientes formais e informais de aprendizagem.

Assim, conclui-se que pesquisas adicionais são necessárias para avaliar como as competências infocomunicacionais podem ser aliadas da conjugação das forças complementares entre as instituições educativas formais e as novas culturas colaborativas espontâneas, admitindo a informação e a comunicação como mobilizadoras do desenvolvimento individual e coletivo.

Aspira-se ainda que este artigo fomente novos diálogos que considerem os jovens e

suas diferentes formas de sociabilidades e aprendizagens na contemporaneidade, atentando para os contextos de desigualdade e necessidade de inclusão e garantias universais de direitos humanos.

O acesso à Internet não é a única barreira para essas garantias, mas é cada vez mais imprescindível para a realização de atividades essenciais como estudar e acessar oportunidades diversas de desenvolvimento, desde que a conectividade esteja associada à capacidade de usufruto das informações e comunicações saudáveis e democráticas.

Com a pandemia, novos desafios de aprendizagem se estabeleceram, por essa razão, propomos as competências infocomunicacionais como aliadas dos jovens nessa construção de novos conhecimentos e soluções para resolverem os problemas diários e gerarem perspectivas para o "novo normal". Informação e comunicação são peças-chaves para a construção desse porvir.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jussara (2011). Participação Política, Internet e Competências Infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação.

BORGES, Jussara (2018). Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 123-140, jan./abr.

Borges, J., & Brandão, G. (2017). Evolução contexto-conceitual das competências infocomunicacionais. Logeion: Filosofia da Informação, 3(2), 75-86.

Bulger, M.; Davison, P. (2018). The promises, challenges, and futures of media literacy. Data & Society Research Institute. Disponível em: https://digital.fundacionceibal.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/227/1/DataAndSociety_Media_Literacy_2018.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2020.

Comitê Gestor da Internet no Brasil (2019). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019. São Paulo: CGI.br.

Comitê Gestor da Internet no Brasil (2019). TIC Kids Online Brasil [livro eletrônico]: Pesquisa sobre o uso da internet por crianças

e adolescentes no Brasil 2019. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.

CONJUVE – CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (2020). Pesquisa juventudes e a pandemia do coronavírus. Conjuve; Rede Conhecimento Social; Fundação Roberto Marinho; Mapa Educação; Porvir; Visão Mundial; UNESCO. Disponível em: https://www.juventudeseapandemia.com/ Acesso em: 02 agosto de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coordenação de População, & Indicadores Sociais. (2019). Síntese de indicadores sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678. Acesso em: 19 agosto de 2020.

Jenkins, Henry, & Culture, C. (2006). Where old and new media collide. New York: New York UP.

Jenkins, Henry (2009). Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century (p. 145). The MIT Press.

Jenkins, Henry. (2014) Rethinking 'Rethinking Convergence/Culture', Cultural Studies, 28:2, 267-297, DOI: 10.1080/09502386.2013.801579.

Juventudes e Conexões (2019). Fundação Telefônica Vivo; Rede Conhecimento Social. IBOPE Inteligência, 3.ed. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo. Disponível em: http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/juventudes-e-conexoes-3edicao-completa.pdf | Acesso em: 01 de setembro de 2020.

LAU, Jesus; BONILLA, José Luis; GÁRATE, Alberto (2018). Inteligência Artificial e Trabalho: Oportunidades de Mídia e Informação para o Ensino Superior. In: Conferência Europeia sobre Alfabetização da Informação. Springer, Cham. p. 619-628.

Mackey, T.P; Jacobson, T. E. (2014), Metaliteracy: Reinventing Information Literacy to Empower Learners, American Library Association, Chicago, IL, USA.

Marzal, M. Á., & Borges, J. (2017). Modelos evaluativos de Metaliteracy y alfabetización en información como factores de excelencia

académica. Revista Española de Documentación Científica, 40(3), 184.

Neves, B. C., & Borges, J. (2020). Por que as fake news têm espaço nas mídias sociais?: uma discussão à luz do comportamento infocomunicacional e do marketing digital. Informação & Sociedade: estudos. João Pessoa. Vol. 30, n. 2 (abr./jun. 2020), p. 1-22.

O'BRIEN, K. L. et al (2017). Metaliteracy as Pedagogical Framework for Learner-Centered Design in Three MOOC Platforms: Connectivist, Coursera and Canvas. Open Praxis, vol. 9 issue 3, July–September 2017, pp. 267–286.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (microdados), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

POTTER, W. J. (2010). The State of Media Literacy, en Journal of Broadcasting & Electronic Media, 54:4.

SCOLARI, Carlos Alberto (2016). Alfabetismo transmedia: estrategias de aprendizaje informal y competencias mediáticas en la nueva ecología de la comunicación = Transmedia literacy: informal learning strategies and media skills in the new ecology of communication. Telos: Revista de pensamiento sobre Comunicación, Tecnología y Sociedad. 2016;(193): 13-23, 2016.

SCOLARI, Carlos Alberto (2018). Introducción. Del alfabetismo mediático al alfabetismo transmedia. Adolescentes, medios de comunicación y culturas colaborativas. Aprovechando las competencias transmedia de los jóvenes en el aula, 14-23.

SEFTON-GREEN, Julian (2012). Learning at not-school: A review of study, theory, and advocacy for education in non-formal settings. The MIT Press.

SIEMENS, G. (2004). Conectivismo: Una teoría de aprendizaje para la era digital. Recuperado el, 15. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/05f1/adee187323d66beab226058b23a7416c3517.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

SIEMENS, G. (2010), Connectivism in the Enterprise.Acesso em 05 de setembro de 2020.

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018, Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE/ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

UNESCO (2003). Media education in the Pacific: a guide for secondary school teachers. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000145760. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Formulación de un proyecto de intervención socio comunicativa para fortalecer los procesos de integración educativa de niños y niñas migrantes en Ecuador

Formulação de um projeto de intervenção sócio-comunicativa para fortalecer os processos de integração educacional de meninos e meninas migrantes no Equador

Social-communication intervention project that aims to strengthen the integration of Venezuelan migrant children in Ecuadorian schools

Miriam Sofía Rengifo Hidalgo [53]

Resumen: Formulación de un proyecto socio-comunicativo para fortalecer la integración de infancia migrante venezolana en escuelas ecuatorianas, a través de herramientas edu-comunicacionales para tratar la problemática de la migración desde la perspectiva ecuatoriana.

Palabras clave: migración, representaciones sociales, integración social.

Abstract: A social-communication intervention project that aims to strengthen the integration of Venezuelan migrant children in Ecuadorian schools using a communication-educational tool focused on the problem of migration from an Ecuadorian perspective.

Key words: migration, social representations, social integration.

[53] *Miriam Sofía Rengifo Hidalgo. Universidad Complutense de Madrid, Doctorado en Comunicación Audiovisual, Publicidad y Relaciones Públicas de la UCM, España, msrengifo@hotmail.*

Tema central e identificación del problema

La migración es un fenómeno propio de la humanidad que se produce, generalmente, por buscar y obtener mejores condiciones de vida. Una de las migraciones que más ha llamado la atención es la migración irregular; es decir, aquella que se realiza al margen de los requerimientos legales de los países de origen, tránsito y acogida (OIM, 2011).

Los retos y circunstancias que deben afrontar los migrantes no se limitan únicamente a la travesía de un país a otro, también se presentan al llegar a países de tránsito o acogida en los cuales sus gobiernos, muchas veces, no están preparados de forma eficiente para recibir a miles de personas y garantizar el cumplimiento de los derechos de cada una de ellas. A la ausencia de políticas públicas dirigidas a los migrantes, se deben sumar las reacciones negativas de las personas en los países de acogida frente a la llegada del "extranjero" o el "extraño" a su entorno; quien, muchas veces, viene estigmatizado por discursos mediáticos presentes en los medios de comunicación. Todas estas situaciones condicionan, fuertemente, los procesos de integración dentro de la sociedad a la que el migrante llega y, por lo tanto, pone en riesgo el ejercicio y respeto de sus derechos; ya que la sociedad de acogida puede rechazar, en cierto modo, esta ola migratoria y generar procesos de discriminación y rechazo hacia estas personas.

Actualmente, Venezuela es uno de los países que se ha visto afectado por el fenómeno social de la migración. Miles de ciudadanas y ciudadanos venezolanos han abandonado sus hogares tratando de mejorar su calidad de vida y paliar, de alguna manera, la fuerte crisis económica y social que enfrenta su país. Ecuador es uno de los países que, actualmente, recibe población migrante venezolana y en el que, de acuerdo con una encuesta realizada por Organización Internacional para las Migraciones (OIM) en 2019, el 55 % de migrantes venezolanos han sentido discriminación o rechazo.

En este proceso migratorio, llama la atención el desplazamiento de niños y niñas migrantes y las consecuencias que el mismo pueda tener para su desarrollo. Muchos se ven expuestos a varios peligros durante la travesía de un país a otro, pero también existen dificultades en sus procesos de

integración dentro de la sociedad de acogida. Ya que, como se ha mencionado, no están exentos de enfrentar problemas de discriminación y rechazo que se presentan, normalmente, dentro del ámbito educativo.

Por esta razón, es importante analizar esta problemática y abordarla desde un ámbito edu-comunicacional que permita desarrollar iniciativas que mejoren, para generar un verdadero cambio social que favorezca a toda la sociedad.

Esta investigación presenta el proyecto de intervención socio-comunicativa "Gracias a ti" para fortalecer los procesos de integración educativa de niños y niñas migrantes en Ecuador. Para su formulación se ha realizado, en primera instancia, un diagnóstico de situación para identificar las representaciones sociales que estudiantes ecuatorianos poseen sobre la población venezolana; mientras que, la segunda fase consiste en la formulación propia del proyecto y una síntesis de la experiencia piloto realizada para comprobar su viabilidad.

Objetivos

Esta investigación tiene como objetivo principal la formulación de un proyecto de intervención que utilice herramientas edu-comunicacionales que aborden y traten la problemática de la migración desde una perspectiva ecuatoriana, con un enfoque participativo.

Para que el proyecto pueda responder a las necesidades tanto de las niñas y niños migrantes venezolanos que ingresan a las escuelas en Ecuador, también se propuso realizar un diagnóstico de situación sobre retos y dificultades que deben enfrentar los niños no solo por su condición de migrantes sino también por aspectos socio-culturales y económicos provenientes de su país de origen. (Rengifo, 2019). De igual forma, se buscó identificar el discurso y las representaciones sociales que las niñas y niños ecuatorianos tienen sobre la migración venezolana, así como el conocimiento que poseen en torno a la migración ecuatoriana.

Metodología

Para la formulación de un proyecto de intervención socio-comunicativa se dividió la investigación en dos fases.

Fase 1

Realización de un diagnóstico de situación sobre los procesos de integración en escuelas

ecuatorianas de niños y niñas migrantes venezolanos. En esta fase se utilizaron tres métodos para obtener información de interés: la observación participante, entrevista no dirigida, talleres investigativos de carácter lúdico. Se trabajó con la Teoría Social de la Comunicación y la Teoría de las Representaciones Sociales.

Se dividieron en tres grupos a los actores involucrados: niños, niñas y adolescentes migrantes venezolanos. Se puso énfasis en niños y niñas de entre 9 y 11 años que cursen el sexto y séptimo año de educación general básica de una institución educativa de Quito y de organizaciones no gubernamentales que trabajen con población migrante en situación de vulnerabilidad.

La muestra de niños participantes para identificar las representaciones sociales de las niñas y niños ecuatorianos de EGB (Educación General Básica media) sobre el migrante venezolano se seleccionó a través del muestreo por conveniencia, debido a la facilidad de acceso y la disponibilidad de la Institución Educativa Liceo Iberoamérica de participar en el estudio. También se contó con la colaboración del equipo técnico del proyecto "Acción Humanitaria Emergente para soporte a población venezolana" implementado por CARE Ecuador.

Fase 2:

Formulación e implementación piloto del proyecto de intervención socio-comunicativa así como la síntesis de la experiencia. En esta fase se utilizó el enfoque del Marco lógico para el diseño, planificación, ejecución de acciones, tareas e hitos del proyecto. También se contempló el uso de la memoria migrante ecuatoriana plasmada en una herramienta edu-comunicacional como es el cuento que permita sensibilizar a los niños y niñas ecuatorianas, dentro del aula, sobre la problemática social de la migración. Para la implementación piloto del proyecto, la metodología de acción utilizada fue la pirámide de aprendizaje a través de talleres educativos que refuercen la participación activa del estudiante.

Diagnóstico de situación sobre los procesos de integración de niños y niñas venezolanas en las escuelas ecuatorianas

El perfil de los niños y niñas venezolanos migrantes en Ecuador es de niños que llegan al país con problemas de salud, que viven en estado de hacinamiento con sus familias o que

residen en albergues donde pueden acceder a un cierto nivel de educación que les permite nivelarse para acceder al sistema educativo ecuatoriano. Muchos de estos niños pasan solos, ya que sus padres se ven obligados a salir a trabajar durante el día. Respecto al acceso a la educación, tienen dificultades administrativas ya que no cuentan con la documentación o el dinero necesarios para matricularse.

Aplicadas las 3 metodologías propuestas para esta primera fase se identifica que, en general, las niñas y niños ecuatorianos tienen una representación social negativa de las personas venezolanas, sin hacer distinción entre adultos y niños. Estas representaciones provienen de relatos y discursos presentes en su entorno familiar y en los medios de comunicación, que muchas veces no abordan a la migración como una problemática social sino que se coloca al individuo por encima de la situación, asociando al migrante con actos delictivos o de confrontación.

Dentro de las escuelas, los niños y niñas enfrentan procesos discriminatorios de alumnos y maestros; muchos de los casos no pueden denunciarse debido a largos trámites burocráticos que condicionan estas denuncias. Los casos de discriminación contra niños y niñas crecen notablemente cuando en la esfera pública se denuncian, a través de los medios de comunicación, hechos y casos virales en los que se compromete negativamente a la población venezolana. Estos discursos se ven reflejados en actitudes prejuiciosas que tienen los estudiantes ecuatorianos hacia los infantes venezolanos.

Las niñas y niños ecuatorianos, considerados para esta investigación, no conocen, a profundidad, el historial migratorio de Ecuador, así como los retos que enfrentaron los migrantes ecuatorianos al abandonar el país, ya que dentro del currículo educativo se trata superficialmente las causas que provocaron el flujo migratorio en 1999. Se identificó que muchos estudiantes tienen familiares migrantes y que pocos conocen la historia de ellos en el país, debido al poco contacto mantenido. Por lo que es necesaria la profundización de la historia migrante de Ecuador.

Un punto muy importante que aporta el diagnóstico de situación es que las niños y niños ecuatorianos no tienen actitudes marcadas por razonamientos xenófobos sino por prejuicios, lo cual permite intervenir en

sus procesos de construcción de la realidad, a través de la sensibilización, para romper estereotipos y facilitar otra visión de la migración venezolana.

Se identificó que dentro del área de Lengua y Literatura, los niños y niñas del grupo de estudio responden mejor al trabajo con historias plasmadas en cuentos; por esto, se utilizó el cuento como la herramienta a utilizar en la formulación del proyecto para la posterior intervención e implementación piloto.

Diseño e implementación del proyecto "Gracias a ti"

"Gracias a ti" es un proyecto de intervención socio-comunicativa que responde a las dificultades sociales de integración en escuelas ecuatorianas de niñas y niños migrantes de nacionalidad venezolana (NMV). La metodología utilizada para este proyecto fue la del Marco lógico ya que permite y facilita la orientación por objetivos, hitos y acciones de seguimiento. También facilita la participación, la comunicación y el diálogo entre los actores del proyecto.

Para la formulación de este proyecto se identificaron a los principales actores claves (población objetiva) y se dividió el proyecto en tres fases: recopilación de información y elaboración de la herramienta edu-comunicacional, implementación de la herramienta piloto y divulgación de la herramienta.

El resultado de la primera fase fue el diagnóstico de situación sobre los procesos de integración así como la identificación del cuento como herramienta edu-comunicacional para usar en la intervención dentro del aula. De igual forma, se recopilaron las historias de jóvenes ecuatorianos que hayan migrado durante 1999- 2000 y que hayan ingresado al sistema educativo español, mismas que se plasmaron en el cuento.

En la fase de implementación se sensibilizó a los niños y niñas ecuatorianos sobre la problemática de la migración, causas, consecuencias y dificultades que afrontan los NMV al salir de su país. La metodología para constatar el aprendizaje y la asimilación en los niños fue la Pirámide de aprendizaje (Cody Blair), que se destaca por ir desde un aprendizaje pasivo a uno activo en el que sobresale la participación constante del estudiante a través de siete niveles: escuchar,

leer, recursos audiovisuales, demostrar, argumentar, practicar y enseñar a otros.

La fase de divulgación consistió en sistematizar la experiencia y la presentación de la misma frente a las autoridades, padres de familia y organizaciones que colaboraron en el proceso. Esta acción permitió identificar la posibilidad de réplica en otros grados de la escuela, adaptación de contenidos para otras edades y la colaboración en futuros proyectos de sensibilización sobre la migración realizados por organizaciones privadas.

Sistematización y resultados de la experiencia

La experiencia sistematizada corresponde a la segunda fase del proyecto: implementación y tuvo una duración de seis meses. Esta permitió identificar cuáles son los factores que favorecen y actitudes positivas en los estudiantes de sexto y séptimo año de la Unidad Educativa Liceo Iberoamérica en torno a la migración venezolana.

Para esta experiencia se trabajó con los niños y niñas de sexto y séptimo grado de educación general básica de la Unidad Educativa Liceo Iberoamérica, con un total de 38 niños y niñas. El trabajo con ellos se dividió en tres fases: acercamiento, sensibilización y fortalecimiento.

La primera fase se realizó en los meses de diciembre de 2018 y enero de 2019. La fase de acercamiento permitió que los estudiantes conozcan y se familiaricen con los técnicos del proyecto; además, se identificaron los temas que se estaban tratando en el aula en el área de Estudios Sociales y Lengua, materias en las cuales intervendría el proyecto, con el fin de no interrumpir en sus procesos de aprendizaje.

Se realizaron diferentes dinámicas lúdicas de familiarización para activar a los estudiantes y generar un ambiente propicio para el trabajo por realizar. En esta fase se utilizó la metodología de la observación participante y la entrevista abierta para saber cuál es el nivel de conocimiento de los niños sobre Venezuela. Las principales respuestas obtenidas destacan que los estudiantes saben que el país enfrenta una crisis económica y que la gente ha tenido que salir del país. Al consultar sobre la migración y las personas migrantes se identificó que los niños están familiarizados con el término migrante por lo estudiado en clase y la presencia de personas migrantes en su círculo familiar. Sobre las

personas venezolanas que llegan a Ecuador, se evidencia un gran número de estereotipos negativos asociados a la persona venezolana, provenientes del discurso familiar y la información en medios de comunicación y redes sociales.

Una vez terminado el diálogo se pidió a los niños que escriban y reflexionen sobre todo lo conversado sobre Venezuela y la migración venezolana. Esta información reveló que los niños no hacen distinción entre adulto y niño al momento de atribuir características negativas. Las personas venezolanas son asociadas con la pobreza y la mendicidad.

Posteriormente, se realizó una presentación sobre la migración, y los estudiantes escucharon y vieron testimonios de jóvenes migrantes en España y cómo se integraron en sus escuelas. La presentación se realizó con el objetivo de identificar causas y efectos de la migración. Con la información socializada y reflexionada se pidió a los niños que trabajen en grupo e imaginen qué pasaría con cada uno si tuviera que migrar de una día para otro. Entre las respuestas obtenidas se destacan la sensación del miedo de salir solos o perder a su familia. Un representante de cada grupo fue el encargado exponer cada argumento. Finalizada esta actividad, se pidió a los estudiantes que imaginen cómo podrían ayudar a un niño migrante que llegue a su escuela para que se sienta mejor. Cada estudiante elaboró una carta dirigida a este niño o niña imaginaria. En esta actividad ya se evidenció un cambio positivo en cada estudiante, los textos muestran empatía, ganas de compartir, apertura y solidaridad.

La realización de esta primera fase, permitió reconocer los puntos en los que se pueden insistir para reconstruir los discursos en torno a la migración venezolana en los estudiantes, así como la identificación del cuento como herramienta para trabajar en clase para profundizar y concientizar sobre el tema.

La segunda fase se realizó entre los meses de mayo y junio de 2019 y permitió hacer un seguimiento de la sensibilización inicial para medir el nivel de recepción de los estudiantes y los cambios en sus actitudes frente a la migración venezolana. En esta fase se socializó el cuento “Gracias a ti” que presenta dos historias: una en la que se rescatan los factores que favorecen la integración en las escuelas y otra historia sin final en la que el estudiante debía poner en práctica los

conocimientos y valores aprendidos al ser él quien termine la historia. Cabe señalar que la primera historia se realizó en base a las experiencias de jóvenes ecuatorianos migrantes residentes en España.

El valor de esta segunda experiencia recae en que en el lapso entre una fase y la otra en Ecuador se suscitó un hecho altamente negativo para la población venezolana y que podía derrumbar todo lo sensibilizado; sin embargo, las respuestas positivas de los estudiantes permitió ver que las actividades habían sido asimiladas correctamente y que además habían sido replicadas en sus hogares. En cada uno de los estudiantes se evidenció un cambio positivo de actitud hacia la población migrante e inclusive muchos señalaron que habían hecho amistad con niños venezolanos residentes en sus barrios.

Conclusiones

Las conclusiones de esta investigación se dividen en dos partes: las que se derivan del diagnóstico de situación y las de la implementación piloto del proyecto.

Sobre el diagnóstico de situación

Gran parte de la población venezolana migrante que llega a Ecuador, lo hace de forma irregular y llega en una grave situación de vulnerabilidad. Una vez en el país son víctimas de actos de discriminación y rechazo por parte de la población ecuatoriana. Existe la presencia de un discurso mediático que atribuye características negativas al migrante venezolano y lo relaciona con hechos delictivos.

Los niños y niñas migrantes venezolanos tienen dificultades para ingresar al sistema educativo por razones administrativas y económicas. Una vez que ingresan, muchos de estos niños se enfrentan a casos de discriminación por parte de sus propios compañeros de clase y maestros.

Sobre la implementación piloto del proyecto “Gracias a ti”

Hay tres vertientes principales que condicionan las representaciones sociales de la migración venezolana en los estudiantes de sexto y séptimo grado: el ámbito familiar, la escuela y los medios de comunicación (incluye redes sociales).

Se evidencia la relevancia del discurso de los padres en torno a la formación de representaciones sociales sobre la migración

venezolana en los estudiantes y cómo el niño asimila este discurso. Las redes sociales son una fuente de información que el estudiante no contrasta y toma como válida.

Las actividades realizadas en la primera fase de implementación demuestran que hay una imagen negativa de la persona venezolana; pues, se la asocia con la pobreza y mendicidad. Pero se destaca que las actitudes de los niños no responden a razonamientos xenófobos, más bien son prejuicios. Esto da la oportunidad de incidir y sensibilizar para romper estereotipos en torno a la población venezolana.

El hecho de que los estudiantes conozcan historias de ecuatorianas y ecuatorianos migrantes de su misma edad permitió generar cercanía y empatía con la situación de los niños migrantes venezolanos en Ecuador.

El uso de la pirámide de aprendizaje en la fase de implementación y sensibilización fue de gran ayuda ya que el estudiante se apropió de la información y la retuvo sin importar la distancia temporal entre taller y taller. Se registró una retención de información de más del 80 % en los estudiantes sobre la migración ecuatoriana y venezolana.

La experiencia realizada permite identificar la utilidad del cuento u otro material edu-comunicacional para abordar la migración a través de la perspectiva de la migración ecuatoriana y la generación de valores.

La comunicación y la educación son pilares importantes para abordar problemas sociales a través de recursos didácticos que fortalecen valores como la apertura y la solidaridad, valores de gran importancia para generar un verdadero cambio social que inicie desde la infancia.

Referencias

Agencia EFE. (2018, 5 de noviembre). Ecuador adoptará protocolo para proteger a menores venezolanos migrantes. Diario EL COMERCIO. Recuperado de: https://tinyurl.com/y2x3m2bt

Álvarez, I. comp. (2012). Mirando al norte: algunas tendencias de la migración Latinoamericana. San José. C.R- FLACSO. Recuperado de: https://tinyurl.com/y33bort4

Arroyo, M y Sádaba, I (coord.). (2012). Metodología de la Investigación Social.

Técnicas Innovadoras y sus aplicaciones. Madrid. Editorial Síntesis.

Banchs, María; (2000). "Aproximaciones Procesuales y Estructurales al Estudio de las Representaciones Sociales", Papers on Social Representations. n° 9: 1-15. Recuperado de: https://tinyurl.com/y4fs3ckj

Cervera, J. (1984). La Literatura Infantil en la educación básica. Madrid: Cincel-Kapelusz.

CARE Ecuador. (2018). Diagnóstico de situación y necesidades humanitarias de la población venezolana en América del Sur. Quito. Care Ecuador.

Córdoba, J. (2015). Construcción de una aproximación a la inmigración ecuatoriana en España (1995-2005). Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (IV), 73-84. Recuperado de: https://tinyurl.com/y4z3cbh4

Espinet, M. (1995). El papel de los cuentos como medio de aprendizaje de las ciencias en la Educación Infantil. Aula de Innovación Educativa, 44, 59-64. Recuperado de: https://tinyurl.com/yxlqx2kx

Farr, R. (1984). La representación social: fenómeno, concepto y teoría. En Serge Moscovici (compilador). Psicología social II. España: Paidos.

Hernández Sampieri, R., Fernández Collado, C. y Baptista Lucio, M. del P. (2010). Metodología de la investigación. México: Editorial Mc Graw Hill Educación.

Jodelet, D. (1984). La representación social: fenómeno, concepto y teoría. En Serge Moscovici (compilador). Psicología social II. España: Paidos.

Lomas, C. (2011). Lecciones contra el olvido. Memoria de la educación y educación de la memoria. Barcelona: Ediciones Octaedro. Recuperado de: http://ebookcentral.proquest.com

López, M. (2004). "El concepto de "representaciones sociales" y su potencial como herramienta investigativa para explorar la influencia de los medios de comunicación en los públicos infantiles", Revista Colombia de Educación. n° 46. Recuperado de: https://tinyurl.com/y5d3bhqq

Martínez, J. (2011). Migración internacional en América Latina y el Caribe Nuevas tendencias, nuevos enfoques. Santiago de Chile-Naciones Unidas. Recuperado de: https://tinyurl.com/y3c3t3zy

Organización Internacional para las Migraciones. (2018). INFORME SOBRE LAS MIGRACIONES EN EL MUNDO 2018. Ginebra: Organización Internacional para las migraciones. Recuperado de: http://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_sp.pdf

Ortegón, E., Pacheco J. y Prieto A. (2015). Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas. Santiago de Chile: CEPAL. Recuperado de: https://tinyurl.com/y7rq5h27

Rengifo H, S. (2019). "Integración socio educativa y comunicación: Formulación de un proyecto de intervención socio comunicativa para fortalecer los procesos de integración educativa de niños y niñas migrantes en Ecuador", tesis de maestría inédita. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Ripoll, S., Navas L., y contribuidores. (2018). Xenofobia y discriminación hacia refugiados y migrantes venezolanos en Ecuador y lecciones aprendidas para la promoción de la inclusión social. Social Science in Humanitarian Action. Recuperado de: https://tinyurl.com/yycjcjgm

Serrano, M. (2004). La producción Social de la comunicación. Madrid. Alianza Editorial.

Servaes, J., & Malikhao P. (2007). Comunicación Participativa: ¿El nuevo paradigma? Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación, 4, 43-60. Recuperado dehttps://tinyurl.com/y599r4wf

Construyendo relaciones de confianza y compromiso. Un camino para trabajar en contextos vulnerables de Bolivia

Building trust and commitment relationship. A path to work in vulnerable contexts from Bolivia

Guadalupe Peres-Cajías [54]

Resumen: En 2017, el programa de intercooperación universitaria (IUC), entre la organización de universidades flamencas de Bélgica VLIR-UOS y la Universidad Católica Boliviana "San Pablo", inició sus actividades con el fin de incidir en contextos vulnerables de cuatro regiones de Bolivia (Cochabamba, La Paz, Santa Cruz y Tarija). Para este propósito, ha implementado el enfoque de comunidades de aprendizaje transdisciplinario, donde académicos, organizaciones no gubernamentales, el sector público y privado, junto a actores locales, puedan construir conocimiento relevante para responder a problemas complejos de los espacios de intervención escogidos. Sin embargo, desde el inicio de este programa, uno de los principales retos ha sido cómo alcanzar esta articulación actoral. A partir de la tesis doctoral en la que se basa esta ponencia, se ha podido evidenciar que la construcción de relaciones de confianza y compromiso es uno de los caminos para responder a esa inquietud. En consecuencia, esta ponencia presentará las características del relacionamiento entre los académicos y los actores locales, de las cuatro comunidades de aprendizaje estudiadas, para evidenciar la importancia de la confianza y el compromiso en los programas de desarrollo.

Palabras Clave: Relaciones de confianza y compromiso, Comunidades de Aprendizaje, Transdisciplina, Comunicación, Desarrollo

[54] *Mgr Guadalupe Peres Cajías es candidata doctoral del programa de Estudios Mediáticos y de la Comunicación de la Vrijei Universiteit Brussel VUB (Universidad Libre de Bruselas) y coordinadora del Centro de Investigación Boliviano de Estudios Sociales y de la Comunicación (Cibescom) de la Universidad Católica Boliviana "San Pablo". aperes@ucb.edu.bo/guadapc@gmail.com*

Abstract: In 2017, the university intercooperation program (IUC), between the organization of Flemish universities in Belgium VLIR-UOS and the Bolivian Catholic University "San Pablo", began its activities in order to influence vulnerable contexts in four regions of Bolivia (Cochabamba, La Paz, Santa Cruz and Tarija). For this purpose, it has implemented the transdisiciplinary learning community approach, where academics, non-governmental organizations, the public and private sector, together with local actors, can build relevant knowledge to respond to complex problems in the chosen intervention spaces. However, since the beginning of this program, one of the main challenges has been how to achieve this acting articulation. From the doctoral thesis on which this paper is based, it has been possible to show that the construction of relationships of trust and commitment is one of the ways to respond to this concern. Consequently, this paper will present the characteristics of the relationship between academics and local actors, of the four learning communities studied, to demonstrate the importance of trust and commitment in development programs.

Key words: Relationships of trust and commitment, Learning Communities, Transdiscipline, Communication, Development

Introducción

Bolivia es un país sudamericano, que desde su creación ha tenido un lento proceso de desarrollo económico y social, a pesar de su abundancia de recursos naturales (Wanderley y Peres-Cajías, 2017). En consecuencia, con el surgimiento de los programas para mejorar el desarrollo social, a mitades del siglo XX, se han implementado múltiples iniciativas, en el país, para mejorar las condiciones de vida de sus habitantes.

Sin embargo, como los pensadores críticos del desarrollo han indicado (Freire, 1988; Beltrán, 1991; Esteva en Sachs, 1996; Escobar, 2007) muchos de estos programas

se han caracterizado por una consideración vertical y unidireccional por parte de investigadores, educadores y gestores de proyectos. En consecuencia, las soluciones creadas para hacer frente a los problemas no han sido plenamente sostenibles, por el limitado involucramiento de los actores locales en el diseño, implementación y evaluación de los programas (Bouwen, Dewulf y Craps, 2011) .

Por lo tanto, el objetivo para mejorar las condiciones de vida en Bolivia no ha sido realmente satisfecho para muchos habitantes (BID, 2020), a pesar de las mejoras que podrían haberse logrado en estas últimas décadas (Informe sobre Desarrollo Humano, 2015).

A partir de ello, el mencionado informe afirma la necesidad de "nuevos paradigmas de desarrollo" y que "la multimensionalidad tiene lugar porque es importante actuar sobre problemas importantes, que no se resolverán exclusivamente con el alto crecimiento económico o las intervenciones distributivas como se ha hecho hasta ahora" (PNUD, 2015, p.20).

Asimismo, se ha insistido en la importancia de implementar iniciativas de desarrollo a través de una articulación mayor con los actores locales, que incluya el fortalecimiento del tejido social (Devischer, 2013).

Para este fin, se han propuesto metodologías y enfoques, que fomenten el diálogo y la interacción entre los distintos actores involucrados en un programa. Por ejemplo, Blanes (2008) y Craps (2018) coinciden en la necesidad de construir comunidades de aprendizaje, donde el conocimiento a implementar en los diferentes temas debe ser elaborado desde diferentes perspectivas y con una diversidad de instituciones y actores, principalmente los que habitan y trabajan en el escenario de intervención.

Distintas experiencias de Comunidades de Aprendizaje (Zuber-Skerrit, 2013), Comunidades de Práctica (Anyido, 2010; Blanes, 2018) y Comunidades de Aprendizaje Transdisciplinar (Payne y Jesiek, 2018) han sido implementadas con el objetivo de articular actores para construir conocimiento conjunto, que responda a problemas complejos.

Sin embargo, uno de los retos fundamentales que se plantea en la implementación de estos enfoques es cómo generar el proceso de articulación de actores, respetando las diferencias, valorándolas, al tiempo de construir objetivos comunes a través de un trabajo colaborativo.

Este reto también fue identificado en el caso de estudio de esta investigación: las comunidades de aprendizaje transdisicplinario del programa de intercooperación universitaria IUC VLIR-UCB, en Bolivia, establecidas en las regiones de La Paz, Cochabamba, Santa. Cruz y Bolivia.

No obstante, a partir de la primera fase de implementación de esta investigación – que forma parte de la tesis doctoral "Producción de sentido sobre las Comunidades de Aprendizaje Transdisicplinario para contextos vulnerables en Bolivia[55]"- se pudo advertir que las comunidades de aprendizaje que han logrado desarrollar un trabajo más articulado con los diversos actores, ha sido gracias a las relaciones que han establecido con los mismos, basadas en principios de confianza y compromiso.

Propósitos

Esta ponencia describirá los primeros indicios de los tipos de relación que se han construido en las cuatro comunidades de aprendizaje transdisicplinario y el efecto que han tenido en la construcción del trabajo articulado para responder a los retos de contextos vulnerables en. Bolivia[56].

Discusión Teórica

En América Latina existe una larga tradición en relación al papel de la comunicación en los procesos de desarrollo, cómo lo han mencionado los autores clásicos (Beltrán, 1991; Bordenave, 1977; Freire, 1988), hasta aquellos que han pasado del concepto de "comunicación para el desarrollo" a "comunicación para el cambio social" (Gumucio-Dagrón y Tufte, 2009). En esta larga trayectoria, se ha insistido en tres conceptos comunicacionales fundamentales para implementar programas de desarrollo:

[55] En esta fase, se busco entender la producción de sentido sobre el enfoque mencionado entre los actores académicos responsables de implementar el programa. Inicialmente se trabajó con este grupo, aunque ahora se está implementando una fase de trabajo con los actores locales.

[56] Cabe mencionar que esta es la primera presentación de un working paper, que está en proceso de construcción.

acceso, diálogo y participación (Beltrán, 2007).

Paralelamente, desde la sociología del desarrollo (Blanes, 2018), la pedagogía (Lozoya et al, 2019) y la psicología social (Gergen, 1994), se ha pretendido aportar a los procesos de desarrollo a través de la aplicación de enfoques, que están relacionados con las pautas comunicacionales mencionadas por Beltrán (2007), pero añaden a su propuesta el carácter inter y transdisciplinario (Craps, 2019), la noción de lo colaborativo-comunitario (Jansen, 2020), así como las prácticas relacionales y reflexivas (Hosking y Pluut, 2010).

Sobre el proceso de relacionamiento, cabe mencionar el aporte desde la microsociología, particularmente de Ervin Goffmann (1956) para entender la importancia de las formas de interacción, en los resultados que se producen de la misma.

A partir de estas tres miradas, y con base en lo mencionado en la introducción, se pretende esbozar el marco conceptual para entender la importancia del relacionamiento en la construcción de comunidades de aprendizaje transdisicplinario, que buscan mejorar las condiciones de vida de cuatro espacios georgráficos de Bolivia.

Metodología

Esta investigación inició como una investigación básica etnográfica; sin embargo, en el proceso de implementación se fue consolidando como una Investigación de Acción Participativa (PAR), entendida como una forma de involucrar activamente al investigador en el proceso de aprendizaje del sujeto de investigación.

Esto se debe a que la investigadora forma parte del programa IUC VLIR-UCB. Asimismo, porque a medida que se produjeron los resultados, se vio la importancia de que los mismos fueran socializados a las comunidades de aprendizaje transdisicplinario, con el fin de otorgar insumos que supongan la mejora en la implementación del enfoque para una mejor respuesta para las contextos vulnerables escogidos, tanto en la fase actual del programa (2017-2021), como para la siguiente (2022-2027).

Baum, MacDougall y Smit (2006, 854)

sostienen que el enfoque "*IAR*[57] *busca entender y mejorar el mundo cambiándolo*". Asimismo, se aplicó un enfoque de investigación abductiva que tiene como objetivo "*describir y comprender la vida social en términos de actores sociales, significados y motivos*" (Blaikie 2010, 84).

El enfoque de la investigación abductiva implica una constante ida y vuelta entre los datos recogidos y la interpretación del investigador, alternando los dos procedimientos siguientes: (1) describir las actividades, definiciones, motivos, interpretaciones, significados, y acciones de los actores sociales; y (2) construir conceptos y categorías a partir de todas las descripciones recogidas para comprender la situación social que se está investigando (Blaikie 2010, 84).

La recolección de datos de la primera fase de trabajo inició en 2017 con una sistematización de la implementación de observación informal a reuniones y talleres con miembros académicosdel programa; posteriormente, entre 2018 y 2019, se aplicaron entrevistas individuales y grupales, así como grupos focales con los actores académicos involucrados.

La recolección de datos de la segunda fase de trabajo, que pretende ser incluida más adelante -pues está aún en proceso- ha iniciado en julio de 2020 con actores académicos y locales.

El proceso de análisis e interpretación de datos ha seguido la lógica de la codificación y categorización, a partir de las propuestas de Coffey & Atkinson (2006) y Carrillo, Leyva-Moral & Medina (2011). Sin embargo, a este proceso se añadió un nuevo paso en el proceso de interpretación.

Dado el carácter del enfoque de Investigación Acción Participativa y los propósitos de la investigación y el programa, se decidió hacer un proceso de interpretación participativa, donde los actores consultados puedan leer sus propios relatos, contrastarlos con la coyuntura de ese entonces (Diciembre 2019) y otorgar una asignación de significación, en retrospectiva, a las palabras emitidas con anteriodad.

[57] *Investigación Acción Participativa.*

A partir de estos pasos metodológicos, se pudo evidenciar la importancia del proceso de relacionamiento, como se podrá advertir en los siguientes resultados.

Resultados

Como se había comentado en líneas anteriores, esta investigación ha considerado inicialmente las cuatro comunidades de aprendizaje transdisciplinario, que forman parte del programa IUC VLIR-UCB, establecidas en las regiones de Cochabamba, La Paz, Santa cruz y Tarija (en función a los cuatro campus de la UCB, como se muestra en la Figura 1).

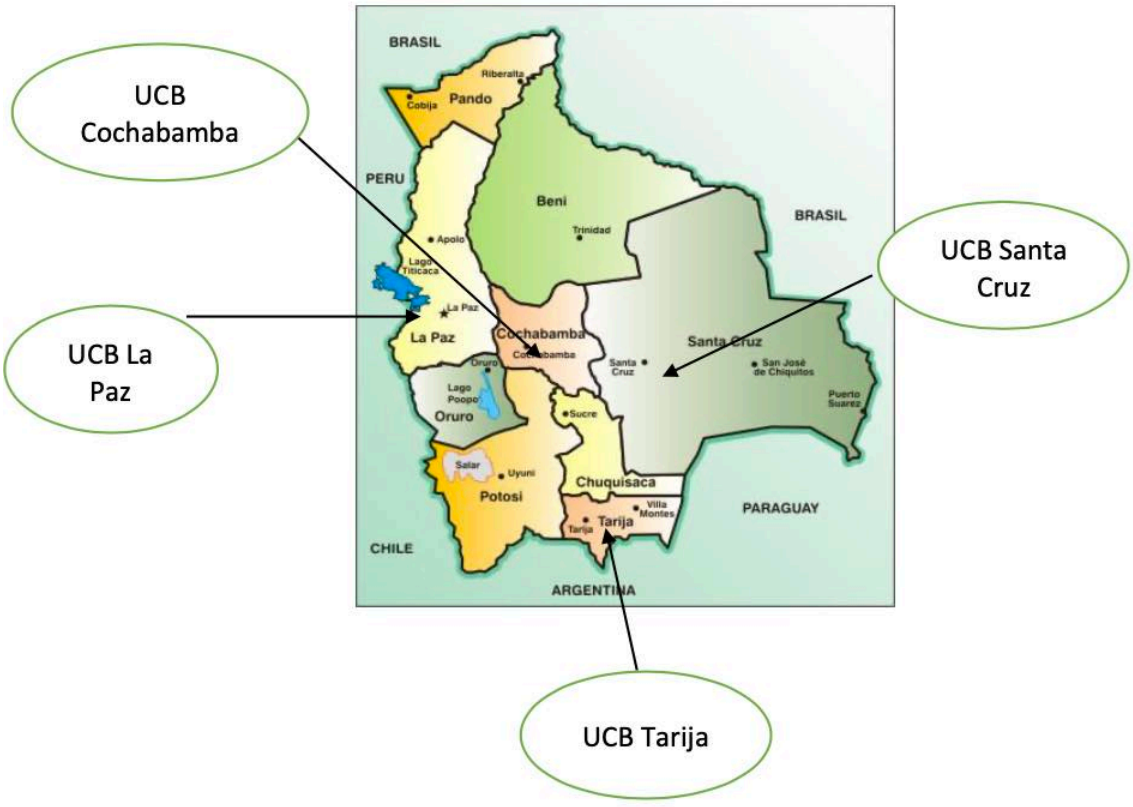


Figura 1.

En ese sentido, los resultados serán presentados en relación a cada una de las regionales, en función a las características de las relaciones construidas entre los académicos y los actores locales, en el marco de la construcción de comunidades de aprendizaje transdisicplinario, con el fin de mejorar las condiciones de los contextos vulnerables escogidos en esas cuatro regiones.

Cochabamba

En esta región, ubicada en los valles de Bolivia, la comunidad de aprendizaje transdisicplinario escogió principalmente la región de Tiraque para implementar el trabajo de intervención (ubicada a 69 kms. de la ciudad capital de este departamento).

A partir de los datos recolectados, se pudo evidenciar un tipo de relacionamiento complejo entre los propios académicos que forman el equipo de trabajo. "*Tenemos un problema de comunicación que debemos resolver*" indicó uno de los integrantes, en la primera fase de recolecciónd e datos.

Entonces, incluso se manifestó que habían ocurrido tensiones entre los integrantes, por una diferencia entre las expectativas y el nivel de compromiso entre los mismos. Esto caracterizó una forma de relacionamiento en el equipo, que habría sido consecuencia de un periodo de poca dinámica en la interacción e intercambio de sus integrantes.

Esto habría tenido consecuencias en el trabajo de campo en Tiraque, donde inicialmente el trabajo de intervención "*ha sido muy complicado*". A su vez, esto sería consecuencia de la desconfianza que ha mostrado la gente de la comunidad Tiraque, basada en experiencias pasadas con programas de desarrollo. *"¿Por qué vienen, siempre vienen y no haces nada?", dijo una mujer a un grupo de académicos,* según uno de ellos . *"Entonces, tuvimos que explicar: 'No, no somos uno de esos, somos otros, somos mejores', pero eso es sólo una palabra*", reflexionó este académico.

Además, debido a que durante un gran taller, realizado en 2018, la gente de Tiraque expresó su voluntad de tener capacitación e investigación en otros temas que los que el Programa había elegido. "*Entonces, ¿eso tiene que hacernos pensar en cómo atender eso? Porque, si dejamos eso así, será otra frustración*" sugirió un académico.

A partir de esta situación, una autoridad académica reflexionó sobre la necesidad de buscar nuevas formas de trabajar con la gente, porque según él, un tipo de relación de "paternalista" se ha utilizado generalmente entre las comunidades y los actores profesionales o académicos en Bolivia. Esto también expresa la necesidad de una mayor interacción y diálogo con los actores locales.

Esta necesidad estaría siendo atendida por el equipo de trabajo, a partir de una dinámica mayor entre los actores académicos y entre estos y los actores locales. Los datos sobre el proceso de esta comunidad de aprendizaje advierten que a partir de la mejora de sus relaciones, a nivel interno y externo, se ha fortalecido su vínculo con la comunidad de Tiraque. A pesar de que el trabajo de campo se detuvo por la emergencia sanitaria, se comentó que la interacción con los comunarios continúa. Incluso, gracias a la misma, los académicos han podido asesorar y otorgar equipamiento de bioseguridad a los actores locales, a demanda de los mismos.

La Paz

Esta región se caracteriza por ser la sede de gobierno de Bolivia, aunque muchos la confunden con la capital (que es Sucre). Esta característica de centro de poder político ha influido en la presencia de oficinas nacionales en esta ciudad. El caso de la Universidad Católica Boliviana "San Pablo" no es la excepción, pues su rectorado nacional se encuentra ubicado en La Paz.

Este dato no es menor, pues permite explicar una de las características fundamentales del tipo de relacionamiento observado en esta comunidad de aprendizaje transdiciplinario. En esta, se encuentran varios de los representantes nacionales del programa junto a los representantes regionales. En esta relación se ha evidenciado una tensión, pues esos últimos han manifestado que los primeros suelen cooptar la palabra en las discusiones sobre la implementación de la comunidad de aprendizaje transdisicplinario y una contradicción con los principios de la misma, por ser una relación de poca escucha.

"les encanta escucharse y secuestrar la conversación a sus propios intereses (...) dejó de ser horizontal, que es el problema

esencial" y "el espíritu de la TLC[58] estaba totalmente perdido, que es discutir más" (un académico regional de La Paz sobre los representantes nacionales).

Este tipo de relacionamiento también sería producto de una limitada interacción entre los actores académicos del equipo de la comunidad de aprendizaje transdisciplinario. Asimismo, esto ha afectado el trabajo en las comunidades de intervención escogidas, Batallas, Pucarani y Palcolco (municipios del altiplano paceño, ubicado a 60 kms de la ciudad de La Paz) y Carangas (departamento de Oruro, a 335 kms. de la ciudad de La Paz).

Inicialmente, esta consecuencia radica precisamente en la elección de tres regiones de intervención, cuando la consigna inicial era trabajar en un área específica, con el fin de generar un impacto mayor. Sin embargo, por las distintas visiones que no lograron converger en un solo espacio de intervención, esto no fue posible.

Por otro lado, en las recientes entrevistas, los actores de las unidades académicas regionales de la UCB, que trabajan en las comunidades mencionadas del altiplano paceño, han expresado la necesidad por sentirse más involucrados en los procesos de toma de decisión. Esto implicaría que la relación con los principales mediadores con estas comunidades no ha sido lo sufientemente activa. En ese sentido, no se ha consolidado el trabajo conjunto y articulado de esta comunidad de aprendizaje, aunque se ha mencionado la intención y la voluntad colectiva para hacerlo.

Santa Cruz

En el caso de la regional de Santa Cruz, ubicada en los llanos bolivianos, y que decidió trabajar en la comunidad de San José de Chiquitos (a 272 kms de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra), el relacionamiento entre los actores académicos del equipo ha estado caracterizado por la implementación del "paradigma del cuidado".

Esta lógica de trabajo, recomendada por la representante de un organismo no gubernamental con amplia experiencia en programas de desarrollo, e implementada por la coordinadora del equipo de trabajo de esta regional, quien indica

[58] *TLC por las siglas en inglés de "Comunidad de Aprendizaje Transdisciplinario". Se denominó así al enfoque, durante los primeros años del programa.*

> "acerca del paradigma del cuidado, creo que este equipo he tratado de cuidarlo porque siento que han estado bombardeados, al igual que yo en algún momento, de tiempo, de intereses, de gente que no entendía, de nosotros que sí hemos creído en el programa y yo creo que hay que cuidar tanto los espacios personales, como los espacios de la carrera y los institucionales, como las relaciones con los otros, porque si eso se nos cae, se nos va a caer el programa y realmente hay que cuidar todas estas relaciones sin generar falsas expectativas, sin mentirnos a nosotros mismos, sin medir el aceite que tenemos, porque creo que ahí vamos a poder subsanar problemas a futuro porque siendo sinceros en esto, hacia dónde vamos y qué queremos se va a poder construir".

Este planteamiento ha sido una parte fundamental para poder construir un relacionamiento activo, entre los miembros académicos, que luego ha sido llevado y, a su vez, fortalecido con los actores locales en San José de Chiquitos.

No por nada, se indica que las relaciones en este equipo han estado basadas en el compromiso a nivel interno y a nivel externo de la Universidad, permitiendo generar una activa red de trabajo que permita responder a las problemáticas de San José.

Este planteamiento fue parte de la interpretación participativa, donde uno de los integrantes indicó que algo que ha caracterizado el trabajo es que

> "*Siempre que nosotros hemos dicho vamos a ir, hemos ido. Ir y hacer lo que hemos dicho que íbamos a hacer se ha hecho ha generado seriedad. (...) Nosotros no les hemos ido a vender, nos ven diferente. Esa capacidad de cumplir y de hacerse ver y de decir "esto nos va a servir a Uds. y a nosotros (...) Siempre ha habido un post, una entrega, una evaluación... vengo a esto, lo comparto y luego se ve qué se va a hacer a futuro... creo que eso es algo que han cuidado todos los proyectos. Ha habido una devolución de entrega. Una devolución inmediata les da la certeza. Dinámica de trabajo es la que se ha cuidado en estos meses*".

El resultado de esta relación de confianza y compromiso con los actores de San José ha incidido positivamente en la consolidación del equipo de académicos de Santa Cruz y en las actividades que han logrado establecer como una Comunidad de Aprendizaje Transdisicplinario, donde múltiples actores participan activamente.

En relación al trabajo en la región de San José, se ha logrado tener el reconocimiento del propio gobierno municipal para promover

el trabajo de los académicos y se tiene una relación fluida con los líderes sociales de la comunidad, como el cacique de la comunidad indígena Turubó, con la cual se está trabajando.

En el último tiempo, esto se ha expresado incluso en el contexto de la pandemia y anteriormente, con los incendios en la Chiquitania boliviana (2019-2020). Ambas situaciones han generado una dinámica entre los actores académicos y locales, que muestra la trascendencia del propio programa. Esto refleja un efecto positivo en la incidencia en la región, a partir del fortalecimiento de relaciones en el plano interno del equipo de académicos y la consecuente dinámica de interacción, con principios de confianza y compromiso, que se han sostenido con los actores de San José de Chiquitos.

Tarija

Esta región se encuentra en los valles de Bolivia, en el extremo sur. El equipo de trabajo de esta regional tuvo considerables dificultades para iniciar con su comunidad de aprendizaje transdisicplinario, pues al ser el campus más pequeño no contaba con el suficiente personal para asumir las tareas de esta iniciativa. Asimismo, al inicio del programa se expresaron dificultades en el relacionamiento entre las autoridades regionales de este campus y las nacionales del programa. Esta habría estado caracterizada por una mirada "centralista" en relación a La Paz, donde la toma de decisiones no era necesariamente considerada con las autoridades regionales. En ese sentido, se manifestó una relación de tipo vertical, que tendría consecuencias en el proceso de apropiación de la lógica de la comunidad de aprendizaje transdisicplinario en la propia regional.

Sin embargo, esto empezó a cambiar, cuando se produjo un cambio en el relacionamiento nacional-regional. Así, se convocó a nuevo personal académico para que sea parte del equipo de trabajo, dinamizando las reuniones y actividades. En consecuencia, se empezó a desarrollar un sentimiento colectivo de pertenencia, entre los miembros académicos, que es expresada por los mismos pues es el equipo que más ríe en las entrevistas y que coincide entre la totalidad de sus miembros en la familiaridad y amistad con la cual se han desarrollado sus relaciones en estos últimos dos años.

Este relacionamiento ha influido en su trabajo en la comunidad de Ciriñuelas, pues se ha logrado generar un nivel de interacción informal, que pasa a través de mensajes de whats app para saludarse, por ejemplo. Pero también esta relación ha influido en que el programa sea parte de la agenda de trabajo de las organizaciones involucradas en la mejora del contexto de la región establecida.

En síntesis, el relacionamiento familiar y amistoso de este equipo de trabajo se ha replicado en una relación de confianza y amistosa con los actores locales, generando un mayor sentido de articulación para poder construir la comunidad de aprendizaje transdisciplinario, que permita atender a las demandas de vulnerabilidad de ese contexto.

Discusión

Como se pudo advertir en el análisis de los cuatro casos, el tipo de relacionamiento a nivel interno en los equipos de trabajo y de estos con los actores locales de las comunidades escogidas para la implementación del programa, ha sido fundamental en los resultados de la implementación del enfoque de trabajo y, en consecuencia, en los resultados que se pretende generar con el mismo.

Mientras que en los dos primeros casos (Cochabamba y La Paz), el relacionamiento tuvo dificultades en el entendimiento de los integrantes de los equipos, por falta de diálogo, horizontalidad e interacción y, en consecuencia, se tuvo más dificultades en el relacionamiento y el trabajo con los actores locales; en los últimos dos casos (Santa Cruz y Tarija), el relacionamiento se desarrolló de manera fluida y logró generar un proceso mayor de articulación, entre los académicos y entre estos y los actores locales, pues ese relacionamiento estuvo basado en el cuidado mutuo de los integrantes, el compromiso, la confianza, la familiaridad e incluso la amistad.

También, cabe mencionar que en el caso de Cochabamba, al haberse dinamizado en el último tiempo, las interacciones y al estar trabajando en la mejora de las relaciones, se han tenido efectos positivos en el trabajo con los actores locales de Tiraque.

Conclusiones

Esta ponencia ha pretendido evidenciar que existe una influencia entre los tipos de relación, reconocidos en la implementación del programa IUC VLIR-UCB, y la construcción de las comunidades de aprendizaje

transdisicplinario, que buscan atender las demandas de vulnerabilidad de cuatro regiones en Bolivia.

Los datos considerados y el análisis posterior permiten dar cuenta de una relación a afirmativa entre las dos variables que se incluyeron en el propósito. Esta afirmación pretende profundizar en el trabajo de la comunicación para el desarrollo/cambio social, en relación con las formas de interacción y de relacionamiento entre los actores involucrados, que acompañen los principios de acceso, diálogo y participación, pero que profundice en lo que ocurre entre y dentro de esos procesos.

A partir de lo mencionado, se espera recibir los comentarios y sugerencias que puedan contribuir a la evolución de este escrito, que como fuera mencionado anteriormente, es parte de un artículo en proceso, que forma parte de la tesis doctoral de la autora.

Referencias

Anyidoho N. A. (2010). Communities of practice': prospects for theory and action in participatory development. Development in Practice 20(3) (p.318-328).

Avelino, F. & Wittmayer, J. (2016). Shifting Power Relations in Sustainability Transitions: A Multi-actor Perspective, Journal of Environmental Policy & Planning, 18(5), (p.628-649).

Beltrán, L.-R. (1991). Adiós a Aristóteles. Traducción de José Luis Aguirre Alvis al español. Bolivia: U.C.B.

Blanes, J. (2018). Comunidades de prácticas en Chipaya, experiencias de reciliencia. OVC/CEBEM/UE. Editorial Presencia.

Blanes, J. (2008). Desarrollo Local y Comunitario. Múltiples retos para las Comunidades de Aprendizaje. La Paz: CEBEM.

Banco Interamericano de Desarrollo. (2020). Números para el Desarrollo BID. Portal de Datos Abiertos. Banco Interamericano de Desarrollo. https://data.iadb.org/IADBOpenDataVisuals/es/pa%C3%ADs-en-un-resumen-datos.html?pa%C3%ADs=BOL#

Blumer, H. (1969). Symbolic Interactionism: Perspective and Method. University of California Press.

Carillo, M., J. Leyva-Moral, & J. Medina. (2011). El análisis de los datos cualitativos: Un proceso complejo. Index de Enfermería, 20(1-

2), 96-100. http://www.index-f.com/index-enfermeria/v20n1-2/7441r.php

Carter, M., & C. Fuller. (2015). Symbolic Interactionism. California State University. Sociopedia.

Coffey, A., & Atkinson, P. (2003). Encontrar el sentido a los datos cualitativos: Estrategias complementarias de investigación. Universidad de Antioquia.

Craps, M. (2019). Transdisciplinarity and Sustainable Development. Encyclopedia of Sustainability in Higher Education

Dewulf, A., Craps, M. & Bouwen, R. (2005). How indigenous farmers and university engineers create actionable knowledge for sustainable irrigation. Action Research, 3(2) (p.175–192).

Freire, P. (1988) ¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural. Bogotá: Siglo XXI.

Gergen, K. (1994). Realities and relationships: Soundings in social construction. Cambridge, England: Harvard University Press.

Girola, L. (2009). Del Desarrollo y la modernización a la modernidad. De la Posmodernidad a la Globalización. Revista Sociológica 23 (67) 13-32.

Hosking, D. y Pluut, B. (2010). (Re) Constructing Reflexivity: A Relational Constructionist Approach. The Qualitative Report, 15 (1) 59-75.

National Institute of Statistics in Bolivia. (2014). Bolivia: estimated and projected population by department, according to calendar years, 2000-2025. https://www.ine.gob.bo/subtemas_cuadros/demografia_html/PC20106.htm

Jansen, B (ed.) (2020). Rethinking Community through Transdisciplinary Research. Switzerland: Palgrave.

Lozoya-Santos, Guajardo-Leal, B., J., Vargas-Martínez, A., Molina-Gaytán, I., Román-Flores, A., Ramírez-Mendoza, R., Morales-Menendez, R. (2019). Transdisciplinary Learning Community: A Model to Enhance Collaboration between Higher Education Institutions and Society. IEFE. Global Engineering Education Conference (EDUCON). 9-11- American University in Dubai, Dubai (UAE) (p. 622-628).

Payne, L., & Jesiek, B. (2018). Enhancing Transdisciplinary Learning through Community-Based Design Projects: Results from a Mixed Methods Study. International Journal for Service Learning in Engineering,13(1), (p.1-52).

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo-PNUD (United Nation

Development Program). (2015). Informe de Desarrollo Humano. El nuevo rostro de Bolivia: Transformación Social y Metropolitización.

Wanderley, F., & Peres-Cajías, J. (eds.). (2018). Los desafíos del desarrollo productivo en el siglo XXI. Diversificación, justicia social y sostenibilidad ambiental. Universidad Católica Boliviana; Friedrich Ebert Stiftung; Plural.

Incubadora Social como integradora de saberes

Incubadora Social como integradora del conocimiento

Social Incubator of integration between knowledge

Geisa Müller de Campos Ribeiro[59]

Suely Henrique Gomes [60]

Resumen: El articulo propone una discusión sobre cómo las incubadoras sociales pueden contribuir a la integración del conocimiento de los recolectores de materiales reciclables través de un proceso educativo y comunicativo.

Palabras Clave: Incubadoras sociales, Recolectores de materiais reciclabes, Construir conocimiento.

Abstract: The article proposes a discusion on how social incubators can contribute to the integration of the knowledge of recyclable material collectors through an education and communicational process.

Key words*:* Social Incubators, Recyclable material collectors, Production of knowledge.

1 Introdução

Dentre as grandes preocupações da atualidade sobre a degradação do meio ambiente estão a geração e destinação dos resíduos sólidos. Frente ao crescimento populacional e ao volume excessivo de resíduos produzidos, os espaços de destinação do lixo gerado são cada vez

[59] *Geisa Müller de Campos Ribeiro. Doutoranda em Comunicação, Mídia e Cultura na Universidade Federal de Goiás, Mestre em Comunicação. Orientanda de Suely Henrique Gomes, Brasil, geisamuller@hotmail.com*

[60] *Suely Henrique Gomes, Profa. Titular da Universidade Federal de Goiás, Doutora em Ciência da Informação, Brasil, suelyhenriquegomes@gmail.com*

menores, sendo enviados a aterros sanitários e a lixões a céu aberto. A reciclagem, neste contexto, é a medida econômica, social e ambiental mais adequada para minimizar o problema.

Neste cenário, de forma quase invisível para a sociedade, encontram-se os catadores de materiais recicláveis. Apesar de sua participação efetiva na destinação correta de boa parte dos resíduos produzidos, e de sua atuação como agentes ambientais, essa categoria de trabalhadores - organizados, muitas vezes, em cooperativas autogestionárias - luta pela sobrevivência, reconhecimento social e valorização de sua atividade.

A Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás, Brasil (UFG) se destaca neste cenário de marginalização e exclusão destes grupos de catadores na tentativa de proporcionar melhoria na qualidade de vida e emancipação dos sujeitos. A ideia é suprir as lacunas quanto à organização e capacitação por meio do assessoramento aos empreendimentos na cidade de Goiânia e região metropolitana. Com isso, minimizam a exclusão por meio da promoção e conquista da cidadania de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ou seja, a incubadora atua sobre o quadro social do catador e oportuniza o trabalho e a geração de renda por meio da organização e assessoramento aos empreendimentos de economia solidária.

É neste contexto que esta pesquisa primou por compreender como as incubadoras sociais, mediante sua atuação, podem contribuir para a construção do conhecimento, da integração dos saberes e colaboração para suprir as exigências e necessidades derivadas do entorno social dos grupos incubados por meio de um processo educativo e comunicacional.

A partir deste contexto, pretende-se apresentar a experiência da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás – Goiânia/Brasil em sua atuação com grupos de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas populares de autogestão localizados em espaços de vulnerabilidade social na cidade de Goiânia, GO. Demonstraremos a metodologia de incubação como processo criativo; o dispositivo para interação significativa nos processos de orientação; e a interação entre saberes.

Acredita-se que as incubadoras são primordiais para o estabelecimento de vínculos entre a Universidade e a sociedade e podem gerar processos de democratização do conhecimento, promoção da cidadania e

fomentar uma comunicação dialógica para a emancipação.

Como desdobramento da Política científica, tecnológica e de Inovação no Brasil, as incubadoras surgem a partir de iniciativas no CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) na década de 1980 impulsionada pelo modelo de Tríplice Hélice. Esta abordagem valoriza a criação de espaços de cooperação estratégicos (parques tecnológicos, arranjos produtivos e programas de incubação de empresas). Uma forma nova na contemporaneidade de relação entre Estado, Empresa e Universidade.

Dentre seus variados tipos, as incubadoras sociais são as que mais se aproximam de comunidades em vulnerabilidade social e sua experiência é caracterizada como pioneira em relação a geração de trabalho e renda com a formação de cooperativas populares, sob a égide de uma economia solidária[61]. Segundo Fraga e Dias (2018) este fenômeno se reproduziu rapidamente nas Universidades brasileiras, principalmente a partir do apoio do Programa Nacional de Incubadoras Populares (Proninc). Sendo assim, em sua proposta de atuação, almejam o desenvolvimento do capital humano e não apenas o aquecimento da economia.

De todas as particularidades relacionadas ao contexto de incubação social, a que mais chama atenção é sua adoção de uma visão coletiva de trabalho por meio da prática cotidiana dos grupos. Por isso, é entendido como um processo de produção de conhecimento no qual os saberes se misturam, se tencionam (teórico/prático) e são utilizados como matéria-prima por ambos, de maneira a transformar em conhecimentos aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo (CULTI, 2009).

Segundo Culti (2009), consiste em um processo educativo, orientado no diálogo e na participação que: valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social econômica; Acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa; Orienta para o mercado; Une saber popular e saber científico numa tentativa de transformação de prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão; É um processo educativo que modifica as circunstâncias, os

[61] *A Economia solidária consiste em um ideal de democracia econômica caracterizada por um novo modo de produção e gestão coletiva pautada pela igualdade no empreendimento.*

indivíduos e a sociedade na sua maneira de ser e agir; É um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos.

2 Metodologia

Em termos de abordagem, a pesquisa enquadra-se na categoria qualitativa, que de acordo com Souza *et al* (2012) é a abordagem que utiliza a subjetividade e não pode ser traduzida em números, ou seja, é um método que ajuda a compreender o objeto de estudo e também construí-lo a partir de novos aspectos e novas perspectivas que não é possível caso se opte por um recorte quantitativo/numérico. O ideal para as pesquisas qualitativas é que os dados sejam coletados *in locus*, no local de origem.

De acordo com os objetivos, o método utilizado foi o descritivo – exploratório e visou compreender a participação da equipe de incubação nas cooperativas como orientadora no processo de produção do conhecimento.

Como instrumento de coleta de dados, dentre as diferentes possibilidades ofertadas pela abordagem qualitativa, assumiu o formato de observação participante. O pesquisador através de sua circulação e observação no campo faz a descrição e a interpretação do significado de determinados eventos - sonda os significados. A observação participante facilita a coleta de dados e é considerada "o ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas no cenário de campo através dos cinco sentidos do pesquisador" (AGROSINO, 2009, p. 56).

Foram utilizadas também de forma complementar entrevistas informais, e semi-estruturadas, aplicadas a equipe gestora. A Pesquisa documental guiou a análise dos documentos relacionados à história e a trajetória dos grupos incubados e alguns aspectos da incubadora social, como a gestão dos projetos incubados e metodologia de incubação.

Esta pesquisa configura como parte dos resultados de dissertação de mestrado realizada em 2016 com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da atuação dos pesquisadores diretamente com a incubadora social da Universidade Federal de Goiás, Brasil, até a data atual.

2.1 Projeto de Incubação da Universidade Federal de Goiás, Brasil

A Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás é um programa vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) onde por meio do processo de integração com

diversos setores da sociedade oportuniza a melhoria da condição de vida da comunidade. Atualmente atende cinco (5) cooperativas de materiais recicláveis constituinte da Rede Uniforte.

Sua proposta de ação consiste em cinco etapas, onde a duração é ajustada às necessidades e peculiaridades de cada grupo empreendedor, sendo: a) Identificar, sensibilizar, diagnosticar e elaborar plano de ação; b) Formar, Incubar e prestar Assessoria Técnica para catadores; c) Promover a estrutura e prover infraestrutura; d) promover a articulação regional envolvendo municípios e organizações da sociedade civil para o fortalecimento das ações de reciclagem e inclusão dos catadores; e) Avaliar e monitorar a implementação do projeto.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis são empreendimentos cujas características são peculiares em todo o seu processo organizativo, a começar pelos fatores que identificam o seu quadro social, como, baixo nível de valorização pessoal enquanto trabalhador e cidadão, capaz de compreender, criticar e promover mudança de sua realidade. Por não desempenharem uma atividade reconhecida e valorizada socialmente, esses grupos estão à margem da sociedade e, segundo categorização econômica, encontram-se na faixa de pobreza.

Outras problemáticas são falta de conhecimentos sobre o cooperativismo e economia solidária; falta de capacitação para a organização e gestão do trabalho cooperativo e solidário no que concerne a dinâmica do processo decisório; baixo nível alfabetização e de valorização do trabalho e de reconhecimento como classe de trabalhadores; falta de conhecimentos sobre direitos sociais individuais e coletivos e de exercício da cidadania; e a alta rotatividade.

3 Resultados

Consideram-se na discussão dos resultados apresentados os seguintes aspectos: Metodologia de incubação como processo criativo; dispositivo para interação significativa nos processos de orientação; e Interação entre saberes.

Esses elementos foram identificados como pertencentes ao processo de incubação e são constituintes que propiciam processos de democratização do conhecimento, promoção da cidadania e fomento de uma comunicação dialógica para a emancipação.

3.1 Metodologia de incubação como um processo criativo

A experiência da Incubadora social da UFG, por meio de suas atividades junto às cooperativas da Região Metropolitana de Goiânia, desde 2008, certifica a necessidade de um olhar sistêmico de suas atividades integradas pelas diversas áreas de conhecimento envolvidas na incubação.

Como um processo pedagógico e comunicacional voltado para valorização do ser humano, a incubação deve acontecer de forma diferenciada, a começar pelos seus agentes que apresentam, muitas vezes pelas suas experiências, sistemas tradicionais, pré-formatados e tecnicistas que são incompatíveis com o modelo autogestionário e com a própria dinâmica de funcionamento desses empreendimentos de catadores.

É por meio da construção de uma nova cultura organizacional dos catadores de materiais recicláveis que se busca a compreensão de princípios fundados nas relações sociais, respeito à diversidade individual, na formação de identidade de uma organização democrática, compartilhando decisões, responsabilidades, direitos e deveres.

Neste sentido, mediante o diálogo e a interação entre as áreas de incubação que acontece o aproveitamento do potencial criativo dos orientadores. Estes constroem a trajetória a ser desenvolvida por meio de um movimento complexo de reconstruções, adaptações e reformulações do conhecimento no embate entre a teoria-prática. Por esta razão presume um processo que mediante o diálogo, exige uma atitude criativa pelo orientador ao se deparar com diversas dificuldades e problemáticas que são levantadas durante o percurso. É um exercício que depende de observações, do estar junto, das interações e principalmente da realidade (concreta e vivida) observada dos sujeitos nos empreendimentos.

Esta atitude criativa é que constrói a trajetória a ser desenvolvida através de imprevistos e experimentações quanto aos resultados que se pretendem alcançar. É o que promove a construção do referencial metodológico da incubadora. Isto é, os orientadores não se apresentam com um conhecimento “acabado”, “pronto”, mas sua atuação é moldada através de uma constante reflexão e no próprio caminho percorrido. Segundo Culti (2006), este caminho de compreensão da realidade é imprescindível para a formação dos empreendimentos.

Este entendimento, quando colocado em prática, exclui os mecanismos de manipulação e domesticação, gerando caminhos de possibilidade da construção

conjunta. Tanto a incubadora, como os empreendimentos se abrem para o novo e para o diferente. O diálogo assume centralidade e condição para o conhecimento. Carrega imprevisibilidade para alcançar os resultados esperados e promove pensar crítico e verdadeiro longe de conteúdos prontos e acabados. É assim que sempre há um deslocamento do conhecimento nos empreendimentos em estudo.

3.2 Interação entre os saberes

A partir da realidade vivenciada e das entrevistas realizadas verificou-se que há troca de saberes entre os catadores e os orientadores da incubadora. Todos os saberes são respeitados e valorizados. Segundo Freire (2014), quando há desrespeito às potencialidades do ser, há invasão cultural. A inserção dos invasores no contexto cultural dos invadidos impõe a estes sua visão de mundo e inibem sua expansão, podendo a cultura invadida perder sua originalidade ou encontrar-se ameaçada transformando-se em "coisa".

A incubadora, por meio das suas ações busca o despertar dos cooperados por meio da confiança e respeito para que os mesmos desenvolvam consciência crítica. O conhecimento exige presença curiosa do sujeito em face do mundo, além de requerer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante que implica invenção e reinvenção (FREIRE, 2013, p.9).

Os catadores também se apresentam como sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento e abertos ao diálogo decorrente de um processo de reconhecimento, respeito e valorização da classe. Nota-se também que a interação entre os saberes possui estreita ligação com a forma de como o educador se posiciona para levar o conhecimento, o que de fato, determina as possibilidades para o diálogo.

Fatores como estabelecimento de confiança e respeito mútuo constituem elementos chave para iniciação ao processo. É a atitude de construir com, não para e jamais sobre eles (CULTI, 2006). O com exige interação entre os saberes e principalmente o diálogo. É o diálogo que contribui intencionalmente com a transformação da realidade e do próprio ser humano. Contribui para que eles se sintam sujeitos e construam conhecimentos de forma coletiva.

4 Considerações finais

O objetivo da pesquisa procurou compreender como as incubadoras sociais mediante sua atuação podem contribuir para

a construção de conhecimento, integração dos saberes e colaborar para suprir as exigências e necessidades derivadas do entorno social dos grupos incubados por meio de um processo educativo e comunicacional.

A partir deste contexto, apresentou-se a experiência da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás – Goiânia, Brasil em sua atuação com grupos de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas populares de autogestão localizados em espaços de vulnerabilidade social.

Evidencia-se que a metodologia de incubação funciona por meio de um movimento complexo de reconstruções, adaptações e reformulações do conhecimento no embate entre a teoria-prática. Por isso, acontece mediante diálogo. Esta atitude criativa é que constrói a trajetória a ser desenvolvida através de imprevistos e experimentações quanto aos resultados que se pretendem alcançar e que promovem a construção do referencial metodológico da incubadora.

Parte do processo é realizado por meio da formação circular como estratégia que potencializa a abertura ao diálogo e desperta um sujeito reflexivo. A incubação social, além de gerar um caminho de trocas de saberes, proporciona também o resgate de valores humanísticos e éticos que são afastados do catador decorrente de seu estado de exclusão. Por meio deste resgate, o catador promove a mudança de sua realidade e rompe com suas resistências iniciais.

São todos estes aspectos que evidenciam o processo de incubação dos empreendimentos autogestionários como comunicacional. A construção coletiva que molda toda atuação por meio da aprendizagem mútua. É um processo que rompe limites iniciais, de constantes descobrimentos mútuos, de construção e reconstrução de conhecimentos em que um se alimenta do outro. É a comunicação como experiência social dialógica.

Referências

Braga, J. L. (2017) Dispositivos Interacionais. In: Braga, J.L. et al. Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB. p. 16-41. https://doi.org/10.7476/9788578795726.0002.

Cançado, Airton Cardoso. (2007) Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: Cançado, Airton Cardoso et al.

Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências em Palmas/TO. Palmas TO: NEsol, UFT. p. 45-71.

Dagnino, Renato. (Org.) (2009) Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/tec%20sol%20dagnino.pdf

Dagnino, Renato. (org.) (2014) Tecnologia social e economia solidária: construindo pontes. Revista Latinoamericana de Políticas Y Acción Pública, v.1, n.1, nov, 2014.
http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6443/1/RFLACSO-MP1-04-GAPI.pdf

Freire, Paulo. (2013) Extensão ou comunicação?.16.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Gadotti, Moacir; Gutierrez, Francisco (orgs.) (1999). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez.

Lima, Venício Artur de. (1981) Comunicação e cultura: às ideias de Paulo Freire. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Peruzzo, Cecilia M. Krohling. (2000) Comunicação comunitária e educação para a cidadania. Comunicação e Sociedade, v. 14, n. 1. p. 651-668. https://revistacomsoc.pt/article/view/939

Peruzzo, Cecilia M. Krohling. (2017) Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitaria. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 24, n. 1. https://www.redalyc.org/pdf/4955/495553930015.pdf

Ribeiro, Geisa Müller de Campos. (2016) O processo de incubação social da Universidade Federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento. 2016. 186f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e, Comunicação - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Sampaio, Juliana et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. Botucatu: Interface, 2014.

Singer, Paul; Kruppa, Sonia Maria Portella. (2004) Senaes e a economia solidária: democracia e participação ampliando as

exigências de novas tecnologias sociais. In: Fundação Banco do Brasil. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro.

Singer, Paul. (2005) A economia solidária como ato pedagógico. In: Kruppa, Sonia Maria Portella. Economia solidária e educação de jovens e de adultos. Brasília: INEP/MEC, 2005. p.15-20.

Culti, Maria Nezilda. (2009) Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como processo educativo. Otra Economía: revista latinoamaericana de economía social y solidaria, São Leopoldo, v. 3, n. 5, p. 146-165.

Warschauer, Cecília. (2004) Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. http://www.rodaeregistro.com.br/pdf/textos_publicados_3_rodas_e_narrativas_caminhos_para_a_autoria.pdf.

Luto e luta em retratos de barro: Fotografando o Luto Ambiental[62]

Grief and struggle in mud portraits: Photographing Environmental Grief

Caio Dayrell Santos[63]

Resumen: O luto dos brasileiros frente a "crise das barragens", situação catastrófica em que se vive sob ameaça do colapso das barragens próximas. A desestabilização das vidas locais é capturada pelo ensaio fotográfico *Retratos de Barro.*

Palabras Clave: Barragens de Rejeito, Luto Ambiental, Fotografia.

Abstract: Brazilians grieve the "dams crisis", a catastrophic situation in which communities live under the threat of the collapse of a tailing dam near-by. Their lives are captured by the photographic essay Mud Portraits.

Key words: Tailing Dams, Environmental Grief, Photography

1. Introdução

Enquanto me aproximava timidamente do cais de Regência, distrito de Linhares (ES), um grupo de pescadores trocavam causos e piadas sobre o trabalho que não podiam mais exercer. Mesmo sabendo que não iriam se aventurar tão cedo naquelas águas amareladas, preferiram passar seus dias vagos perto de suas canoas e barcos. Quando

[62] *1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).*
[63]*Caio Dayrell Santos. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Brasil. E-mail: cdsantos99@hotmail.com .*

entrei na roda, todos estavam rindo das travessuras do Saci[64] que emaranhava suas redes e jogava areia em suas camas. "E caboclo d'água[65]? Alguém já viu?", perguntei brincando. "Nunca vi e nem quero ver!", disse um mais jovem, temendo a criatura, seguido pela resposta do ancião do grupo: "Agora que a gente nunca vai ver mesmo".

Essa cena é fruto da chamada crise das barragens: momento crítico em que dezenas de barragens de rejeitos da mineração têm suas estruturas instáveis, podendo romper a qualquer momento. Essa crise se tornou particularmente explícita em 5 de novembro de 2015, quando a ruptura da Barragem de Fundão, no município de Mariana, MG, liberou 55 milhões de metros cúbicos de lama, dando origem a uma onda de aproximadamente dez metros de altura. O "tsunami" destruiu os vilarejos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, deixando cerca de 350 moradores desabrigados e 19 mortos. Dias depois, os rejeitos entraram nas águas do Rio Doce e foram carregados até o litoral do Espírito Santo. O lodo composto de óxido de ferro e sílica percorreu mais de 600 km e, pelo caminho, afetou dezenas de cidades mineiras e capixabas. 320 mil pessoas foram atingidas de alguma forma segundo estimativa do Governo de Minas (BARIN, 2016, p. 30).

Considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil, a tragédia foi seguida por outra ruptura três anos depois quando a barragem da mina do Córrego de Feijão também se rompeu em Brumadinho, MG. Os rejeitos desembocaram no Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco, inviabilizando a vida de peixes e vegetais (SOS MATA ATLÂNTICA, 2019). Apesar do impacto ecológico ser menor, houve muitas mais mortes humanas: 259, sendo que 11 ainda permanecem desaparecidos[66]. Nada indica que esse será o último acontecimento desse tipo, o que nos leva a antecipar que novos episódios como os descritos irão se repetir.

Para além desses números constantemente atualizados pelo Estado e repetidos pelos jornais, as cenas descritas acima tentam exprimir danos que são imateriais e, consequentemente, tendem a ser desconsiderados. Esse artigo pretende

[64] *Criatura do folclore brasileiro, costumeiramente imaginado como um menino negro de uma perna só e usando um gorro vermelho na cabeça.*

[65] *Criatura mítica do folclore brasileiro, imaginado como um monstro responsável por virar embarcações dos rios.*

[66] *Últimos números antes da suspensão das operações de busca do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em Março de 2020. Disponível em: http://www.bombeiros.mg.gov.br/component/content/article/32-embm/78365-cbmmg-suspensaooperacaobrumadinho.html, acesso 22 abr. 2020.*

descrever de maneira parcial e precária essa perda intangível. Dialogamos aqui com

Fotografia 1 - Oratório entre escombros de casa em Paracatu de Baixo, MG. Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro,* por Lucas Bois (2017).

múltiplas referências sobre narrativas de sofrimento, porém, merece destaque a formulação feita por Cunsolo e Ellis (2018, p. 275) de luto ecológico, definido como "o luto sentido em relação a perdas ecológicas experiências ou antecipadas, incluindo perdas de espécies, ecossistemas ou paisagens significativas devido a mudanças ambientais crônicas ou agudas".

2. A crise das barragens e o mal-estar no antropoceno

"A partir daquele momento, nosso universo estava todo destruído. Não havia mais nossas paisagens, nosso trabalho, perdemos o vínculo com os amigos" relata Marino D' ngelo Junior, vítima em Mariana (SÁ, 2018). Segundo estudo feito pela UFMG (NEVES,

2018), dois anos após o rompimento da barragem do Fundão 28,9% dos atingidos foram diagnosticados com depressão, 32% com ansiedade generalizada, 12% com estresse pós-traumático e 16,4% apresentavam risco de suicídio. A pesquisa indica que esses quadros são somatizados, tornando-se sintomas nervosos e cardiovasculares, como dores de cabeça, falta de ar, tonturas e dificuldades de dormir. No caso de Brumadinho, efeitos similares também já eram perceptíveis logo após o desastre (NOAL, RABELO, CHACHAMOVICH, 2019).

Apesar da gravidade da situação, a conjuntura em Minas Gerais não parece ser um caso à parte. Assim como Fundão não foi um acontecimento isolado - sendo quase um prelúdio para um desastre ainda mais mortífero poucos anos depois - a crise das barragens não dá sinais de acabar. Em junho de 2019, o risco de ruptura da barragem Sul Superior, em Barão de Cocais, fez com que 457 pessoas fossem evacuadas[67]. O problema se alastra para além do território mineiro: meses após Brumadinho, outra barragem de rejeitos também se rompeu, desta vez no município de Nossa Senhora do Livramento no Mato Grosso; afortunadamente, não houve feridos[68]. Dias depois, Agência Nacional de Mineração (ANM) interditou 54 barragens de mineração que não atestaram a estabilidade por todo o país[69]. Mesmo com medida, as rupturas anteriores aconteceram em barragens cujos relatórios estavam em dia, o que torna sua eficiência um pouco suspeita. A sensação geral é que, se já houve uma solução para a crise, talvez seja tarde demais para executá-la. À mercê de estruturas frágeis, a população se angustia, antecipando temerosa pelo próximo colapso que o Estado e as mineradoras terão fracassado em prevenir.

Esse sofrimento psíquico singular, oriundo de uma perda direta ou antecipada do seu mundo mais imediato, não é novo nem próprio de Minas Gerais, mas diz respeito a entrada do mundo no antropoceno[70]. Cunhado na virada do milênio pelo químico e vencedor do Nobel

[67] *Disponível em http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/risco-em-barragem-deixa-457-fora-de-suas-casas-em-barao-de-cocais, acesso em 02 nov. 2019.*

[68] *4 Disponível em: https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,barragem-de-rejeito-de-lavra-de-ouro-rompe-em-mt,70003033014. Acesso em: 02 nov. 2019.*

[69] *Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/09/anm-interdita-54-barragens-de-mineracao-sem-estabilidade-no-pais-33-delas-estao-em-minas.ghtml. Acesso em: 02 nov. 2019.*

[70] *Oficialmente, desde a Idade do Gelo, o planeta Terra passa pelo chamado holoceno, um período de quase 12 mil anos marcado por considerável estabilidade climática e topográfica. Em todo esse tempo, as placas tectônicas moveram os continentes em cerca de apenas um quilômetro (PURDY, 2015). No entanto, já se é consensual na comunidade científica que a emergência e crescimento da espécie humana acelerou exponencialmente esses processos geológicos. As dinâmicas atmosféricas, o nível do mar e o próprio relevo*

Paul Crutzen em parceria com o ecologista Eugene Stoermer (2000), o termo busca distinguir o tempo geológico atual como uma época em que a atividade humana se tornaria a força dominante ao modelar a composição e processos bio-geofísicos da Terra (CHUA; FAIR, 2019). A nova classificação ainda não foi de todo aceita, mas provoca intensos debates que transcenderam os círculos das ciências naturais. Nas humanidades, a proposta têm recebido atenção especial por desfazer um dos postulados basilares do pensamento ocidental: a divisão entre cultura e natureza. "Porque nós formamos tudo, do alto da atmosfera às profundezas do oceano, não há mais natureza que esteja separada dos seres humanos" (PURDY, 2015). Essa "descoberta" não necessariamente desperta muito entusiasmo. Para Danowski e Viveiros de Castro (2017), conforme se aceleram transformações no regime termodinâmico global, a contemporaneidade seria marcada pela consciência das causas antrópicas e consequências catastróficas de uma crise planetária que, em última instância, pode ter desfechos apocalípticos. Eventos de dimensões e formas anteriormente exclusivos a desastres naturais - como furacões, enchentes e, é claro, enxurradas de lama - passam a ser causados pela ação humana. Como descreve Nils Bubandt (2017, p. 124-125):

> Humanos, animais, plantas, fungos e bactéria agora vivem e morrem sob condições que foram criticamente conformadas pela atividade humana, mas que também estão gradativamente fora do controle humano. [...] Natureza pode ser cada vez mais feita por humanos, mas humanos não só perderam o controle do fazer e desfazer da natureza; nós também perdemos cada vez mais a habilidade de dizer a diferença entre nosso próprio mundo e os mundos naturais que fazem e destruímos. Conforme cada nova descoberta científica revela mais detalhes do complexa dinâmica entre mundos humanos e mundos naturais, nós somos cada vez mais confrontados com nossa incapacidade de diferenciar esses mundos um dos outros (trad. nossa)[71].

Assim se configura a angústia ecológica contemporânea: de um lado, um

têm mudado em uma velocidade jamais vista, sinalizando o fim da morosidade que caracterizava o holoceno e abrindo um novo estágio na história terrestre: o antropoceno.

[71] *No original: "Humans, animals, plants, fungi, and bacteria now live and die under conditions that may have been critically shaped by human activity but that are also increasingly outside of human control. [...] Nature may increasingly be human-made, but humans have not only lost control of this nature making and unmaking; we have increasingly lost the ability to tell the difference between our own world and the natural worlds we make and destroy. As each new scientific discovery reveals more details of the complex interplay between human worlds and natural worlds, we are also increasingly faced with our inability to tell these worlds apart".*

conhecimento científico que possibilita imaginar o fim do mundo, do outro, a impotência política de se fazer algo a respeito (DANOWSKI, CASTRO, 2017, p. 31). Isso não se trata apenas de uma suposição teórica, mas já é um quadro psíquico documentado internacionalmente: a Associação Americana de Psicologia publicou uma cartilha reportando em detalhes os diferentes impactos que mudanças climáticas podem acarretar na saúde mental humana (CLAYTON, 2017). O documento relaciona o aquecimento global com aumentos de quadros de transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), abuso de substâncias, depressão, ansiedade, choque e estresse; aflições similares às enfrentadas pelos atingidos por barragens em Minas Gerais.

Por gerar esse incômodo existencial próprio do Antropoceno, a crise das barragens, longe de ser um episódio pontual fruto da má fortuna dos habitantes do sudeste brasileiro, pode ser entendida como uma manifestação das contradições da contemporaneidade global. Diversos acadêmicos de todo o mundo, em especial das áreas da antropologia, psicologia e filosofia, têm proposto diferentes conceitos que tentam nomear esse mal-estar; para os objetivos deste estudo, trataremos trataremos dele através a noção de luto ambiental ou ecológico (EATON, 2012; WINDLE, 1992; CUNSOLO, ELLIS, 2017; LOCKWOOD, 2016).

Para além de simplesmente descrever um estado de sofrimento, o luto é concebido como um trabalho de transformação subjetiva diante da perda. Em uma perspectiva psicanalítica, ele é uma forma não patológica de tristeza, pensado como uma elaboração narrativa e afetiva da dor, mas autores contemporâneos como Judith Butler (2004, 2018) também têm destacado suas funções políticas e sociais. Butler entende o luto como "um empreendimento coletivo" (RODRIGUES, 2017) que visa transcender a privacidade dos indivíduos em prol da comunhão pública, oferecendo possibilidades de se relacionar com os outros para além das suas diferenças. Tanto como uma reformulação da experiência, quanto como forma de sociabilidade, o luto é um processo sumariamente comunicacional que "expõe nossas relações conhecidas, desconhecidas e não reconhecidas com os outros [...] e questiona suposições fundamentais sobre o que escolhemos valorizar" (CUNSOLO, ELLIS, 2017, p. 276).

3. Luto, luta ambiental e necropolítica

Devido suas bases nas ciências naturais, em especial a ecologia, a luta ambiental é comumente entendida como estritamente racional, cujas demandas e propostas são baseadas em fatos e análises rigorosamente científicos e, portanto, avessos ao sentimentalismo. No entanto, por mais que ambientalistas tendam a se conceber como puros técnicos, é inegável que são mobilizados por desejos e paixões como qualquer ser humano. "Biólogos costumam amar seus organismos. Ecologistas costumam amar seus campos de estudo. Alguém realmente dúvida disso?" confessa a cientista Phyllis Windle (1992, p. 362) no periódico do Instituto Americano de Ciências Biológicas: "Ecologistas são tanto abençoados quanto amaldiçoados por ver claramente os sistemas naturais. Assim, nós vemos o que existe e também sabemos o que foi perdido". Segundo ela, essa capacidade própria de dimensionar as condições do meio ambiente implica em um apreço inerente pela vida, mas também acompanha de um tipo singular de desamparo ou de ansiedade frente a morte.

Talvez por isso o luto sempre foi tema de reflexão por parte de ambientalistas e biólogos ao longo da história. O próprio Charles Darwin (1987) já se debruçava sobre o tema em alguns de seus escritos; quase antecipando que, após teorizar a origem das espécies, ficaria a encargo de seus sucessores lidar com o fim delas. "Uma espécie lamentar a morte de outra é algo novo debaixo do sol" escrevia Aldo Leopold (1989, p. 110), pioneiro do movimento conservacionista estadunidense, ainda na primeira metade do século XX. Essa tristeza associada ao conhecimento das "feridas do mundo" (EATON, 2012), tomaria uma nova dimensão nos anos 60: frente aos riscos oriundos do uso de energia nuclear, o estresse não era mais relativo ao desaparecimento de aves, flores ou pantanais, mas sim a impactos de duração extremamente longas e virtualmente incalculáveis. Ambientalistas diagnosticavam entre si um "desespero que necessariamente vinha com o trabalho" (EATON, 2012). Nos EUA, grupos de apoio chegaram a ser organizados para lidar com essa angústia aparentemente incontornável (EATON, 2012; PIHKALA, 2018; ROBERTS, 1984).

Esse mal psíquico chegaria ao seu ápice conforme o aquecimento global se tornasse uma questão cada vez mais proeminente: não se trata mais da morte de biomas bem delimitados, tão pouco de desastres causados por acontecimentos específicos; mas o globo inteiro está sendo afetado e essas mudanças

são sentidas por todos. O antropoceno revelou que desastres ecológicos não afligiam apenas animais, plantas e espécies entendidas como menores, indignas de serem reconhecidas. Agora todas as vidas, inclusive humanas, também são atingidas em desastres como os de Mariana e Brumadinho.

"A ecologia enlouquece" explica Bruno Latour (2015), "ela nos obriga a sentir com toda a força a instabilidade do conceito natureza/cultura, demonstrando a oposição impossível entre dois domínios". Em suas teorias sobre a soberania, Giorgio Agamben (2010) afirma que a constituição do direito é dependente também da formação de uma instância extralegal, desconsiderada pelo Estado, em que seres viveriam à margem da proteção jurídica e do reconhecimento social, o que implica que qualquer violência acometida contra eles não só seria autorizada, mas nem sequer entendida como violência. Agamben resgata do pensamento grego os conceitos *zoé* e *bios*, para diferenciar, respectivamente, a vida natural - regida pelas normas da natureza e dos instintos puramente animais - da vida qualificada como humana, politicamente reconhecida, baseada na práxis do sujeito e historicamente elaborada. O problema é que o antropoceno apagaria essas antigas distinções: *Zoé*, a vida nua passível de ser morta, não é mais diferencial da *bios*, a forma de vida entendida como digna de ser protegida. O que ocorre não é uma expansão do reconhecimento de direitos para seres não humanos - como se passou nas constituições do Equador e da Bolívia (AVELAR, 2013), mas sim uma distribuição involuntária de violência, anteriormente exclusiva a animais, plantas e outras espécies de forma a também afetar vidas humanas. A impossibilidade em definir claramente as fronteiras da soberania, causada por esta indistinção entre vida biológica e vida qualificada, é o que, para Bubandt (2017), aproximaria o antropoceno da necropolítica, conceito cunhado por Achille Mbembe (2016) para descrever a susceptibilidade à morte de populações em territórios colonizados. No entanto, se para o autor camaronês essa noção era pensada como um mecanismo de gestão da morte, Bubandt a vê como resultado dos efeitos de uma postura de descaso ecológico: desastres "naturais" causados pela ação humana que levam morte a populações inteiras, rebaixando de forma tanto sistêmica quanto inconsequente suas vidas ao status de animais.

Fotografia 2 - Pescador inativo após contaminação do Rio Doce em Linhares, ES. Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro,* por Lucas Bois (2017).

4. O corpo enlutado no ensaio fotográfico Retrato de Barro

Depois da ruptura de Fundão, diversos municípios banhados pelo Rio Doce viram sua principal fonte de água desaparecer de um dia para o outro. A maior cidade da área, Governador Valadares, teve seu fornecimento de água suspenso por semanas. Apesar do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) garantir que já se consegue tratar a água do rio, muitos moradores desconfiam até hoje seu consumo é verdadeiramente seguro, deixando de beber da torneira e incorporando o hábito de comprar água mineral[72].

Cada um sente os efeitos do desastre a sua maneira, mas as populações ribeirinhas foram especialmente afetadas. Após a contaminação do Rio Doce, a Samarco ofereceu um auxílio financeiro em caráter excepcional para pescadores e aquicultores na tentativa de compensar a perda de seu principal meio de subsistência (Fotografia 2). Os atingidos tendem a reclamar que o valor do subsídio é insuficiente e também que não contempla todos que teriam o direito[73].

[72] *Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51578331 , acesso 10 maio 2020.*
[73] *Ver Viana (2017).*

Apesar da urgência dessas reivindicações por uma reparação justa, há uma dimensão do impacto que tende a passar despercebida: o desaparecimento de um modo de vida. Para além forma de sustento, a pesca é um trabalho que demanda uma temporalidade própria. Ela tem sua própria rotina, segue um ciclo não é marcado por relógios ou calendários. É um tempo extremamente complexo, regido pela biologia dos peixes e pela intermitência sazonal das águas. Os pescadores do Rio Doce acabaram sendo obrigados a abandonar esse ritmo singular que os guiou a vida toda e, para compensar a perda de seu ganha-pão, fazem bicos que não estão acostumados como de pedreiro ou de eletricista.

Durante as primeiras semanas após a tragédia em Mariana, o fotógrafo Lucas Bois entrevistou e retratou vários ribeirinhos atingidos em Regência, distrito de Linhares (ES) onde o Rio Doce desemboca e o último povoado atravessado pelos rejeitos de minério. A documentação culminou no ensaio fotográfico Retrato de Barro (DUARTE, GÍMENEZ, 2017), exposto pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca. Apesar de não terem tido casas ou pessoas soterradas, os impactos para os capixabas podem ser visualmente percebidos através dos gestos da população, que funcionam como sutis indícios do tumulto emocional que estão enfrentando.

Fotografia 3 - Agricultor impossibilitado de usar água para plantação em Linhares. Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro,* por Lucas Bois (2017).

O luto, como categoria de estudo, tende a ser particularmente desafiante para análise; primeiramente por ser um afeto, isto é, um pathos, uma intensidade supostamente inominável e arisca a reduções acadêmicas. Além disso, ele é definido pela falta, sendo tanto causado quanto destinado a um objeto que não existe mais, o tornando ainda mais vago. Isso, entretanto, não significa que seja relegado a especulações abstratas. Ao propormos tratar o luto como experiência estética, isso significa que ele é endereçado pelo caminho das emoções, dos sentimentos e das sensações e, dessa forma, nos alcança justamente através do corpo (MENDONÇA, MORICEAU, 2016, p. 79). Consequentemente, ele também se apresenta materialmente através de gestos, expressões e movimentos físicos.

Lucas Bois evidencia o luto da população ribeirinha justamente dando devida atenção ao corpo dos sujeitos que retrata: os ombros curvados do agricultor que perdeu sua fonte de irrigação (Fotografia 3), o rosto temeroso, encolhido atrás da mãe, de uma menina sob a canoa atracada (Fotografia 4), as mãos fechadas do pescador proibido de adentrar de águas, ostentando sua firmeza masculina, mas cuja desesperança transparece pelos óculos de leitura pendurados sob o pescoço, usados recentemente para consultar seu registro geral e solicitar auxílio (Fotografia 2); toda essa mímica espontânea expõe o sofrimento experienciado de um povo que ainda está assimilando que seu estilo de vida foi drasticamente interrompido e que, muito provavelmente, não retornará tão cedo.

Fotografia 4 - Mãe e filha atingidas em Linhares, ES.Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro,* por Lucas Bois (2017).

5. Considerações Finais

Retrato de Barro é um ensaio produzido no decorrer de um ano. Ele começa com a devastação mais imediata da ruptura da barragem de Fundão, mostrando as ruínas das comunidades mineiras de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, dias depois de serem sepultadas pela lama (Fotografia 1), em seguida, documenta as primeiras semanas da chegada dos rejeitos de minério no Espírito Santo (Fotografias 2, 3 e 4). No entanto, Bois também acompanha a marcha "1 ano de Lama e Luta" (Fotografia 5), organizada pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em parceria com a Arquidiocese de Mariana[74]. Centenas de atingidos e ativistas refizeram os rastros do desastre, percorrendo desde Regência até Mariana. No contexto das fotografias, a jornada dos diferentes movimentos sociais demonstra que a dor frente a catástrofe não se trata de uma melancolia passiva, mas também serve para mobilizar ações políticas e comunitárias em busca de justiça social.

FOTOGRAFIA 5 - Um ano após a ruptura da Barragem de Fundão, Movimento de Atingidos por Barragens protesta na hidroelétrica Candonga, às margens do Rio Doce. Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro,* por Lucas Bois (2017).

[74] *Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/10/31/interna_gerais,819888/atingidos-por-barragens-percorrem-o-caminho-inverso-da-lama-da-samarco.shtml, acesso 18 maio 2020.*

6. Referencias

AGAMBEN, G. (2010). Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG.

AVELAR, I. (2013). Amerindian Perspectivism and Non-Human Rights. Alter/nativas nº 1, p. 1-21. Ohio State Universal. Disponível em: <https://alternativas.osu.edu/en/issues/autumn-2013/essays/avelar.html>, acesso 18 Abr. de 2020.

BARIN, M. F. (2016) "Na Rota da Lama: a cobertura de Zero Hora sobre o desastre em Mariana-MG". Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo). Graduação em Jornalismo, UFSM, Santa Maria.

BUBANDT, N. (2017). Haunted Geologies: Spirits, Stones, and the Necropolitics of the Anthropocene. In: TSING, Anna et al (Ed.). Arts of Living on a Damaged Planet: Ghosts of the Anthropocene. Minnealopos - London: University Of Minnesota Press. p. 121-142.

BUTLER, J. (2004). Precarious life: the powers of mourning and violence. London: Verso.

_____(2018). Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia trad. Fernanda Siqueira Miguens; – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHUA, L.; FAIR, H (2019). Anthropocene. Cambridge Encyclopedia Of Anthropology, [s.l.], p.1-1, 8. Cambridge Encyclopedia of Anthropology. http://dx.doi.org/10.29164/19anthro .

CLAYTON, S. et al. (2017). Mental Health and Our Changing Climate: Impacts, Implications, and Guidance. Washington: American Psychological Association/ Ecoamerica. 70 p.

CRUTZEN, P.J.; STOERMER, E.F. (2020). The 'Anthropocene', Global Change Newsletter, v. 41, p. 17-18.

CUNSOLO, A.; ELLIS, N. R. (2018) "Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss". Nature Climate Change, [s.l.], v. 8, n. 4. doi:10.1038/s41558-018-0092-2

DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V. (2017). Há mundo por vir?: Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro : Cultura e Barbárie : Instituto Socioambiental.

DARWIN, C. (1897). The Expression of Emotions in Man and Animals. New York: D. Appleton And Company. 398 p.

DUARTE, Elisa Tavares; GIMÉNEZ, Esther Gambi (ed.) (2017). Retrato de Barro:

fotografías de Lucas Bois. Salamanca: Centro de Estudios Brasileños. 40 p. ISSN 2531-0577.

EATON, M. Environmental Trauma and Grief. Curriculum for the Bioregion. [S.l.] 2012. Western Washington University's Academic Program in Sustainability. Disponível em: < https://serc.carleton.edu/bioregion/sustain_contemp_lc/essays/67207.html >, acesso 31/10/2019.

LATOUR, B. (2015) Face à Gaïa. Huit conférences sur le nouveau régime climatique. Paris: La Découverte. (Não paginado).

LEOPOLD, A. A Sand County Almanac. Oxford: Oxford University Press, 1989 [1949].

LOCKWOOD, A. (2016). Graphs of grief and other green feelings: the uses of affect in the study of environmental communication. Environmental Communication, [s.l.], v. 10, n. 6, p.734-748, 30 ago. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/17524032.2016.1205642.

MBEMBE, A. Necropolítica. (2016). Arte & Ensaio: revista do ppgav/eba/ufrj, Rio de Janeiro, n. 32, p.122-151, dez. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 12 nov. 2019.

MENDONÇA, Carlos Magno; MORICEAU, Jean-Luc. (2016). Afetos e Experiência Estética: Uma Abordagem Possível. IN: MENDONÇA, Carlos Magno; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge (2016). Comunicação e sensibilidade [recurso eletrônico] : pistas metodológicas – Belo Horizonte: PPGCOM UFMG. 249p.: il.

NEVES, M.C.L. et al (Org.) (2018). PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus.

NOAL, D. S.; RABELO, I.V.M.; CHACHAMOVICH, E (2019). O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. Cadernos de Saúde Pública, [s.l.], v. 35, n. 5, p.1-7, 20. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00048419.

PIHKALA, P (2019). Eco-Anxiety, Tragedy and Hope: Psychological and Spiritual Dimensions of Climate Change. Zygon®, [s.l.], v. 53, n. 2, p.545-569. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/zygo.12407 .

PURDY, J. (2015) After Nature: A Politics for the Anthropocene. Cambridge: Havard University Press.

ROBERTS, B.. Espair and Personal Power in the Nuclear Age (1984). Joanna Rogers Macy. Atlantis: A Women's studies journal, [s.i], v. 9, n. 2, p.122-124, spring. Disponível

em: <http://journals.msvu.ca/index.php/atlantis/article/view/4494 >. Acesso 02/11/19.

RODRIGUES, C. (2017). A função do luto na filosofia política de Judith Butler In: Correia, A.; Haddock-Lobo, R.; Silva, C. V. da. Deleuze, desconstrução e alteridade. Coleção XVII Encontro ANPOF: ANPOF, p. 329-339.

SÁ, G. (2018). Depressão, medo e preconceito: a saúde mental das vítimas de Mariana. National Geographic. [s.i], p. 1-1. 14. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/05/depressao-medo-ansiedade-preconceito-saude-mental-das-vitimas-de-mariana-tragedia-ambiental-mineracao-estudo-ufmg-barragem-fundao>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SOS MATA ATLÂNTICA (2019). Observatório dos Rios: O retrato da qualidade da água na bacia do rio Paraopeba após o rompimento da barragem Córrego do Feijão – Minas Gerais. São Paulo: Sos Mata Atlântica.

VIANA, João Paulo (2017). Os Pescadores da bacia do Rio Doce: subsídios para a mitigação dos impactos socioambientais do desastre da Samarco em Mariana, Minas Gerais (Nota Técnica). Boletim Regional, Urbano e Ambiental: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília,, n. 16, p. 103-116, Jan. - Jun.

WINDLE, P (1992). The Ecology of Grief. Bioscience, [s.l.], v. 42, n. 5, p.363-366, may. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.2307/1311783 .

La participación y organización comunitaria como detonantes de conductas proambientales, el manejo de residuos domésticos en Ensenada, Baja California

Participação e organização da comunidade como gatilhos de comportamentos pró-ambientais, gestão de resíduos domésticos em Ensenada, Baja California.

Community participation and organization as triggers of proenvironmental behaviors, household waste management in Ensenada, Baja California.

Jorge Luis Licon Zavala [75]

Resumen: Traer a una conversación cotidiana el tema de la basura, es muy probable que detone alguna connotación negativa. Suciedad, contaminación, malos olores, paisaje desagradable, enfermedades por decir algunos. Sería extraño que un grupo de personas se convoque a reunirse expresando: nos vemos en el contenedor de basura, ¿cierto?

En la Ciudad de Ensenada, Baja California, existe un problema complejo en lo referente a la falta de estrategias para el manejo de residuos domésticos. En principio por una ineficiente gestión desde el ayuntamiento y que se extiende a la falta de involucramiento de las comunidades debido a la ausencia de una cultura pro ambiental y una organización social desarticulada ante este tema.

Por otro lado también se ha identificado a diferentes grupos de la ciudad que han empezado a generar acciones independientes, enfocadas al manejo sustentable de los residuos, quienes han logrado impactar a diferente escala en sus entornos, si embargo esto no ha sido suficiente, para

[75] *Jorge Luis Licon Zavala, Universidad Autónoma de Baja California, Licenciatura en Trabajo Social, México, licon.jorge@uabc.edu.mx.*

hacer frente a la situación, por lo que se considera a la vinculación social, como un camino a seguir para fortalecer a los grupos y crear procesos de colaboración enfocados al cuidado de medio ambiente y mejoramiento de las relaciones sociales.

Palabras Clave: Vinculación Social 1, Conductas proambientales 2, Manejo de residuos 3.

Abstract: Bringing the topic of garbage to a daily conversation is very likely to trigger some negative connotation. Dirt, pollution, bad smells, unpleasant scenery, diseases to say the least. It would be strange for a group of people to convene to meet expressing: see you in the garbage container, right?

In the City of Ensenada, Baja California, there is a complex problem regarding the lack of strategies for the management of domestic waste. In principle, due to an inefficient management from the city council and that extends to the lack of involvement of the communities due to the absence of a pro-environmental culture and a disjointed social organization on this issue.

On the other hand, different groups of the city have also been identified that have begun to generate independent actions, focused on the sustainable management of waste, who have managed to impact at different scale in their surroundings, although this has not been enough, to in the face of the situation, which is why social bonding is considered as a way forward to strengthen groups and create collaborative processes focused on caring for the environment and improving social relationships.

Key words: Social Bonding 1, Proenvironmental Behaviors 2, Waste Management 3.

Objetivo general:

Presentar una caracterización general del manejo que se le da a los residuos sólidos en la ciudad de Ensenada, Baja California, para identificar las consecuencias generadas entorno a las malas prácticas hacia dicha situación, así mismo conocer cómo se están involucrando los diferentes actores sociales (Sector público, privado, empresarial y sociedad civil) que se están vinculados a la problemática.

Objetivos específicos:

Caracterizas la problemática del inadecuado manejo de residuos a nivel global, nacional y local.

Describir la importancia de la participación y organización social en el manejo de residuos sólidos en Ensenada, Baja California.

Describir las acciones generadas por diferentes actores sociales enfocadas al manejo sustentable de residuos.

Analizar la importancia de la vinculación social para desarrollar conductas y prácticas proambientales en la sociedad.

Problemática

La generación desmedida de residuos sólidos es un problema que atañe a todos los sectores de la sociedad de manera directa o indirecta, impactando de manera negativa sobre el medio ambiente y por consecuencia en los seres humanos; (Ravena Salgado, 2016) menciona que la gestión de los residuos sólidos es un tema de gran importancia social, económico y ambiental a nivel mundial, ya que una mala administración de los mismos conlleva graves consecuencias en cada uno de estos ámbitos.

Ahora bien, los objetivos del desarrollo sostenible (ODS) planteados por la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en el año 2015, postulan diferentes metas que tendrían que estarse cumpliendo en el año 2030, las cuales se vinculan directamente con la necesidad de establecer acciones para un manejo sustentable de los residuos. Entre las metas que logramos visualizar al respecto se encontraron los objetivos 3. Salud y bienestar; 6. Agua limpia y Saneamiento; 11. Ciudades y comunidades sostenibles; 12. Producción y consumo sustentable; 13. Acción por el clima; 14. Vida submarina (Gamez, s. f.).

Las metas planteadas en los objetivos mencionados buscan reducir las muertes y enfermedades, disminuir la contaminación marina, mejorar la calidad del agua y aire, por medio de la reducción de la contaminación, gestión sostenible y uso eficiente de los recursos naturales, el mejoramiento de la educación, la sensibilización y capacidad humana e institucional respecto de la mitigación del cambio climático, así como la reducción considerable de generación de desechos, mediante actividades de prevención, reducción, reciclado y reutilización, de modo que se pueda apostar al establecimiento de ciudades sostenibles. Sin embargo, debemos entender que el alcance de estos objetivos está determinado por un fenómeno económico y político que constriñe la transformación, por lo anterior es

necesario construir espacios de conversación con los actores en todos los niveles para escuchar las necesidades, intereses, expectativas y saberes.

Según (Kaza et al., 2018) en un informe publicado en el año 2018 por el Banco Mundial de Desarrollo titulado: What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050, se calcula que se producen en el mundo 2,010 millones de toneladas de desechos anualmente, y si no se toman medidas para frenarlo, esta cantidad podría elevarse a 3,400 millones de toneladas para el año 2050, lo cual representaría un acontecimiento catastrófico para los ecosistemas, pero aun así, seguimos jugando en contra de nuestro planeta.

En el contexto mexicano encontramos que La Ciudad de México, ocupa el segundo lugar del planeta en la producción de residuos, tan solo después de Nueva York (Noriega, 2018); así mismo el Consejo nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT) estima que cada habitante de esta urbe genera 1.4 kilogramos de residuos al día y que el 47 % del total de desechos proviene de los hogares(Celis, 2018).

De acuerdo con datos de la SEMARNAT en México se generan diariamente 102,895 toneladas de residuos, de los cuales se recolectan 83.93% y se disponen en sitios de disposición final 78.54%, reciclando únicamente el 9.63% de los residuos generados (SEMARNAT, 2017).

Para el caso de Baja California, la historia no es tan distinta, en el Censo Nacional de Gobiernos Municipales y Delegacionales 2017 del Instituto Nacional de Estadística y Geografía INEGI (INEGI, 2018), dice que en Baja California se recolectan diariamente 2,957,380 kilos de basura posicionándose así en el lugar número 12 de los estados que más generan residuos en el país, y que por la falta de un manejo sustentable de los mismo ocasiona afectaciones al ecosistema de la región.

Por su parte el (INEGI, 2015) en su Informe de Resultados de la Encuesta Intercensal de ese año en Baja California, menciona que de 2000 a 2015, de las viviendas particulares habitadas en el Estado, el 91% desechaba la basura bajo la modalidad de recolección a domicilio y se encuentra en incremento el porcentaje de viviendas donde se usa un contenedor o depósito. Así mismo, el informe expresa que 23 de cada 100 viviendas lleva a cabo la separación de residuos antes de su entrega al servicio público o antes de depositarlos en un contenedor, lo cual muestra dos posibilidades, por un lado la

intención de los ciudadanos por implementar acciones de manejo de residuos, pero por otro lado se expresa la deficiente respuesta de los gobiernos para responder a las necesidades socioambientales.

Dentro de este mismo censo aparece la categoría de "Municipios y delegaciones con participación ciudadana en la gestión de los residuos sólidos urbanos, por entidad" en el que se muestra que a nivel nacional son 2,273 municipios que cuentan con servicio de recolección pero solo 26 de ellos cuentan con participación ciudadana registrada, lo cual equivale apenas a un 1.23%, donde encontramos que para el caso de Baja California el indicador de participación en este rubro es 0% (INEGI, 2015), aunado a la inexistencia de mecanismos para generar dicha participación.

Sin duda las comunidades urbanas enfrentan importantes retos dentro de sus entornos, los cuales están relacionados con los servicios que reciben o no, así como la calidad de los mismos por parte de las instancias gubernamentales. Así mismo el Estado enfrenta un problema complejo para satisfacer la demanda de los servicios públicos en general, lo anterior debido a factores de orden económico, legal, social, político, tecnológico, cultural. Lo cierto es que ante el hecho de que la población va en aumento y por ende la densidad de las ciudades también sigue creciendo, las prácticas gubernamentales deben tomar otras lógicas.

En el Municipio de Ensenada, Baja California, México se reporta una población urbana equivalente al 85.8% y una población rural del 14.2%, la cual se estima que para el año 2030 alcanzará un proceso de urbanización del 88.4 (Flores, 2015), por lo que se plantea necesario encontrar nuevas formas para hacer frente a las diversas necesidades de la población, y uno de los temas prioritarios es la reconstrucción de un medio ambiente saludable, para lo cual se requieren precisamente medidas que transformen los procesos insostenibles de manejo de residuos actuales.

Para el caso de la ciudad de Ensenada, Baja California, el INEGI en su Censo Nacional de Gobiernos Municipales y Delegacionales 2017, reporta que se recolectan diariamente 388, 240 kilos, cantidad que representa el 13% a nivel Estatal.

En investigación realizada por (Aguilar-Virgen et al., 2010), encontraron que en el Municipio de Ensenada, se concentra la producción de residuos sólidos urbanos al norte de la ciudad, ya que ahí es donde habita

el 68% de su población (INEGI, 2010). Aun así, solo son recolectados el 98% de los residuos sólidos urbanos que se generan, lo que representa un déficit de 36,500 toneladas cada año, los cuales son tirados en basureros clandestinos, lotes baldíos, arroyos o quemados al aire libre ocasionando contaminación de aire, agua y suelo (XIX Ayuntamiento, 2008).

Otro dato importante que se destaca en la investigación de (Aguilar-Virgen et al., 2010) es la realización de un estudio de composición de residuos sólidos para cuantificar los componentes de los residuos sólidos domésticos depositados en el relleno sanitario de la ciudad de Ensenada (Baja California, México) en el cual determinan su potencial de aprovechamiento.

Los resultados indican que aproximadamente el 91% de los Residuos Sólidos Domésticos tienen potencial de aprovechamiento. En promedio, se podrían emplear semanalmente 643.67 toneladas de residuos alimenticios para elaborar composta y reciclar 389.45 toneladas de papel y cartón, 217.55 toneladas de plástico y 78.81 toneladas de vidrio. Un estimado de la comercialización de los principales reciclables indica que se pudiera obtener un beneficio económico de MXP $911,224.18 (USD $ 71,693.48) (Aguilar-Virgen et al., 2010)

Como bien mencionan diversas investigaciones, los residuos que se generan de las actividades cotidianas, y que no se les da un adecuado manejo, pueden causar afectaciones en diferentes ámbitos y escalas de la sociedad, lo cual representa principalmente un grave problema para el medio ambiente y para los seres humanos. Tal es el caso de la ciudad de Ensenada, Baja California, en la que no se ha logrado atender esta situación de manera integral, a pesar de existir iniciativas de organizaciones, empresas y ciudadanía que han tratado de intervenir la problemática. Actualmente se cuenta con una gran cantidad de datos que reflejan la urgencia de modificar el proceso que se realiza con los residuos, a otro que sea sostenible, así mismo hay un sector de la población que tiene la intención de desarrollar practicas alineadas a la preservación y cuidado del medio ambiente, por lo que es necesario impulsar acciones que involucren a diferentes actores de la sociedad para implementar un manejo sostenible de residuos en la ciudad.

La participación y organización social en la gestión ambiental

En el siguiente apartado describiremos los conceptos principales que enmarcan aquellos elementos que consideramos podrían vincularse, para comprender de manera más amplia el proceso de investigación e intervención planteado para hacer frente a la problemática que se está planteado, pensándolo desde el papel que podrían jugar actores sociales de diferentes ámbitos y niveles, al organizarse y participar de manera conjunta la inadecuada gestión de residuos que se ha identificado en la ciudad de Ensenada.

Para empezar la gestión de residuos sólidos está enfocada a generar un mayor equilibrio entre el medio ambiente y la sociedad, lo cual se traduce en bienestar general, esto por medio de acciones como la reducción de residuos, reciclaje y elaboración de composta, donde se busca revalorizar a los residuos. Así mismo la gestión ambiental interviene como una herramienta de participación social que intenta generar un impacto positivo en el cuidado de medio ambiente, por medio de procesos administrativos, tecnológicos, económicos y jurídicos, de modo que se puedan abordar procesos enfocados al desarrollo sostenible (Niño Torres et al., 2017).

Ahora bien, las comunidades desarrollan prácticas y estilos de vida que en muchas ocasiones podrían ser considerados como no sustentables, por lo que es necesario contemplar también las denominadas conductas proambientales, o como las nombra (Corral Verdugo, 2012) pro-ecológicas, quien las define como "el conjunto de acciones deliberadas y efectivas que responden a requerimientos sociales e individuales y que resultan en la protección del medio" (p. 11). Estas pueden desarrollarse con diversas acciones enfocadas al cuidado del ambiente como lo puede ser el manejo sustentable de residuos domésticos.

Las conductas proambientales que a su vez están ligadas a las conocidas como prosociales, tienen un papel relevante en el cuidado del medio ambiente, al generar también un sentido de corresponsabilidad social dentro de las comunidades, así como lo menciona (Pei, 2019) la interacción y el involucramiento social es indispensable para que se generen prácticas y conductas para el cuidado del medio ambiente en una comunidad.

Participar en una comunidad requiere que se forjen alianzas internas por medio de la interacción social, generada desde el compartir problemáticas y necesidades, para

a partir de estas detonar la organización y colaboración para afrontarlas, tal es el caso de las prácticas y conductas proambientales, que vienen acompañadas de una intención hacia generar un bien para toda un comunidad, acciones que a su vez contribuyen a que se construyan lazos sociales más sólidos, los cuales pueden verse reflejados por ejemplo, en el momento que un vecindario se organiza para reciclar sus residuos (Brehm et al., 2013; Pei, 2019).

Por otro lado, para (Silberberg et al., 2011) la vinculación comunitaria puede ser entendida como el proceso de trabajar de manera conjunta, entre las personas que comparten un mismo territorio, así como interés y necesidades en común, de manera que una de las metas de esta, es generar confianza y alianzas con una mejor comunicación, para detonar colaboraciones sostenibles. La vinculación comunitaria busca fortalecer a los grupos para generar procesos con mayor autodeterminación, por lo que se visualiza a la comunidad como un ente viviente e interconectado donde se comparten problemáticas y soluciones que deben ser propiciadas desde la gente.

Del mismo modo tenemos que la comunicación para el cambio social es un proceso de diálogo y debate, basado en la tolerancia, el respeto, la equidad, la justicia social y la participación activa de todos (Communication for Social Change Consortium, 2003). La comunicación para el cambio social promueve el diálogo, el debate y la negociación desde el seno de la comunidad; los resultados del proceso de la comunicación para el cambio social deben ir más allá de los comportamientos individuales, y tomar en cuenta las normas sociales, las políticas vigentes, la cultura y el contexto del desarrollo; La comunicación para el cambio social es diálogo y participación, con el propósito de fortalecer la identidad cultural, la confianza, el compromiso, la apropiación de la palabra y el fortalecimiento comunitario (Gumucio Dagron, 2011).

Hoy día las comunidades se enfrentan a problemáticas complejas, como es el caso de los efectos de la inadecuada gestión de residuos domésticos, por lo que se hace necesario generar procesos de intervención desde y con las comunidades, detonar acciones que involucren a diferentes sectores, para que se pueda abordar la problemática desde una perspectiva integral y sistémica. A favor de una comunicación enfocada en el diálogo y la suma de saberes entre los participantes, y se exprese una mayor corresponsabilidad sobre las acciones pro ambientales que se gesten, por lo que esta

investigación propone partir desde el conocimiento de los actores sobre la problemática y su interés por atenderla, vincularse para ello, de modo que por medio de la participación y organización social se impulse una mejor gestión ambiental.

***Enfoque y/o metodología de abordaje*.**

La metodología con que se propone abordar la problemática es la de Investigación Enactiva en Comunicación IEC, propuesta por Sandra Massoni como: una metodología participativa que aborda a la comunicación desde una perspectiva crítica (Massoni, 2016) expresando todo su potencial en el entorno de equipos inter y transdisciplinarios (Massoni, 2019).

Así mismo se proyecta un enfoque de Comunicación estratégica, donde se plantea a la comunicación "como un encuentro en la diversidad, un cambio social conversacional que enactúa"; "una reconfiguración intersubjetiva, situacional, histórica, dinámica y evolutiva, micro macro social, compleja, fluida, fractálica y autoorganizada" (Massoni, 2003; 2013) en (Massoni, 2019).

La intención de iniciar el proceso de intervención desde la metodología planteada, es promover apego e identificación entre los actores participantes del proceso, entre los que destacan activistas, colectivos, comités vecinales, asociaciones civiles, empresas y aquellos interesados en el manejo sustentable de residuos y en el cuidado del medio ambiente de la Ciudad de Ensenada, Baja California, de modo que sean estos, en un rol activo y dialogante, los que establezcan las acciones a seguir sobre la problemática planteada.

Uno de los objetivos específicos consiste en la identificación y jerarquización de los actores vinculados a los diferentes aspectos del problema, tal como lo plantea la metodología de la, comunicación estratégica, propuesta por Sandra Massoni que explica como:

Un modelo integrador de intervención que coloca a los actores sociales en el centro, como los planificadores y ejecutores de las acciones que se generen para la consecución de los objetivos que se planteen. El hecho de vincular a diferentes actores y aspectos del problema , requiere comprender la complejidad del problema comunicacional. La metodología de la comunicación estratégica nos brinda herramientas para gestionar un proceso dialogante, en el que los participantes identifiquen aquellos caminos que sean más benéficos para los objetivos del grupo en función de sus necesidades, intereses y expectativas.

Las actividades desarrolladas para identificar a los actores se realizaron por medio la búsqueda en redes sociales de organizaciones e iniciativas que estuvieran trabajando algún tema sobre el manejo de residuos y educación ambiental en la ciudad de Ensenada, se logró contactar con tres comités vecinales, dos asociaciones civiles y una empresa, con quienes se realizaron seis entrevistas abiertas y con dos se realizó un encuentro socio cultural, en él se desplego el dialogo por medio de dos técnicas de la comunicación estratégica: La foto problema y transposición temporal, cada una en sesiones diferentes.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones.

La ciudad de Ensenada, Baja California se ha visto afectada por la prevalencia de una inadecuada gestión de los residuos domésticos, situación que se ha visto reflejada en diferentes aspectos, como el déficit en el servicio público de recolección de residuos, que se muestra insuficiente y precario para la atención directa a todas las colonias, lo cual ha contribuido a que la población recurra a desarrollar conductas y prácticas antiecológicas que a su vez se manifiesta en un entorno deteriorado, focos de infección y conflictos entre vecinos.

Como parte del diagnóstico, se ha convocado ya a algunos actores a participar en diferentes actividades para conocer sus experiencias en torno a la problemática. Nos hemos reunido con diferentes organizaciones civiles, grupos vecinales, líderes comunitarios y una empresa, en quienes ha surgido el interés por el cuidado del medio ambiente, por lo que, de manera independiente han realizado diferentes acciones enfocadas al manejo responsable de los residuos generados en las comunidades de la ciudad; actividades de recolección, talleres de educación ambiental, separación de residuos, elaboración de composta, jornadas de limpieza, instalación de contenedores para reciclaje. Los cuales han tenido un impacto positivo dentro de la ciudad a diferente escala, sin embargo, no han logrado vincularse entre sí, para realizar acciones de una manera sinérgica.

Con base a la información recabada se realizó un análisis en el que se pudieron identificar diferentes componentes del problema descritos de la siguiente manera:

Sociocultural: conductas y practicas antiecológicas, falta de organización y participación social en el manejo de residuos,

lazos sociales débiles, desconocimiento de la problemática, apatía, cultura consumista.

Técnico: Servicio público de recolección de residuos ineficiente, falta de educación ambiental, comunidad con desconocimiento de buenas prácticas para el manejo de residuos

Político administrativo: Falta de aplicación de reglamento municipal para la disposición de residuos urbanos, falta de programa integral para el manejo de residuos, falta de integración de la comunidad en el proceso manejo de residuos, falta de interés por parte de las autoridades.

Medio ambiental: Aumento de la contaminación en espacios públicos, afectaciones a la salud pública, inadecuada disposición de residuos domésticos.

Del mismo modo se encontraron áreas de oportunidad expresadas por los participantes:

Grupos de la comunidad interesados en la problemática, intención hacia el desarrollo de prácticas proambientales, iniciativa y organización comunitaria, asociaciones civiles interesadas en temas socioambientales, recicladoras, los residuos domésticos pueden ser generados de recursos, existencia de reglamento municipal para el manejo sustentable de residuos, interés en la vinculación con otros para afrontar la situación.

Gracias al acercamiento a estos grupos, se pudo identificar diferentes formas de compresión y afrontamiento de la problemática, por lo que se considera necesario trabajar en la vinculación de estos para tratar de generar un proceso colaborativo que dé respuesta a la situación con una visión integral. Por consiguiente, es necesario analizar la problemática desde una mirada compleja y multidimensional, tal como lo expresa Sandra Massoni (2013), quien propone que se deben realizar abordajes no lineales en los que se puedan conocer los diferentes componentes de aquello en lo que se pretende intervenir, situación en la cual podrán existir diferentes actores que se encuentren involucrados, pero no necesariamente al mismo componente y grado de la situación, por lo que se requiere realizar un proceso enactivo, donde se puedan reconocer e interactuar con estos, para generar un proceso participativo, que en este caso se pretende una vinculación entre actores interesados, para generar estrategias que den atención a la problemática.

La inadecuada gestión de residuos es una problemática que presenta diversos componentes que afectan a las comunidades,

pero también puede tomarse como una oportunidad para despertar el interés por lo ambiental, por lo comunitario, por lo solidario, para mejorar las relaciones sociales y es por ello que consideramos a la comunicación estratégica como un dispositivo que puede ayudar a enfrentar la situación desde lo relacional, la vinculación y coordinación de intereses, para propiciar la colaboración y generar un proyecto que se visualice con una mayor sostenibilidad, no solo en la parte técnica, sino que logre generar cambios reales en las practicas cotidianas que suelen ser antiecológicas, y que pueda integrar y socializar valores en los que se comprenda que nos encontramos en un sistema interconectado y vivo, en el que lo que cualquier acción que generamos puede tener un impacto positivo o negativo en los otros, así mismo entender la relación del ser humano con la naturaleza, buscando que se generen conductas proambientales para el cuidado de la misma.

Referencias:

Aguilar-Virgen, Q., Armijo-de Vega, C., Taboada-González, P., & Aguilar, X. M. (2010). Potencial de recuperación de residuos sólidos domésticos dispuestos en un relleno sanitario. Revista de ingeniería, 32, 16-27.

Brehm, J. M., Eisenhauer, B. W., & Stedman, R. C. (2013). Environmental Concern: Examining the Role of Place Meaning and Place Attachment. Society & Natural Resources, 26(5), 522-538. https://doi.org/10.1080/08941920.2012.715726

Buelga, S., Musitu, G., Vera, A., Ávila, M. E., & Arango, C. (2009). Psicología Social Comunitaria (2009.a ed.). Trillas.

Carranza Salanitro, L. (2017). La publicidad en el programa «En Surco la basura sirve» y su efecto socio-educativo en la recolección de residuos sólidos domiciliarios en el distrito de Santiago de Surco (2012-2013). Correspondencias & análisis, 7, 45-62. https://doi.org/10.24265/cian.2017.n7.03

Celis, F. (2018, octubre 12). Cada habitante de CDMX genera 1.4 kilos de basura cada día, dice Conacyt • Forbes México. Forbes México. https://www.forbes.com.mx/cada-habitante-de-la-cdmx-genera-1-4-kilos-de-basura-cada-dia/

Corral Verdugo, V. (2012). Sustentabilidad y psicología positiva: Una visión optimista de las conductas proambientales y prosociales (1a ed.). Universidad de Sonora ; México.

Communication for Social Change Consortium (2003), Communication for Social

Change: Listening, Learning, Local Voices Leading Change, New York, cfsc

Gamez, M. J. (s. f.). Objetivos y metas de desarrollo sostenible. Desarrollo Sostenible. Recuperado 25 de septiembre de 2020, de https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/

Gumucio Dagron, A. (2011). Communication For Social Change: A Key For Participatory Development ; Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. Signo y Pensamiento, XXX(58), 26-39.

INEGI, I. N. de E. y G. (2015). Encuesta Intercensal 2015. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. INEGI. https://www.inegi.org.mx/programas/intercensal/2015/

INEGI, I. N. de E. y G. (2018). Censo Nacional de Gobiernos Municipales y Delegacionales 2017. CNGDM. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. INEGI. https://www.inegi.org.mx/programas/cngmd/2017/

Kaza, S., Yao, L., Bhada-Tata, P., & Van Woerden, F. (2018). What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050. The World Bank. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1329-0

Massoni, S. (2016). Modelo de Comunicación Estratégica. Modelo de Comunicación Estratégica (Tres Movimientos y Siete Pasos Para Comunicar Estratégicamente), 1, 1–16.

Massoni, S. (2019). Teoría de la Comunicación Estratégica Enactiva e Investigación Enactiva en Comunicación: Aportes desde Latinoamérica a la democratización de la vida cotidiana. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, 0(141), 237-256. https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i140.4074

Niño Torres, Á. M., Trujillo González, J. M., & Niño Torres, A. P. (2017). Gestión De Residuos Sólidos Domiciliarios En La Ciudad De Villavicencio. Una Mirada Desde Los Grupos De Interés: Empresa, Estado Y Comunidad. RESIDENTIAL SOLID WASTE MANAGEMENT IN VILLAVICENCIO CITY. A VIEW FROM THE STAKEHOLDERS: COMPANY, GOVERNMENT AND COMMUNITY., 44, 177-187. https://doi.org/10.17151/luaz.2017.44.11

Noriega, S. (2018, septiembre 2). CDMX, la segunda ciudad que genera más basura en el mundo | Sexenio. Las noticias de México - Sexenio.

http://www.sexenio.com.mx/aplicaciones/articulo/default.aspx?Id=258632

Pei, Z. (2019). Roles of neighborhood ties, community attachment and local identity in residents' household waste recycling intention. Journal of Cleaner Production, 241, 118217. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118217

Ravena Salgado, M. M. (2016). Análisis de la gestión de los residuos sólidos urbanos de la zona urbana de la ciudad de ensenada baja california [Universidad Autónoma de Baja California]. https://drive.google.com/file/u/4/d/0ByZyFBRL67c0dGF1NVIxcXRwSGM/view?usp=sharing&usp=embed_facebook

SEMARNAT. (2017, enero 10). Residuos Sólidos Urbanos (RSU) | Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales | Gobierno | gob.mx. https://www.gob.mx/semarnat/acciones-y-programas/residuos-solidos-urbanos-rsu

Silberberg, M., Cook, J., Drescher, C., McCloskey, D. J., & Ziegahn, L. (2011). Principios de vinculación comunitaria, segunda edición (2011.a ed.). Departament of Healt & Human Services USA.

Redes sociales: una trinchera digital feminista para el cambio social.

Social networks: a feminist digital trench for social change.

Laura Parajeles Jiménez [76]

Resumen: Esta ponencia aborda desde una perspectiva feminista la utilización de la red social Instagram como un medio para posicionar ideas, debates y cuestionamientos feministas con el fin de generar un cambio social.

Palabras Clave: Redes sociales, Feminismo, Instagram.

Abstract: This presentation approaches, from a feminist point of view, the use of Instagram to position feminist ideas, debates and questions in order to create a social change.

Key words: Social Networks, Feminism, Instagram

[76] *Laura Parajeles Jiménez. Asistente de investigación en Observatorio del Desarrollo, UCR e Instituto de Investigaciones Psicológicas, UCR. Bachillerato en Ciencias Políticas por la Universidad de Costa Rica. Egresada de la Licenciatura de Ciencias Políticas, UCR. Costa Rica. parajeles.marcela@gmail.com*

Tema central

Utilización de la red social Instagram como un mecanicismo para posicionar debates y discusiones feministas para el cambio de la sociedad patriarcal.

Objetivos

Objetivo general

Describir la utilización de cuentas feministas en Instagram como mecanismos para plantear cambios sociales

Objetivo específico

Determinar la importancia de las redes sociales como un canal de información, en especial Instagram.

Explicar el uso de la red social Instagram como mecanismo para compartir información feminista.

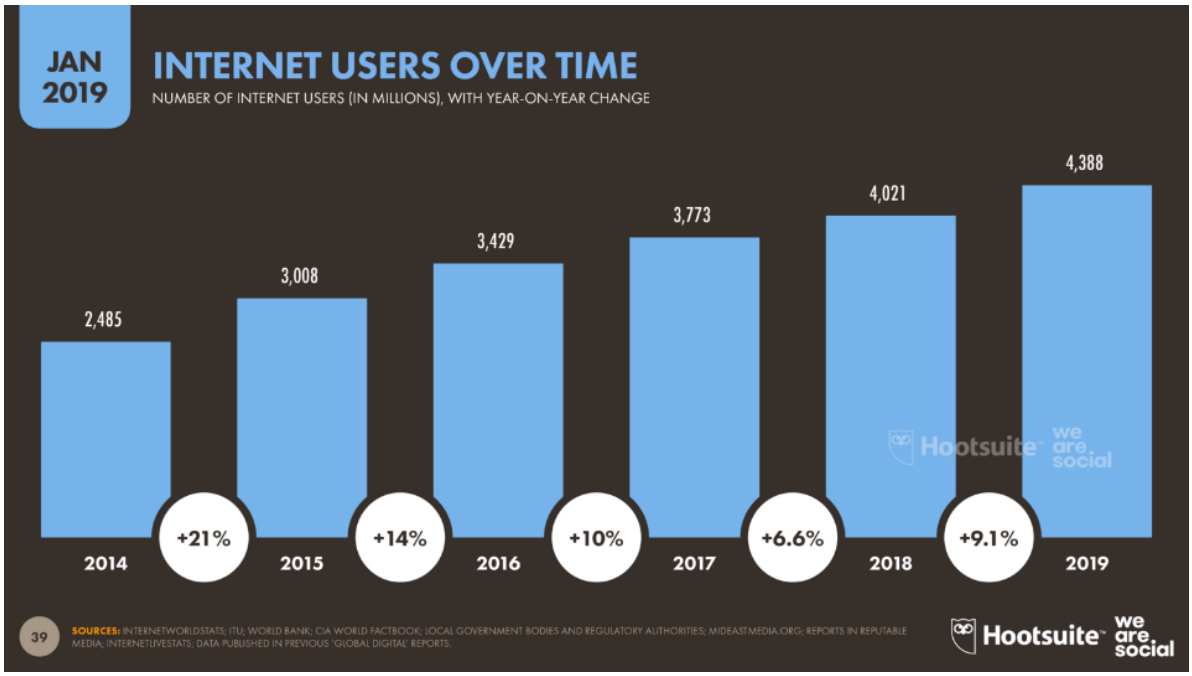
Determinar si el uso de Instagram puede generar un cambio social en la sociedad actual.

Caracterización del estudio o discusión teórica propuesta.

El desarrollo constante de lo que hoy se conoce como Internet ha posibilitado la comunicación sin fronteras, y aún más en los últimos años. Esta interconexión llegó a revolucionar la forma en la que se ve el mundo, los mercados, las economías y la concepción de lo que podría denominarse progreso e incluso su acceso a catalogarse como un derecho universal.

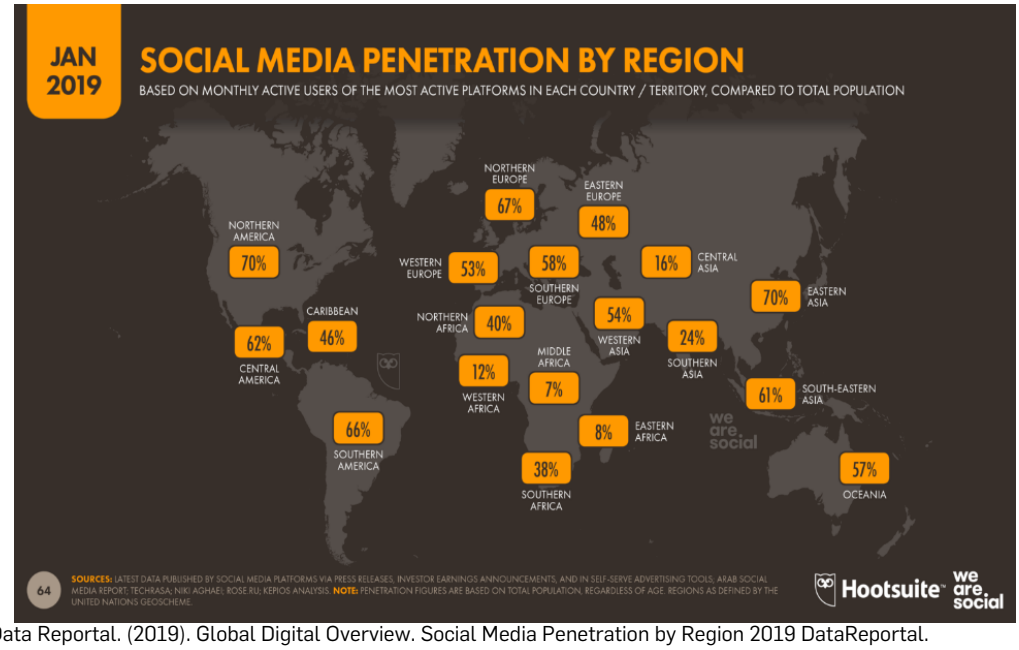
En ese contexto, las empresas de telecomunicación han tratado de estar a la vanguardia para ofrecer celulares, tablets, dispositivos, roaming con o sin costo, la "conexión más rápida" del mercado en un país o región, etc. Tratan de captar a la mayor cantidad de personas, ofrecer sus servicios y conectarlas a nivel mundial con éxito desde diferentes plataformas. El Programa Institucional Sociedad de la Información y el Conocimiento (2019) (PROSIC) de la Universidad de Costa Rica, destaca que más de la mitad de la población del mundo se encuentra conectada a Internet, de las cuales, casi su totalidad, pueden acceder a una señal de red inalámbrica (p. 9)

La evolución por la que se ha apostado ha llevado a un rápido crecimiento de usuarios, pasando de más de 2 millones en 2014 a casi 4,40 millones de usuarios de Internet para Enero 2019 (Data Report, 2019) Este avance se puede observar en la siguiente imagen.



Fuente: Data Reportal. (2019). Global Digital Overview. 5-Years Evolution in Internet Users January 2019 Data Reportal.

Siguiendo el estudio Global Digital Overview de 2019, Data Reportal (2019) posiciona 20 sitios web como los más destacados, entre los cuales figuran varias redes sociales como YouTube, Facebook, Twitter e Instagram. En dichas plataformas de comunicación se pueden encontrar multitud de temas, información y, a la vez, tiene la capacidad de llegar a los países sin que medien o se interpongan las fronteras, incluidas las barreras del lenguaje. Como se aprecia en la siguiente imagen, en casi todas las regiones del mundo, excepto las pertenecientes a África y dos a Asia, mantienen un porcentaje de penetración de redes sociales de más del 50% sobre todas las personas que utilizan Internet.



Fuente: Data Reportal. (2019). Global Digital Overview. Social Media Penetration by Region 2019 DataReportal.

Las redes sociales se han constituido como canales digitales para hacer llegar información, imágenes, códigos y todo aquello que se pueda publicar o buscar según el interés de cada persona. Genera espacios de comunidad e identidad que traspasan límites geográficos y políticos, uniendo a personas que se encuentran en diversas partes del mundo. Dentro de este entramado virtual, el feminismo también encuentra un lugar desde el cual posicionarse y construir espacios sororos y de criticidad hacia la sociedad machista y el sistema patriarcal. De esta manera, ya no solo de debe hablar de feminismo como teoría, práctica, movimiento social o consigna, se debe agregar el ciber activismo o ciberfeminismo como una herramienta para el cambio social. Rubio Linares (2003) lo plantea como

> El ciberfeminismo es un movimiento con muchas variantes y estrategias pero que tiene como elemento común la utilización de las nuevas tecnologías para la liberación de la mujer. Internet es para las ciberfeministas el medio idóneo de conseguir el poder. Organizadas en redes y clubs cibernéticos, muchas de ellas se encuadran en una nueva forma de feminismo que, con múltiples ideologías y tendencias, tienen algo en común. Es, en palabras de Sadie Plan «la cooperación, para su liberación y

> empoderamiento, entre mujer, máquina y nuevas tecnologías» (p. 177)

Tomando en cuenta lo anterior, especialmente esta cooperación entre las mujeres, máquinas y las TICs planteada por Plan, se puede decir que a partir del ciberfeminismo y el dinamismo que permite la Web 2.0, se han encontrado nuevas herramientas para continuar la lucha, la denuncia y la protesta por medio de canales más flexibles que permiten que los contenidos digitales lleguen muchas partes del mundo, indiferentemente desde donde se haya posteado.

Para Sábada y Barquero (2019), los medios sociales o redes digitales son espacios para la innovación y la creatividad donde se pueden plantear protestas y demandas desde organizaciones feministas con amplio alcance o desde asociaciones de menor tamaño (p.2) Lo anterior ha permitido la generación desde pequeñas y grandes comunidades digitales que forman vínculos, que no necesariamente se dan frente a frente, sino que se crean y crecen a partir de la identificación con los mensajes emitidos y las acciones que realice la cuenta.

El activismo feminista contemporáneo tiene una carga política al tener posicionamientos ideológicos y exigir cambios al Gobierno, instituciones específicas o a la misma sociedad. Esto puede mirarse desde la comunicación política, ya que esta estudia ciertos fenómenos sociopolíticos, así como las actividades asociadas a estos, los intercambios simbólicos, las ideologías, los conflictos, su trascendencia y los impactos que puedan tener. (Reyes Montes, Montes, O' Quínn, Morales y Rodríguez Manzanares, 2011, p. 90) A su vez, "[...] la comunicación política moderna ha sido estudiada a partir del papel que juegan sus principales actores: políticos, periodistas, dueños de medios de comunicación y la opinión pública." (p. 92) Dentro de la categoría de opinión pública se encuentran las personas generadoras de contenido y quienes suministran información al resto de la sociedad, en este caso por medio de las redes sociales.

Sumado a lo anterior, existe una relación directa entre la comunicación política que se utiliza en las redes sociales y el comportamiento político de una persona, dado que, como menciona Castells (2009), los estímulos que reciben pueden definir como actuará. Es decir, si una persona se encuentra inmersa en espacios con los cuales tiene afinidad, será políticamente más activa (p. 207)

Por lo tanto, tomando en cuenta lo expuesto anteriormente, es indispensable que el ciberfeminismo y sus formas de abordar situaciones sea entendida a través de la comunicación política. Las cuentas con tendencia a la generación de contenido informativo, de denuncia y de crítica debe ser estudiada y expuesta como un mecanismo que contribuye a la comunicación política desde una perspectiva feminista, dado que muchos de los post son reflejo de la realidad social a la que se ven enfrentadas las personas día a día y poco a poco han generado un impacto positivo como se mostrará más adelante.

Enfoque y/o metodología de abordaje

El estudio de la rede social Instagram, como un mecanismos para el cambio social se realizará desde un posicionamiento epistemológico constructivista, al tratar de entender las realidades sociales por medio de la exploración de casos específicos. Este paradigma busca acercarse más a las poblaciones y entender sus visiones de mundo y no arrojar datos generalizables a toda la población. Además, el constructivismo permite observar y analizar los valores y aspectos culturales de los sujetos de estudio. (Alonso y Lombardo, 2014, p.11)

Asimismo, tiene relación con la construcción y el desarrollo de metodologías cualitativas (p. 11), las cuáles utilizan determinadas técnicas para abordar el objeto o la realidad social. (Alpízar (2013, p. 11) De esta manera, esta investigación se enmarca en dicho corte, ya que permite comprender e interpretar los fenómenos sociales mediante explicaciones concretas y de corto alcance sobre lo que se está analizando sin caer en generalizaciones.

Estará influenciada por enfoque feminista dado que permite una mayor visibilización del trabajo que están realizando las mujeres desde desde las cuentas que se analizarán, ya que la investigación feminista se caracteriza y se diferencia a otras por cuestionarse ¿qué están haciendo las mujeres y por qué? (Barta, 2012, p. 73) Lo anterior se da por el compromiso que existe de mostrar las desigualdades a las que se ven enfrentadas las mujeres y demás grupos que han sido vulnerabilizados, y crear conocimiento no sexista y androcéntrico (p. 69-70)

De esta manera, se pretende posicionar aún más las voces de las mujeres y obtener datos importantes sobre los conocimientos situados, es decir el conocimiento o

información que cada mujer adquirió basando en sus experiencias y vivencias entorno a la formación de cuentas feministas en Instagram para posicionar ideas y plantear cambios sociales, contribuyendo a esta nueva trinchera desde la cual posicionarse tanto política como ideológicamente

En cuanto a la delimitación, se escogen cuatro cuentas, tres costarricenses y una española. A saber: Me pasó en CP, Brujas Feministas CR, La Cadejos y Feminista Ilustrada, siendo esta última la cuenta fuera de Costa Rica. En cuanto a la delimitación temporal, se escoge desde la creación de cada cuenta hasta Diciembre de 2019, ya que 3 de ellas se crearon en el 2018 y solo Feminista Ilustrada cuenta con 4 años.

Para su desarrollo, se toman en cuenta la entrevista y el análisis de contenido como técnicas a desarrollar, además tendrá la perspectiva feminista como un eje transversal. La escogencia de estos instrumentos recae en la posibilidad de abrir un espacio de comunicación con las dueñas de las cuentas por medio de una entrevista, y a la vez, analizar el material iconográfico más relevante que han posteado.

La entrevista semiestructurada permite abrir el diálogo entre ambas personas para conocer las opiniones, actitudes o ciertas interpretaciones (Sibaja, 2013, p. 101) Y, por su parte, el análisis de contenido permite estudiar los diferentes tipos de comunicaciones que reflejan posiciones o acciones. Esto se realiza a través de varias preguntas: ¿Qué se quiere decir?, ¿Quién o quiénes son los destinatarios de lo que se dice?, ¿Para qué se dice? y ¿Cuál es la intensidad de lo que se dice?, (Abarca Rodríguez, 2013, p. 200)

Resultados, reflexiones y conclusiones

Las redes sociales son plataformas que le brindan a las y los usuarios múltiples posibilidades para interactuar con otras personas y con las cuentas que siguen. Estas últimas pueden ser de diversa índole, pero siempre con un objetivo determinado, ya sea compartir memes, información sobre ciertos temas, noticias, imágenes, videos y otros contenidos. Sin embargo, para el caso concreto el activismo feminista también ha encontrado un espacio desde el cual actuar para mantener su lucha constante. Pardo García (2018) destaca que la comunicación política con carácter feminista se ha aprovechado de estas plataformas y supone un cambio en el paradigma comunicativo, permitiendo que se rompan los monopolios de

quienes tienen la palabra, y otros usuarios puedan exponer sus ideas, especialmente para cambiar las agendas mediáticas (*s.p*) y exponer ciertos temas que son de interés para cierto grupo de personas.

La inmediatez de las comunicaciones ha permitido que un mensaje o contenido determinado pueda ser difundido de un lugar a otro sin tomar en cuenta las fronteras terrestres. Además, brinda la posibilidad de que las autoras del contenido influyan en sus audiencias y el compartan mensajes feministas, lo cual crea una agenda alternativa en comparación a los medios de comunicación tradicionales (s.f)

Este proceso las ha posicionado como referentes y posibilita la creación de redes de empoderamiento. Sin embargo, como señala la autora, la "labor se ve coartada en ocasiones por las propias limitaciones de la Red, que no es un espacio democrático, y por la presencia de entidades y discursos machistas que acosan, agreden y deslegitiman a estas mujeres y a sus discursos" (Pardo García, 2018, s.p)

En el caso de las dueñas de Brujas Feministas, Me pasó en CP, La Cadejos y Brujas Feministas todas coinciden en la entrevista en que las redes sociales, en este caso Instagram, les ha permitido comunicar las ideas, posicionar debates e ir generando conciencia en diversos temas, lo cual convierte su trabajo digital en un canal de información que llega a diversas partes del país e incluso el mundo.

Cada una de estas cuentas se crea con un objetivo y una intencionalidad clara. Para Feminista Ilustrada, su cuenta nace, como ella misma lo menciona, con el fin de rescatar la palabra feminismo y mostrar a partir de imágenes el machismo que hay en la sociedad (Murnau, 2020) En el caso de Brujas Feministas, nace para ser una fuente de información, tratando de eliminar el miedo de ser feminista y las creencias falsas sobre lo que es. De manera que quede claro que ser feminista no debe ser satanizado ni caer en cacerías de brujas por parte de la sociedad. (Ana, 2020)

Para las fundadoras e integrantes de Me Pasó en CP, su cuenta nace para visibilizar la violencia que han sufrido las mujeres dentro de la Escuela de Ciencias Políticas y los espacios universitarios asociados a la carrera por parte de profesores y compañeros. Además, es una forma de recuperar los espacios de Ciencias Políticas y crear espacios seguros para toda la comunidad estudiantil, dado que las autoridades correspondientes no habían abordado la

situación de la mejor manera (Integrantes de Me Pasó en CP, 2020) Por último, para de La Cadejos nace como un ejercicio comunicativo que aborda temas de derechos humanos con una mirada feminista a partir de la creación de un personaje, la zagüata urbana, y enfoca su mirada en jóvenes y adultos. Además, algunas sus comunicaciones son producto de alianzas entre redes feministas. (creadora de La Cadejos, 2020)

De esta manera, el trabajo de las feministas en busca de un cambio social también pasa por buscar las herramientas y los medios más adecuados para lograr sus objetivos, metas y aspiraciones. En este caso, Instagram se ha convertido en un canal de gran importancia para llegar a su público meta y demás personas que pueden estar o no interesadas, así como de acuerdo con los temas que cada una aborda.

Cada vez que una persona comparte una publicación feminista. A quienes les interese, pueden dirigirse al sitio e interactuar con la cuenta, incrementando las posibilidades de que estos espacios digitales crezcan más y la comunicación política que estas mujeres hacer se difundan con mayor frecuencia. Sobre esto, Pardo García menciona que estas plataformas permiten romper los monopolios comunicativos y posicionar nuevas agendas mediáticas. (2018, s.p)

Para la investigación, se tomaron en cuenta varias publicaciones[77], de las cuales 45 son de Feminista Ilustrada, 45 de La Cadejos, 15 de Brujas Feministas y 8 de Me Pasó en CP. Entre los principales resultados se puede destacar que todas realizan sus publicaciones al público en general, aunque La Cadejos lo hace con especial atención dado que dentro de su público se encuentran personas muy jóvenes y no comprenden algunos tecnicismos.

De Feminista Ilustrada se puede destacar que sus publicaciones están dirigidas con el fin de posicionar las actitudes y situaciones cotidianas que reflejan lo machista y homofóbica de la sociedad. Posiciona debates sobre temas polémicos como los vientres de alquiler, las ideas políticas de algunos partidos políticos y las razones por las cuales no se debe votar por la derecha española. Por último, brinda información sobre formas de hacer activismo feminista, la necesidad de romper los roles de género y reconoce la importancia de las mujeres en la historia.

[77] *Para ver el listado completo de publicaciones y su análisis, ingresar a esta dirección https://drive.google.com/drive/folders/1Yb5B6o0uqKjMGafHID7DBN-oA2935r7c?usp=sharing*

Pretende generar reflexiones en cuanto a los temas mencionados y reconocer la importancia de los derechos humanos de las mujeres y de la comunidad LGTBIQ+, así como establecer que los roles de género deben ser eliminados, permitiéndole a las personas tener relaciones sanas consigo mismas y con los demás, así como evitar la creencia de que existen tareas para hombres y para mujeres.

La Cadejos expone las diferentes formas en que se están dando violaciones a los derechos humanos en el mundo. También posiciona temas como el aborto, femicidios, homicidios a defensores de derechos humanos y la ruptura con roles de género. Brinda información sobre los feminismos y sus manifestaciones en vía pública, así como las actividades e información de otras cuentas feministas. Lo anterior lo hace con el fin de establecer que los DDHH no están siendo cumplidos y las agresiones hacia las poblaciones vulnerabilizadas es sumamente violenta. Además, pretende que se reconozca la importancia del de los derechos de las mujeres y su libre acceso, así como la eliminación de toda forma de violencia.

Brujas Feministas habla sobre la importancia de los derechos de las mujeres como el aborto libre, seguro y gratuito, el rompimiento de los roles de género en cuanto a la división de tareas, el aspecto físico y la maternidad. Incluye dentro de sus mensajes el reconocimiento de la diversidad de feminismos y las luchas que este movimiento ha venido gestando desde hace mucho tiempo. Denuncia a partir de testimonios la violencia que viven los hombres y las mujeres, pero principalmente estas últimas son quienes denuncian. Por último, también menciona el tema de los femicidios. A partir de estas publicaciones, pretende hacer una crítica al sistema patriarcal y al incumplimiento de los derechos humanos a los cuales toda mujer debería de tener acceso, así como a la situación de emergencia que se está dando a nivel mundial en cuanto a los femicidios y la falta de una respuesta efectiva.

Me pasó en Ciencias Políticas dirige sus mensajes a la comunidad estudiantil por medio de la exposición de quienes han ejercido violencia. Utilizan información de las personas, rimas y otras señas que le permitan a las y los demás usuarios identificar quien es el agresor (profesor, profesora o estudiante) Lo anterior con la finalidad de recuperar la seguridad de las mujeres en los espacios universitarios y comenzar a generar relaciones sororas, llamar la atención en cuanto a la responsabilidad afectiva y la importancia de la convivencia sin agresión.

De esta manera, tomando en consideración las publicaciones realizadas por cada cuenta se puede decir que Instagram es una plataforma efectiva para la comunicación política con una mirada feminista, dado que no solo las publicaciones escogidas mantienen un número importante de reacciones, sino que estas tienen una cantidad considerable de seguidores y de publicaciones constantes. Las entrevistas concuerdan que esta es una herramienta efectiva para posicionar las ideas que desean compartir. Por ejemplo, las integrantes de Me Pasó en CP mencionan que al crear la cuenta una cantidad considerable de personas las comenzó a seguir sin haber expuesto todavía a alguna persona. También, al día siguiente a una de las fundadoras la llamó un hombre preguntando si el estaría entre las personas a denunciar públicamente, lo cual llama la atención de esta colectiva ante el hecho de que las personas saben que están cometiendo actos de violencia, pero hacen caso omiso.

Por su parte, Brujas Feministas reconoce que mientras exista una incomodidad por parte de los agresores y promotores del patriarcado, estará haciendo bien su trabajo. Además, menciona que ha recibido apoyo tanto en las actividades que realiza en Instagram como en lugares físicos. La Cadejos reconoce que están haciendo un buen trabajo porque ha llegado a consolidad alianzas con diferentes cuentas, redes y personas que le han permitido a la zagüata urbana crecer y tener nuevos seguidores, como lo son las personas jóvenes, quienes en un inicio no estaban planeadas como público meta, interesados en las temáticas que ella toca día a día.

Feminista Ilustrada menciona que su trabajo se ha ido modificando hasta posicionar ejemplos concretos ya que es lo que lo que las mujeres le han estado demandando porque ya no se ha vuelto tan necesario recurrir constantemente a explicar conceptos básicos, sino que se pasa a ilustraciones y a la fase de combatirlo sin dar explicaciones. Esta apreciación la realiza tomando en consideración solamente la coyuntura española.

A pesar de que cada una ha logrado ver cambios sociales a partir de su trabajo en Instagram, hacen énfasis en la necesidad de mantener el activismo en persona, ya sea en marchas u otro tipo de actividades, ya que es la primera forma de mantener activo el movimiento y seguir luchando por una sociedad que contemple las necesidades y el cumplimiento de los derechos fundamentales y universales de todas las personas.

Por lo tanto, en cuento a las reflexiones y conclusiones se puede mencionar que año a año incrementa el número de personas conectadas por medio de Internet, haciendo de las fronteras algo teórico-terrestre. Se vuelven invisibles dada la inmediatez y la globalización a la que se enfrentan los ciudadanos de cada país, haciendo posible que las comunicaciones de todo tipo puedan llegar de forma rápida de un lado a otro. No obstante, el acceso a la red no es igual, lo cual mantiene la brecha digital como un aspecto por solucionar de cara a la constante demanda de mayor progreso en estos temas.

De la mano de la tecnología y su avance vertiginoso, viene el activismo digital o ciberactivismo. Las cuentas feministas se han posicionado como espacios de intervención, diálogo y denuncia como parte de las estrategias y herramientas para eliminar el patriarcado y el sexismo que impera en las sociedades. Es importante reconocer que los mensajes que cada una de las cuentas expuestas tiene una clara tendencia política e ideológica, lo que convierte estos mensajes en comunicación política con una mirada feminista para el cambio social.

Por último, este tipo de plataformas también permiten una interacción constante entre las dueñas de las cuentas, los mensajes que postean y quienes lo reciben, haciendo de estos últimos partícipes y políticamente activos al reaccionar a la publicación, compartirla e incluso establecer una comunicación directa con las responsables de Brujas Feministas, Feminista Ilustrada, La Cadejos y Me Pasó en CP. Sumado a esto, a demás de impulsar el cambio social, estas cuentas han generado espacios de comunidad y permiten la identificación de los usuarios con el contenido que publican, manteniendo viva la lucha feminista.

Referencias

Abarca Rodríguez, A. (2013). El Análisis de Contenido. En Técnicas cualitativas de Investigación. (193-247). Costa Rica, Editorial UCR.

Alonso. A., y Lombardo, E. (2014). Métodos en Ciencias Políticas. En Ciencias Políticas con perspectiva de Género. (9-39). Madrid: AKAI.

Alpízar, F. (2013). Fundamentos de la investigación cualitativa. En Técnicas cualitativas de Investigación. (1-21). Costa Rica, Editorial UCR.

Barta, I. (2012). Investigación Feminista. Epistemología, metodología y representaciones sociales[pdf].Recuperado de

http://computo.ceiich.unam.mx/webceiich/docs/libro/Investigacion%20Feminista.pdf

Ana. (2020). Entrevista sobre Brujas Feministas. Entrevista con Ana.

Castells, M. (2009). COMUNICACiÓN Y PODER. España, Cultura Libre. Recuperado de https://www.felsemiotica.com/descargas/Castells-Manuel-Comunicaci%C3%B3n-y-poder.pdf

DataReportal. (2019). Global Digital Overview 2019. [pdf] Recuperado de https://datareportal.com/reports/digital-2019-global-digital-overview

DataReportal. (2019) Global Digital Overview 2019. Social Media Penetration by Region 2019 DataReportal. [Imagen]. Recuperado de https://datareportal.com/reports/digital-2019-global-digital-overview

DataReportal. (2019) Global Digital Overview 2019. 5-Years Evolution in Internet Users January 2019 Data Reportal. [Imagen]. Recuperado de https://datareportal.com/reports/digital-2019-global-digital-overview

La Cadejos. (2020). Entrevista sobre La Cadejos. Entrevista anónima.

Me Pasó en CP. (2020). Entrevista sobre Me pasó en CP. Entrevista con integrantes de la colectiva.

Muranu, M. (2020). Entrevista sobre Feminista Ilustrada. Entrevista con Maria Murnau.

Pardo García. M. (2018). Comunicación política feminista a través de las redes sociales. Aparición de nuevos modelos de referencia en el ámbito español (2010-2016). (Tesis de Maestría en Estudios Feministas, de Género y Ciudadanía). Universitat Jaume I. Recuperado de http://repositori.uji.es/xmlui/handle/10234/179795

Programa Sociedad de la Información y el Conocimiento. (2019). Hacia la Sociedad y el Conocimiento en Costa Rica: Informe 2019. Programa Sociedad de la Información y el Conocimiento, Universidad de Costa Rica-San José, CR.: Prosic.

Reyes Montes, M., O' Quínn Parrales, José., Morales, J., Rodríguez Manzanares, E. (2011). Reflexiones sobre la comunicación política. Espacios Públicos, 14(30),85-101. ISSN: 1665-8140. Disponible en: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=676/67618934007

Rubio Linares, M. (2003). La imagen virtual de la mujer. De los esterotipos tradicionales al ciberfeminismo. Feminismo/s. 2, diciembre 2003, pp. 167-182. Recuperado de

https://pdfs.semanticscholar.org/6118/1b348976e6cf8c818b26ded2e2f8200de832.pdf

Sábada, I. y Barquero, A. (2019). LAS REDES SOCIALES DEL CIBERFEMINISMO EN ESPAÑA: IDENTIDAD Y REPERTORIOS DE ACCIÓN. Athenea Digital. 19(1) (marzo 2019). Recuperado de https://atheneadigital.net/article/download/v19-1-sadaba-barranquero/2058-pdf-es

Sibaja, G. (2013). La entrevista: cuestionario abierto, historia de vida y fotografía. En Técnicas cualitativas de investigación. (99-158) Costa Rica: Editorial UCR.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN – ALAIC

UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA – UPB

2020